



SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 11, Nº 29 | Setembro/Dezembro 2023

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2021-2023)

Presidente

Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente

Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente

Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

Secretário Geral

Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário

Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário

José Miguel Rasia, UFPR

Diretores

Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM

Cristiano W. Noberto Ramalho, UFPE

Maria Carolina Tomás, PUC-MG

Paula Cristina da Silva Barreto, UFBA

Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal

Bianca Freira Medeiros, USP

Danyelle Linin Gonçalves, UFC

Fabício Monteiro Neves, UnB

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores

Lorena Cândido Fleury, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maurício Hoelz Veiga Jr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rodrigo da Rosa Bordignon, Universidade Federal de Santa Catarina

Comissão Editorial

Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasília

Celi Scalón, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará

Rogério Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe

Sergio Tavoraro, Universidade de Brasília

Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Assessoria Editorial

Regina Vargas

Conselho Editorial

Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná

Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I

André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Arturo Morato, Universidad de Barcelona

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará

Charles C. Lemert, Yale University

Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México

Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo

Margaret Archer, EPFL- University of Warwick

Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília

Michael Burawoy, Berkeley University

Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe

Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Liana Fernandes

Diagramação: Carolina Fernandes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – v. 1 n.1 (2013-) –
Sergipe: SBS, 2013.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2017.

ISSN 2317-8507 (impresso)

ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

DOSSIÊ

Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade

Platform capitalism in Latin American context: work reconfigurations and precariousness

Capitalismo de plataforma en el contexto latinoamericano: reconfiguraciones del trabajo y precariedad

Organizadores: Maria Aparecida Bridi e Roberto Véras de Oliveira

Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade (Apresentação)

Platform capitalism in Latin American context: work reconfigurations and precariousness (Introduction)

5

Capitalismo de plataforma en el contexto latinoamericano: reconfiguraciones del trabajo y precariedad (Introducción)

Roberto Véras de Oliveira e Maria Aparecida Bridi

Plataformas de repartidores en América Latina: estado del arte

Delivery platforms in Latin America: state of the art

14

Plataformas de entrega de mercadorias na América Latina: estado da arte

Maria Aparecida Bridi, Roberto Véras de Oliveira e Minor Mora Salas

O trabalho de plataforma no Brasil e na Argentina: uma visão comparada

Platform work in Brazil and Argentina: a comparative view

41

El trabajo de plataforma en Brasil y Argentina: una visión comparada

Márcia de Paula Leite, Andrea del Bono e Jacob Carlos Lima

Algoritmos y temporalidades sociales: un análisis de las permanencias, transformaciones y reconfiguraciones del tiempo de trabajo en plataformas bajo demanda en Argentina

Algorithms and social temporality: An analysis of the permanence, transformation and reconfiguration of working hours in on demand platforms in Argentina

69

Algoritmos e temporalidades sociais: uma análise das permanências, transformações e reconfigurações do tempo de trabalho em plataformas por demanda na Argentina

Andrea Delfino e Paulina Claussen

- 93** **Trabajo remunerado y no remunerado de las mujeres en plataformas digitales en la Ciudad de México**
Women's paid and unpaid work on digital platforms in Mexico City
Trabalho remunerado e não remunerado de mulheres em plataformas digitais na Cidade do México
Carlos Alba Vega e Rosario Aparicio López

- 124** **Juventude e os sentidos do trabalho: experiências e perspectivas dos cicloentregadores plataformizados**
Youth and the meanings of work: experiences and perspectives of platform delivery workers
Juventud y el sentido del trabajo: experiencias y perspectivas de los riders de plataformas de reparto
Aline Suelen Pires e João Pedro Ferreira Perin

- 151** **A ideologia do trabalho e o autogerenciamento subordinado nas empresas-plataforma de entrega de mercadoria**
The ideology of work and subordinate self-management in goods delivery platform companies
La ideología del trabajo y la autogestión subordinada en las empresas de plataformas de reparto
Fellipe Coelho-Lima, Isabel Keppler, Larissa Leocádio, Isabela Bezerra, Sofia Barbosa, Larissa de França e Maria Luísa Machado

ARTIGOS

- 177** **O que resta da subjetividade: sono, depressão e outras “resistências passivas” à subjetivação capitalista**
What's left of subjectivity: sleep, depression and other “passive resistances” to capitalist subjectivation
Lo que queda de la subjetividad: sueño, depresión y otras “resistencias pasivas” a la subjetivación capitalista
Gabriel Peters

- 201** **Estudos sobre o sindicalismo brasileiro hoje: percursos e análises**
Studies on Brazilian trade unionism today: trajectories and analyzes
Estudios sobre el sindicalismo brasileño hoy: trayectorias y análisis
Marco Aurélio Santana, Iram Jácome Rodrigues e Carla Regina Mota Alonso Diéguez



Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade

Platform capitalism in Latin American context: work
reconfigurations and precariousness

Capitalismo de plataforma en el contexto latinoamericano:
reconfiguraciones del trabajo y precariedad

Roberto Véras de Oliveira* 

Maria Aparecida Bridi** 

RESUMO

As reformas laborais ocorridas nas últimas décadas em vários países, no Norte e no Sul globais, armaram a cena e criaram o ambiente para a flexibilização do trabalho, abrindo uma avenida ao trabalho sem direitos. O capitalismo de plataforma emerge e navega nesse ambiente, não apenas se beneficiando mais diretamente de suas medidas de flexibilização de direitos, como também mais amplamente se apoiando nos argumentos que as informaram, com vistas à naturalização e justificação de seu modelo. A partir desses processos, proliferaram os estudos sobre o trabalho digital, no mundo, mas também no Brasil e na América Latina, envolvendo uma multiplicidade de abordagens e perspectivas teóricas. O dossiê que aqui apresentamos se justifica pela importância dos temas relativos ao “trabalho plataformizado” e às discussões sobre o futuro do trabalho e os desmanches da “sociedade salarial”.

Palavras-chave: trabalho digital, flexibilização laboral, sociologia do trabalho, capitalismo de plataforma, uberização.

* Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Sociologia, professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. roberto.veras.2002@gmail.com

** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Professora associada do Departamento de Sociologia (DECISO) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Vicepresidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) (2020-2021 e 2024-2025), Coordenadora do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS/CNPq), coordena o GT Clacso “Trabajo y configuraciones productivas y de servicios, nuevos sujetos laborales” (2023-2025). macbridi@gmail.com

ABSTRACT

Labor reforms that have taken place in recent decades in several countries of the global North and global South, have set the stage and created the environment for work flexibility, opening an avenue for work without labor rights. Platform capitalism emerges and navigates this environment, not only benefiting more directly from its measures for rights flexibilization, but also more broadly relying on arguments that informed them aiming to naturalize and justify its model. Such processes have given rise to numerous studies on digital work worldwide, and particularly in Brazil and Latin America, involving a multiplicity of approaches and theoretical perspectives. The dossier we present here is justified by the importance of themes relating to “platform work” and to discussions about the future of work and the dismantling of the “wage-earning society”.

Keywords: digital work, labor flexibility, sociology of work, platform capitalism, uberization.

RESUMEN

Las reformas laborales que han tenido lugar en las últimas décadas en varios países, en el Norte y el Sur globales, han sentado las bases y creado el entorno para la flexibilidad laboral, abriendo una vía para el trabajo sin derechos. El capitalismo de plataforma emerge y navega en este entorno, no sólo beneficiándose más directamente de sus medidas de flexibilización de derechos, sino también apoyándose más ampliamente en los argumentos que las sustentaron, con miras a naturalizar y justificar su modelo. A partir de estos procesos, proliferaron los estudios sobre el trabajo digital, en todo el mundo, pero también en Brasil y América Latina, involucrando una multiplicidad de enfoques y perspectivas teóricas. El dossier que presentamos aquí se justifica por la importancia de los temas relacionados con el “trabajo plataforma” y las discusiones sobre el futuro del trabajo y el desmantelamiento de la “sociedad salarial”.

Palabras clave: trabajo digital, flexibilidad laboral, sociología del trabajo, capitalismo de plataforma, uberización.

Introdução

“Nem adeus, nem tchau ao trabalho”, concluem os estudiosos comprometidos com uma sociologia crítica sobre aquelas teorias que defendiam e decretavam o fim da centralidade do trabalho humano como produtor de riqueza e sua substituição pela centralidade do conhecimento. Passadas décadas desde o início daqueles debates levados a termo pelos autores da chamada “sociedade pós-industrial” em torno da substituição do trabalho humano pela máquina e das potencialidades emancipatórias da Revolução Informacional, o processo de informatização das empresas seguiu se intensificando cada vez mais, ocasionando transformações profundas nos modos de produzir e de trabalhar. Contudo, em vez da emancipação das agruras do trabalho desvalorizado, alienado, repetitivo, sem sentido, o que se assiste é a permanência da exploração do trabalho pelo capital, mas a partir de novas modalidades de empresas e reconfigurações do trabalho humano, sob crescente papel das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Enquanto, nos finais do século XX, cresceram aquelas ocupações de tecnologias da informação (TI), de produção, desenvolvimento e manutenção dos sistemas informacionais, com uma força de trabalho qualificada e, em sua maioria, protegida pela legislação trabalhista – caso dos desenvolvedores de *software*, analistas, gerências de projeto, entre outras (Lima & Bridi, 2019) –, ao lado de uma força de trabalho ainda mais expressiva voltada a tarefas repetitivas e com baixa exigência de qualificação – a exemplo do trabalho taylorizado nos *call centers* –, no século XXI, com a emergência das empresas de plataformas digitais, tidas como negócios “disruptivos” e modernos, dá-se uma nova forma de extração de trabalho humano em modalidades distintas: agora, trabalhadores não reconhecidos enquanto tal, mas como “empreendedores de si mesmos”, são os donos de parte dos instrumentos e meios trabalho – o carro, a bicicleta, a moto, os smartphones, a conexão à Internet – colocados à disposição das empresas. Essas empresas organizam e exploram o trabalho de uma vastidão de trabalhadores de uma nova forma. Afirmam-se como empresas de tecnologias prestadoras de um serviço no qual conectam usuários, clientes e empresas. Embora organizem a produção, façam a gestão da atividade, avaliem, ditem as regras, liguem e desliguem a força de trabalho a elas vinculadas, essas empresas não apenas negam o estatuto de trabalho e de subordinação que caracteriza essas

atividades e a configuração de seus negócios, como também repassam parte significativa dos custos e riscos de seus negócios aos trabalhadores que a elas se vinculam por meio de um contrato de adesão.

Atento a essas mudanças e à atual fase de crescente dependência de infraestruturas informacionais, das tecnologias digitais e da extração e processamento de informações, Nick Srnicek (2017) denominou esses processos de “Capitalismo de Plataforma”, para se referir, principalmente, a uma das dimensões do mundo do trabalho contemporâneo caracterizada pelo espraiamento do trabalho plataformizado por diversos setores da economia, cujas condições e características desautorizam aquelas teses do “fim do trabalho”. Trata-se de um negócio cuja dinâmica toda é fundada na informalização e precarização das relações de trabalho (Véras de Oliveira, 2023).

Dada a similitude com o negócio da Uber, uma das maiores empresas globais de transporte privado de passageiros, essas modalidades de trabalho, que já vinham em franco crescimento e que foram aceleradas pela pandemia da Covid-19 em 2020, também passaram a ser denominadas de “trabalho uberizado”, a exemplo de Abílio (2019). Em países como o Brasil e outros da América Latina, essas novas modalidades de trabalho impactam o mercado de trabalho, reconfigurando ocupações tradicionais, tais como as dos antigos entregadores motociclistas, os motoboys, que se viram pressionados pelas plataformas digitais a terem que a elas se vincular para se manterem no exercício de suas atividades. Apesar de sua heterogeneidade, o trabalho plataformizado tem, assim, como elementos estruturantes, sua condição de subordinação às plataformas digitais e o não reconhecimento, por parte delas, dos vínculos de emprego.

Considere-se, conforme analisa Bensusán (2020), que as tecnologias são postas a serviço das empresas, que as utilizam tendo como um dos objetivos precípuos a redução dos custos do trabalho, contribuindo para a destruição dos empregos tradicionais e/ou os reconfigurando. Contudo, não se pode atribuir o fenômeno da crescente informalização e precarização do trabalho às tecnologias em si. Tais processos resultam, de fato, de decisões empresariais e governamentais, em que se destaca o crescente afrouxamento dos dispositivos de regulação pública do trabalho.

As reformas laborais ocorridas nas últimas décadas em vários países, no Norte e no Sul globais, armaram a cena e criaram o ambiente para a

flexibilização do trabalho, abrindo uma avenida ao trabalho sem direitos. O capitalismo de plataforma emerge e navega nesse ambiente, não apenas se beneficiando mais diretamente de suas medidas de flexibilização de direitos, como também mais amplamente se apoiando nos argumentos que as informaram, com vistas à naturalização e justificação de seu modelo. Sob o discurso do empreendedorismo, da flexibilidade da jornada, da autonomia e suposta liberdade do trabalhador na gestão de seu trabalho etc., nos termos de Amorim, Cardoso e Bridi (2023), expressa, de fato, a radicalização dos processos de externalização, subcontratação, ou da terceirização (termo adotado no Brasil), que ganharam seu primeiro impulso nos anos 1990.

A partir desses processos, proliferaram os estudos sobre o trabalho digital, no mundo, mas também no Brasil e na América Latina, envolvendo uma multiplicidade de abordagens e perspectivas teóricas. Isso se pode constatar, por exemplo, por meio dos trabalhos apresentados nos congressos da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho (ALAST), entre outros, assim como das teses e dissertações, das publicações em livros, capítulos de livros e artigos de revistas científicas. Esses estudos demonstram os esforços em apreender e explicar essas formas de trabalho anunciadas no plano do discurso hegemônico como “modernas”, “criativas” e “tecnológicas”, mas que, dada as condições de informalidade e precariedade em que se encontram, apresentam-se muito próximas daquelas condições típicas do século XIX, tão amplamente denunciadas por uma literatura de matiz mais crítico. Nesse esforço, os pesquisadores, ao se debruçarem sobre as configurações desse trabalho, vêm trazendo contribuições relevantes para a desconstrução das narrativas naturalizantes e apologéticas desse novo momento do capitalismo.

O presente dossiê, denominado “*Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade*”, justifica-se pela importância dos temas relativos ao “trabalho plataformizado” e às discussões sobre o futuro do trabalho e sobre os desmanches da “sociedade salarial”, entendida aqui como aquela dotada de regulação, pautada pela formalização do emprego e direitos do trabalho, estabelecidos pelo denominado “compromisso fordista” nos países centrais e pelo que dele se aproximou nos países periféricos. Ele reúne estudos de países latino-americanos, que permitem conhecer a extensão e difusão do mercado de

plataformas digitais de trabalho, os tipos de trabalho a ela vinculados, as justificativas socialmente apresentadas, as condições de trabalho a que se encontram submetidos esses trabalhadores, as formas de subordinação do seu trabalho às empresas-plataformas, as remunerações reduzidas, os controles despóticos pelos algoritmos, dentre outras dimensões desse amplo e complexo fenômeno.

Para dar conta de uma parte dos temas e questões desse debate, o dossiê está composto de seis artigos, dispostos em uma ordem específica, começando com o estado da arte dos estudos sobre o tema em países selecionados da América Latina, seguido de estudos empíricos e reflexões teóricas e analíticas sobre o trabalho e suas configurações no capitalismo de plataforma.

O primeiro artigo, *“O estado da arte dos estudos sobre capitalismo de plataforma na América Latina”*, de Maria Aparecida Bridi, Roberto Véras de Oliveira e Minor Mora Salas, apresenta um balanço dos estudos sobre o trabalho em plataformas digitais no México, Brasil, Argentina e Colômbia. Ao se debruçarem sobre a literatura já produzida sobre o tema em cada um desses países (não por acaso, são esses os que mais avançaram na disseminação de tais plataformas), os autores buscam dar relevo às particularidades de cada país e ao que há de comum entre eles. Esse balanço permitiu ainda identificar a necessidade de pesquisas sobre o espraiamento de outros tipos de plataformas, nesse processo de avanço da chamada “economia digital”.

O segundo artigo, denominado *“O trabalho de plataforma no Brasil e Argentina: uma visão comparada”*, de Márcia de Paula Leite, Andrea Del Bono e Jacob Carlos Lima, destaca a expansão do trabalho por plataforma e a relação desse processo com as novas tecnologias. A partir da comparação entre Brasil e Argentina, o artigo analisa as condições gerais desse trabalho, especialmente de motoristas e entregadores por plataforma. Trata das condições de remuneração e acesso aos direitos nos dois países. Dá destaque para a importância das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores em busca de melhorias das condições de trabalho e melhor remuneração, em ambos os casos, sempre de modo comparado.

O terceiro artigo, *“Algoritmos y temporalidades sociales. Un análisis de las permanencias, transformaciones y reconfiguraciones del tiempo de trabajo en plataformas bajo demanda en Argentina”*, de Andrea Delfino e Paulina Claussen, focam uma das dimensões centrais da relação capital-trabalho, o tempo de

trabalho, que se constituiu historicamente como objeto de disputa pelo seu controle. As autoras analisam como as plataformas digitais usam e organizam o tempo dos trabalhadores que atuam sob demanda na Argentina, quanto à duração, distribuição e intensidade da jornada de trabalho, identificando a reintrodução de processos similares aos primórdios do capitalismo.

O quarto artigo, “*El trabajo de las mujeres en plataformas de reparto a domicilio con y sin dependientes a su cargo*”, de Carlos Alba Vega e Rosário Aparício, parte de uma análise das características sociodemográficas e socioeconômicas dos trabalhadores que operam por meio de plataformas digitais na cidade do México, denominados como “pessoas trabalhadoras em plataformas digitais”. Trazem os resultados de uma pesquisa probabilística com trabalhadores que atuam nas atividades de entrega de comidas e mercadorias. O estudo traz análises sobre perfil dos entrevistados (idade, estado civil, escolaridade), remuneração semanal, segurança, acidentes, violência e assédio sexual. Uma das ênfases recai sobre a identificação das desigualdades de gênero, sobretudo para as mulheres que se dividem em tempo de trabalho remunerado e não remunerado.

O quinto artigo, “*Juventude e os sentidos do trabalho: experiências e perspectivas dos cicloentregadores plataformizados*”, de Aline Suelen Pires e João Pedro Ferreira Perin, apresenta um estudo sobre os cicloentregadores – trabalhadores que utilizam a bicicleta para o trabalho de *delivery* na cidade de São Paulo. Analisa as dinâmicas do trabalho de entrega de mercadorias, as condições de trabalho, as percepções e as perspectivas e estratégias desses trabalhadores que, em sua maioria, são moradores da periferia e têm baixa qualificação. O artigo tem como recorte o tema da juventude, analisando as razões que levaram os jovens entregadores a se inserir nessa atividade, bem como os sentidos que atribuem ao seu trabalho.

Por último, no sexto artigo, com título “*A ideologia do trabalho e o autogerenciamento subordinado nas empresas-plataforma de entrega de mercadoria*”, Feliipe Coelho Lima, Isabel Keppler, Larissa Leocádio, Isabela Bezerra, Sofia Barbosa, Larissa de França e Maria Luísa Machado analisam os discursos das empresas-plataforma acerca dessa modalidade de negócio e as estratégias por elas utilizadas para a cooptação e convencimento dos trabalhadores. Consideram o discurso do autogerenciamento como ideologia de responsabilização dos trabalhadores, com destaque para a particularidade brasileira centrada na “autonomia”.

O presente dossiê trouxe indicações do atual acúmulo de conhecimentos especialmente empíricos, em países da América Latina, sobre as condições do trabalho controlado por plataformas digitais, o perfil dos trabalhadores, as particularidades dessas modalidades de trabalho na região, os déficits de investigações sobre o espraiamento do trabalho plataformizado em outros setores econômicos, para além do trabalho de transporte individual de passageiros e de entregadores. Apresenta convergências acerca da exploração do trabalho pelas empresas de plataformas e quanto à desproteção do trabalho. Traz abordagens específicas quanto às implicações dessas novas formas de trabalho no que se refere à juventude e às relações de gênero. Esperamos que contribua para o avanço das reflexões sobre o precário mundo do trabalho matizado pelas novas tecnologias e pelos déficits de direitos do trabalho.

Referências

- Abílio, Ludmila. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, 18 (3), 41-51.
- Amorim, Henrique, Cardoso, Ana Cláudia M., & Bridi, Mariaa Aparecida. (2023). Industrial platform capitalism: outsourcings, syntheses and resistances. *Work organisation, labour & globalisation*, 17 (2), 27-46.
- Bensusán, Graciela. (2020). *The transformation of the Mexican Labour Regulation Model and its link to North American economic integration*. ILO Working Paper 15. International Labour Organization.
- Lima, Jacob Carlos, & Bridi, Maria Aparecida. (2019). Trabalho digital, emprego e flexibilização: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno CRH*, 32 (86), 325-325.
- Srnicek, Nick. (2017). *Platform Capitalism*. Polity Press.
- Véras de Oliveira, Roberto. (2023). Capitalismo de plataforma e processo de informalização no Brasil: pontos para debate. In: Cardoso, Adalberto, Santos, Fabiano, & Crivelli, Ericson. (Org.). *Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil*. Editora Contracorrente.

Recebido: 22 jan. 2024.

Aceito: 26 jan. 2024.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Plataformas de repartidores en América Latina: estado del arte

Delivery platforms in Latin America: state of the art

Plataformas de entrega de mercadorias na América Latina: estado da arte

Maria Aparecida Bridi* 

Roberto Véras de Oliveira** 

Minor Mora Salas*** 

RESUMEN

Este texto presenta un estado del arte sobre el trabajo en plataformas digitales en América Latina. Para eso se revisan los principales estudios en cuatro países con alta penetración de estas empresas: México, Brasil, Argentina y Colombia. Inicialmente, fue posible identificar que la mayoría de los estudios se centraron en las plataformas de entrega y conducción; aunque, recientemente, en Argentina y Brasil, se constata un creciente interés por estudiar otros tipos de plataformas, como las vinculadas a trabajadoras del hogar o servicios de cuidado. Nuestra atención se centró en el tema de las plataformas de entrega, buscando observar las particularidades que este tipo de ocupación adquiere en la región.

Palabras clave: trabajo plataformizado, trabajadores, condiciones de trabajo, regulación laboral, acción colectiva.

* Universidad Federal de Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Profesora asociada del Departamento de Sociología (DECISO) y del Programa de Posgrado en Sociología de la Universidad Federal de Paraná (UFPR). Vicepresidente de la Asociación Brasileña de Estudios Laborales (ABET) (2020-2021 y 2024-2025), Coordinadora del Grupo de Estudios Trabajo y Sociedad (GETS/CNPq) Coordina el GT Clacso “Trabajo y configuraciones productivas y de servicios, nuevos sujetos laborales” (2023-2025). macbridi@gmail.com

** Universidad Federal de Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Profesor Titular de la Universidad Federal de Paraíba - UFPB, en el Departamento de Ciencias Sociales y en el Programa de Posgrado en Sociología (Maestría y Doctorado), profesor en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Campina Grande (Maestría y Doctorado). roberto.veras.2002@gmail.com

*** El Colegio de México, Ciudad de México, México. Profesor-investigador del Colegio de México. Doctor en Ciencias Sociales por el Centro de Estudios Sociológicos (CES) de El Colegio de México (2006), Master in Development Studies (Major in Employment and Labor Studies) por el Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands (1998). Fue Profesor-investigador de Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) Costa Rica (2003-2006) y de 2006 a la fecha se desempeña como Profesor Investigador en el CES de El Colegio de México. minora@colmex.mx

ABSTRACT

This text aims to develop a state of the art on investigations around work on digital platforms in Latin America. For such purposes, the main studies in four countries with high presence of these companies are reviewed: Mexico, Brazil, Argentina and Colombia. Initially, it was possible to identify that most of the studies focused on delivery and driving platforms; although, recently, in Argentina and Brazil, there has been a growing interest in studying other types of platforms, such as those linked to domestic workers or care services. Our attention focused on the issue of delivery platforms, seeking to observe the particularities that this type of occupation acquires in this region.

Keywords: platform work, workers, working conditions, labor regulation, collective action.

RESUMO

Este texto apresenta um estado da arte sobre o trabalho em plataformas digitais na América Latina. Para tanto, revisou-se os principais estudos publicados em quatro países com intensa penetração dessas empresas: México, Brasil, Argentina e Colômbia. Inicialmente, foi possível identificar que a maior parte dos estudos esteve centrada nas plataformas de entrega y condução, embora, recentemente, na Argentina e no Brasil se observe crescente interesse por estudos de outros tipos de plataformas, como as vinculadas a trabalhadoras domésticas o a serviços de cuidado. Nossa atenção centrou-se no tema das plataformas de entrega, buscando observar as particularidades que este tipo de ocupação adquire na região.

Palavras-chave: trabalho plataformizado, trabalhadores, condições de trabalho, regulação laboral, ação coletiva.

Introducción

La fragilidad de los mercados de trabajo latinoamericanos, la asimetría de poder entre los actores sociales y la debilidad de las instituciones laborales constituyen rasgos comunes en toda la región, pese a los matices que puedan observarse al adentrarse en casos particulares. La industrialización tardía, el patrón tecnológico y las políticas neoliberales han configurado dinámicas económicas carentes de potencial para generar procesos amplios de inclusión social. En este contexto, las plataformas digitales de trabajo encuentran un terreno fértil para innovar procesos de explotación del trabajo, en tanto que refuerzan tendencias de informalidad preexistentes, al mismo tiempo que las modernizan, al extenderlas a circuitos de alta rentabilidad y tecnológicamente avanzados (Grohmann, 2020; Festi & Véras de Oliveira, 2022).

En el contexto de lo que Srnicek (2017) denomina capitalismo de plataforma, se produce, a escala global, la difusión de un modelo de negocios sustentado en la plataformización del trabajo. Estructurado en torno infraestructuras digitales, nuevas tecnologías – inteligencia artificial, internet de banda ancha, dispositivos móviles “inteligentes”, etc. – y novedosas estrategias de organización y control laboral, este modelo empresarial se abre camino en las más diversas actividades económicas. Aunque, su presencia sólo es visible en las calles de las ciudades, ya sea en los servicios de entrega de mercancías o en el transporte privado de pasajeros. Mediante discursos empresariales que presentan al trabajo plataformizado como innovador y disruptivo, a los trabajadores se les ofrece un mundo “liberado” de las cadenas del trabajo asalariado, lleno de nuevas oportunidades para forjar su propio itinerario laboral y se les convoca, mediante múltiples estrategias publicitarias, a “emprender”, a asumir riesgos, a ser los “dueños de sí mismos”, al tiempo que se exaltan las bondades de la autonomía laboral, la flexibilidad horaria, el ser “tu propio jefe” y el “ganar según tu esfuerzo”.

Las mutaciones que este proceso ocasionó en el mundo del trabajo no han pasado inadvertidas entre los académicos latinoamericanos. En varios países han proliferado las investigaciones sobre los cambios asociados al trabajo controlado por plataformas. La mayoría de estos estudios objetan los discursos empresariales, desvelan el rigor de un modelo de subordinación encubierta, desprovisto de las más elementales normas de protección laboral

y basado en la inteligencia artificial para, con base en algoritmos, someter a la mano de obra a novedosos y eficientes sistemas de control.

Con el objetivo de comprender el trabajo plataformizado la Organización Internacional del Trabajo (ILO, 2021) propuso una distinción básica entre las empresas que organizan sus actividades a partir de su ubicación y las que lo hacen a partir de la web. En las primeras los servicios implican la presencia física de los trabajadores y su localización espacial, como es el caso de conductores y repartidores, el trabajo doméstico, de cuidado, y algunas microtarefas. Las segundas comprenden plataformas cuyas actividades se realizan en la propia web, capaces de ser ejecutadas desde cualquier lugar, con entregas en línea, comprendiendo, entre otras, la realización de microtarefas, la alimentación de sistemas de inteligencia artificial, el abastecimiento de bases de datos, el análisis de imágenes.

Con la intención de realizar un estado del arte sobre los estudios del trabajo en plataformas en América Latina, por constricciones de espacio, nos hemos centrado en cuatro países: México, Brasil, Argentina y Colombia. Centramos el interés en cinco dimensiones: el perfil de los trabajadores; las condiciones de trabajo; la regulación laboral; la acción colectiva y la metodología. En términos expositivos, además de esta introducción, se presenta un sucinto recuento bibliográfico por país y se concluye resaltando los elementos comunes más relevantes.

El carácter emergente de los estudios sobre plataformas de repartidores en México

En México las plataformas digitales de trabajo constituyen una fuente importante de empleo en espacios urbanos. Aunque estas empresas han experimentado un crecimiento sostenido desde 2012, año en que Uber inició sus operaciones en el país, su mayor crecimiento aconteció durante la pandemia de la Covid-19. A partir de esta coyuntura despuntaron las investigaciones sobre el trabajo en las plataformas de reparto y conducción.

Los estudios han buscado responder las siguientes interrogantes: quiénes son los trabajadores; cuáles son sus condiciones de trabajo; cuál es la visión respecto de la organización sindical y cuáles las posibilidades de regulación laboral. Además, sobresale el interés por formular propuestas para normar las relaciones laborales a que dan lugar las plataformas de trabajo.

En relación con el perfil de los trabajadores, sus condiciones de empleo y predisposición organizativa sobresale el texto de Alba Vega, Bensusán y Vega (2021). Este estudio, referido a la Ciudad de México (CDMX), utilizó una metodología mixta que incluyó encuestas cara a cara, entrevistas a profundidad y grupos focales con todos actores relevantes, como repartidores, empresarios restauranteros, clientes y representantes de organizaciones laborales y de las empresas de plataformas.

Los autores muestran que el perfil de los repartidores se caracteriza por el predominio de varones (80%), jóvenes (40%), sin dependientes económicos (70%). Evidencian jornadas prolongadas (de 9 a 10 horas al día), ausencia de cobertura del seguro social, privación de derechos laborales y alta vulnerabilidad por accidentes de tránsito. El 83% de los repartidores considera este trabajo como un empleo de mediano y largo plazo y menos de 1/5 parte se define como trabajador subordinado o asalariado. Predomina una valoración positiva del trabajo, destacando que sus ingresos son más altos que en empleos anteriores, la flexibilidad horaria y el trabajo independiente. Sobre la dimensión organizativa, se constata que sólo el 2.7% pertenece a algún grupo organizado. Además, 85% de los repartidores desconfía de los sindicatos porque no defienden los intereses de los trabajadores y carecen de poder para lograr mejoras en sus condiciones laborales. Empero, los repartidores, contrario a lo que se cree, muestran una alta disposición a luchar para mejorar sus condiciones de trabajo (94%).

Carreón *et al.* (2021) investigaron el impacto económico de las plataformas de entrega de alimentos en la economía mexicana, considerando a: repartidores, restaurantes, consumidores y las empresas de plataformas. De alcance nacional, la investigación se basa en fuentes secundarias (ENOE), estimaciones indirectas y en entrevistas a los actores del campo en la CDMX. Se argumenta que las “*empresas digitales de servicios bajo demanda*” generan importantes beneficios al facilitar un mayor crecimiento económico, la generación de valor en el sector restaurantero, la reducción de los costos de transacción entre establecimientos y clientes, la creación de nuevas oportunidades de trabajo, la ampliación del portafolio de elección de consumo de los usuarios y la disminución de los contaminantes tipo CO₂. En cuanto a los repartidores, además de empleo, obtienen un ingreso promedio diario superior al salario mínimo y un ingreso horario por encima del ingreso promedio por hora de la población ocupada. Su ingreso promedio mensual creció 117%, entre 2012

y 2020, en comparación con un crecimiento de un 25% para el total de los ocupados. Además, los repartidores de empresas digitales valoran de manera positiva su autonomía laboral y su flexibilidad horaria.

Heatley *et al.* (2022) asumen, en contraste, una posición crítica sobre el trabajo de los repartidores y abogan por propiciar una distribución más justa de los beneficios económicos generados en este sector. Esta investigación, realizada en 2021, en la CDMX, se sitúa en el período de inicio de la llamada “nueva normalidad”. También se funda en una metodología mixta: una encuesta – cara a cara – y entrevistas cualitativas a repartidores, dueños de restaurantes y líderes de organizaciones de repartidores.

Los autores sostienen que el trabajo de repartidor de app está caracterizado por remuneraciones bajas, largas jornadas, privación de seguro social, ausencia de apoyo en caso de enfermedad o accidentes viales, prácticas discriminatorias por parte de restaurantes y clientes, por lo que la precariedad laboral es aguda. En cuanto al perfil sociodemográfico, refuerzan la idea de que se trata de un trabajo masculinizado, con predominio de jóvenes con educación media superior o terciaria. En el terreno organizativo, también subrayan la falta de interés de los repartidores en las organizaciones laborales, lo cual es atribuido a la desconfianza que tienen respecto de los sindicatos, la corrupción de los líderes y el temor a represalias por parte de las plataformas. Pero, manifiestan un marcado interés por tener seguro social y acceso a las prestaciones laborales básicas. El estudio subraya la desconfianza de los repartidores respecto del gobierno, al cual perciben como lejano e interesado en la captura de rentas por medio del cobro de impuestos. No menos importante es la crítica a las plataformas, por su falta de transparencia, la imposición de sanciones arbitrarias y el desinterés en el bienestar de los repartidores.

Azuara *et al.* (2022) se preguntan por el perfil de los repartidores de Didi-Food, sus preferencias de aseguramiento, ahorro para el retiro y seguro de salud. El estudio presenta los resultados de dos encuestas probabilísticas, de alcance nacional, una aplicada a conductores y otra a repartidores, realizadas en 2021. En relación con el perfil de los repartidores se observa una alta masculinización (95%), predominio de la mano de obra juvenil (68%) y el cambio de su estatus laboral, ya que previamente el 61% era asalariado. Los autores destacan que el 70% no contribuye a algún sistema de jubilación y aunque 3/4 partes disponían de una cuenta para el retiro voluntario, sólo

una décima parte realizó algún aporte en el último año. Menos de 1/5 parte tiene acceso a un seguro de salud y 2/3 partes tienen mucho interés en tener un seguro de gastos médicos.

Para disminuir la vulnerabilidad por carencia de seguridad social, los autores recomiendan fomentar el seguro voluntario y la capitalización individual. Proponen que este sistema puede ser administrado por instancias públicas o por las propias empresas de plataforma. Se trata de un enfoque pro-empresarial que transfiere a los repartidores la responsabilidad de gestionar su seguridad social y no discute la naturaleza del vínculo laboral entre empresas de plataforma y los repartidores.

Las investigaciones relacionadas con la regulación del trabajo en plataformas digitales desarrollan abordajes más analíticos. Bensusán (2020) ubica el debate de la regulación del trabajo en plataformas como un tema fundamental. La autora realiza una minuciosa revisión de la experiencia de la jurisprudencia internacional en la materia. Adicionalmente, se apoya en entrevistas a trabajadores de Rappi y Uber-Eats y a choferes de Uber y a otros actores ligados a las instituciones laborales en la Ciudad de México. A su entender, en el dominio jurídico, lo central es determinar si las empresas de plataformas son intermediarios comerciales o prestadoras de servicios con responsabilidad laboral. Lo que se resuelve observando quién tiene el control sobre la fuerza laboral; aunque también propone otros criterios complementarios como el de ajenidad, el poder de dirección y de disciplinamiento. A la luz de estos criterios y las resoluciones jurídicas en varios países, se concluye que las plataformas digitales de trabajo mantienen una relación de subordinación laboral con los trabajadores. Por lo tanto, debe regularse a estas empresas teniendo en cuenta el carácter “sui generis” de este tipo de trabajo. Sin embargo, subraya que no hay consenso entre los especialistas en torno a cómo orientar la regulación laboral de las plataformas. Además, sostiene la necesidad de promover el diálogo con estas empresas para proponer modelos de regulación viables.

Por su parte, Ramírez, Picasso y Gonzáles (2021) se adentran en esta misma temática adoptando la perspectiva del trabajo precario y atípico. Para ello examinan las medidas ejecutadas en diferentes países, principalmente europeos, para enfrentar las inseguridades laborales derivadas del trabajo en plataformas, retomando para tales efectos la perspectiva de la inseguridad laboral desarrollada por Standing. Los autores realizan una investigación

bibliográfica de alcance internacional, enfatizando el período 2015 al 2020. Sostienen que el trabajo de las plataformas digitales es atípico y que, en algunos casos, como en las empresas de reparto y conducción, también es precario. Los autores argumentan en favor de reconocer el carácter subordinado del trabajo en plataformas y, por tanto, la necesidad de garantizar el ejercicio de los derechos laborales fundamentales. Proponen avanzar en esta dirección mediante la estrategia de “garantía laboral universal” – de la Comisión Mundial sobre el Futuro del Trabajo – y elaboran un conjunto de propuestas específicas para México.

Un tercer texto en esta dirección es el de Dávila (2022), el cual tiene como propósito analizar las implicaciones que conlleva la definición de los trabajadores de plataformas como independientes. Se sostiene que, por definición jurídica, al definir a estos trabajadores como autónomos, se les excluye del acceso a la seguridad social y del ejercicio de los derechos laborales, toda vez que la norma jurídica mexicana establece que los mismos sólo aplican en presencia de una relación laboral subordinada. Los trabajadores independientes sólo pueden asegurarse por medio del régimen de incorporación voluntaria. Dávila sostiene que este es un camino de inclusión restringido pues sólo da acceso al seguro social al tiempo que excluye del acceso a un sistema de protección social en sentido amplio (protección contra riesgos del trabajo, enfermedades y maternidad; invalidez y vida; sistema de ahorro para la jubilación; guarderías públicas para los hijos de los trabajadores afiliados a la seguridad social). Por esta razón considera que debe pugnarse por una incorporación plena de estos trabajadores a la seguridad social, lo cual exige reconocer su estatus de trabajadores subordinados.

La abundancia de estudios sobre el trabajo en plataformas en Brasil

Brasil es, por mucho, el país de América Latina con mayor número de estudios y diversidad sobre el trabajo en plataformas. Predominan las investigaciones sobre plataformas basadas en la ubicación, destacando las relacionadas con conductores y repartidores de mercancías. Algunos de estos estudios buscaron estimar, basándose en datos de la PNAD Continua

y una combinación de metodologías, las dimensiones de este segmento de trabajadores, como lo hicieron García (2021), Manzano y Krein (2020, 2022) y Góes, Firmino y Martins (2022), cuyos cálculos indican la presencia 1.5 millones de trabajadores en este tipo de empresas.

En los estudios prevalece el abordaje cualitativo y la atención al análisis de los perfiles y las condiciones laborales de estos trabajadores. Barbosa (2020), Abílio *et al.* (2020), Góes, Firmino y Martins (2022), Festi y Vêras de Oliveira (2022) han identificado que estos trabajadores son mayoritariamente hombres, con educación media, se autodeclaran negros o mulatos, sus jornadas son extensas, de más de 10 horas diarias, durante seis o siete días a la semana. También se destaca la opacidad del control algorítmico y la desestandarización de las jornadas de trabajo en las empresas de plataforma. Además, identificaron que la mayoría de los entrevistados provenían de ocupaciones asalariadas formales e informales, estaban desempleados o se trataba de su primera ocupación. Otros estudios también han relacionado el avance de estas ocupaciones con las múltiples crisis políticas, económicas y del empleo en el país (Manzano, Krein, 2020; Bridi, 2020).

Según Kalil, Fonseca y Almeida (2021), Almeida (2022), Dutra y Festi (2020), las plataformas digitales, al autodefinirse como empresas de tecnología a servicio de los usuarios – clientes, conductores o repartidores –, niegan a los trabajadores el estatuto de empleados, al mismo tiempo que intentan inculcarles la idea de que son “socios”, “empresarios de sí mismos” o “autónomos”. Carelli (2020), desde la perspectiva del derecho laboral, también cuestiona estos fundamentos del discurso empresarial, enfatizando la naturaleza subordinada de este tipo de trabajo, ya que no son los trabajadores quienes organizan y gestionan las plataformas, ni controlan los datos de los clientes ni establecen los precios de sus servicios. Doneda y Almeida (2018), Vazquez *et al.* (2022), Grohmann (2020), Abílio (2019), Amorim y Moda (2020), Tozi, Duarte y Castanheira (2021) confirman esta subordinación y analizan cómo las empresas, mediante algoritmos, gestionan el trabajo, desconectan, establecen rutas, distribuyen tareas y prescriben las condiciones generales de prestación de servicios, incluido el trato con los clientes. Kalil, Fonseca y Almeida (2021) y Almeida (2022) analizan las diversas estrategias que movilizan estas empresas para negar el reconocimiento del vínculo laboral y evadir las demandas que interponen los trabajadores en los tribunales de trabajo.

El tema de la regulación laboral, como señalan Scapini y Biavaschi (2022), está en plena disputa, observándose una participación más explícita de las empresas, una división entre los trabajadores y las organizaciones que los representan en torno al tipo de regulación que debe promoverse, fallos judiciales discordes, proyectos de ley fragmentados y contradictorios. Machado (2022), al analizar la jurisprudencia producida sobre la calificación del contrato de trabajo en las plataformas digitales, identificó una tendencia en contra del reconocimiento de la relación laboral, mediante la cual se reafirma la condición autónoma de estos trabajadores. Entre los argumentos utilizados en las decisiones se destacan la valoración de la libertad, la autonomía y la flexibilidad del trabajo, así como la necesidad de reconocer el carácter innovador y disruptivo de las innovaciones tecnológicas que no se ajustarían a una relación típica de empleo. Las propuestas en trámite en el parlamento hasta 2022, enfocadas en el trabajo de repartidores, se refieren a aspectos puntuales y prevén medidas mínimas de seguridad. Por lo tanto, existe una urgencia en asociar el trabajo controlado por las plataformas con los derechos de ciudadanía laboral.

En un estudio sobre los conductores de Uber, Leme (2020) propuso que la adhesión y el control de los conductores de aplicativos se realizan mediante el uso de herramientas de neuromarketing, las cuales involucran técnicas de publicidad, teoría de los colores y captura de subjetividad. Por su parte, Barbosa (2020), basándose en el enfoque de Pierre Dardot y Christian Laval, considera que la percepción de los entrevistados sobre la autonomía y flexibilidad se funda en la ideología neoliberal, en la idea del trabajador como emprendedor de sí mismo, que lo lleva a comportarse como un individuo-empresa. También Machado y Zanoni (2022) destacan que los procesos de “dataficación” y las formas contemporáneas de control, ejercidas con base en las nuevas tecnologías, imponen la necesidad de comprender los procesos de subjetivación y el cómo acontece la autogestión subordinada en estas modalidades de negocio.

En un intento por teorizar sobre el “capitalismo industrial de plataforma”, Amorim, Cardoso y Bridi (2022) argumentan que las plataformas son una continuación, de forma radicalizada, de los procesos de externalización de la producción desencadenados en las últimas décadas del siglo XX con el objetivo de extraer más plusvalor de los trabajadores, sometiéndolos a un control en tiempo real. Sin embargo, esto no ocurre sin resistencias de la mano de obra,

lo que ha generado un ambiente marcado por conflictos, como destacan varias investigaciones. Las respuestas de los trabajadores asumen diversas formas. Según Kalil (2020), la acción colectiva, a pesar de las restricciones, se lleva a cabo por medio de estructuras tradicionales, como los sindicatos, pero también por vía de la formación de colectivos, foros en línea y cooperativas. Tejer lazos de solidaridad entre trabajadores que no realizan sus actividades en el mismo espacio físico y de manera simultánea constituye un gran desafío, que se está encarando con la comunicación digital (Grohmann, 2020).

Un momento destacado de movilización de este segmento de trabajadores en Brasil se produjo en el contexto de la pandemia de Covid-19, cuando el deterioro de las condiciones objetivas de trabajo y la percepción de la actividad como esencial estimularon las protestas. Por ejemplo, el “Paro de las Apps” tuvo lugar a nivel nacional en 2020, y sus principales demandas fueron el aumento de las tarifas, la necesidad de puntos de apoyo para sus actividades, el fin de las desconexiones consideradas injustas y la seguridad en el trabajo (Galvão, 2020; Dutra & Festi, 2020; Festi & Vêras de Oliveira, 2022).

Algunos estudios en Brasil señalan la expansión del trabajo en plataformas hacia diversos sectores económicos en las modalidades basadas en la web y, principalmente, las de ubicación geográfica. Cardoso y Pereira (2023) llaman la atención sobre el trabajo de cuidado y el trabajo doméstico. En cuanto a las ocupaciones que se desarrollan en la web, se destaca el estudio de Grohmann *et al.* (2022, p. 3), centrado en las “granjas de clics”, señalando que en estos casos predominan mujeres con experiencia de trabajo en la informalidad. También el estudio de Machado y Zanoni (2022) identificó diferencias importantes tanto en los perfiles de los trabajadores como en las condiciones de trabajo. Mientras que en la modalidad de entrega de mercancías predominan los trabajadores que se identifican como mestizos o negros y son en su mayoría hombres, en la modalidad web, además de ser más jóvenes, predominan los que se declaran blancos y tienen un nivel superior de educación. Las diferencias en los perfiles, la remuneración, las condiciones de trabajo y en los niveles de participación en acciones colectivas, dependen de varios factores, incluido el tipo de plataforma y actividad que realizan (Bridi, 2022). Un rasgo común en estas diversas formas de trabajo es su carácter precario e informal, lo que resalta la urgencia del debate público sobre su regulación y la importancia de la organización y lucha de estos trabajadores.

Las plataformas digitales en Argentina frente al estándar histórico de regulación laboral y organización sindical

En un contexto de inestabilidad económica, informalización y precarización laboral se expandieron las plataformas digitales en Argentina. Según Arias, Diana Menéndez y Haidar (2020), empresas como Rappi, Glovo y PedidosYa disfrutaron de “condiciones cuasi óptimas” para establecerse en Argentina: un gobierno de orientación neoliberal (2015-2019), un contexto de desempleo y precarización laboral, la presencia de nuevos flujos migratorios, principalmente de Venezuela, y experiencia previa en el giro de servicios de entrega.

González Cao (2018), en uno de los primeros trabajos sobre el tema, destaca las tendencias hacia la digitalización de la economía, la introducción de nuevas relaciones laborales, su impacto en las modalidades de tributación y en la seguridad social. Lo que denomina como “economía de los pequeños mandados” representaría un cambio de paradigma en relación con las formas tradicionales de empleo. Sugiere que los trabajadores ligados a estas actividades deberían ser conceptuados como autónomos, pero económicamente dependientes. Concluye subrayando la urgencia de legislar sobre el tema, especialmente en materia de seguridad social, para evitar la informalización del trabajo.

El primer gran estudio sobre plataformas en Argentina fue realizado por Madariaga *et al.* (2019), en el marco de un convenio entre CIPPEC, BID Lab y OIT, generando una amplia caracterización de las modalidades de trabajo y gestión, así como un análisis de las condiciones laborales en el sector. El estudio se hizo por medio de la aplicación de un cuestionario a 603 encuestados (muestra no probabilística) y más de 30 entrevistas en profundidad a trabajadores de 11 plataformas, además de entrevistas semiestructuradas con gerentes de estas empresas. Se constató que alrededor de 160,000 trabajadores estaban involucrados en diversas plataformas digitales (representando el 1% del total de los ocupados). Los trabajadores encuestados eran en su mayoría hombres, jóvenes, con un alto nivel educativo, ingresos heterogéneos, largas jornadas laborales, una presencia significativa de migrantes y tenían en esta actividad su principal fuente de ingresos, la mayoría eran trabajadores autónomos, y aquellos que realizaban contribuciones a la seguridad social – poco más de la mitad – estaban inscritos en el régimen de monotributación.

Mourelo (2020) realizó otro estudio para la oficina de la OIT en Argentina, involucrando los servicios de mensajería y entrega de productos a domicilio en las plataformas Glovo, Rappi y PedidosYa, en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Se indagó el modelo de negocio, las modalidades de vínculos laborales, las características sociodemográficas y las trayectorias laborales de los repartidores, sus condiciones de trabajo y el análisis jurídico de las relaciones laborales. La investigación se basó en una encuesta, realizada por la Dirección Nacional de Fiscalización del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social; se aplicaron 301 cuestionarios a los repartidores (en colaboración con FLACSO) y cuatro entrevistas grupales con participaron de 26 trabajadores.

El estudio presenta un perfil convergente, en sus aspectos principales, con lo señalado por Madariaga *et al.* (2019). Reafirma la existencia de una relación de dependencia económica y jurídica, a pesar de que los repartidores son propietarios de algunos de los medios necesarios para prestar el servicio, asumen los riesgos y responsabilidades de la actividad y normalmente se consideran trabajadores independientes; y a pesar de la inexistencia de algún compromiso de exclusividad con una plataforma específica y de las discrepancias de la jurisprudencia internacional en cuanto al tipo de relación existente entre las empresas de plataformas y los repartidores. En calidad de “monocontribuyentes”, estos trabajadores tienen acceso a una mínima cobertura social que contrasta con el régimen de protección social de los asalariados.

En un trabajo para la CEPAL, Goldín (2020), basándose en los datos producidos por Mourelo (2020), sitúa los impactos en las formas de trabajo que generan las plataformas digitales haciendo referencia a la desregularización contractual, la proliferación de formas “atípicas”, la difuminación de las fronteras entre el trabajo dependiente y el trabajo autónomo y una tendencia a la desvinculación del sistema de protección social de la situación ocupacional. Con la aparición del trabajo de plataformas, surge un dilema sobre la clasificación jurídica de los trabajadores como dependientes, autónomos o pertenecientes a una tercera categoría. Goldín concluye defendiendo que, en términos de regulación laboral, debería prevalecer la norma más favorable para la fuerza de trabajo. En cualquier situación, se debe garantizar la libertad de asociación y negociación colectiva (según los lineamientos de la OIT).

En un estudio sobre los repartidores de Glovo y Rappi, en las ciudades de Buenos Aires y La Plata, enfocado en la relación entre los trabajadores y las plataformas, sus condiciones de trabajo y los desafíos de su organización colectiva, Del Bono (2019) critica la noción de “economía colaborativa” y prefiere referirse a categorías como “capitalismo de plataforma” y “trabajo bajo demanda”. La autora sostiene que las plataformas disfrazan el vínculo laboral de su relación con los repartidores, autodenominándose “empresas tecnológicas” y considerando a los trabajadores como “autónomos”. Al operar en un vacío regulatorio y legal, estas empresas contribuyen al aumento de la informalidad y de la precariedad laboral.

Del Bono (2019) también resalta que, desde 2018, los repartidores han llevado a cabo movilizaciones y formaron la Asociación de Personal de Plataformas. Los repartidores – principalmente jóvenes y con una destacada presencia de migrantes venezolanos – reivindican, casi siempre al margen de los sindicatos, el aumento en el valor del viaje, el fin de los “bloqueos de cuentas” impuestos por las plataformas y la formalización de los vínculos laborales. Las respuestas de las empresas combinan medidas de persuasión publicitaria y coerción como bloqueos de cuentas. El gran desafío consiste en enfrentar una forma de gestión algorítmica del trabajo, basada en la vigilancia continua de los trabajadores y en la evaluación constante de su desempeño por parte de los clientes, así como en la negación del vínculo laboral y del derecho a la organización sindical.

Arias, Diana Menéndez y Haidar (2020), en un estudio sobre los repartidores de Rappi, Glovo y PedidosYa en Buenos Aires, argumentan que la tradición sindical argentina ha sido cuestionada por un paradigma laboral basado en el discurso del emprendimiento y una alta rotación de los trabajadores. Analizan las experiencias de la Asociación de Personal de Plataforma (APP), creada en 2018, de tradición horizontalista y confrontacionista, identificada con la CTA, y la Asociación Sindical de Motociclistas, Mensajeros y Servicios (ASIMM), existente desde 2001, de tradición verticalista y concertadora, identificada con la CGT y que ha buscado adaptarse a las plataformas digitales. Mientras que la APP surgió de las protestas que involucraron a los repartidores de Glovo y Rappi, abogando por la lucha directa, la ASIMM priorizó a los repartidores de PedidosYa y las acciones de negociación. Sin embargo, después de la victoria de Alberto Fernández, la APP obtuvo reconocimiento legal y adoptó una posición

más negociadora. Los autores concluyen destacando la importancia de las tradiciones sindicales en la definición de los caminos adoptados por los trabajadores de plataformas en sus procesos de organización. Sin embargo, los desafíos inherentes a las empresas de plataformas han requerido que estas tradiciones sean más flexibles, renovando concepciones, prácticas y estrategias. También los efectos de la dinámica política y las orientaciones político-ideológicas de los gobiernos deben considerarse en el análisis, más allá de la importancia de la acción directa y la negociación con las empresas.

Durante la Covid-19, el trabajo en las plataformas de entrega se expandió y, ante las condiciones precarias de trabajo, los conflictos se intensificaron. Delfino y Claussen (2021) estudiaron las movilizaciones de los trabajadores en las ciudades de Rosario y Santa Fe en esa coyuntura. Comenzaron analizando la participación local en la segunda y tercera huelga internacional de estos trabajadores y en el movimiento nacional que ocurrió entre ambas, en 2020, donde se destacaron la Asociación de Trabajadores de Reparto y la Red de Trabajadores Precarizados. Un segundo tipo de acción abordada refiere a una carpa instalada, frente a la sede del Gobierno, por empleados de la Asociación de Comercio de Rosario y por trabajadores de plataformas de entrega, que durante 170 días ofreció servicios de salud, refugio y apoyo a repartidores. Un tercer tipo de acción discutida fue la postura crítica de los repartidores frente al “apagón” de los emprendedores gastronómicos y su actitud antisindical. Las autoras también registran que, en el período analizado, hubo movilizaciones de trabajadores en Rosario en oposición a los proyectos de regularización de su vínculo de trabajo con las plataformas. En cuanto a las respuestas del Estado a las demandas y acciones de los diferentes actores, no hubo atención alguna a las reivindicaciones de los repartidores.

Micha, Poggi y Pereyra (2022), en un enfoque sobre las plataformas de entrega y transporte de pasajeros en el Área Metropolitana de Buenos Aires, discuten sus implicaciones en las desigualdades de género. Entrevistaron a 70 trabajadores de Uber (transporte) y de PedidosYa, Glovo, Rappi y Uber Eats (entrega), de manera individual (por teléfono) y colectiva, un tercio de las entrevistadas eran mujeres. Además, se aplicó un cuestionario a 750 trabajadores, incluyendo 300 repartidores y 450 conductores, con un total de 150 mujeres en cada uno de los dos grupos. En el caso de los repartidores, también se utilizó una encuesta realizada por la oficina local

de la OIT en 2020. Esas autoras hallaron que las mujeres se sentían atraídas por el trabajo en las plataformas por la flexibilidad horaria y la dificultad de encontrar otro empleo y por el carácter impersonal de los procesos de reclutamiento de estas plataformas – ya que no requieren una interacción cara a cara, lo cual evita la discriminación de género. Observaron que entre los hombres la flexibilidad horaria se relaciona con un sentimiento de libertad; en contraste, para las mujeres se asocia con la posibilidad de combinar el trabajo con las responsabilidades familiares. Durante la pandemia de la Covid-19, la proporción de mujeres en el trabajo de entrega aumentó significativamente, aunque sin llegar a desplazar la predominancia de los varones en esta actividad; previamente muchas repartidoras estaban inactivas y buscaban complementar los ingresos familiares. El rendimiento económico diferenciado entre los repartidores y conductores masculinos y femeninos, medido en función de las horas de trabajo y los ingresos, se asociaba con las restricciones que enfrentan las mujeres en esta actividad, en razón de sus responsabilidades de cuidado y trabajo del hogar, así como con su percepción de mayor inseguridad y acoso en el ejercicio del trabajo.

La brecha entre los estudios académicos y el avance de las plataformas digitales en Colombia

En cuanto a las plataformas digitales, Colombia destaca en la región, por la creación de Rappi, en 2015, empresa que posteriormente se expandió a otros países de la región. En el mismo período, Uber Eats, Mensajeros Urbanos, Glovo y Domicilios.com también llegaron al país, convirtiendo esta actividad en una de las principales fuentes de subsistencia para la población migrante – básicamente venezolanos – y con baja empleabilidad (Sánchez & Maldonado, 2020).

Según Sánchez y Maldonado (2020), desde 2016, existen noticias de protestas de repartidores, las cuales ganaron mayor visibilidad con el movimiento “Paro hora 0” en 2019. En 2020, surgieron el Movimiento Nacional de RepartidorXs de las Plataformas Digitales (Sánchez & Maldonado, 2020) y la Unión de Trabajadores de Plataformas (Monsalve, 2022), con el apoyo de ONGs como Temblores, Viva la Ciudadanía, Defensa, Centro de Solidaridad y la Central Unitaria de Trabajadores. A pesar de esto y en contraste con

otros países de la región, especialmente Brasil y Argentina, los estudios sobre plataformas digitales en Colombia son escasos.

Un estudio pionero es el de Fernández y Benavides (2020), realizado en el marco de Federasollo, con financiamiento de Rappi. El enfoque se centró en el análisis del desempeño económico – magnitud, relevancia y productividad del trabajo – y social – capacidad de generación de trabajo e ingresos – de las plataformas digitales. Se basó en la aplicación de 15,000 cuestionarios, en 2020, de los cuales 4,843 se realizaron a proveedores de servicios, 138 a socios institucionales y comerciales de plataformas digitales, 10,312 a usuarios y también 10 entrevistas en profundidad.

Ante la tensión entre la flexibilidad y la protección laboral, los autores señalan tres alternativas: (a) flexibilizar el mercado laboral asalariado, (b) formalizar a los informales o restringir el trabajo independiente, o (c) crear una tercera modalidad de trabajo que incluya las “ventajas” del trabajo asalariado y el trabajo autónomo. Admiten que la flexibilización del mercado laboral sin una red de protección social puede comprometer el financiamiento de la seguridad social. Sin embargo, por el alto grado de informalidad y los bajos salarios, podría ser económicamente conveniente contar con un sector más formal que el trabajo independiente y más flexible que el asalariado, que pueda adaptarse a cambios bruscos en la demanda. En ese sentido, las plataformas pueden ser un vehículo para la formalización y flexibilización de la economía al mismo tiempo.

Sanches y Maldonado (2020) consideran que la relación de los repartidores con las plataformas es una zona indefinida y en disputa. Las plataformas, al tiempo que tratan a los trabajadores como “autónomos”, ejercen un estricto control sobre ellos. Por otro lado, no existen avances en la regulación de la actividad, aunque hay varios proyectos, de alcance limitado, en el parlamento. A partir de este diagnóstico, los autores se centran en la movilización de los repartidores digitales, sus repertorios de acción y los obstáculos en la lucha por el reconocimiento legal y social, especialmente en la actuación del Movimiento Nacional de RepartidorXs Digitales frente a Rappi. Sus reivindicaciones buscan confrontar las extensas jornadas de trabajo, las distancias, las tarifas, los bloqueos constantes y la falta de seguridad. El “Paro hora 0” fue el momento más destacado, especialmente en Medellín. En respuesta, las plataformas identificaron y sancionaron a los manifestantes. En 2020, el movimiento dio un paso adelante al crear

el Movimiento Nacional de RepartidorXs de las Plataformas Digitales. Sin embargo, estas protestas aún no han logrado concretarse en cambios en la legislación laboral.

Jassir (2020) se enfoca en la regulación del trabajo en plataformas digitales. Se basa en la “Encuesta para los trabajadores de Rappi”, realizada en 2019 por el Observatorio del Trabajo de la Universidad del Rosario, el Centro de Solidaridad y la Escuela Sindical Nacional, en coordinación con los Centros de Asistencia al Trabajo. Realizada en Bogotá, Medellín y la sabana de Bogotá, con 318 “rappitenderos” (repartidores de Rappi), la encuesta reveló que estos trabajadores son principalmente hombres, jóvenes, con educación secundaria, alta presencia de venezolanos, que utilizan más la bicicleta que la moto, la mayoría son jefes de familia, tienen hijos y consideran a Rappi como su principal fuente de ingresos. Trabajan jornadas extensas, enfrentan precarias condiciones laborales y tienen baja afiliación sindical. Para el autor, la noción de dependencia jurídica tecnológica evidencia la naturaleza subordinada del trabajo en las plataformas digitales y la necesidad de regular la relación mediante un contrato de trabajo. Sin embargo, los dos principales proyectos de ley en trámite, en ese momento, el PL-190 y el PL-296, ambos de 2019, no preveían el reconocimiento de la relación laboral, limitándose a la adopción de formas restrictivas de protección.

Tirado (2022), también centrada en Rappi, aborda la naturaleza de la relación entre los trabajadores y la plataforma y busca comprender las percepciones de los “rappitenderos” y la empresa sobre este vínculo. La mayoría de los entrevistados eran hombres jóvenes, venezolanos, con educación promedio y consideraban a Rappi como su principal ocupación. Para la mayoría, trabajar en la plataforma se explicaba por la dificultad de encontrar otro empleo. Predominaban las jornadas laborales de más de 48 horas semanales, en seis o siete días a la semana. Solo un tercio admitió que no tenía autonomía para decidir cuándo y cuánto trabajar. Sin embargo, contradictoriamente, la mayoría admitió haber recibido instrucciones de Rappi sobre cómo prestar el servicio. Según Rappi, los repartidores son “emprendedores independientes” que prestan sus servicios con base en un contrato de mandato con los clientes (en el cual la plataforma no participa), y les corresponde a los repartidores determinar su horario de trabajo. Pero Rappi admitió que les impone y les gira instrucciones sobre qué hacer. Con base en la evidente subordinación, la autora concluye que la

relación contractual entre las partes debería ser de naturaleza laboral. Según Duran (2022), en su estudio sobre los casos de Rappi y iFood, siguiendo el mismo enfoque y la misma línea argumentativa, las plataformas promueven una subordinación con apariencia de “autonomía”, lo que crea un vacío normativo en cuanto a las obligaciones que tienen con los trabajadores que emplean bajo esta modalidad.

Desde otra perspectiva, Monsalve (2022) analiza las plataformas digitales de entrega en Medellín desde el punto de vista de su inserción en las dinámicas actuales de acumulación de capital. Utiliza dos conceptos principales, el de “plusvalía” en Marx y el de “trabajo no clásico” de Enrique de la Garza Toledo. En un contexto de “deslaborización” de las relaciones de trabajo, con la proliferación de diversas formas de subcontratación, las plataformas agravan aún más la naturaleza históricamente informal y precaria del trabajo. Al analizar la retención y apropiación de valor vía la intermediación, considerando la comisión cobrada al restaurante y la transferencia de costos al trabajador, estimados en 22,5% y 39,6% respectivamente, el estudio concluye que las plataformas retienen aproximadamente el 30% del valor generado con el servicio.

Otros estudios completan este panorama, como el de Forero (2018), sobre las acciones del gobierno como garante del derecho al trabajo formal, y el de González (2021), sobre la repercusión mediática de las condiciones de trabajo de los rappitenderos. Sin embargo, a pesar de la acumulación de conocimientos alcanzada, el estado del arte en Colombia es insuficiente para encarar las exigencias del debate público.

Conclusiones

El análisis de la investigación latinoamericana sobre las plataformas digitales de entrega permite resaltar los siguientes elementos:

Primero, el avance de esta agenda de investigación tiene un ritmo desigual entre países. Destacan Brasil y Argentina como los dos casos con comunidades académicas más activas en este campo. Su producción no sólo es más vasta, sino también la más comprensiva temática y sectorialmente. En concreto, en estos dos casos, el estudio del capitalismo plataformizado ha cautivado el interés de un grupo más numeroso y activo de investigadores,

quienes, además de tratar temas estudiados en otros países de la región – perfil de los trabajadores de plataformas, condiciones de trabajo, estatus del vínculo laboral y estrategias de regulación – también han generado una masa crítica de conocimientos y evidencias empíricas en torno a otras temáticas: teorización crítica en torno al capitalismo de plataformas, organización y luchas de los trabajadores de reparto; estrategias de gestión y control algorítmico; resistencias y negociación frente a tales prácticas; disputas y resoluciones judiciales, entre otros. Es llamativo que países con comunidades académicas densas en el campo de estudios laborales y alta penetración del modelo de trabajo plataformizado en sus economías, como México y Colombia, no hayan generado aún un cúmulo significativo de investigaciones sobre esta temática.

Segundo, la investigación ha tendido a concentrarse en el estudio de las plataformas de trabajo basadas en la ubicación, priorizando las plataformas de transporte y de entrega. Aún son escasos y, en no pocos casos, pioneros, los estudios sobre otro tipo de plataformas como las de alojamiento, servicios del hogar o microtarefas locales, aunque debe reconocerse que hay un interés creciente por incursionar en estas áreas. No parece acontecer lo mismo, hasta la fecha, con la pesquisa en las denominadas plataformas digitales de trabajo basadas en la web. En consecuencia, la comprensión lograda sobre el trabajo plataformizado es aún limitada y parcial. Uno de los desafíos más importantes es subsanar este desbalance, lo cual impone considerables retos metodológicos en función de las mayores dificultades para visualizar, identificar y analizar a los trabajadores de las denominadas plataformas basadas en la web.

Tercero, aunque el enfoque de género haya enriquecido el estudio de los mercados de trabajo, el mismo no ha logrado establecerse como un rasgo característico de la investigación sobre plataformas de trabajo en América Latina. Las pesquisas que incorporan esta óptica son apenas incipientes y su desarrollo constituye otro de los desafíos principales. En parte, ello es atribuible al énfasis otorgado a las plataformas de transporte y de entregas, ocupaciones altamente masculinizadas en la región, así como a la ausencia de estudios sistemáticos y comprensivos sobre las plataformas de empleo feminizado, como las de cuidado o las de servicios para el hogar.

Cuarto, los estudios sobre luchas sociales de los trabajadores de plataformas de entrega muestran que a pesar de la diversidad, atomización, fragmentación y disputas entre los actores laborales que concurren en este

campo, tanto como de las prácticas de aislamiento, persecución y represión que han promovido las empresas de plataforma, existe un movimiento en curso. Este ha logrado incursionar en el área laboral y convertirse en un actor que disputa tanto el poder como los excedentes, por medio de manifestaciones, paros digitales y huelgas – locales, nacionales e internacionales. A pesar de ello, sus logros son aún modestos, como bien lo establecen los estudios, al indicar que esas agrupaciones no han logrado ser reconocidas ni por las empresas ni por el Estado y aún no han suscitado cambios sustantivos en la legislación del trabajo. La bibliografía especializada permite visualizar dos grandes retos: a) avanzar en la estructuración y consolidación de las organizaciones existentes y muy particularmente, ampliar su base social, la cual continúa siendo escasa, en la mayoría de los casos analizados; b) encontrar vías de diálogo fructífero con el movimiento sindical de alcance nacional. Esta es una relación que, en primera instancia, se vislumbra como problemática, por las diferencias de concepciones, prácticas y estilos de trabajo a lo interno del movimiento sindical.

En quinto lugar, las investigaciones constatan que las empresas de plataforma tomaron por “asalto” a las sociedades y sorprendieron a los estados. Es decir, se han aprovechado de vacíos en la legislación del trabajo o han instrumentalizado algunos resquicios jurídicos para impulsar mutaciones profundas en la naturaleza de la relación laboral. Esta transformación, en un inicio, tomó por sorpresa a los estados, quienes no supieron o no quisieron afrontar los desafíos que el capitalismo de plataforma trae en el ámbito de la regulación laboral. En consecuencia, se fue conformando una situación de desregulación de facto de la cual han usufructuado las empresas de plataforma a costa de expoliación de los derechos fundamentales a los trabajadores.

En sexto lugar, en América Latina, los estudios sobre las plataformas de trabajo han intentado vincular la investigación académica con el debate público, en aras de entender las permutas profundas que el trabajo plataformizado conlleva, pero también en procura de caminos viables para propiciar el ordenamiento del sistema de relaciones laborales, con el fin de evitar prácticas de *dumping* laboral que dinamizan procesos de acumulación espurios. Se trata, por lo tanto, de un campo de estudios con una abierta vocación de incidencia en el terreno del diseño de políticas públicas que acerca el quehacer académico a los actores sociales y políticos responsables del diseño de la arquitectura institucional que gobierna el mundo del trabajo.

Referencias

- Abílio, Ludmila. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, 18 (3), 1-11.
- Abílio, Ludmila, Almeida, Paula F., Amorim, Henrique, Cardoso, Ana Cláudia M., Fonseca, Vanessa P. da, Kalil, Renan B., & Machado, Sidnei. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Alba Vega, Carlos, Bensusán, Graciela, & Vega, Gustavo. (2021). *El trabajo del futuro con derechos laborales*. Colmex.
- Almeida, Paula F. de. (2022). *A disputa no judiciário pelo vínculo de emprego no trabalho gerenciado por meio de plataforma digital*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Universidade de Campinas.
- Almeida, Paula F. de, & Kalil, Renan B. (2021). Uma visão comparada de decisões sobre o vínculo jurídico dos trabalhadores via plataformas digitais: EUA (Califórnia), Espanha, Uruguai e Brasil. *Revista Ciências do Trabalho*, 20, art. 284. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/284>
- Amorim, Henrique, Cardoso, Ana M., & Bridi, Maria Aparecida. (2022). Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*, 35, e022021. <https://doi.org/10.9771/crrh.v35i0.49956>
- Amorim, Henrique, & Moda, Felipe. (2020). Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 22, 57-71.
- Arias, Cora Cecilia, Diana Menéndez, Nicolás, & Haidar, Julieta. (2020). ¿Sindicalismo 4.0? La organización de trabajadores de plataformas en Argentina. *Sociología del Trabajo*, 97, 59–69.
- Azuara, Oliver, Mondragón, Mauricio, Rodríguez, Catalina, & Vivanco, Fermín. (2022). *Plataformas digitales en México: ¿Cuál es el perfil y preferencias de aseguramiento de los conductores y repartidores usuarios de DiDi y DiDi Food?* BID - Nota Técnica N. IDB-TN-02474.
- Barbosa, Daniele. (2020). *A precariedade politicamente induzida e o empreendedor de si mesmo no caso Uber: sob uma perspectiva de diálogo entre Butler, Dardot e Laval*. Lumen Juris.
- Bensusán, Gabriela. (2020). *The transformation of the Mexican Labour Regulation Model and its link to North American economic integration*. ILO Working Paper 15 (Geneva, ILO).

- Bridi, Maria Aparecida. (2020). A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 34 (100), 141-166. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>
- Bridi, Maria Aparecida. (2022). Prefácio. Em: Sidnei Machado & Alexandre P. Zanoni (Org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos* (pp. 9-15). Clínica Direito do Trabalho – UFPR.
- Cardoso, Ana Claudia M., & Pereira, Maria Julia T. (2023). *A plataformização do trabalho no Brasil e o subsetor dos cuidados: uma revisão de achados bibliográficos* (Coleção Documentos de Trabalho, n.1). Redes “Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world” e “Cuidados, direitos e desigualdades”. Cebrap. https://cuidado.cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/03/whocares_dt01.pdf
- Carelli, Rodrigo. (2020). O trabalho em plataformas e o vínculo de emprego: desfazendo mitos e mostrando a nudez do rei. Em: Rodrigo Carelli, Tiago Cavalcanti & Vanessa P. Fonseca (Org.). *Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade* (pp. 65-83). ESMPU.
- Carreón, Víctor, Guajardo, Miguel, Coronaado, Mauricio, Lezama, Julio, & Suárez, Francisco. (2021). *Las plataformas de entrega a domicilio en la economía mexicana*. CIDE, Laboratorio Nacional de Políticas Públicas, Asociación de Internet.
- Dávila, Josué M. (2022). Seguridad Social de los trabajadores de plataformas digitales en México, *Ius et Scientia*, 8 (1), 129-149.
- Del Bono, Andrea. (2019). Trabajadores de plataformas digitales: condiciones laborales en plataformas de reparto a domicilio en Argentina. *Cuestiones de Sociología*, 21, e083. <https://doi.org/10.24215/23468904e083>
- Delfino, Andrea, & Claussen, Paulina. (2021). Trabajadores de apps y pandemia: un análisis de los conflictos laborales en dos ciudades argentinas durante el período de confinamiento estricto. *Anuario del Conflicto Social*, 12, e-36596. <https://doi.org/10.1344/ACS2021.12.13>
- Doneda, Danilo, & Almeida, Virgílio. (2018) O que é governança de algoritmos? Em: Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Martha Kanashiro, Luciana Guilhon & Lucas Melgaço (Org.). *Tecnologias da vigilância: perspectivas da margem*. Boitempo.
- Duran, Brayam F. B. (2022). *El trabajo de los repartidores a domicilio y las plataformas digitales en Colombia: caso de Rappi y iFood*. (Artículo resultado de investigación elaborado para optar por el Título de Abogado), Programa de Derecho de la Universidad Católica de Colombia.

- Dutra, Renata, & Festi, Ricardo. (10 jul. 2020). A greve dos entregadores. *A Terra é Redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/tag/renata-dutra/>
- Fernández, Cristina, & Benavides, Juan. (15 jul. 2020). Las plataformas digitales, la productividad y el empleo en Colombia. *Fedesarrollo*. <https://www.repository.fedesarrollo.org.co/handle/11445/3962>
- Festi, Ricardo, & Vêras de Oliveira, Roberto. (2022). Entregues à sua própria sorte: os “autônomos” entregadores por plataformas. *Ciências do Trabalho*, 21. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/307/pdf>
- Forero, July A. E. (2018). *Desafios para el estado colombiano de una legislación garante de los derechos laborales para los repartidores (rappitenderos) en Colombia*. Trabajo de Grado (Pregrado en Derecho), Universidad Católica de Colombia. <https://hdl.handle.net/10983/27452>
- Galvão, Andreia. (3 jul. 2020). A greve, o breque e o trampo: a luta dos entregadores é a luta dos trabalhadores. *Esquerda Diário.com.br*. <http://www.esquerdadiario.com.br/Agreve-o-breque-o-trampo-a-luta-do-entregadores-e-a-luta-dos-trabalhado>
- Garcia, Lúcia dos S. (2021). O mercado de trabalho brasileiro em tempos de plataformização: contexto e dimensionamento do trabalho cyber-coordenado por plataformas digitais. Dissertação (Maestría en Economía), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Góes, Geraldo, Firmino, Antony, & Martins, Felipe. (2022). *Painel da gig economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham*. (Carta de Conjuntura - IPEA, 55, nota de conjuntura 14). IPEA.
- Goldín, Adrián. (2020). *Los trabajadores de plataforma y su regulación en la Argentina*. Serie Documentos de Proyectos. CEPAL. <https://hdl.handle.net/11362/45614>
- González Cao, Rodrigo. (2018). *Los trabajadores de plataforma y la evolución de las relaciones laborales*. Trabajo de Investigación en el Ámbito del CEATFCE-UBA. Universidad de Buenos Aires.
- González, María I. R. (2021). *Rappi, ¿de la colaboración a la precarización?* Tesis (Pregrado em Periodismo y Opinión Pública). Universidad del Rosario.
- Grohmann, Rafael. (2020) Plataformização do trabalho: características e alternativas. Em: Ricardo Antunes (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. Boitempo.
- Grohmann, Rafael (19 jul. 2021). Os nomes por trás do trabalho plataformizado. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/19/os-nomes-por-tras-do-trabalho-plataformizado/>

- Grohmann, Rafael. (2022). Plataformas de propriedade dos trabalhadores: cooperativas e coletivos de usuários de plataformas. *MATRIZES*, 16 (1), 209-233. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p209-233>
- Grohmann, Rafael, Aquino, Maria C., Rodrigues, Alison, Matos, Évilin, Govari, Carolina, & Amaral, Adriana. (2022). Plataformas de fazendas de cliques: condições de trabalho, materialidades e formas de organização. *Galáxia*, 47, e57969. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202257969>
- Heatley, Ana, Vázquez, D.A., Centeno, L.A., Pacheco, L., Rodríguez, A.L., Rodríguez, A., & Jaramillo-Molina, M.E. (2022). *Este futuro no applica*. Reporte. Oxfam México, INDESIG.
- International Labour Organization (ILO). (2021). *World employment and social outlook: the role of digital labour platforms in transforming the world of work*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_771749.pdf
- Jassir, Iván D. J. (2020). *Riders: entre el desvalor del trabajo y la superación del confinamiento*. Serie Trabajo y Justicia Social. Friedrich Ebert Stiftung. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/kolumbien/16287.pdf>
- Kalil, Renan B., Fonseca, Vanessa P., & Almeida, Paula F. (2021). Estratégias adotadas por empresas prestadoras de serviço via plataforma digital para afastar o reconhecimento de vínculos empregatícios. Em: Eugenia T. Leone & Marcelo W., Proni, (Org.). *Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo*. Unicamp.
- Leme, Ana C. R. P. (2020). Neuromarketing e sedução dos trabalhadores: o caso Uber. Em: Rodrigo Carelli, Tiago Cavalcanti & Vanessa Fonseca (Org.). *Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade*. Brasília: ESMPU.
- Machado, Sidnei. (2022). Direitos. Em: Sidnei Machado & Alexandre P. Zanoni (Org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos*. Clínica Direito do Trabalho.
- Machado, Sidnei, & Zanoni, Alexandre. P. (Org.). (2022) *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos*. Clínica Direito do Trabalho.
- Madariaga, Javier, Buenadicha, Cesar, Molina, Erika, & Ernst, Chrisoph (2019). *Economía de plataformas y empleo ¿Cómo es trabajar para una app en Argentina?* Resumen ejecutivo. CIPPEC – BID – OIT.
- Manzano, Marcelo, & Krein, André. (13 jul. 2020). A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. *Remir Trabalho*. <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil>

- Manzano, Marcelo, & Krein, André. (2022). Dimensões do trabalho por plataformas digitais no Brasil. Em: S. Machado & A. P. Zanoni (Org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos*. UFPR - Clínica Direito do Trabalho.
- Micha, Ariela, Poggi, Cecília, & Pereyra, Francisca. (2022). *Gender inequalities in the platform economy: The cases of delivery and private passenger transport services in the Buenos Aires Metropolitan Area*. (Research Papers n. 236). Éditions AFD - Agence Française de Développement. <https://www.afd.fr/en/ressources/gender-inequalities-platform-economy-cases-delivery-and-private-passenger-transport-services-buenos-aires-metropolitan-area>
- Monsalve, Marcela B. (2022). *Análisis de la generación y distribución de valor del trabajo no clásico: El caso de los trabajadores por plataformas de domicilios en Medellín*. Tesis (Maestría en Ciencias Económicas), Universidad Nacional de Colombia. <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/82690/1152436590.2022.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Mourelo, Elva L. (2020). *El trabajo en las plataformas digitales de reparto en Argentina: Análisis y recomendaciones de política*. Oficina OIT - Argentina. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-buenos_aires/documents/publication/wcms_759896.pdf
- Ramírez, Miguel A., Picasso, Ingrid, & Gonzáles, Stephanie (2021). *Hacia la protección de las personas trabajadoras de plataformas digitales*. Documentos de Trabajo n.. 7. CISS, México,
- Scapini, Ezequiela Z., & Biavaschi, Magda B. (10-22 jul. 2022). *Trabalhadores via plataformas digitais em demandas por direitos: metodologia de busca e análise das decisões judiciais e seus impactos*. (Apresentação de Trabalho) Grupo de Trabajo 4, Sesión 4. ALAST 22, online. <https://congreso22.alastchile.com/grupo-de-trabajo-4-sesion-4/>
- Srnicek, Nick. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Tirado, Jennifer V. (2022). *Relación contractual entre Rappi y sus colaboradores: aproximación normativa y empírica*. Tesis (Maestría en Derecho), Universidad Pontificia Bolivariana.
- Tozi, Fábio, Duarte, Leandro R., & Castanheira, Gabriel R. (2021). Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. *Ar@cne*, 25 (252). <https://doi.org/10.1344/ara2021.252.33968>
- Sánchez Vargas, Derlys, & Maldonado Castañeda, Oscar. (2020). Obstáculos, resistencias y repertorios de movilización social de repartidores digitales en Colombia. Em: Kruskaya Hidalgo Cordero & Carolina Salazar Daza. (Ed.). *Precarización laboral en plataformas digitales. Una lectura desde América Latina* (pp. 99-117). Friedrich Ebert Stiftung.

Vazquez, Barbara V., Souza, Euzébio Jorge S., Biavaschi, Magda, & Pochmann, Marcio. (2022). A economia política da plataformização: geração de valor nas empresas-plataforma no capitalismo sob dominância financeira. *Revista Ciências do Trabalho*, 21. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/291/pdf>

Recebido: 6 jun. 2023.

Aceito: 25 jul. 2023.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

 <https://doi.org/10.20336/rbs.954>



O trabalho de plataforma no Brasil e na Argentina: uma visão comparada

Platform work in Brazil and Argentina: a comparative view

El trabajo de plataforma en Brasil y Argentina: una visión comparada

Márcia de Paula Leite* 

Andrea Del Bono** 

Jacob Carlos Lima*** 

RESUMO

O trabalho por plataforma vem se constituindo em uma forma de utilização do trabalho que se expande mundialmente nas últimas décadas. Criado a partir do desenvolvimento tecnológico que permitiu o uso de algoritmos para a designação de tarefas, ele rapidamente começou a ser utilizado pelas empresas como uma forma de eliminar os vínculos formais de trabalho e o acesso aos direitos trabalhistas por parte dos trabalhadores, de pagar baixas remunerações, paralelamente ao estabelecimento de um estrito controle sobre o trabalho desenvolvido. Todavia, como soe acontecer, essas características do trabalho não são determinadas inteiramente pela tecnologia, mas principalmente pelas relações de trabalho que se estabelecem entre trabalhadores e empregadores. Tanto é assim que, em muitos países, os trabalhadores vêm garantindo seu acesso a direitos e recebendo melhores remunerações do que

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Doutora em Sociologia (USP), professora plena do Programa de pós-Graduação em Educação e do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e professora da Cátedra Friederich Engels da Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa (UAM C), Ciudad de México. mpleite48@gmail.com

** Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina. Investigadora Independente do CONICET, Professora Adjunta Regular da Universidad Nacional de La Plata (UNLP) e Professora Titular Regular da Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ). É fundadora e diretora do Programa de Estudos do Trabalho (PET-UNAJ-ICSyA). delbonoandrea@gmail.com

*** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. Doutor em Sociologia (USP), Professor titular do Departamento de Sociologia e Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades da Universidade Federal de São Carlos, Pesquisador 1A CNPq. jacobl@ufscar.br

em outros. Este texto se propõe a analisar as condições de trabalho de motoristas e entregadores por plataforma no Brasil e Argentina, de forma comparada, levando em consideração suas remunerações e acesso a direitos, bem como as lutas que eles vêm desenvolvendo para melhorar suas condições de trabalho.

Palavras-chave: trabalhos de plataforma, controle do trabalho, algoritmo, desenvolvimento tecnológico

ABSTRACT

Platform work has become a way of employing labor that has expanded worldwide in recent decades. Stemming from the technological development that allowed the use of algorithms for assigning tasks, it quickly began to be used by companies as a way to eliminate formal labor relations and access to labor rights by workers, to introduce low wages, alongside the establishment of strict control over the work. However, as often happens, these characteristics of work are not entirely determined by technology, but mainly by the work relationships that are established between workers and employers. So much so that, in many countries, workers have been guaranteeing their access to rights and receiving better wages than in others. This text proposes to analyze the working conditions of platform drivers and couriers in Brazil and Argentina, in a comparative way, taking into account their remuneration and access to rights, as well as the struggles they have been developing to improve their working conditions.

Key words: platform jobs, work control, algorithm, technological development

RESUMEN

El trabajo en plataformas se ha convertido en una forma de utilización de la mano de obra que se ha expandido en todo el mundo en las últimas décadas. Creado a partir del desarrollo tecnológico que permitió el uso de algoritmos para la asignación de tareas, rápidamente comenzó a ser utilizado por las empresas como una forma de eliminar relaciones laborales formales y el acceso a derechos laborales de los trabajadores, de pagar bajas remuneraciones, y al mismo tiempo establecer un estricto control sobre el trabajo realizado. Sin embargo, como suele ocurrir, estas características del trabajo no están determinadas enteramente por la tecnología, sino principalmente por las relaciones laborales que se establecen entre trabajadores y empleadores. Tanto es así que, en muchos países, los trabajadores están garantizando su acceso a derechos y recibiendo mejores remuneraciones que en otros. Este texto tiene como objetivo analizar las condiciones laborales de los conductores y repartidores que trabajan en plataformas digitales en Brasil y Argentina, de manera comparada, teniendo en cuenta su remuneración y acceso a derechos, así como las luchas que vienen desarrollando para mejorar sus condiciones laborales.

Palabras clave: trabajo en plataformas, control del trabajo, algoritmo, desarrollo tecnológico.

Introdução: do Panóptico aos algoritmos

Brasil e Argentina têm vivenciado nos últimos anos (assim como vários outros países do mundo) um rápido processo de expansão do trabalho por plataformas digitais (De Stefano & Aloisi, 2019; Valente, 2021). Esse processo tem levantado uma série de problemas para os/as estudiosos/as do trabalho, na medida em que esse tipo de trabalho apresenta várias características que diferem daquelas até então conhecidas.

O trabalho mediado por plataformas digitais avançou com o desenvolvimento dessas plataformas – infraestruturas que permitem a dois ou mais grupos entrarem em contato (Srnicsek, 2017, p. 43). Com elas, surgiram as empresas de plataforma, voltadas à intermediação entre trabalhadores e consumidores (Daugareilh *et al.*, 2019), cuja função, “apesar dos diferentes setores em que atuam e arranjos que conformam, é o agenciamento de força de trabalho para indivíduos e empresas, viabilizando contratações de forma precária e driblando obrigações legais relacionadas a direitos” (Martins & Valente, 2023, p. 2). Embora a novidade do trabalho mediado por plataformas tenha provocado a curiosidade de pesquisadores/as, trazendo rapidamente à luz um conjunto bastante variado de investigações, há ainda muitas questões não esclarecidas tanto por sua recente aparição, como pelo fato de que as empresas não têm permitido a divulgação de dados relativos a seus negócios e a seus trabalhadores.

O trabalho por plataformas nasce com o avanço das tecnologias digitais e a introdução do *machine learning* que permite a tomada de decisões automatizadas (Benanav, 2020), ou seja, possibilita que a máquina tome decisões a partir de dados que lhe são fornecidos – como distâncias, horários, localizações, condições do trânsito etc. – de forma a colocar o trabalhador em contato com seus clientes, decidir sobre rotas a serem tomadas, calcular tempos, velocidades etc. Isso significa que o trabalho, agora realizado a partir de decisões recebidas de forma virtual, apresenta novas características, entre as quais vale destacar: 1) o trabalho continua a ser voltado à produção de mais valia, à acumulação de capital, com a diferença de que ele agora se exerce de outras formas; 2) os trabalhadores/as não trabalham mais em coletivos, como nas fábricas, fazendas ou grandes lojas, mas individualmente, em contato somente com dispositivos digitais que lhes dão ordens e os clientes a quem prestam serviço; essa questão é fundamental quando se pensa na resistência; 3) o controle do capital sobre o trabalho continua a existir, mas de maneira

virtual e não mais presencial, ou seja, os dados, transmitidos em tempo real, do que está sendo feito e como está sendo feito pelos trabalhadores permitem que a empresa saiba se eles seguiram ou não as ordens emitidas; 4) os pagamentos passam a ser feitos por tarefa realizada e não mais por tempo de trabalho; 5) o trabalhador passa a ser considerado (embora de fato não seja) autônomo, uma vez que a subordinação, agora virtual, encobre o vínculo de trabalho.

Esse conjunto de transformações traz à tona, ao mesmo tempo, novas características do trabalho, como o controle virtual, ao lado de outras que estiveram presentes em momentos anteriores do desenvolvimento do capitalismo, como o pagamento por tarefa e o trabalho subordinado sem acesso a direitos. Nesse último caso, chama a atenção o fato de que não só as empresas, mas também os trabalhadores têm defendido o trabalho autônomo. Vale lembrar que a independência ou autonomia dos trabalhadores é enfaticamente assinalada pelas empresas, as quais insistem que seu papel não é de subordinação dos trabalhadores, mas apenas de colocar em contato trabalhadores independentes com seus consumidores e que, portanto, os trabalhadores são livres para trabalhar ou não, de acordo com suas decisões. Muitos estudos têm apontado a falsidade dessa interpretação (McDaid *et al.*, 2023), tendo em vista que o controle continua a existir, seja pelo próprio uso dos algoritmos, seja pelas formas de gestão do trabalho que premiam os trabalhadores mais disponíveis com as melhores corridas. Os trabalhadores, entretanto, têm valorizado o que chamam de trabalho independente ou autônomo.

Assim sendo, uma primeira questão a ser aprofundada consiste na forma como o controle é exercido. Como é sabido, o controle sobre os e as trabalhadoras consiste num elemento central para o capital, desde os primórdios do capitalismo, tendo em vista que trabalhadores e patronato possuem interesses divergentes no processo de produção. Enquanto os primeiros buscam um ritmo de trabalho menos fatigante, os últimos procuram acelerar constantemente a produção, tendo em vista que a acumulação depende da produtividade do trabalho. Nesse sentido, o que observamos atualmente é a passagem do controle presencial, exercido por chefes, supervisores ou gerentes, para um controle virtual, exercido pelo algoritmo. Temos agora uma nova forma de subordinação que camufla o controle do capital sobre o trabalho. É a chamada subordinação

algorítmica, na qual o controle sobre o trabalho se despersonaliza e passa a ser caracterizado por “uma sequência lógica, finita e definida por um conjunto de instruções dadas por ferramentas tecnológicas” (Fincato & Wünsch, 2020, p. 51). Esse novo tipo de controle, impessoal e ubíquo, fortalece uma imprecisa ideia de autonomia.

Essa discussão não é pouco relevante para os estudos sobre o trabalho, especialmente quando se considera que as formas de controle sobre os e as trabalhadoras estiveram desde sempre no coração desses estudos, tendo em vista sua centralidade para o capital e seus efeitos, via de regra, brutais sobre as condições de trabalho. A questão central nessa discussão consiste no fato de que essa nova forma de controle, a qual substitui o panóptico pelo algoritmo, embora assuste os estudiosos por sua semelhança com a figura do Grande Irmão que controla virtualmente todas as ações dos/as trabalhadores/as, pode trazer, contudo, um conteúdo menos indesejado do que o controle presencial, por ser impessoal. É possível pensar que, egressos maiormente de trabalhos precários exercidos na informalidade, enfrentando duras condições de trabalho e frequentes humilhações por parte das chefias, esses trabalhadores considerem sua situação no trabalho por plataforma como uma melhoria em relação a situações anteriores. Observe-se, entretanto, que a transparência nas decisões tomadas pelas empresas tem estado presente nas reivindicações.

Outra questão a ser discutida consiste na volta do pagamento por tarefa associado ao trabalho sob demanda. Esse tipo de remuneração foi muito utilizado nos primórdios do capitalismo, quando vigorava o *putting out system* (Marx, 1975, cap.12). Essa forma de pagamento, que elimina os tempos mortos e só remunera o trabalhador quando ele está efetivamente levando um cliente ou uma mercadoria a um determinado destino, não contabiliza como trabalho os tempos de espera, ou aqueles em que o trabalhador está se deslocando para encontrar o cliente ou recolher a encomenda a ser entregue. Isso significa a utilização de uma forma de remuneração que se expandiu num momento em que o trabalho era realizado nas residências dos trabalhadores, exercendo-se, portanto, sem o controle do capital. Essa forma de pagamento foi desaparecendo, conforme as fábricas foram se expandindo e os trabalhadores passaram a executar seu trabalho em espaços coletivos, sob o controle de chefes e supervisores. Todavia, como já vimos, o trabalho por plataforma não se desenvolve sem o controle do capital, mas sob uma nova forma de controle. Nesse sentido, lançamos aqui a hipótese de que a

utilização dessa forma de pagamento é usada não apenas para não pagar os tempos mortos, mas também como um meio para reforçar a ideia de que os trabalhadores são autônomos, trabalham quando querem e, por isso, não podem ganhar por jornada de trabalho. O importante a ressaltar aqui é que, juntamente com a não regulamentação dos trabalhadores, o trabalho sob demanda permite um aprofundamento da subsunção real do trabalho (Abílio, 2017; Martins & Valente, 2023).

Brasil e Argentina são as duas maiores economias da América do Sul. Embora com dimensões e populações distintas, aproximam-se na complementaridade de seu parque industrial e na interligação de suas economias através do Mercosul. No Brasil, o número de trabalhadores de aplicativos chega a um milhão e meio, enquanto na Argentina esse número se aproxima de 190.000 pessoas. Não são dimensões quantitativamente comparáveis. Entretanto, é possível demarcar similitudes e diferenças na plataformização das atividades econômicas, nas formas de utilização do trabalho, nas políticas de desregulação crescente das relações entre capital e trabalho, assim como na resistência dos trabalhadores. Se, no Brasil, a imensa desigualdade social se manifesta num grande número de trabalhadores informais e precários que se multiplicam com a plataformização, essa precarização tem cor e raça, que é a cor da pobreza no Brasil: negra. Em todo caso, vale esclarecer que, embora estejamos conscientes das diferenças entre as estruturas trabalhistas, jurídicas e econômicas de Argentina e Brasil, não vamos aprofundar a discussão dessas diferenças, nem estabelecer uma comparação entre as tendências de plataformização nos dois países. Interessa-nos, especialmente, descrever o terreno em disputa em torno do reconhecimento da relação de trabalho da atividade e a interpretação que têm a respeito os próprios trabalhadores nos dois países. Em termos metodológicos, este artigo recupera pesquisas publicadas e /ou realizadas diretamente ou em colaboração pelos autores, tendo como referência Argentina e Brasil.

Essas são algumas das questões que abordaremos ao longo deste texto, o qual se divide em três tópicos, além desta introdução e da conclusão final. Um primeiro, voltado à discussão das plataformas enquanto um negócio; um segundo, dirigido à análise da regulação e das condições de trabalho e, por fim, um tópico dedicado a pensar a questão da resistência dos trabalhadores.

Sobre as plataformas digitais e seus trabalhadores

No Brasil, o transporte de passageiros por plataforma iniciou-se quando a Uber começou a operar na cidade do Rio de Janeiro, em 2014, em seguida em São Paulo e se espalhou por todo o país, atuando hoje em mais de 500 cidades. Outra plataforma ativa é a 99, que teve início como empresa que conectava motoristas de taxi com passageiros, a 99taxi, posteriormente transformada em plataforma similar à Uber. Em 2018, foi comprada pela chinesa Didi Chuxing. A Uber conta aproximadamente com um milhão de motoristas cadastrados e a 99 com 300.000. Outras plataformas similares surgiram e desapareceram no período. A brasileira EasyTaxi foi comprada pela espanhola Cabify, que chegou ao Brasil em 2016, mas encerrou suas operações em 2021 (Fairwork, 2022).

No setor de *delivery*, a brasileira iFood lidera o mercado. Surgida em 2011 e contando, a partir de 2018, com aportes de investimentos da também brasileira Movile, atua em mais de 900 cidades e dobrou sua atuação com a pandemia da Covid-19 e o isolamento social obrigatório, passando, em 2021, a mais de 30,6 milhões de pedidos, equivalentes a cerca de 80% dos pedidos de entrega de restaurantes. Além da iFood, temos a colombiana Rappi, desde 2017, que entrega todo tipo de encomendas, a Uber Eats, que encerrou suas atividades no país em 2022; a Loggi, da área de logística e a Amazon. A espanhola Glovo se instalou no país entre 2018 e 2019, mas não se adaptou ao mercado brasileiro (Fairwork Brasil, 2021).

Várias redes de lojas também abriram suas plataformas para vendas e entrega de produtos variados, conectando clientes com vendedores. Além dessas grandes plataformas, outras foram surgindo regionalmente, ou atendendo a nichos específicos de consumidores, no oferecimento de trabalhadores em diversos setores, como a GetNinjas que existe desde 2011, mas que expandiu suas atividades na pandemia, oferecendo pedreiros, pintores, profissionais de TI, mecânicos, e profissionais variados, acompanhada pela Helpie e a Parafuzo, focadas no trabalho doméstico, entre outras (Fairwork, 2022). Isso sem considerar as plataformas de *crowdwork* que não iremos abordar neste artigo.

Todas essas empresas de plataformas (com exceção das plataformas criadas por redes de lojas e/ou empresas físicas estabelecidas) se definem como empresas tecnológicas que prestam serviços de mediação entre

prestadores de serviço e clientes e sem nenhuma regulamentação. Com isso, num contexto de forte crise econômica e política enfrentada pelo país nos últimos dez anos, sua expansão tem contribuído para o aprofundamento da precarização do trabalho. Isto porque, como intermediárias, não reconhecem qualquer relação de trabalho com os prestadores de serviços que mobilizam. Ao contrário, enaltecem a liberdade que oferecem, seja na escolha da jornada de trabalho, seja nos ganhos. Essa liberdade vai ao encontro do ideário empreendedor fortemente divulgado nos meios empresariais e governamentais em contraposição ao trabalho regular assalariado, objeto da reforma trabalhista de 2017 que flexibilizou as relações de trabalho, legalizando o trabalho intermitente e de autônomo exclusivo, eliminando direitos e valorizando a informalidade como modelo ideal.

No que se refere às características da força de trabalho, segundo dados do IPEA, estima-se que, no segundo semestre de 2022, havia 945,5 mil motoristas de aplicativos e taxistas e cerca de 383.000 entregadores, número este que decuplicou entre 2016 e 2022. O rendimento médio dos motoristas caiu 30% entre 2016 e 2022, sendo que o dos entregadores se manteve estável (Mazza & Buono, 2023).

A maioria dos entregadores são jovens, sendo que aproximadamente 77% têm menos de 40 anos; já entre os motoristas a situação é distinta, sendo que 54% têm mais de 40 anos. Manzano e Krein (2020), utilizando dados do IBGE e da PNAD Covid-19 apontavam que os trabalhadores dessas plataformas eram majoritariamente masculinos, mais de 90%, sendo 97% entre os *motoboys*. Os negros eram maioria, sendo 58,8% dos motoristas, 65% dos *motoboys* e 61% dos entregadores. Durante a pandemia, a jornada de trabalho era de mais de nove horas para 62% dos entregadores, segundo pesquisa realizada por Abílio *et al.* (2020). Para Manzano e Krein (2020), no período pré-pandemia, a jornada de trabalho de motoristas e entregadores durava, em média, 43 horas semanais. Silveira e Laat (2021), pesquisando trabalhadores de aplicativos em Belo Horizonte, indicam a diversidade na escolaridade desses trabalhadores: 56% com o ensino fundamental ou médio completo e 43% com ensino superior completo ou incompleto. Este é um indicador importante para caracterizar uma massa de trabalhadores, jovens em sua maioria, escolarizados, desempregados ou sem perspectiva de outro emprego, o que torna os aplicativos uma possibilidade mais atraente frente a empregos formais pesados e mal pagos.

Se considerarmos os *bikeboys* que atuam no *delivery*, pesquisa realizada em 2019 pela Aliança Bike apontou que 99% são do sexo masculino, 50% tinham até 22 anos e 75% até 27 anos. Eram majoritariamente negros (71%) e 53% tinham até o ensino médio completo. Cerca de 75% declararam trabalhar em torno de 12 horas por dia. Apesar de denúncias, é comum a utilização de menores nesse trabalho, embora esta seja vetada pela legislação brasileira. As empresas afirmam não aceitar menores, mas são comuns as fraudes nos cadastros (Muniz & Cícero, 2021; Alessi, 2019).

Não existem dados sobre trabalhadores imigrantes neste serviço, considerando que seu percentual na população do país não atinge 1%, sendo de 0,4% em 2019. Apesar do número crescente de entrada de imigrantes nestes últimos dez anos, o percentual ainda é pequeno considerando a Argentina, por exemplo.

Já na Argentina, as plataformas digitais de entregadores que hoje lideram o mercado começaram a operar no país entre 2017 e 2018, expandindo-se aceleradamente nos grandes centros urbanos do país. PedidosYa, criada no Uruguai em 2010, foi adquirida em 2014 pela multinacional alemã Delivery Hero, líder mundial em *delivery online*, ampliando desde então suas operações. Em 2020, a multinacional absorveu também as operações da plataforma de entrega catalã Glovo na América Latina. A empresa colombiana Rappi chegou ao país em 2018, expandindo-se exponencialmente desde então. No transporte de passageiros, a empresa norte-americana Uber começou a operar na Cidade de Buenos Aires em 2016 e, após enfrentar vários reveses judiciais, buscou expandir-se a distintas cidades do interior. Embora seja a plataforma com maior presença geográfica na Argentina, Mendoza é a única província que permite trabalhar com Uber de forma regulada. Em 2018, ingressa também no país a plataforma espanhola Cabify e, em 2020, a plataforma de origem chinesa DiDi; mais recentemente ingressaram empresas como Beat e Indriver (Haidar & Garavaglia, 2022).

Com a mesma estratégia de negócios, as plataformas de entrega que operam na Argentina – Rappi e Pedidos Ya – e as de transporte – Uber, Cabify, Beat e Didi – autodefinem-se como “empresas tecnológicas” para ocultar o vínculo de trabalho que realmente as une a seus trabalhadores. Operando como empregadores-sombra, essas empresas afirmam ser provedoras de uma ferramenta informática para conectar clientes com prestadores de serviços e, portanto, simples intermediárias. No mercado de trabalho argentino,

caracterizado pelo persistente aumento da informalidade, do trabalho por conta própria e do subemprego, essas plataformas desenvolvem um papel ativo na proliferação de ocupações eventuais e precárias, que se apresentam como a única alternativa possível para os/as trabalhadores/as sem outras oportunidades de inserção no trabalho (Del Bono, 2023a).

Quanto às características da força de trabalho vinculada às plataformas digitais em nível nacional, contamos com os dados construídos a partir da Primeira Pesquisa sobre Trabalhadores de Plataformas (Madariaga *et al.*, 2019). Segundo esse levantamento, os trabalhadores de plataformas eram cerca de 160.000, dos quais aproximadamente 133.000 correspondem a serviços físicos de baixa qualificação como Rappi, Pedidos Ya e Uber. Pouco precisas, essas cifras não distinguiam entre as pessoas que simplesmente se registram nas plataformas e as que realmente prestam serviços. Segundo estimativas mais atualizadas, realizadas a partir de declarações de Rappi e Pedidos Ya, em fins de 2022 havia no país 55.000 entregadores ativos, sendo 20.000 empregados de Rappi e cerca de 35.000 de PedidosYa. Quanto às plataformas de transporte de passageiros, segundo informação de Haidar e Garavaglia (2022), desde que a Uber começou a operar, em 2016, inscreveram-se 400.000 “sócios condutores” e estavam ativos, quando da pesquisa, aproximadamente 75.000 a cada mês. No caso de Cabify, a empresa contava nesse momento com cerca de 55.000 motoristas ativos. No que concerne a Beat, que começou a operar no país em 2019, contava com 100.000 condutores registrados e uma média de 10.000 ativos por dia; Didi, por sua vez, tinha 125.000 motoristas registrados.

Em relação ao perfil sociodemográfico dos trabalhadores das plataformas mencionadas, conforme a Segunda Pesquisa sobre Trabalhadores de Plataformas de 2021 (Garavaglia, 2022), contamos com a seguinte caracterização: no que tange à idade, há uma prevalência de trabalhadores jovens, especialmente no caso das plataformas de entrega, com uma população mais jovem do que entre os motoristas. Mais de 60% dos trabalhadores de plataforma de entrega possuem entre 18 e 29 anos. Nas plataformas de transporte de passageiros, os trabalhadores se distribuem majoritariamente nos intervalos de 30 a 40 e de 41 a 59 anos. No que se refere ao nível educativo geral, nas plataformas de entrega e transporte, 78% dos pesquisados têm pelo menos o secundário completo. A condição migrante é mais prevalente na atividade de *delivery* que na de transporte. Embora, em todas as plataformas, a nacionalidade predominante seja a argentina, os/as

trabalhadores venezuelanos/as têm uma presença bastante significativa no serviço de entrega, fenômeno que não se registra no caso do Brasil, onde o elo mais débil que representa o trabalhador imigrante está personificado nos trabalhadores/as negros. A participação das mulheres nas plataformas é bastante baixa, ainda que algo maior que no caso brasileiro: enquanto é praticamente nula nas Apps de transporte, em Pedidos Ya e en Rappi, oscila entre 16 e 13 por cento, respectivamente.

Uma das razões mais frequentes para escolher o trabalho de plataformas é o fato de não encontrar outro trabalho, ainda que a relativa melhor remuneração em comparação com outras ocupações do setor de serviços e a flexibilidade horária também sejam fatores chaves (López Mourelo & Pereyra, 2020). Por um lado, aquelas pessoas que antes de trabalhar nas plataformas de *delivery* tinham ocupações informais ou com baixa remuneração e exigentes quanto aos gastos, carga e jornada de trabalho são as que estão mais satisfeitas com o que ganham com as entregas. Em geral, ganhavam a mesma coisa ou até menos nos trabalhos anteriores, trabalhando na informalidade e em atividades igualmente exigentes em termos de horas de trabalho e desgaste físico (Del Bono, 2023a). Na Argentina, como no Brasil e em outros países da região, as Apps funcionam como atividade refúgio para muitos trabalhadores, especialmente as plataformas de *delivery*. Durante a pandemia da Covid-19, a inserção na atividade se deveu, em muitos casos, à perda de um emprego assalariado (Del Bono, 2023a, p. 69).

Regulação e condições de trabalho

No Brasil, marcado por histórica informalidade que raramente ficou abaixo de 50% da força de trabalho em atividade, a economia de plataforma, ou a gestão algorítmica do trabalho, veio contribuir para a ampliação da precariedade do mercado de trabalho. Segundo Manzano e Krein (2014), entre 1995 e 2008, a taxa de formalidade não ultrapassou 49%. A partir de 2009 houve um crescimento, chegando a 56% em 2012 e se mantendo a partir de então. Em 2022, a taxa de informalidade estava em torno de 40% (a taxa de informalidade corresponde a 40,1% da população ocupada ou 39,1 milhões de trabalhadores informais), ante 40,2% no trimestre anterior e 39,5% em igual período de 2021 (Rede Brasil Atual, 2022), mas com o aumento de formas precárias de vínculos possibilitada pela reforma trabalhista de 2017.

Não que o mercado formal não seja precário. Marcado por baixos salários, este mercado, desde sua regulação com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, sempre foi excludente, estando restrito a trabalhadores urbanos. Em 1974 foi regulamentado pelo Decreto nº 73.626/74 e, em 1988, pelo artigo 7º da Constituição Federal, tendo sido permanentemente burlado pelo empresariado e com uma fiscalização dependente da boa vontade do governo de plantão. A partir dos anos 1990, com os governos neoliberais, várias reformas foram tentadas para flexibilizar a regulamentação das relações entre capital e trabalho, com o avanço dos processos de terceirização, limitação e eliminação de direitos vinculados ao trabalho, que tiveram seu ápice na reforma trabalhista de 2017 que desregulamentou fortemente o mercado.

As empresas de plataformas, apesar de formalmente entrarem no país a partir de 2014 (ou a partir daí terem visibilidade), já tinham modelos de operação anteriores que facilitaram sua transformação para a gestão algorítmica. Desde os anos 1990, cresceu exponencialmente a função de *motoboys* nas cidades brasileiras, resultante do caos urbano e da necessidade de entrega rápida de mercadorias. Pesquisas desse período já apontavam a precariedade das condições de trabalho, a falta de segurança nas cidades, o trânsito perigoso. Até então, os trabalhadores eram autônomos, informais ou contratados diretamente pelas empresas. Esses contratos foram desaparecendo com a ampliação das atividades das plataformas (Silva, 2009; Castro, 2010).

Com as plataformas, as relações de trabalho foram mudando de configuração, tendendo ao trabalho autônomo e sem acesso a direitos, embora exista, dependendo da plataforma, o reconhecimento de alguns direitos, especialmente os relacionados à saúde e segurança no trabalho. Manzano e Krein (2020) apontam que o aumento do índice de informalidade dos condutores de motocicletas, automóveis, taxis e caminhonetes passou de 67,0% no primeiro trimestre 2016 para 71,8% no primeiro trimestre de 2020. Deve-se observar que, naquele momento, os dados ainda não refletiam a transformação desses trabalhadores em essenciais durante a pandemia.

A gestão do trabalho através dos algoritmos pressupõe avaliações mútuas dos clientes e dos trabalhadores, podendo resultar em punições e desligamentos. O trabalhador é cadastrado, sendo gerenciado por um *software* instalado num *smartphone*, a empresa determinando as regras do jogo. A empresa não é a contratante e é intangível (Abilio, 2017). O único contato

com a empresa é pelo *smartphone*. A empresa fica com um percentual dos serviços prestados e a liberdade da jornada é relativa: recusas podem levar a bloqueios e ao desligamento, assim como as avaliações dos clientes.

O debate sobre a regulação da atividade de trabalho por aplicativos encontra-se, no Brasil, frente à questão do que querem os trabalhadores. Numerosas pesquisas têm sido realizadas, principalmente durante a pandemia, período no qual os conflitos entre as empresas e os trabalhadores se avolumaram e aprofundaram, adquirindo grande visibilidade. A lógica empreendedora, entendida como a atitude disposicional do trabalhador por autonomia, autogerenciamento de si próprio, da inovação, da ruptura com padrões estabelecidos está presente nos discursos, embora não seja hegemônica, dado um contexto em que as opções coletivistas estão enfraquecidas (Lima & Bridi, 2019). De qualquer forma, em comum, aparece o discurso da liberdade de fazer a jornada que bem entender, de aceitar ou não tarefas, de não ter patrão. Esse discurso de autonomia se contrapõe a uma realidade de extensas jornadas, da eliminação de dia de descanso, de condições precárias de trabalho no dia a dia. No caso dos entregadores, por exemplo, a ausência de local de espera das chamadas, de sanitários, de intervalos ou locais para lanche, dos riscos de assaltos e acidentes que ocorrem na rua. É o que Supiot (2000) chama de autonomia na subordinação, questionando a possibilidade dessa autonomia no capitalismo.

Para os que trabalham com bicicleta, as pesquisas na cidade de São Paulo acrescentam um elemento a mais: o trabalho se concentra nos bairros centrais da cidade, e os trabalhadores moram nas periferias em torno de 20 a 30km do centro. O deslocamento dos trabalhadores dos bairros onde moram é realizado por bicicleta (quando própria ou emprestada) – o que aumenta o cansaço – ou por transporte público (o que significa de uma a três horas de deslocamento). Outra possibilidade é o aluguel de bicicletas de empresas como o Itaú, que as alugam por dia, sendo que a cada uma hora precisam ser devolvidas e renovadas as permissões de utilização.

Outra estratégia de gestão foi desenvolvida pela iFood com a criação de dois tipos de cadastro: a nuvem, que mantém a forma tradicional das chamadas e não obriga o trabalhador a nenhuma exclusividade, e o Operador Logístico (OL), em que o entregador se vincula a uma pessoa jurídica contratada pela empresa, um líder responsável por administrar um grupo local de entregadores (Jacobsem, 2022), trabalhando com exclusividade

para a plataforma. Segundo reclamações dos trabalhadores, essa forma de vinculação resulta em maior acesso a chamadas.

Existe uma concepção difundida entre parte dos trabalhadores de que um contrato regular engessaria a atividade e reduziria os ganhos. Assim, no movimento desses trabalhadores, outras possibilidades são elencadas e muito debatidas entre o meio jurídico, de pesquisadores e das lideranças desses trabalhadores, sobre qual solução atenuaria a precarização do trabalho.

Na Argentina, a expansão das plataformas digitais também coloca uma série de incertezas sobre o impacto que o fenômeno produziria no emprego e nas relações de trabalho. Destaca-se, nesse sentido, a centralidade que adquire o trabalho precário nas novas atividades de serviços mediadas por plataformas. Este fato traz a necessidade de contar com novas regulações do trabalho para garantir a proteção das pessoas trabalhadoras e para superar o desajuste entre as regulações atualmente existentes e as novas formas de trabalho ligadas às transformações produtivas e organizativas geradas pela digitalização do mundo do trabalho (Bensusán, 2017; Baylos, 2022).

Pontualmente, nas plataformas de entrega e mobilidade, a principal problemática que se coloca se refere às condições de trabalho (Lima & Bridi, 2019). A gestão algorítmica que implementam as plataformas de entrega, em especial as de *delivery*, estende-se para além da simples programação do tempo de trabalho. As pessoas trabalhadoras experimentam uma contínua vigilância de seu desempenho, além da avaliação de clientes e da implementação automática de decisões que as priva de oportunidades de retroalimentação, discussão e negociação. Portanto, ainda que possam decidir sobre aspectos importantes de sua tarefa, como a extensão da jornada de trabalho, não deixam de estar inseridas em um sistema que organiza e qualifica a atividade que realizam, o que termina tornando irreais os *slogans* com os quais as plataformas publicizam sua organização do trabalho: “ganhe dinheiro e continue disfrutando de sua família e amigos”, “reparta seu tempo entre seus estudos, trabalho ou qualquer outra atividade”, “seja seu próprio chefe”. A contradição entre uma suposta flexibilidade de horários e o trabalho que realmente se impõe fica patente quando se consideram os mecanismos de controle dos algoritmos, apoiados em sistemas de pontuação e prêmios. Todavia, a ideia de “desconectar-me ou conectar-me quando quero” aparece como um dos maiores atrativos do trabalho. Conforme revelam as entrevistas que temos realizado (Del Bono, 2023 b), assim como no caso brasileiro, o

fato de poder escolher dias, turnos e horários de trabalho acaba gerando uma sensação de liberdade de escolha que se traduz em uma aceitação dos postulados do empreendedorismo.

A falta de garantias sobre quanto se conseguirá trabalhar realmente, já que somente as melhores pontuações nos *rankings* permitem gerir com eficiência os dias de trabalho (e tais pontuações dependem de longas jornadas de trabalho, da não rejeição de pedidos e de seguir à risca as decisões tomadas pelo aplicativo), exige manter um ritmo intensivo, o que torna frequentes as jornadas de nove ou dez horas (Darricades & Fernández Massi, 2021). Junto com o aumento das horas de trabalho, incrementam-se também os roubos e sinistros na via pública, especialmente recorrentes entre as pessoas que trabalham em plataformas de entrega. Quanto à recompensa econômica, ademais de não ser constante, não se pode estimar previamente qual será a remuneração que o tempo disponível na plataforma permitirá obter.

Na Argentina, quem trabalha em plataformas de entrega e mobilidade precisa cumprir com a condição solicitada pelas empresas de estar inscritos no “Régimen Simplificado para Pequeños Contribuyentes”¹ ou “Monotributo”, o qual lhes garante mínimos direitos previdenciários e um nível de proteção social muito baixo. Ao contrário das plataformas no Brasil, na Argentina se exige essa condição; de qualquer forma, o risco da atividade segue recaindo sobre os trabalhadores, que custeiam os gastos de uma cota fixa mensal para assegurar um acesso básico à proteção social. Com este tipo de enquadramento, a relação de trabalho se transforma em uma relação comercial de um trabalhador independente que presta serviços às empresas.

Este tipo de relação de serviços e a natureza do vínculo que se estabelece entre as plataformas e seus trabalhadores é altamente controverso já que são numerosos os indicadores de existência de relação de subordinação do trabalho. As plataformas de entrega e de mobilidade prestam um serviço específico; inserem-se em um setor concreto; estabelecem sistemas de retribuição; incidem no preço do serviço que se presta; determinam processos

¹ O Monotributo é um regime impositivo que simplifica, em um só pagamento, quatro aportes diferentes: impostos (sobre o lucro e IVA- Imposto sobre Valor Adicionado), aporte de aposentadoria e obra social, para trabalhadores independentes com um empreendimento próprio ou que formam parte de uma cooperativa, entre outras possibilidades. A esse respeito, podemos estabelecer uma diferença com os trabalhadores de plataformas no Brasil, já que, neste caso, embora haja um sistema semelhante, o MEI (Micro Empreendimento Individual), não há qualquer condição exigida pelas empresas ou governo que lhes obrigue a se inscrever como microempreendedores.

de seleção e de controle algorítmico e um sistema de retroalimentação das opiniões dos clientes. Tudo isso configura um vínculo de subordinação das pessoas trabalhadoras, que coloca em questão o caráter independente de sua vinculação com as plataformas (Todolí Signes, 2015). Entretanto, embora haja uma tendência na jurisprudência para a regulamentação de normas legais que reconheçam o vínculo de subordinação dos trabalhadores com relação às plataformas e seus correspondentes direitos individuais e coletivos, o trabalho mediado por plataformas segue carecendo de regulação na Argentina.

De fato, existem duas posturas contrapostas em torno ao modo em que deveriam ser reguladas as plataformas de trabalho baseadas na localização (Diana Menéndez, 2021a) – a dos que creem não haver qualquer impeditivo jurídico à inclusão da proteção dos que trabalham na entrega por aplicativo na Ley de Contrato de Trabajo (LCT: 20.744); e a daqueles que, sublinhando os indicadores que excluem esses trabalhadores da lei trabalhista, alegam a necessidade de se criar uma regulação específica para o trabalho de plataformas, com forma de estatuto. Lamentavelmente, os acordos básicos entre os atores que sustentam cada uma dessas posições não têm sido possíveis até o momento. Essa dificuldade ficou clara por ocasião da apresentação a debate do anteprojeto de lei “Estatuto del Trabajador de Plataformas Digitales Bajo Demanda”, a cargo do Ministério de Trabajo, Empleo e Seguridad Social em maio de 2020, que não conseguiu, até o momento, os consensos necessários para avançar.

Desafios para a organização dos trabalhadores

No Brasil, a atuação das plataformas tem encontrado resistências que assumiram grande dimensão durante a Covid-19, pelo caráter essencial que assumiram as atividades dos motoristas e entregadores num contexto de isolamento social. Os resultados, até agora, embora restritos, refletem alguns avanços.

Em geral, os movimentos reivindicativos desses trabalhadores centraram-se na melhoria das condições de trabalho, não havendo registro da demanda de contrato de trabalho no sentido estabelecido pela CLT. Entre as reivindicações destacam-se a melhoria das condições de trabalho, com oferta de equipamentos de proteção e seguro contra acidentes cobrindo o período em que estariam inativos, entre outros.

Os trabalhadores/as também têm desenvolvido redes de solidariedade utilizando as redes sociais em grupos no Facebook e no Whatsapp, socializando experiências, com dicas sobre oportunidade de trabalho, manutenção de veículos, locais para recebimentos de chamadas, assistência a colegas em situação de vulnerabilidade. Isso tem possibilitado o apoio e a adesão às mobilizações e a construção de espaços alternativos que, em certa medida, têm conseguido driblar o controle das plataformas (Jacobsem, 2022; Mendonça *et al.*, 2022). No geral não demonstram muito entusiasmo com sindicatos e associações formais, embora haja grupos mobilizados nessa direção. Isso pode ser atribuído à própria fragmentação da categoria e ao desgaste das organizações sindicais, às quais atribuem pouca vinculação com as bases (Jacobsem, 2022).

Produziram também grandes manifestações, como o Breque dos apps, em julho de 2020, e paralisações a partir de então, as quais não apresentaram demandas sobre formalização, mas reivindicações pontuais sobre normas de segurança frente à pandemia, saúde e auxílio financeiro, bem como proteção mínima. Segundo Cardoso, Artur e Oliveira (2020, p. 216), essas reivindicações iam do mais básico como água potável, banheiro e local para carregar os telefones, passando por melhoria no valor do frete, aumento da taxa mínima para cada corrida e ticket alimentação, ao questionamento da gestão unilateral e obscura realizada pelas plataformas. Tal questionamento incluía: fim dos bloqueios indevidos, fim da pontuação, da avaliação unilateral e transparência nesses processos. Outro bloco de reivindicações voltado à redução da insegurança no trabalho destacava: seguro de vida e contra acidentes e roubos, além do fornecimento de equipamentos de proteção frente à Covid-19.

Para Abílio (2022, p. 151), a partir de entrevistas com entregadores, haveria entre eles distintas perspectivas acerca do emprego formal, que consideram tão ou mais precário do que o que eles vivenciam, em termos de injustiças, exploração e insatisfação. As empresas, por sua vez, defendem o cadastro dos trabalhadores como microempreendedores individuais, o que garantiria a legalidade da relação, eximindo-as de custos e responsabilidades (Abílio, 2022). Mas, tem ocorrido algum avanço nas negociações, conforme registra o Fairwork Report Brazil (2022): a plataforma 99 evidenciou a relação do valor da hora trabalhada vinculada ao salário mínimo; b) a Uber e a 99 desenvolveram projetos para proteger os trabalhadores, como

a eliminação de barreiras de acesso, o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e apólices de seguros; a Uber tornou mais clara sua política de desativação; c) a iFood tornou os termos de adesão ao contrato na empresa mais claros e criou o Fórum de Entregadores com suas lideranças como forma de diálogo. Esses avanços, embora longe de serem suficientes, resultaram da pressão e lutas de trabalhadores/as.

Outras alternativas vêm sendo buscadas a partir do movimento de caráter internacional do chamado “cooperativismo de plataforma”, que se baseia em experiências internacionais realizadas a partir de greves em cidades europeias e norte americanas. No Brasil, cooperativas e associações têm sido organizadas em diversas cidades pelos trabalhadores, ou mesmo prefeituras, na construção de aplicativos que cobram menos taxas dos trabalhadores/as. Essas cooperativas e associações, que visam o controle dos trabalhadores sobre a gestão das plataformas, também assumem um caráter duplamente alternativo seja em sua composição – só mulheres ou população trans –, seja na localização em que atuam: as periferias das cidades nas quais não chegam, por insegurança, as grandes plataformas. Destaque-se, também, aquelas que se preocupam com a sustentabilidade ambiental, selecionando em suas entregas produtos ecologicamente sustentáveis (Grohmann, 2022). Mas ainda são experiências pontuais, que apontam para possibilidades de resistência. Deve-se lembrar que as experiências cooperativas existem desde o século XIX, sem, contudo, terem se consolidado como opção ao trabalho sem vínculo, ou precário. Outro elemento a considerar é que o cooperativismo pressupõe uma ideia de trabalho coletivo e compartilhado em seus ganhos o que se contrapõe frontalmente com o ideário do empreendedor individual, difundido não apenas pelas empresas de plataforma, mas generalizado na sociedade através de políticas públicas de incentivo a esses valores mais condizentes com o ideário neoliberal dominante.

A forma em que se organiza o trabalho nas plataformas digitais compromete o papel da organização sindical como representante dos trabalhadores/as e como instância de mediação ante as empresas. Frente ao modo renovado de exploração do trabalho que a gestão algorítmica promove, cabe o interrogante sobre a capacidade que retêm os sindicatos para “equilibrar” a inédita assimetria entre capital e trabalho que o capitalismo de plataformas impulsiona.

Contudo, no caso argentino, distintos estudos (Ottaviano, 2019; Haidar *et al.*, 2020) demonstram que a precariedade em que trabalham entregadores e

motoristas não é um obstáculo incontornável para o surgimento de formas diversas de organização – com epicentro na Cidade e Província de Buenos Aires –, apesar das limitações que existem para avançar no sentido de uma construção coletiva.

No trabalho de transporte e entrega mediado por plataformas existem certas dificuldades objetivas que incidem negativamente na organização coletiva dos trabalhadores – dispersão geográfica, alta rotação, atomização gerada pela natureza individual do processo de trabalho, inexistência de um lugar comum de trabalho. Nesse contexto, os trabalhadores/as consideram majoritariamente que criar algum tipo de organização para expressar demandas seria complexo (Del Bono, 2023b). Sobre este ponto, os trabalhadores/as expressam apatia e falta de interesse por tudo que se pareça a uma organização gremial clássica. Segundo nossas pesquisas, o desinteresse pela atividade sindical está associado com a “liberdade” que propõem as plataformas para organizar o trabalho e com o fato de contar com a possibilidade de estender as jornadas de trabalho para aumentar seus ingressos; com essa perspectiva, eles desconfiam das instâncias que regulem e reduzam essa possibilidade. Desde a entrega de comida por Rappi ou PedidosYa até o serviço de transportes de Uber ou Cabify, em todo o espectro, os trabalhadores aspiram a manter sua independência e autonomia para modular sua dedicação em função de suas necessidades pessoais.

Todavia, como já mencionado, esta posição não chega a ser hegemônica; por exemplo, no caso das plataformas de *delivery*, têm-se organizado reiteradamente protestos *reclamando medidas de seguridad*, dirigidos tanto às empresas como aos municípios das cidades em que trabalham; os acidentes graves ou roubos violentos são os detonadores dessas manifestações que se organizam por meio de grupos de Facebook e de WhatsApp. Frente à ausência de respostas das plataformas, os *riders* se organizam por meio de redes de comunicação informais e de canais de proteção e segurança que autogestionam a partir de seus telefones celulares e que utilizam para compartilhar informação que os ajude a se cuidar entre si. Durante a pandemia, estas experiências e interações se fortaleceram e se constituíram em estratégias de ação utilizadas por trabalhadores/as para fazer frente e mitigar as consequências negativas da ausência de condições de segurança. Criaram-se, assim, movimentos de reivindicações regionais e globais que emergem como ações organizativas horizontais, as quais conformam uma experiência coletiva solidária.

Nesse contexto, surgiram na Argentina novos experimentos organizativos, ao mesmo tempo que outros, já existentes, se fortaleceram e ganharam dinamismo. Diana Menéndez (2021b) recupera a experiência de consolidação da ATR (Agrupación de Trabajadores de Reparto), associada ao Partido Obrero, que, embora existisse desde antes da pandemia, mostrou grande dinamismo durante o período da quarentena. Mais recente é a organização do coletivo SITRAREPA (Sindicato de Base de Trabajadores de Reparto por Aplicación), vinculado ao partido de esquerda Nuevo MAS. Criado no marco da pandemia, aposta na forma sindical como modalidade de organização, motivo pelo qual apresentou, em meados de 2021, seu pedido de inscrição sindical no Ministério do Trabalho. Finalmente, vale destacar a experiência da “Alianza Unidos World Action”, que, sendo ainda incipiente, se apresenta como uma tendência internacional com possibilidade de fortalecimento, já que corresponde ao tipo de negócio global dessas empresas. A rede realizou cinco greves internacionais entre abril de 2020 e novembro de 2021, desenvolvendo ações comuns de desconexão e mobilização em distintos lugares do mundo.

Ainda que os obstáculos e limitações para avançar na organização dos trabalhadores de plataformas de serviços sejam muitos e complexos de contornar, existem mostras de ações de resistência e experiências de organização, tanto na Argentina, como no plano regional e internacional. Entre elas, algumas constroem articulações com sindicatos preexistentes, outras emergem com a intenção de se converterem em sindicatos reconhecidos para a atividade e outras ainda representam agrupações de base, com maior ou menor nível de politização das relações de trabalho (Haidar *et al.*, 2020).

Observações finais

Por fim, podemos dizer que, realizando atividades que não lhes garantem acesso a direitos, pressupõem extensas jornadas de trabalho e são pagas com baixos valores, por tarefa realizada, o trabalho por plataforma de motoristas e entregadores é precário, extenuante, perigoso e mal pago. Temos, portanto, mais uma vez, o capitalismo se utilizando de novas tecnologias para subordinar e explorar ainda mais o trabalho, recriando o paradoxo analisado por Marx ao discutir o advento da maquinaria e da grande indústria, em que,

embora o desenvolvimento tecnológico permita aumentar a produtividade (e com ela, hipoteticamente, diminuir a jornada de trabalho), é usado pelo capital como forma de transformar o tempo vital do trabalhador em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (Marx, 2021, p. 497).

Assim como nos primórdios do capitalismo industrial, com o advento da maquinaria, temos novamente, junto com o desenvolvimento tecnológico, uma degradação das condições de trabalho, um aumento do controle sobre os trabalhadores, extensas jornadas de trabalho e uma baixa remuneração pelo trabalho efetuado, ainda que esse mesmo avanço tecnológico permita um aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, do lucro das empresas. Temos também a negação de direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores, num verdadeiro processo de involução social.

Vale sublinhar, portanto, a contradição entre a ideia de autonomia e o aumento do controle sobre o trabalho que a tecnologia permite às empresas (Abílio, 2019; McDaid *et al.*, 2023). Que autonomia têm os trabalhadores, se não sabem, quando aceitam uma corrida ou uma entrega, para onde vão e têm uma possibilidade limitada de cancelar? Que independência possuem os trabalhadores se não sabem, quando aceitam uma corrida, nem sequer quanto ganharão pelo trabalho?

Nesse sentido, uma questão a ser discutida – apresentada tanto no caso argentino, como no brasileiro – consiste no baixo interesse, quando não na recusa explícita dos trabalhadores, do trabalho regular com contrato formal, com acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários – o que vem surpreendendo pesquisadores/as. Levando em consideração que grande parte desses trabalhadores afirma conseguir ganhar mais trabalhando por aplicativo do que como empregado (registrados ou não), temos duas conclusões importantes a retirar: a primeira é a evidência da desestruturação dos mercados de trabalho nos dois países; trata-se de trabalhadores que, muitas vezes, mesmo com diploma superior, ganham muito mal e enfrentam duras condições de trabalho, seja no mercado formal, seja no mercado informal. A segunda é que, trabalhando sem registro, eles têm a liberdade de estender as horas de trabalho além da jornada regular, de forma a aumentar suas retiradas, o que os leva a trabalhar regularmente durante nove ou dez horas diárias, quando não mais, normalmente sem descanso semanal, ou com apenas um dia de descanso durante a semana. Trata-se, nesse sentido, de uma relação de trabalho que se apoia numa autoexploração do trabalhador/a,

de forma a garantir ganhos superiores à média que ele ou ela conseguiria obter no mercado – médias, aliás, bastante próximas do salário mínimo e insuficientes para garantir a sobrevivência de uma família. Isso explicaria, também, ao menos em parte, a postura antisindical seguida por boa parte dos motoristas e entregadores: identificados tradicionalmente como entidades de defesa dos princípios da legislação trabalhista, os sindicatos não poderiam evidentemente ser abraçados por trabalhadores que necessitam desrespeitá-la para garantir remunerações mais altas do que as encontradas regularmente no mercado de trabalho. Evidentemente, isso não significa que a propalada autonomia, defendida pelas empresas e por muitos trabalhadores, não seja em si um fator importante para esses últimos; significa apenas que a situação é mais complexa do que o discurso da autonomia e do empreendedorismo pode fazer crer.

Por outro lado, é preciso considerar que a defesa da autonomia não tem impedido motoristas e entregadores dos dois países de se manifestarem por melhores condições de trabalho, como vem ocorrendo desde a pandemia. Entregadores, especialmente, vêm passando “dos problemas às reivindicações”, gerando deslocamentos da representação de si mesmos da figura do empreendedor à de trabalhador de plataformas.

Outra questão importante a considerar consiste na expansão, bastante evidente no caso brasileiro, para outros setores da economia, o que vem ocorrendo rapidamente e que tem sido acompanhada pela expansão da degradação do trabalho para outros setores, provocando um amplo e rápido processo de precarização em muitos setores da economia (Martins & Valente, 2022). Embora existam atividades que provavelmente nunca deverão ser mediadas por plataforma, há muitas que poderão a ela se adaptar, promovendo um processo mais generalizado do que vem se convencionando chamar de uberização.²

² Para Abílio, a uberização “refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho” (Abílio, 2017).

Nesse sentido, a regulamentação do trabalho por plataforma torna-se urgente, sob pena de observarmos um processo ainda mais amplo de degradação do trabalho. Essa regulamentação não pode ser feita, contudo, sem que os trabalhadores/as de plataforma sejam ouvidos.

Uma última discussão a ser feita consiste na comparação entre Brasil e Argentina no que concerne ao vínculo de trabalho e seus efeitos sobre as condições de trabalho. A principal diferença entre a forma de contratação dos trabalhadores nos dois países radica na possibilidade, no caso brasileiro, vedada no caso argentino, de que os trabalhadores/as possam incorporar-se às empresas sem qualquer tipo de registro fiscal ou de seguridade social. Na verdade, as pesquisas não parecem trazer, ao menos por enquanto, diferenças significativas na maneira como o trabalho é organizado e como ele vem sendo vivenciado pelos trabalhadores e trabalhadoras nos dois países. Em comum, como dissemos anteriormente, a precariedade das condições de trabalho.

Para finalizar, seria importante deixar registrada a complexidade dos trabalhos mediados por plataformas, a qual torna pouco úteis as ideias de empreendedorismo, tão propaladas pelo individualismo que marca a nova cultura do trabalho. O individualismo exacerbado presente no conceito de empreendedorismo atua como suporte ideológico de um neoliberalismo que exclui qualquer ação coletiva, ou qualquer saída fora do arcabouço darwinista em que se baseia. Junta-se a isso, como aponta Sadin (2018), que esse novo momento do capitalismo vem marcado por um otimismo em relação ao desenvolvimento tecnológico, por uma volta à crença no progresso ilimitado e por um desprezo ao que é propriamente humano, sublinhando a eficácia do algoritmo para a tomada de decisões. Trata-se, nesse sentido, de uma recuperação da ideia do tecnoliberalismo, ou seja, de que a libertação da humanidade não depende mais do embate social, mas do próprio desenvolvimento da tecnologia. Uma antiga supervalorização do papel da tecnologia na solução dos problemas da humanidade que ocorre sempre que há um salto tecnológico e que é continuamente desmentida com a rápida visibilização dos problemas que a tecnologia traz consigo ao ser utilizada apenas com a intenção de aumentar a acumulação de capital.

Referências

- Abílio, Ludmila C. (2022). Perfis e trajetórias ocupacionais. Em Sidnei Machado & Alexandre Pilan Zanoni. (Org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos* (127-164). UFPR - Clínica Direito do Trabalho.
- Abílio, Ludmila C. (19 fev. 2017). Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*. <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>
- Abílio, Ludmila C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18 (3), 41-51. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Abílio, Ludmila C., Almeida, Paula F. de, Amorim, Henrique, Cardoso, Ana C. M., Fonseca, Vanessa P. da, Kalil, Renan B., & Machado, Sidnei. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. *Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano*, 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Alessi, Gil. (7 ago. 2019). Jornada maior que 24 horas e um salário menor que o mínimo, a vida dos ciclistas de aplicativo em SP. El País. Brasil. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/06/politica/1565115205_330204.html
- Baylos, Antonio. (2022) La larga marcha hacia el trabajo formal: el caso de los riders y la ley 12/2021. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 40 (1), 95-113.
- Benanav, Aaron. (2020). *Automation and the future of work*. Verso.
- Bensusán, Graciela. (2017). Nuevas tendencias en el empleo: retos y opciones para las regulaciones y políticas del mercado de trabajo. Em Graciela Bensusán *et al.*. (Ed.). *Las transformaciones tecnológicas y sus desafíos para el empleo, las relaciones laborales y la identificación de la demanda cualificaciones* (pp. 81-171). Serie Documentos de Proyectos. CEPAL
- Cardoso, Ana Cláudia, Artur, Karen, & Oliveira, Murilo C. S. (2020). O trabalho nas plataformas digitais: narrativas contrapostas de autonomia, subordinação, liberdade e dependência. *Revista Valore*, 5, 206-230. <https://doi.org/10.22408/rev502020657206-230>
- Castro, Matheus F. de (2010). *Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.47.2010.tde-09022011-111013>
- Darricades, Maria & Fernández Massi, Mariana. (2021). *La organización del tiempo de les trabajadores de plataformas*. (Informe de investigación). Fundación Friedrich Ebert.

- Daugareilh, Isabelle, Degryse, Christophe, & Pochet, Philippe (2019). *The Platform Economy and Social Law: Key issues in comparative perspective*. ETUI Research Paper, Working Paper 2019.10. <https://www.etui.org/sites/default/files/WP-2019.10-EN-v3-WEB.pdf>
- Del Bono, Andrea. (2019). Trabajadores de plataformas digitales: condiciones laborales en plataformas de reparto a domicilio en Argentina. *Cuestiones de Sociología*, 21, e083. <https://doi.org/10.24215/23468904e083>
- Del Bono, Andrea. (2023a). Experiencias laborales de trabajadores de plataformas de reparto en el AMBA durante el contexto de aislamiento y distanciamiento social. Em Leticia Muñiz Terra. (Coord.) *¿Encrucijadas o bifurcaciones biográficas? transiciones laborales en contexto de pandemia en Argentina* (pp. 67-92). CLACSO.
- Del Bono, Andrea, & Maldovan Bonelli, Johanna. (Coord.) (2023b). *Cuando el trabajo se vuelve esencial: incertidumbre y encrucijadas de vida en ocupaciones precarias*. Miño y Dávila.
- De Stefano, Valerio, & Aloisi, Antonio (2019). Fundamental labour rights, platform work and human rights protection of non-standard workers. Em *Research Handbook on Labour, Business and Human Rights law* (pp. 359-379). Edward Elgar Publishing.
- Diana Menéndez, Nicolás. (2021a). Las propuestas de regulación a nivel nacional y subnacional. Em: Julieta Haidar (Coord.), et al. *Las plataformas de reparto en Argentina: entre el cambio de gobierno y la pandemia* (pp. 43-51). Colección #Método Citra n° 8. CITRA- Conicet.
- Diana Menéndez, Nicolás. (2021b). Las formas de organización y protesta de los trabajadores de reparto Em: Julieta Haidar (Coord.), et al. *Las plataformas de reparto en Argentina: entre el cambio de gobierno y la pandemia* (pp. 34-42). Colección #Método Citra n° 8. CITRA- Conicet.
- Fairwork. (2022). *Fairwork Brazil 2021: por trabalho decente na Economia de plataformas*. Relatório. <https://fair.work/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/Fairwork-Report-Brazil-2021-PT-1.pdf>
- Fincato, Denise P, & Wunsch, Guilherme. (2020). Subordinação algorítmica: caminho para o direito do trabalho na encruzilhada tecnológica? *RevistaTST*, 86 (3): 40-56.
- Garavaglia, Pia. (2022). *El avance de las plataformas de trabajo en Argentina. Complejidades y desafíos en los sectores de reparto, transporte y servicio doméstico*. Documento de Trabajo. CIPPEC.
- Grohmann, Rafael. (2022). Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *Matrizes*, 16 (1), 209-233.

- Haidar, Julieta, & Garavaglia, Pia. (2022). *La “Uberización” del trabajo en el transporte de pasajeros: Uber, Cabify, Beat y Didi, en el AMBA*. Colección #Método CITRA nº 12. CITRA-Conicet.
- Haidar, Julieta, Diana Menéndez, Nicolás, & Arias, Cora. (2020). La organización vence al algoritmo (?) Plataformas de reparto y procesos de organización de los trabajadores de delivery en Argentina. *Revista Pilquen* 23(4),15-28.
- Jacobsem, Bruno P. (2022). *Rotas digitalizadas: autonomia e controle no trabalho de entregadores por aplicativos em Araraquara – SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos.
- Lima, Jacob Carlos, & Bridi, Maria Aparecida. (2019). Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno CRH*, 32 (86), 325-341. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30561>
- López Mourelo, Elva, & Pereyra, Francisca. (2020). El trabajo en las plataformas digitales de reparto en la Ciudad de Buenos Aires. *Estudios del Trabajo* 60, 56-91.
- Machado, Sidnei (2022). Direitos. Em Sidnei Machado & Alexandre P. Zanoni (Org.). *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos*. UFPR - Clínica Direito do Trabalho.
- McDaid, Emma, Andon, Paul, & Free, Clinton. (2023) Algorithmic management and the politics of demand: Control and resistance at Uber. *Accounting, Organizations and Society*, 109, Artigo 101465. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2023.101465>
- Madariaga, Javier, Buenadicha, Cesar, Molina, Erika, & Ernst, Christoph. (2019). *Economía de plataformas y empleo ¿Cómo es trabajar para una app en Argentina?* (Monografía do BID, Serie IDB-MG-718). CIPPEC-BID-OIT.
- Manzano, Marcelo, & Krein, José Dari. (2014) . *Notas sobre a formalização. Estudo de Caso: Brasil*. FORLAC-OIT, Escritório Regional para a América Latina. https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_248265/lang-es/index.htm
- Manzano, Marcelo, & Krein, André. (13 jul. 2020). A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. *Cesit*. <https://www.cesit.net.br/a-pandemia-e-o-trabalho--de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativo-no-brasil/>
- Mazza, Luigi, & Buono, Renata (27 mar. 2023). Uberizando a vida. *Revista Piauí*. <https://piaui.folha.uol.com.br/uberizando-a-vida/>

- Martins, Helena, & Valente, Jonas (26-30 set. 2022). *As múltiplas mediações do trabalho pelas plataformas digitais: uma visão a partir da Economia Política da Comunicação*. (Apresentação de Trabalho). XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC). Buenos Aires, Argentina.
- Martins, Helena; Valente, Jonas (5-8 set. 2023). *O modelo de negócios das plataformas de mediação de trabalho: uma proposta de análise*. (Apresentação de trabalho) 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Marx, Karl. (1975). *El Capital. El proceso de producción del capital*. Tomo I/ Vol. 2. Siglo Veintiuno Editores.
- Mendonça, Mateus, Woodcock, Jamie, & Grohmann, Rafael. (2022). Composição de classe e migração para entender o trabalho por plataformas: o caso dos entregadores brasileiros no Reino Unido. *Caderno CRH*, 35, e022022. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49104>
- Muniz, Bianca, & Cícero, José. (20 out. 2021). Aplicativos de delivery: a nova faceta do trabalho infantil. *Agência Pública*. <https://apublica.org/2021/10/aplicativos-de-delivery-a-nova-faceta-do-trabalho-infantil/>
- Ottaviano, Juan Manuel, O'Farrell, Juan, & Maito, Matías. (2019). *Organización sindical de trabajadores de plataformas digitales y criterios para el diseño de políticas públicas*. Análisis, 49. Fundación Friedrich Ebert. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/argentiniem/15913.pdf>
- Rede Brasil Atual. (30 jun. 2022). Com mais trabalhadores sem carteira e queda na renda, taxa de desemprego recua. <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/mais-trabalhadores-sem-carteira-queda-na-renda-desemprego-recua/>
- Sadin, Eric. (2018). *La silicolonización del mundo. La irresistible expansión del liberalismo digital*. Caja Negra.
- Silva, Ricardo B. da. (2009). *Os motoboys no globo da morte: circulação no espaço e trabalho precário na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade e São Paulo.
- Silveira, Jorge William P., & Laat, Erivelton F. de. (2021). Análise coletiva do trabalho dos trabalhadores de aplicativos. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 14 (3):1-12. <https://doi.org/10.51896/CCS/WEMU1445>
- Srnicek, Nick. (2017). *Platform Capitalism*. Polity Press.
- Supiot, Alain. (2000). Les nouveaux visages de la subordination. *Droit Social*, 2, 131- 145.

Todoí Signes, Adrián. (2015). El impacto de la Uber Economy en las relaciones laborales: los efectos de las plataformas virtuales en el contrato de trabajo. *IUSLabor*, 3. <https://raco.cat/index.php/IUSLabor/article/view/305786>

Valente, Josias. (2021). O poder das plataformas digitais e impactos econômicos e políticos sobre a América Latina. Em Edemilson Paraná & Ricardo S. Kaminski. (Org.). *Tecnologia e Desenvolvimento nas Américas* (pp. 197-222). Coleção Américas Compartilhadas nº 6. Editora CRV.

Recebido: 3 jun. 2023.

Aceito: 7 nov. 2023.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

 <https://doi.org/10.20336/rbs.962>



Algoritmos y temporalidades sociales: un análisis de las permanencias, transformaciones y reconfiguraciones del tiempo de trabajo en plataformas bajo demanda en Argentina

**Algorithms and social temporality: An analysis of the
permanence, transformation and reconfiguration of
working hours in on demand platforms in Argentina**

**Algoritmos e temporalidades sociais: uma análise das
permanências, transformações e reconfigurações do tempo
de trabalho em plataformas por demanda na Argentina**

Andrea Delfino* 

Paulina Claussen** 

RESUMEN

El tiempo puede ser pensado como el núcleo central de la relación capital-trabajo y el prisma a partir del cual analizar la desigualdad y la asimetría en el marco de esta relación de poder. La relación entre tiempo y trabajo se presenta como una lucha por disponer del control del tiempo del trabajador. En esta dirección, este artículo analiza el denominado tiempo de prestaciones laborales – es decir, el modo en el que las empresas utilizan y organizan el tiempo de los trabajadores en un determinado proceso productivo – en plataformas de trabajo bajo demanda en Argentina, a partir de considerar sus cuatro dimensiones: establecimiento de la jornada de trabajo, duración, distribución e intensidad. Del trabajo se desprende que la configuración de

* Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, provincia de Santa Fe, Argentina. Dra. en Ciencias Políticas. Profesora Adjunta de la Universidades Nacional del Litoral (UNL) y Universidad Nacional de Rosario (UNR). Investigadora del Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral (IHUCSO-Litoral, UNL- CONICET). andelfino@yahoo.com.ar.

** Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, provincia de Santa Fe, Argentina. Licenciada en Economía por la Universidad Nacional del Litoral (UNL) y doctoranda en Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER). Becaria doctoral del CONICET en el Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral (IHUCSo Litoral, UNL- CONICET). paulinaclaussen@gmail.com,

los tiempos de trabajo en las plataformas bajo demanda conlleva la profundización de procesos de más largo aliento, el surgimiento de tendencias nuevas y la reintroducción de esquemas de las etapas iniciales del capitalismo.

Palabras claves: trabajadores de plataforma, tiempo de trabajo, intensificación, disponibilidad.

ABSTRACT

Time can be considered as the core of the capital-work relationship and the perspective through which inequality and asymmetry can be analyzed within this power relationship. The relationship between time and work is presented as a struggle to get the control of a worker's time. In this perspective, in this article we analyze what is known as working hours – that is to say, the way in which companies use and organize workers' time within certain productive process – in on demand working platforms in Argentina by considering its four dimensions: the establishment of working hours, duration, distribution and intensity. Findings suggest that working hours in on demand platforms entails the deepening of longer-term processes, the emergence of new tendencies and the reintroduction of arrangements of the early phases of capitalism.

Keywords: platform work, working hours, work intensification, availability.

RESUMO

O tempo pode ser pensado como o núcleo central da relação capital-trabalho e o prisma a partir do qual se pode analisar a desigualdade e a assimetria no âmbito dessa relação de poder. A relação entre tempo e trabalho se mostra como uma disputa pelo controle do tempo do trabalhador. Nessa direção, este artigo analisa o chamado tempo de atividade laboral – ou seja, a forma como as empresas utilizam e organizam o tempo dos trabalhadores em um determinado processo produtivo – em plataformas de trabalho sob demanda na Argentina, a partir de suas quatro dimensões: estabelecimento da jornada de trabalho, duração, distribuição e intensidade. Da pesquisa desprende-se que a configuração dos horários de trabalho nas plataformas sob demanda implica o aprofundamento de processos de longo prazo, o surgimento de novas tendências e a reintrodução de esquemas das fases iniciais do capitalismo.

Palavras-chave: trabalhadores de plataforma, tempo de trabalho, intensificação, disponibilidade

Introducción

Dentro de los estudios de las temporalidades sociales hay consenso entre los autores en la existencia de un orden temporal dominante y que el mismo contiene algunas características básicas que permiten comprender la distribución social de los tiempos y las tensiones o conflictos que se pueden suscitar (Lewis & Weigert, 1992; Martín Criado & Prieto, 2015; Wajcman, 2016). Una de estas características es la interdependencia, la cual se intensifica en la complejidad de las sociedades haciendo más difícil sincronizar las temporalidades de los distintos actores y organizaciones. A su vez, el tiempo es estructurado, valorado y experimentado de diferente manera por los distintos grupos sociales. En tanto las relaciones de poder pueden ser entendidas como una tercera dimensión social de los tiempos. La sociedad moderna se encuentra enredada en dinámicas de poder: quién tiene más poder puede controlar el tiempo y también puede hacer esperar. Esto supone que el tiempo de algunos agentes esté sujeto a una depreciación social persistente, dando cuenta de que las temporalidades son relacionales y esa relación se construye en la intersección de una serie de desigualdades sociales (Chen & Sun, 2020).

En este marco, consideramos, siguiendo a Postone (2006), que la dominación social en el capitalismo se logra a través de la estructuración del tiempo de trabajo. Estudios recientes sobre plataformas digitales han resaltado el papel determinante de los algoritmos para automatizar la recopilación de datos en tiempo real y la toma de decisiones poniendo en discusión la lógica dominante y normativa emergente para estructurar y valorizar el tiempo en la economía bajo demanda mediada por plataformas. Para Chen y Sun (2020) las aplicaciones de reparto, fundamentalmente de alimentos, constituyen el epítome del orden temporal de capitalismo financiarizado especulativo que cultiva expectativas específicas para el presente y futuro. Este orden temporal normaliza las expectativas culturales para la prestación de un servicio más previsible y controlado basado en necesidades individuales.

Así, este artículo analiza el denominado tiempo de prestaciones laborales – es decir, el modo en el que las empresas utilizan y organizan el tiempo de los trabajadores en un determinado proceso productivo – en plataformas de trabajo bajo demanda, a partir de considerar sus cuatro dimensiones: establecimiento

de la jornada de trabajo, duración, distribución e intensidad. La reconstrucción de las tendencias de este ordenamiento temporal se basó en las narrativas de trabajadores de plataformas de reparto en dos ciudades intermedias de Argentina. El artículo se articula en tres grandes apartados. El primero de ellos presenta algunas coordenadas teóricas del vínculo entre tiempo y trabajo. El segundo describe algunas características centrales de las plataformas bajo demanda en Argentina. Finalmente, el tercer apartado presenta las principales tendencias con relación al establecimiento de la jornada de trabajo, la disponibilidad temporal, la intensificación de los ritmos de trabajo y las temporalidades flexibles. En las consideraciones finales se busca presentar estos elementos de forma articulada mostrando el novedoso entretendido que se produce entre tendencias de más largo plazo con tendencias emergentes a partir del gerenciamiento algorítmico.

Tiempo y trabajo: algunas coordenadas teóricas del análisis

Este trabajo se inscribe en toda una tradición teórica que parte de la idea de que el concepto de trabajo que se erige a partir de la Modernidad adquiere un significado homogéneo, mercantil y abstracto cuya esencia es el tiempo. En esta dirección Thompson (1984) señala que el largo proceso de transformaciones en la noción y percepción del tiempo, que comenzó en la Edad Media, supuso un cambio de enfoque en el tiempo de trabajo, conllevando un pasaje desde el trabajo orientado por las tareas de la época preindustrial hacia la nueva situación en la cual el trabajo pasa a ser regulado por el tiempo de las horas. A partir de esta revolución temporal, es el ritmo estandarizado del reloj el que pasa a gobernar la rutina y el tiempo de trabajo.

Esta transición que se podría situar entre los siglos XIV y XVIII o XIX, conllevó el progreso del tiempo abstracto – y, a la par, el desplazamiento del tiempo concreto y de las horas variables – ligado a la generalización de las relaciones de producción capitalista como forma de vida. Así, este nuevo tiempo está directamente relacionado con la construcción de la realidad social determinada por la mercancía (Postone, 2006). En el análisis de Postone (2006), la forma social del moderno tiempo abstracto se convierte en un nuevo modo de dominación.

El estilo de vida desarrollado en la sociedad industrial está asociado con un particular enfoque del tiempo y de la velocidad: el tiempo es presentado

como un recurso escaso y la velocidad está asociada con la eficiencia. Así, para que los trabajadores sean resarcidos por su tiempo más que por los bienes y servicios que proveen, el tiempo debe convertirse en un valor de intercambio abstracto que necesita ser diferenciado del valor de uso de los bienes y servicios (Adam, 1995, 1998).

En este sentido, el tiempo que permite que el trabajo sea transformado en dinero, es un tiempo con un valor de intercambio abstracto, descontextualizado, cuantitativo y divisible que permite su tratamiento como una mercancía dentro del mercado de trabajo. Este tiempo mecánico y del reloj es un tiempo uniforme, invariable, divisible en infinitas unidades, al que es posible otorgarle un valor numérico.

Sin embargo, el vínculo entre tiempo y trabajo no está exento de tensiones. En este texto recuperamos una de esas tensiones por considerarla central para nuestro análisis.¹ Este conflicto está dado por la propia relación-capital trabajo en la cual entran en disputa el salario y las condiciones de trabajo; o, lo que es lo mismo, la distribución del plusvalor y las condiciones de su extracción. Tal como señalara Marx (1976), el capital no sólo transgredía los límites morales de la jornada sino también las barreras máximas puramente físicas de la misma. Para el autor, los átomos del tiempo constituían los elementos de la ganancia y el aumento de la producción de beneficio podría tomar la forma de la expansión de la jornada o de un incremento de la producción por unidad de tiempo comprada.

La esfera pública jugó allí un rol central en restringir esa extensión y dar lugar al tiempo de trabajo “comprimido” que respondía a un reclamo de la clase obrera para beneficiarse realmente del tiempo suplementario de no trabajo y de distanciarse de un trabajo degradado. Para Rubery *et al* (2005), la delimitación temporal entre la vida pública y privada constituyó parte del compromiso social creado en la esfera política entre el capital y el movimiento obrero organizado. Así, el análisis de la jornada de trabajo y sus transformaciones se constituye en un prisma central a través del cual analizar la desigual y asimétrica relación entre el trabajo y el capital.

Las transformaciones productivas operadas a partir de la década del 1970, y profundizadas en la década del 1990, imprimieron cambios en las temporalidades que exceden a la sola idea de duración de la jornada. Las

¹ Un desarrollo más amplio de los conflictos entre tiempo y trabajo pueden encontrarse en Delfino (2022).

nuevas formas de organización de la producción conllevaron profundos cambios en las formas de organización del tiempo de trabajo, dando lugar a tendencias hacia su diversificación, flexibilización, intensificación y heterogeneización como vías para mejorar la eficiencia y la rentabilidad. En este sentido, las nuevas maneras de organizar el tiempo – y, en especial, el tiempo de trabajo – se constituyen en una de las características distintivas del nuevo capitalismo (Delfino, 2011, 2022). El capital ha encontrado en el tiempo la variable pasible de ser manipulada para incrementar la productividad o expandir la provisión de servicios a través de imponer a los trabajadores jornadas más largas, más intensas y sometidas a las demandas organizacionales (De Castro, 2010; Rubery *et al*, 2005).

Desde el inicio del siglo XXI y, fundamentalmente, a partir de la crisis financiera internacional de 2008 y la pandemia por coronavirus de 2020, se puede observar una nueva capa de transformaciones temporales que se superponen a las ya existentes desde la década del 1970. En términos macrosociales, existe una percepción generalizada de que el ritmo de la vida cotidiana es más rápido de lo que solía ser, de que vivimos en una sociedad de la aceleración. Los dispositivos digitales son presentados como una solución tecnológica para todo, como herramientas que ahorran tiempo y posibilitan una mayor coordinación de los tiempos laborales y familiares (Wajcman, 2016). Para Wajcman (2016), el imperativo contemporáneo de la velocidad es tanto un artefacto cultural como tecnológico. El sentimiento de apuro y la presión por el tiempo que padecemos es producto de las prioridades y parámetros que nosotros mismos establecemos en lugar de las máquinas *per se*. El problema no sería tanto la escasez de tiempo, sino un problema de programación temporal. Sin embargo, no debemos desconocer que el tiempo se vive en la interacción de una serie de desigualdades sociales por las que el tiempo de algunas personas se valora mucho más que de otras, y algunas ganan velocidad a expensas de otras.

Por su parte, y para Huws (2021), la escasez de tiempo como fenómeno temporal macro-social contemporáneo permite también explicar el proceso que desemboca en un fuerte aumento de la compra-venta de comidas preparadas que son llevadas a los hogares recurriendo a plataformas digitales. Para la autora, la generalización de las políticas neoliberales, a partir de la década del 1980, supuso una reducción del gasto público y una caída de los ingresos de los hogares que dieron lugar a la imperiosa necesidad de dos

ingresos. La mayor participación de la mujer en el mercado de trabajo y/o el aumento de horas en él como consecuencia de este escenario dio lugar a la consecuente disminución de las horas destinadas al trabajo doméstico. Este proceso se habría intensificado con la crisis financiera de 2008. Así, la caída de los ingresos y la escasez de tiempo conllevaría que crecientemente las familias, tanto del Norte Global como de América Latina, recurran al mercado para sustituir bienes que previamente eran proporcionados por el trabajo doméstico.

Específicamente, en términos de las temporalidades laborales, podemos señalar que la configuración de los tiempos de trabajo en el denominado capitalismo de plataforma conlleva la profundización de procesos de más largo aliento, el surgimiento de tendencias nuevas y la reintroducción de esquemas de las etapas iniciales del capitalismo. En las siguientes páginas nos detendremos en esos procesos.

El trabajo a demanda basado en el uso de *apps*: algunos elementos necesarios para el análisis

El modelo de negocios que impusieron las empresas de plataformas, las características particulares que su desarrollo está teniendo en los países de América Latina y la dimensión laboral del despliegue de estas empresas vienen siendo indagados profusamente en nuestra región. En esta sección nos detendremos sólo en aquellos aspectos de estos procesos que resultan esenciales para dar cuenta de los cambios y continuidades en las temporalidades laborales en el marco del denominado capitalismo de plataformas.

Un primer elemento a resaltar es que dentro de las economías de plataformas es posible incluir principalmente dos formas de trabajo: el denominado “*crowdwork*” (traducido frecuentemente como plataformas de trabajo colaborativo o trabajo colaborativo *online*) y el trabajo a demanda basado en el uso de *apps*. El primer término se refiere a las tareas que son ejecutadas a través de plataformas *online*, las cuales ponen en contacto un número indefinido de organizaciones, negocios e individuos a través de internet, posibilitando potencialmente la conexión de clientes y trabajadores a nivel global (Berg & De Stefano, 2016; De Stefano, 2016). Por su parte, el

trabajo a demanda basado en el uso de *apps* constituye una forma de trabajo en la cual la ejecución de un trabajo tradicional (como cadetería, transporte, limpieza, etc.) es canalizado a través de aplicaciones gerenciadas por firmas que también intervienen en el establecimiento de un standard mínimo de calidad en el servicio y en la selección de la fuerza de trabajo (De Stefano, 2016). Este tipo de trabajo sólo puede ser llevado adelante localmente, creando una conexión geográfica entre clientes y trabajadores y un contacto personal entre ambos (Apella, Rofman & Rovner, 2020).

En este artículo nos centraremos en el análisis de las principales tendencias en el tiempo de prestaciones laborales vinculadas a este último tipo de plataformas y focalizaremos, específicamente, las plataformas de reparto.² Así, se hace necesario realizar algunos señalamientos vinculados a las particularidades de las empresas que operan en las ciudades de Rosario y Santa Fe (Argentina) y al funcionamiento de las mismas:

1. En Argentina, dos grandes empresas controlan el mercado de *delivery*: PedidosYa y Rappi. La primera de ellas cuenta con 35.000 repartidores activos en 80 ciudades concentrando el 76% del mercado, mientras que Rappi detenta el 22% del mercado local con 23.000 repartidores que cumplen sus funciones en ocho ciudades. Ambas empresas operan tanto en la ciudad de Rosario como en la ciudad de Santa Fe.³
2. La gran mayoría de estos trabajadores se encuadran dentro del régimen simplificado para pequeños contribuyentes (monotributo). De las dos empresas que operan, los trabajadores de Rappi son todos ellos repartidores independientes (alguno de ellos sin ningún tipo de registro fiscal), en tanto la empresa PedidosYa cuenta con un número minoritario de repartidores asalariados y un grupo mucho mayor de trabajadores independientes registrados como monotributistas. El

² El análisis se realiza teniendo como base entrevistas realizadas a trabajadores y trabajadoras de empresas de plataformas de reparto en las ciudades de Rosario y Santa Fe (Argentina) en el contexto de pandemia por coronavirus y con posterioridad a él. La realización de dichas entrevistas se enmarca en el proyecto “Condiciones de vida y trabajo en Santa Fe. Una mirada en los márgenes en clave de interseccionalidad”. Programa CAI+D 2020, Universidad Nacional del Litoral. Directora: Andrea Delfino. Algunas informaciones adicionales provienen de las entrevistas realizadas para la tesina de grado en sociología “La organización algorítmica del trabajo y prácticas laborales de trabajadores en las empresas de plataforma bajo demanda”, de Virginia Senor. Directora: Andrea Delfino y de documentación de las propias empresas visibilizadas en sus páginas webs y/o enviada a los trabajadores.

³ Fuentes: BAE Negocios, 16/09/2020; IPROUP, 07/02/2023; La Nación, 10/06/2022.

monotributo es un régimen tributario integrado que unifica en un único pago mensual las obligaciones impositivas de salud y previsión social (obra social y jubilación), razón por la que recibe el nombre de “monotributo”. Bajo este esquema los trabajadores pueden acceder a tres de los cinco componentes de la seguridad social: a) seguro por vejez (jubilación), invalidez y fallecimiento, b) asignaciones familiares y c) seguro de salud. Quedan marginados, no obstante, del acceso a: d) seguro por riesgos de trabajo y e) seguro de desempleo. Los trabajadores asalariados de PedidosYa, por desempeñarse en relación de dependencia, acceden a los cinco componentes mencionados (López Mourelo, 2020).

3. El esquema de actores en este tipo de actividad no es dual como en la clásica relación capital-trabajo, sino que clientes y propietarios de comercios cuyos bienes son trasladados también ocupan un lugar relevante en el tejido de relaciones en el cual la actividad se enmarca. La dispersión de roles e identidades en la economía digital ha llevado a algunos autores a abandonar el modelo binario de relación capital-trabajo para el análisis de los conflictos en el mercado de trabajo y reemplazarlo por un análisis basado en la perspectiva de la “economía en red”, la cual es configurada a partir de una geometría variable de actores individuales, con complejos y variados patrones de diferenciación, colaboración y explotación (Delfino & Claussen, 2021; Machado & Pílan Zanoni, 2021). En este esquema de actores es posible establecer cuatro tipos básicos de relaciones: a) la relación entre la plataforma y el repartidor (mediada por el soporte, que es quien responde ante alguna eventualidad o los reclamos que realizan los repartidores), b) la relación entre la plataforma y los propietarios de los comercios cuyos bienes son trasladados, c) la relación entre los trabajadores y los comercios, y d) la relación entre los repartidores y los clientes, que son quienes realizan las calificaciones.

Las características anteriormente descritas constituyen el marco fundamental a partir del cual es posible analizar la permanencia y el cambio en los tiempos de prestaciones laborales, atendiendo a sus dimensiones de duración, establecimiento de la jornada, distribución e intensidad.

Dimensiones del tiempo de prestaciones laboral en las plataformas de reparto

La jornada de trabajo: su establecimiento, su duración y sus pausas

Los datos producidos por la OIT en 2020 para el caso argentino (López Mourelo, 2020) muestran que en promedio en una jornada laboral habitual los trabajadores de plataformas de reparto dedican 8,21 horas a esa actividad, cumpliendo una media de algo más de 13 entregas por día y esperando un promedio de 17 minutos entre pedidos. Esta intensidad se produce tanto en términos de horas por jornada como en el número de días trabajados a la semana. De hecho, quienes trabajan todos los días también dedican en promedio más horas por jornada. Las largas jornadas de trabajo que se reproducen prácticamente los siete días de la semana son una constante, aunque existen diferencias si se atiende a ciertas características personales.

Las mujeres trabajan, en promedio, menos horas por jornada y menos días a la semana que sus colegas varones. Destaca el bajo porcentaje de mujeres que trabaja de noche, cuya explicación podría deberse a cuestiones relacionadas con combinar la actividad con las responsabilidades del cuidado, y/o evitar los mayores riesgos de seguridad asociados a los horarios nocturnos. La composición del hogar, la combinación de la actividad laboral con el estudio, el hecho de realizar las actividades de reparto en moto o bicicleta entre otros factores son elementos que marcan también diferencias en la extensión de la jornada entre trabajadores (López Mourelo, 2020).

Para Cardoso (2022), hay varios elementos que se interrelacionan para poder explicar las largas horas de trabajo: la ausencia de derechos, tales como el salario mínimo; las bajas remuneraciones recibidas por entrega realizada; la existencia de tiempos de trabajo no remunerados y, finalmente, los mecanismos a través de los cuales los trabajadores son motivados (a través de incentivos económicos) a trabajar algunos días y horas específicos tales como días de lluvia, días u horarios de mayor demanda⁴, etc.

En la narrativa de las empresas, la posibilidad de elegir cuándo y cuánto trabajar es presentada como una de sus principales ventajas. Sin embargo, es posible observar que en la práctica esta decisión se encuentra condicionada por la condición de registro del trabajador y por un sistema de ranking elaborado por la empresa.

⁴ Volveremos sobre este punto.

De los relatos de los trabajadores surge que aquellos asalariados registrados cuentan con una jornada laboral de cuatro u ocho horas diarias, dependiendo de lo establecido en el contrato de trabajo. En todos los casos, trabajan seis días de corrido, descansando un día quienes trabajan jornada completa y un turno quienes lo hacen media jornada. Los días y horarios de trabajo son fijados por la empresa y no pueden ser modificados por el trabajador. Quienes forman parte de este grupo no realizan horas extras ni pueden reemplazar o cubrir a un compañero. En caso que deban ausentarse, dicha ausencia debe ser justificada a la empresa.

Quienes desarrollan su actividad como trabajadores autónomos independientes o *freelance* no están obligados a trabajar una cierta cantidad mínima o máxima de horas, sino que pueden definir la duración de su jornada laboral, así como los días y horarios que trabajarán. Sin embargo, como sosteníamos más arriba, esta decisión se encuentra supeditada al rendimiento del trabajador y su posición en el ranking elaborado por la empresa.

En el caso de PedidoYa, la empresa establece un sistema de grupos que van del 1 al 8. Los seis primeros agrupan a repartidores activos que prestan sus servicios de manera habitual, el grupo 7, a “*riders* inactivos”, es decir, aquellos que no prestaron servicio hace más de una semana, y el grupo 8, a “*riders* nuevos”, aquellos repartidores que se encuentran dentro de las tres primeras semanas de inicio en la actividad.

Este ranking se renueva cada lunes de manera semanal teniendo en cuenta el rendimiento del trabajador y comparándolo con el de los otros repartidores de la misma ciudad. Del relato de los trabajadores surge que los elementos que intervienen en la construcción del ranking son los siguientes:

- La prestación de servicios durante horas picos.
- La prestación de servicios en el horario confirmado o haberlo cancelado como mínimo 24 horas antes de que este comience.
- Loguearse a horario.
- La aceptación de pedidos, para lo cual se tiene en cuenta una ratio entre pedidos aceptados y rechazados.
- Cantidad de horas trabajadas. Más horas trabajadas, mayor posibilidad de ascender de grupo en el ranking.
- La calificación del cliente⁵

⁵ En la documentación que la empresa proporciona a los trabajadores este elemento no está incluido. Es decir, en el caso de la empresa PedidosYa, no hay un reconocimiento de que este elemento forma parte de ranking. Sin embargo, el mismo surge constantemente en el relato de los trabajadores. Justamente, la baja transparencia en el conjunto de reglas que rigen los algoritmos es señalada por Möhlmann y Zalmanson (2017) como uno de los elementos de la gestión algorítmica.

La pertenencia a un grupo particular dentro del ranking otorga al trabajador prioridad en la elección de los horarios de trabajo entre otros beneficios que, como veremos más adelante, serán importantes en la determinación del salario recibido.

Cada lunes, los trabajadores deben escoger los horarios en los que estarán activos la próxima semana, para ello la empresa elabora un sistema de apertura de turno que comienza los días miércoles por la mañana para los trabajadores del grupo 1, quienes son los primeros en escoger los días y horarios de trabajo. Por la tarde, lo hacen los repartidores del grupo 2 y 8, quienes tendrán la posibilidad de elegir solo entre los horarios disponibles, es decir aquellos que no hayan sido tomados por los del grupo 1. Una hora más tarde se habilita esta opción para los trabajadores del grupo 3.

Quienes pertenecen a los grupos 4, 5 y 6 podrán escoger turno recién al día siguiente respetando siempre el horario correspondiente a su posición en el ranking. Mientras que aquellos trabajadores que no hayan trabajado en la semana y, por lo tanto, se encuentren en el grupo 7 podrán elegir turnos recién el viernes. Un dato importante a resaltar es que se trata de horarios de apertura, lo que implica que los repartidores del grupo 1 pueden seguir eligiendo turnos cuando se habilita la elección para los del grupo 2 y así sucesivamente.

De esta manera es posible observar que, en el caso de los trabajadores autónomos, si bien estos tienen cierta influencia en la elección de su jornada laboral, la misma se encuentra totalmente condicionada por los requerimientos de la empresa y la disponibilidad de turnos. Es decir, podrán escoger día y horario siempre y cuando el mismo no se encuentre cubierto por otros repartidores. Pudiendo incluso llegar a ocurrir que, al momento de realizar la elección, no haya horarios disponibles y, como tal, no puedan trabajar en esa semana. En caso que esto ocurra la empresa sugiere revisar periódicamente la *app* para tomar espacios liberados.

En el caso de Rappi la empresa elabora un ranking de estados, el cual depende:

- Si el repartidor utiliza auto: de la disponibilidad en horas de alta demanda, de la evaluación del cliente, la tasa de aceptación, la tasa de finalización y el número de órdenes completadas.
- Para quienes utilizan moto o bicicleta, las métricas utilizadas son: la disponibilidad en horas de alta demanda, la evaluación del cliente, el número de reservas completadas, la tasa de aceptación y la de tasa de finalización.

Estas variables permiten clasificar a los trabajadores en cuatro estados: Alerta, Bronce, Plata y Diamante. El primero de ellos indica que el repartidor no está haciendo un buen uso de la *app*, mientras que, en el otro extremo, la pertenencia al grupo Diamante indica que los trabajadores están obteniendo puntuaciones excepcionales y ofreciendo el nivel más alto de servicio. Al igual que en el caso anterior, la pertenencia a los grupos superiores otorga prioridad en la elección de turno y zonas de trabajo, además de un extra por pedido si se pertenece a los dos grupos superiores. En el caso de los trabajadores de las categorías inferiores (Alerta y Bronce) solo pueden acceder a los horarios de mayor demanda. Es posible ascender de grupo cumpliendo una cierta cantidad de las métricas enlistadas arriba, aunque en el caso de esta empresa los cambios de grupo se realizan cada dos semanas.

Otra diferencia con respecto a PedidosYa es que Rappi permite a sus empleados conectarse fuera de los horarios reservados; es decir, el *logueo* es libre. Para ello cuenta con dos tipos de reserva: *Reserva Estándar* donde el repartidor debe escoger entre los horarios disponibles y la *Reserva + Racha* que activa turno en caso de que la empresa necesite más repartidores en un momento particular. Para que el repartidor reciba una alerta de turnos disponibles es necesario que este mantenga la *app* encendida y marcada la opción de “autoaceptación” caso contrario no se le asignaran pedidos.

Además de la prioridad en la elección de zonas y turno y un extra por pedido, los trabajadores creen que la pertenencia a un grupo particular otorga otros beneficios que no son explicitados por la empresa, entre los que señalan: prioridad en la asignación de pedidos, distancias más cortas y locales con menor tiempo de espera para los trabajadores mejor rankeados.

Por su parte, una vez seleccionado el turno, el trabajador tiene hasta una hora antes de que este comience para cancelarlo. En caso de que el turno sea cancelado como máximo 24 horas antes de su inicio, este será liberado y cualquier trabajador podrá tomarlo sin sanción para quien lo liberó. Por lo contrario, si faltan entre 24 horas y 1 hora, el trabajador podrá liberarlo solo si este es tomado por otro *rider*. En este punto, los cadetes⁶ suelen resaltar la solidaridad entre compañeros, ya que – en caso de tener que ausentarse – tienen como práctica avisar en un grupo de whatsapp que van a ofrecer el horario, el cual suele ser rápidamente aceptado por otro repartidor, evitando así la sanción para quien canceló.

⁶En este trabajo utilizamos las denominaciones “cadete”, “repartidor” y “*rider*” como sinónimos.

Como surge del relato de los trabajadores, el modelo incorpora un sistema de reputación basado en la codificación y el seguimiento de las acciones de los trabajadores (el sistema asigna las tareas, pero también monitorea en tiempo real la realización de cada una de ellas, su velocidad, los movimientos realizados, etc.)⁷ y también posee un mecanismo de retroalimentación con los clientes ya que estos pueden evaluar, a través de una calificación, el servicio recibido una vez finalizada la transacción. De esta forma, el trabajador no se encuentra solamente vigilado por la empresa sino también por los clientes. Chen y Sun (2020) usan la noción de *arbitraje temporal* para dar cuenta del régimen de beneficiarse de la estratificación del valor del tiempo de las personas, un régimen que es inherente al capitalismo pero que ha sido acentuado por la economía de los servicios bajo demanda mediada por plataformas. Este orden temporal diferencial explota el trabajo y el tiempo de un grupo de personas para apoyar la gestión del tiempo y el estilo de vida sin espera de otro grupo más privilegiado. El *arbitraje temporal* normaliza las expectativas culturales del cliente para el cumplimiento de servicios cronometrados y estrechamente monitoreados y de trabajadores que realizan sus tareas de una manera cada vez más frenética y fragmentada.

Estas evaluaciones, materializadas en puntos y clasificaciones, se convierten en complejos sistemas de premios y castigos, en los que los trabajadores pueden sufrir desactivaciones temporales o permanentes y, por consiguiente, la pérdida de las asignaciones de trabajo. De esta forma, el mecanismo de establecimiento de la jornada de trabajo se presenta claramente como de flexibilidad heterodeterminada y adaptada de manera cada vez más intensa a los ciclos de la demanda. No se trata de una flexibilidad *para* el trabajador como surge de las narrativas empresariales, sino de una flexibilidad *del* trabajador ligada a la sumisión de los tiempos dictados por la empresa y dependiente exclusivamente de sus intereses (Elchardus, 1994).

⁷ Möhlmann y Zalmanson (2017) consideran al seguimiento constante del comportamiento de los trabajadores y la evaluación del desempeño de los mismos como elementos centrales del modelo de gestión algorítmica.

La disponibilidad temporal – que es disponibilidad corporal – y el desacople entre tiempo de trabajo y remuneración

Dentro de la jornada de trabajo analizada en el punto anterior existen tiempos de trabajo que no son remunerados. Esto da cuenta de dos procesos: la disponibilidad de los trabajadores y el desacople entre la remuneración y el tiempo de trabajo, produciéndose, así, una doble explotación del salario y del tiempo (Huws, 2021).

Para los repartidores la jornada comienza 30 minutos antes del inicio del turno. Para comenzar a operar, los repartidores deben presentarse 30 minutos antes de su turno a la zona de *logueo* asignada, la cual se trata generalmente de plazas o espacios públicos, y activar la aplicación. En caso de que la aplicación no funcione, el repartidor deberá informar al soporte y aguardar que se solucione el problema. En los casos en lo que esto ha ocurrido, los trabajadores manifiestan que durante el día no reciben pedidos y por lo tanto tampoco generan ingresos, sin embargo, deben permanecer en las zonas de *logueo* hasta la finalización de su turno ya que, según argumenta la empresa, ellos realizan un pago por publicidad al repartidor y este debe cumplir el horario.

Una vez comenzada la jornada de trabajo los trabajadores quedan en condición de disponibilidad para cuando el sistema los “convoque” y les asigne algún pedido.⁸ Pero en el marco de la realización de un pedido también hay tiempos de espera como aquellos en los que se aguarda que el establecimiento entregue la mercadería o aquel otro donde el repartidor debe aguardar al cliente para que reciba su pedido.

Durante ese periodo también puede “pausar” su conexión durante un determinado periodo de tiempo o extender su jornada laboral. Si bien ambas opciones están disponibles requieren aprobación del sistema para llevarse a cabo, lo cual suele estar supeditado a la demanda que haya en el momento. De los relatos de los trabajadores surge que la empresa PedidosYa tiene dos tipos de pausas: por un lado, la “pausa negra”, que es una inhabilitación por un periodo de tiempo aplicada bajo la modalidad de sanción; por otro lado, existe la “pausa blanca” que es la suspensión por un periodo de tiempo, pero

⁸ Para Vandaele, Piasna y Drahokoupil (2019), estos movimientos hacia una flexibilidad total para el capital alcanzan su apogeo en el desarrollo de los llamados “contratos de hora cero” en los cuales los trabajadores no tienen garantizado ningún trabajo, pero deben estar disponibles “de guardia” cuando el empleador los necesita.

solicitada por el repartidor por algún motivo justificado, por ejemplo, un accidente, un desperfecto con el vehículo, etc.

Para Chen y Sun (2020), el tiempo colectivo en línea de los trabajadores (es decir, su disponibilidad), junto con la información capturada asociada con sus horarios son los elementos que contribuyen a la “visión omnipresente” del mercado de la plataforma. Allí se encuentra la fuente de poder central de las empresas para manipular los algoritmos que posibilitan la fijación de los precios y los envíos.

En el caso de la remuneración recibida, también se observan diferencias según la condición de registro del trabajador. Los asalariados registrados cuentan con un salario fijo determinado, al igual que el resto de sus condiciones laborales, por convenio colectivo de trabajo y demás acuerdos que se establezcan.

Para los trabajadores *freelance*, el ingreso depende de la cantidad de entregas que el trabajador realice durante su jornada laboral y de una serie de ítems según cada empresa. En el caso de Pedido Ya, la remuneración por entrega realizada depende de: el punto de retiro y entrega, la distancia al comercio y, entre el comercio y los clientes, la posición en el sistema de grupos (lugar en el ranking), además de un monto extra por eventos especiales, logros y “referidos”,⁹ es decir por estar disponible en determinados momentos específicos, por alcanzar una determinada cantidad de entregas y por referir nuevos repartidores.

En el caso de Rappi esta empresa tiene una tarifa que contempla punto de retiro y entrega y distancia recorrida. Establece además una serie de ítems relacionados a “rachas”,¹⁰ zonas y horarios de trabajo que, en caso de ser alcanzados multiplican la tarifa. Además, entrega propinas y recompensas en caso de que el trabajador decida trabajar días de lluvia o clima extremo.

Cómo es posible observar en el caso de ambas empresas, el ingreso final percibido por cada trabajador depende de la cantidad de pedidos y monto recibido por pedido, los cuales se hallan determinados implícita o

⁹El referido es una opción que permite al repartidor enviar un enlace a conocidos invitándolos a que inicien el proceso de ingreso a la empresa como repartidores.

¹⁰La racha es un beneficio que tienen los mejores repartidores de la empresa que les permite aumentar las ganancias al duplicar los pedidos recibidos. Para entrar en racha el repartidor debe mantener la aplicación activa en la función autoaceptar y tomar un número mínimo de ordenes de manera consecutiva.

explícitamente por la disponibilidad temporal del trabajador.¹¹ Para obtener mayores ingresos, el trabajador debe realizar una gran cantidad de pedidos, los cuales, en última instancia, dependen de la cantidad de horas trabajadas y pedidos aceptados. El pago efectuado es por entrega realizada, pero, a diferencia de otras formas de pago a destajo, por cada servicio los trabajadores pueden recibir un monto diferente, en tanto las tarifas cambian de acuerdo a “multiplicadores” ejecutados de forma unilateral por las plataformas. Según la OIT, las tareas que se desarrollan hoy en ese ámbito están regenerando “prácticas laborales que se remontan al siglo XIX” y prefiguran “futuras generaciones de jornaleros digitales” (López Mourelo, 2020).

La intensificación de los ritmos

Los ritmos de trabajo, al depender de la demanda, suelen ser variables, observándose mayor movimiento al comienzo del mes o en días y horarios particulares. En momentos en los cuales la demanda es baja, la empresa suele enviar cupones de descuento o promociones a los clientes con el fin de incentivarlos a comprar y movilizar así a los cadetes. En el caso de estos últimos, al estar sus ingresos determinados por la cantidad de pedidos que aceptan, cuando observan que no están recibiendo suficientes pedidos salen a “cazarlo”. Esto es recorrer la ciudad o permanecer lo más cerca posible de los locales con mayor demanda, de modo que en caso de surgir un pedido este sea asignado a ellos por cercanía.

Las empresas cuentan también con elementos que les permiten intensificar la jornada laboral de los trabajadores. Para esto es importante el sistema de ranking y el sistema de asignación de pedidos. Esto da lugar a una alta intensidad de trabajo bajo la presión de las calificaciones. La inmediatez y la conveniencia del servicio disfrutado por los clientes-consumidores se produce a expensas del tiempo de los trabajadores. La reducción del tiempo de entrega se logra a través de diseños algorítmicos y políticas de gestión que vinculan los salarios diarios de los repartidores a su puntualidad (Chen & Sun, 2020).

¹¹ Hay consenso en la bibliografía en que la disponibilidad temporal se presenta como una dimensión social apreciada y exigida por las empresas y que la misma se puede observar tanto en los cuadros, los expertos y los profesionales calificados como en los niveles inferiores del sector servicios.

Cuando el comercio acepta el pedido de un cliente, el sistema envía una notificación al repartidor mejor rankeado dentro de la zona del local comercial, el cual tiene 60 segundos para aceptarlo o rechazarlo, en caso de rechazar tres pedidos seguidos la empresa pausa al cadete durante un determinado periodo y este, por lo tanto, no podrá tomar pedidos. En caso de aceptarlo se activa un reloj que va mostrando el tiempo que le queda al repartidor disponible para llegar al local. Si, por alguna razón, como puede ser un robo o un accidente, el repartidor detiene su marcha, el sistema le envía una advertencia como forma de registrar el motivo de la demora. Si transcurrido un tiempo este continúa detenido, la aplicación cancela el pedido otorgándoselo a otro cadete. Un segundo sistema de alertas se activa en el trayecto entre el establecimiento donde recogen el pedido y el lugar donde deberá ser entregado. Estos sistemas de alerta constituyen la materialización de los mecanismos desarrollados para satisfacer las expectativas temporales de los clientes, que están orientadas a la satisfacción inmediata o anticipada. El cultivo de las expectativas temporales del servicio bajo demanda se produce a expensas del ritmo de los trabajadores (Chen & Sun, 2020). A su vez la intensificación de los tiempos de trabajo constituye una acción del capital en la búsqueda de plusvalía relativa (Cardoso, 2022).

Desde la perspectiva de Gollac (2005), la nueva etapa del proceso de intensificación que se inicia a partir de las décadas de los 1980 y 1990 tiene lugar a través de distintos mecanismos. Por un lado, es posible observar ritmos impuestos por la organización, tales como los horarios de producción y la distribución de los productos. Por otro lado, existe una serie de imposiciones temporales provenientes de la esfera del mercado, entre ellos la atención inmediata a la demanda y contacto con los clientes y el público. Se conjugan entonces exigencias internas a las organizaciones y exigencias de la demanda (el cliente).

Otro elemento que influye en la cantidad de pedidos realizados es la distancia que deben recorrer y el tiempo de espera en el local. Si bien las empresas no manifiestan abiertamente cómo se asignan los pedidos, los repartidores creen que la posición en el ranking determina cual es el local o la distancia que finalmente recorrerán. Los trabajadores mejor rankeados tienden a recorrer distancias más cortas y ser asignados a locales con tiempo de espera menor, lo que les permite también aceptar una mayor cantidad de pedidos y permanecer o ascender de grupo. En este sentido,

el trabajador se encuentra condicionado a reducir los tiempos de descanso al mínimo, tomar la mayor cantidad de pedidos y realizarlos en el menor tiempo posible, con el fin de no ver afectada negativamente su posición en el ranking. Esto afecta directamente a la salud de los trabajadores, quienes, pese a tener disponible las llamadas “pausas blancas”, es decir la posibilidad de pausar la aplicación con justificación y sin sanción, tienden a no hacer uso de ella o hacer uso lo menos posible, descansando una vez que finaliza la jornada laboral. El tipo de actividad y la falta de descanso se traduce para los repartidores en fuente de cansancio.

Marx ya había señalado en *El Capital* que los átomos del tiempo constituían los elementos de la ganancia y que el aumento de la producción de beneficio podría tomar la forma de una expansión de la jornada o de un incremento de la producción por unidad de tiempo comprada. Las décadas de los 80 y 90 del siglo XX marcan el inicio de un proceso en el cual varias formas de intensificación del trabajo se hicieron cada vez más frecuentes y comenzaron a expandirse a sectores de la economía más allá de la industria manufacturera. En la etapa del capitalismo de plataforma, el aumento de la intensificación del trabajo se constituye en el corazón del proceso de creación de valor a través de los mecanismos de gestión algorítmica del trabajo.

La flexibilidad inflexible

Tal como hemos podido observar en los puntos anteriores y como sostiene Bensusán (2016) el hecho de que las plataformas otorguen ciertas libertades a los repartidores no implica que estas tengan menos control sobre la prestación del servicio, sino que deciden ejercer solamente una parte del mismo, dictando “las instrucciones necesarias”. El jefe tradicional pasa a ser reemplazado por un algoritmo que asigna y supervisa el trabajo. En este sentido, la gran cantidad de información generada por los trabajadores al realizar su actividad permite a la empresa no solo realizar un seguimiento constante de los repartidores, sino también controlar, evaluar y disciplinar a los mismos. El sistema de ranking, los pagos extras por cuestiones climática o en horarios pico, las “pausas negras” o bloqueos, no solo actúan intensificando la jornada laboral, como vimos en los puntos anteriores, sino también como mecanismo de disuasiones a los reclamos que pueden surgir por parte de los trabajadores.

Sin embargo, debemos tener en cuenta que, en este tipo de aplicación, los clientes/usuarios también cumplen un rol importante en el control de los trabajadores. Al realizar sus evaluaciones los clientes envían información a la empresa sobre el rendimiento de los mismos, esta información es tomada por la misma convirtiéndose así en un mecanismo de control gerencial y garantía de calidad para las plataformas. La información generada por el cliente, junto al sistema de ranking de las empresas, permite a la misma reducir tiempos de gestión y la oferta de trabajo.

Las largas, extenuantes e intensas jornadas de trabajo llevan a cuestionar la narrativa empresarial de “flexibilidad para el trabajador” (Elchardus, 1994) y de autonomía. Si bien los trabajadores ponderan positivamente el hecho de “no tener un jefe” y de poder elegir sus propios horarios, esas potencialidades son puestas en cuestión en sus mismos relatos cuando señalan las dificultades que tienen a la hora de tener que realizar algún reclamo a la empresa o ante la posibilidad de alcanzar una calificación que les permita trabajar en un horario que podría reeditar mayores ingresos.

Consideraciones finales

En trabajos anteriores (Delfino, 2022) retomamos la consideración elisiana de que el tiempo puede ser pensado como una “síntesis compleja”, posibilitando pensar a las disputas en torno al tiempo como una de las formas centrales de dominación en el capitalismo y como el corazón de la relación capital-trabajo. Estudios recientes sobre plataformas digitales han resaltado el papel determinante de los algoritmos para automatizar la recopilación de datos en tiempo real y la toma de decisiones poniendo en discusión la lógica dominante y normativa emergente para estructurar y valorizar el tiempo en la economía bajo demanda mediada por plataformas.

Consideramos, siguiendo a Chen y Sun (2020), que las aplicaciones de reparto, fundamentalmente de alimentos, constituyen el epítome del orden temporal de capitalismo financiarizado especulativo que cultiva expectativas específicas para el presente y futuro; y que este orden temporal normaliza las expectativas culturales para la prestación de un servicio más previsible y controlado basado en necesidades individuales. La gestión algorítmica de las plataformas posibilita distintos mecanismos temporales que constituyen

acciones del capital en búsqueda de la plusvalía relativa y dan lugar a una experiencia social del tiempo de los repartidores marcada por rupturas, cálculos y fragmentación intensa.

En este trabajo nos centramos en el análisis del denominado tiempo de prestaciones laborales – es decir, el modo en el que las empresas utilizan y organizan el tiempo de los trabajadores en un determinado proceso productivo – en plataformas de trabajo bajo demanda en Argentina a partir de considerar sus cuatro dimensiones: establecimiento de la jornada de trabajo, duración, distribución e intensidad. De este análisis se desprende que la configuración de los tiempos de trabajo en las plataformas bajo demanda conlleva la profundización de procesos de más largo aliento (intensificación de los tiempos de trabajo), el surgimiento de tendencias nuevas (mecanismo de calificaciones de los trabajadores a través del uso de tecnologías, nuevas formas de incentivos, tiempos de trabajo no remunerados) y la reintroducción de esquemas de las etapas iniciales del capitalismo (largas jornadas de trabajo, baja remuneración, trabajo a destajo, intensificación de los ritmos). Estas tendencias se entrelazan produciendo un doble mecanismo de explotación: explotación del tiempo y explotación del salario, en un escenario global de reforzamiento de las tendencias a la precarización de la mano de obra, ausencia de derechos y consolidación de un ethos emprendedor.

Referencias

- Adam, Barbara. (1995). *Timewatch. The social analysis of time*. Polity Press.
- Adam, Barbara. (1998). When time is money. *Contested rationalities of time and challenges to the theory and practice of work*. Working paper series. Paper 16. <http://www.cf.ac.uk/socsi/publications/workingpapers/pdf-files/wrkgpaper16.pdf>
- Apella, Ignacio, Rofman, Rafael, & Rovner, Helena. (2020). *Skills and the labor market in a new era*. The World Bank.
- Bensusán, Graciela. (2016). *Nuevas tendencias en el empleo: retos y opciones para las regulaciones y políticas del mercado de trabajo*. CEPAL.
- Berg, Janine, & De Stefano, Valerio. (octubre, 2016) ¿Queremos mejorar el trabajo colaborativo online? Entonces hay que regularlo. *Nueva Sociedad*. Edición digital. <https://nuso.org/articulo/se-quiere-mejorar-el-crowd-work-entonces-hay-que-regularlo/>.
- Cardoso, Ana Claudia M. (2022). Empresas-plataforma e seus tempos laborais incertos, controlados, intensos, insuficientes, longos, não pagos e heterônomos. En Sadi Dal Rosso Sadi *et al.* (org.), *O futuro é a redução da jornada de trabalho*. CirKula. <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2022/09/A-Reducao-da-Jornada-de-Trabalho-e-o-Futuro.pdf>
- Chen, Julie Yujie, & Sun, Ping. (2020). Temporal arbitrage, fragmented rush, and opportunistic behaviors: The labor politics of time in the platform economy. *New Media & Society*, 22(9), 1561–1579. <https://doi.org/10.1177/1461444820913567>
- De Castro, Carlos. (2010). *Trabajadores en busca de narraciones: las consecuencias de las transformaciones del tiempo de trabajo sobre la configuración de las identidades narrativas de los trabajadores*. [Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid]. Docta Complutense. <https://docta.ucm.es/entities/publication/f022dd1e-d65a-45e4-9dec-cc69fde1fe72>
- De Stefano, Valerio. (2016). The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig economy”. (Conditions of work and employment series; n. 71). International Labour Office.
- Delfino, Andrea. (2011). Las transformaciones en el mundo del trabajo desde la óptica temporal. Un tiempo con nuevos tiempos. *Revista Colombiana de Sociología*, 34 (1), 85-101.

- Delfino, Andrea. (2022). Tiempo, trabajo y pandemia: ¿qué hay de nuevo, viejo? En Pablo Ernesto Pérez, & Marina Busso (Coord.). *Economía, trabajo y pandemia: apuntes sobre modelo productivo y mercado laboral en Argentina* (pp. ¿?). Tren en Movimiento
- Delfino, Andrea, & Claussen, Paulina. (2019). Intensificación del trabajo y disponibilidad temporal: el caso de los trabajadores subcontratados de la seguridad privada en la ciudad de Santa Fe, Argentina. En Marta Panaia & Andrea Delfino. *El estallido del tiempo. De la formación al trabajo y al empleo* (pp. 201-228). Miño y Dávila.
- Delfino, Andrea, & Claussen, Paulina. (2020). Nuevas institucionalidades laborales y condiciones de trabajo: el caso de los trabajadores de plataformas de reparto a domicilio en la ciudad de Santa Fe, Argentina. En Andréa Vettorasi & Flavio Sofiati. (Org). *Dimensões do trabalho na contemporaneidade* (pp.151-175). Cegraf UFF.
- Delfino, Andrea, & Claussen, Paulina. (2021). Trabajadores de apps y Covid-19: un análisis de los conflictos laborales en dos ciudades argentinas durante el período de confinamiento estricto. *Anuario del Conflicto Social*, 12, e-36596. <https://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/36596>
- Elchardus, Mark. (1994). In praise of rigidity: On temporal and cultural flexibility. *Information sur les Sciences Sociales*, 33 (3), 459-477.
- Gollac, Michel. (2005). L'intensité du travail: Formes et effets. *Revue économique*, 56(2), 195-216.
- Huws, Ursula. (8 noviembre 2021). Un círculo vicioso que no se aguanta más. *Jacobin América Latina*. <https://jacobinlat.com/2021/11/08/un-circulo-vicioso-que-no-se-aguanta-mas/>
- Lewis, David, & Weigert, Andrew. (1992). Estructura y significado del tiempo social. En Ramón Ramos Torre (Comp.). *Tiempo y Sociedad*. Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) y Siglo XXI Ed. (Edición original del artículo: 1981).
- López Mourelo, Elva. (octubre 2020). El trabajo en las plataformas digitales de reparto en Argentina: análisis y recomendaciones de política. Oficina de País de la OIT para Argentina.
- Machado, Sidnei, & Pilan Zanoni, Alexandre. (2021). O trabalho em plataformas digitais: direitos, Covid-19 e problemas emergentes. *Sociedade e Cultura*, 24, e66060. <https://doi.org/10.5216/sec.v24.66060>
- Martín Criado, Enrique, & Prieto, Carlos. (2015). Introducción. En Enrique Martín Criado & Carlos Prieto (Eds). *Conflictos por el tiempo: poder, relación salarial y relaciones de género* (pp. 25-48). CIS Universidad Complutense de Madrid.

- Marx, Karl. (1976). *El Capital* (Tomo I). Akal.
- Möhlmann, Mareike, & Zalmanson, Lior. (10-13 diciembre 2017). Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. Proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS 2017), Seoul, South Korea.
- Postone, Moishe. (2006). *Tiempo, trabajo y dominación social. Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales.
- Rubery, Jill, Ward, Kevin, Grimshaw, Damian, & Beynon, Huw. (2005). Working Time, Industrial Relations and the Employment Relationship. *Time and Society*, 14 (1), 89-1111.
- Thompson, Edward P. (1984). Tiempo, disciplina de trabajo y capital industrial. En Edward P. Thompson, *Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. (pp. 239-293). Crítica.
- Vandaele, Kurt, Piasna, Agnieszka, & Drahokoupil, Jan. (12 junio 2019). *'Algorithm breakers' are not a different 'species': attitudes toward trade unions of Deliveroo riders in Belgium, Brussels*. ETUI Working Paper 2019.06. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3402899>
- Wajcman, Judy. (2016),. Anförande: Pressed for time: The digital transformation of everyday life. *Sociologisk Forskning*, 53(2), 193–199. <https://doi.org/10.37062/sf.53.18255>

Recibido: 10 jun. 2023.
Aprobado: 12 ene. 2024.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

 <https://doi.org/10.20336/rbs.963>



Trabajo remunerado y no remunerado de las mujeres en plataformas digitales en la Ciudad de México

Women's paid and unpaid work on digital platforms in Mexico City

Trabalho remunerado e não remunerado de mulheres em plataformas digitais na Cidade do México

Carlos Alba Vega* 

Rosario Aparicio López** 

RESUMEN

En este trabajo analizamos algunas de las características sociodemográficas y socioeconómicas de las personas trabajadoras en las plataformas digitales en la Ciudad de México. Asimismo, mostramos las diferencias que existen entre las propias mujeres repartidoras comparando las características de las que tienen dependientes económicos y las que no los tienen. La información proviene de un estudio más amplio que realizamos en la Ciudad de México con enfoque mixto, cuantitativo y cualitativo. El cuantitativo consistió en una encuesta probabilística que se aplicó a 1008 personas repartidoras; el cualitativo se basó en la realización de tres grupos de enfoque y 60 entrevistas semiestructuradas a todas las partes interesadas que participan en el sistema de reparto. Para el análisis consideramos la variable de dependientes económicos; la edad de las personas; las personas que estudian y trabajan; el nivel de escolaridad alcanzado; las razones por las que dejaron de estudiar; los ingresos que perciben a la semana; la diferenciación en el uso del transporte y los accidentes; si han sufrido accidentes de trabajo y hospitalización; la violencia y acoso sexual y si se hacen acompañar de alguien para realizar las entregas. La contribución principal de este trabajo es que muestra las desigualdades de género que se presentan entre los hombres y las mujeres, pero también las diferencias que existen entre las

* El Colegio de México, Ciudad de México, México. Doctor en Ciencias Sociales por l'École des hautes études en sciences sociales de Paris, profesor e investigador del Centro de Estudios Internacionales y coordinador del Seminario sobre Trabajo y Desigualdades de la Red de Desigualdades de El Colegio de México. calba@colmex.mx

** El Colegio de México, Ciudad de México, México. Doctora en Demografía por la Universidad Estadual de Campinas e investigadora en el Seminario sobre Trabajo y Desigualdades de El Colegio de México. mraparicio@colmex.mx

propias mujeres que decidieron ser madres, que tienen dependientes económicos y que dividen su tiempo entre el trabajo remunerado y el no remunerado.

Palabras clave: plataformas digitales, mujeres repartidoras, Ciudad de México

ABSTRACT

In this paper we analyze some of the sociodemographic and socioeconomic characteristics of workers operating on digital platforms in Mexico City. Likewise, we show differences that exist between delivery women themselves, comparing the characteristics of those who have financial dependents and those who do not. The information comes from a broader study that we carried out in Mexico City with a mixed, quantitative and qualitative approach. The quantitative one consisted of a probabilistic survey that was applied to 1008 delivery people, and the qualitative one was based on three focus groups and 60 semi-structured interviews with all stakeholders involved in the delivery system. For the analysis we consider the variable of economic dependents, the age of the people, the people who study and work; the level of schooling attained; the reasons why they stopped studying; the income they receive per week; the differentiation in the use of transport and accidents; if they have suffered accidents at work and hospitalization, as well as violence and sexual harassment, and if they are accompanied by someone to make deliveries. The main contribution of this work is that it shows gender inequalities that occur between men and women, but also differences that exist between women themselves, who decided to be mothers, who have financial dependents and who divide their time between paid and unpaid work.

Keywords: digital platforms, women delivery drivers, Mexico City

RESUMO

Neste trabalho analisamos algumas das características sociodemográficas e socioeconômicas das pessoas que trabalham em plataformas digitais na Cidade do México. Da mesma forma, mostramos as diferenças que existem entre as próprias entregadoras, comparando as características daquelas que têm dependentes econômicos e daquelas que não têm. A informação vem de um estudo mais amplo que realizamos na Cidade do México com uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa consistiu em uma pesquisa probabilística aplicada a 1.008 entregadores; A qualitativa baseou-se em três grupos focais e 60 entrevistas semiestruturadas com todas as partes interessadas participantes no sistema de entrega. Para a análise consideramos a variável dependente econômica; a idade das pessoas; pessoas que estudam e trabalham; o nível de escolaridade alcançado; os motivos pelos quais pararam de estudar; a renda semanal; a diferenciação no uso de transporte e acidentes; se sofreram acidentes de trabalho e hospitalização; violência e assédio sexual, e se são acompanhadas de alguém para fazer entregas. A principal contribuição deste trabalho é mostrar as desigualdades de gênero que ocorrem entre homens e mulheres, mas também as diferenças que existem entre as próprias mulheres que decidiram ser mães, têm dependentes econômicos e dividem o seu tempo entre trabalho remunerado e não remunerado.

Palavras-chave: plataformas digitais, mulheres entregadoras por aplicativo, Cidade do México

Introducción

En México, de acuerdo con los datos de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), del total de la población económicamente activa (PEA), el 96.9% se encontraba ocupada hasta julio de 2023. Del total de la PEA femenina, el porcentaje de mujeres ocupadas era de 97.1% frente a un 96.7% de hombres ocupados de la PEA masculina (INEGI, 2023). Aparentemente el mercado de trabajo absorbió a casi todas las mujeres y hombres en edad de trabajar. Sin embargo, es importante analizar las condiciones en la que se encontraban laborando.

Para el caso de la Ciudad de México, de acuerdo con los datos de la ENOE, al cuarto trimestre de 2022, del total de la PEA, un 95.5% se encontraba ocupada; de la PEA femenina, un 95.3%; y de la PEA masculina el 95.6% también trabajaba. Los datos también indican que el 84% de esta población ocupada se encontraba trabajando en el sector terciario, es decir, en todo lo relacionado con servicios, comercio, restaurantes, hoteles, transporte, servicios profesionales financieros y corporativos, entre los principales.

Otros datos que nos ayudan a reflexionar sobre las condiciones actuales del mercado de trabajo en la Ciudad de México se refieren al número de horas trabajadas. Por ejemplo, el 74% de la población total ocupada trabajaba entre 35 hasta 48 horas semanales, para el caso de las mujeres, el 67.1% trabajaba el mismo periodo de horas frente a un 80.9% los hombres también trabajan el mismo periodo. Aunque los datos muestran que las mujeres dedican menos horas al trabajo en el mercado, los datos de la Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT-2019) muestran que la contribución de las mujeres en el trabajo no remunerado en los hogares es mayor que la de los hombres, lo que hace visible una gran brecha de género entre la división de tareas en el trabajo doméstico.

Sobre el mercado de trabajo informal, o economía popular, la ENOE informa que, para el cuarto trimestre de 2022, el 45.8% de la población de la Ciudad de México se emplea en ocupaciones informales, un 48.3% de las mujeres ocupadas y un 43.8% de los hombres, es decir casi la mitad de las personas ocupadas en la ciudad no cuentan con ningún derecho laboral ni protección social y, entre éstas, son más las mujeres ubicadas en trabajos precarizados.

Ante este panorama del mercado de trabajo, en este texto nos interesa estudiar específicamente el impacto que el trabajo de reparto a través de

plataformas digitales tiene sobre las personas que lo realizan y si estos empleos son un factor que promueve la precariedad y desigualdad entre ellas o, por el contrario, si contribuye a cerrar la brecha de la desigualdad. Por ese motivo, necesitamos conocer algunas características de las personas que trabajan en estas actividades, distinguiendo entre hombres y mujeres, pero también entre las propias mujeres, ya que, como se muestra en el trabajo de Flamand, Alba, Aparicio y Serna (2023), entre las mujeres también hay diferencias, dependiendo del nivel de ingreso de los hogares. Con ese propósito, comparamos las características de las que tienen dependientes económicos a su cargo en relación con las que no los tienen y consideramos que en quienes tienen personas a su cargo recae un peso más fuerte, como trabajar más horas con pocos descansos, conciliar el trabajo remunerado y el no remunerado y contar con menos espacios para el autocuidado (dormir, comer, arreglo personal, descanso). Por lo tanto, deseamos saber, en primer lugar, cómo se distribuye este tipo de empleos por sexo y también entre los dos grupos de mujeres.

Examinaremos distintos perfiles sociodemográficos y socioeconómicos, para lo cual tomaremos en cuenta a las personas con y sin dependientes; su edad; las personas que estudian y trabajan; el nivel de escolaridad alcanzado; las razones por las que dejaron de estudiar; los ingresos que perciben a la semana; la diferenciación en el uso del transporte y los accidentes; si han sufrido accidentes de trabajo y hospitalización, así como si han vivido episodios de violencia y acoso sexual, y si se hacen acompañar o no en el trabajo de reparto.

Este trabajo forma parte de un estudio más amplio titulado *El trabajo del futuro con derechos laborales*,¹ que fue realizado por un equipo interdisciplinario e interinstitucional, el cual se basó en un enfoque mixto, cuantitativo y cualitativo. El cuantitativo consistió en una encuesta probabilística cara a cara en punto de afluencia, utilizando dispositivos

¹ El estudio se titula: *El trabajo del futuro con derechos laborales. Diagnóstico y estrategia de política pública para el reconocimiento de derechos laborales de personas trabajadoras por plataformas digitales*. Fue coordinado por Carlos Alba Vega, Graciela Bensusán y Gustavo Vega. El equipo de investigación estuvo constituido, además de los coordinadores, por las siguientes personas, a quienes agradecemos por permitirnos utilizar la base de datos de la encuesta y algunas informaciones provenientes de las entrevistas y de los grupos de enfoque: Rosario Aparicio López (El Colegio de México), Ilán Bizberg (El Colegio de México), Francisco Campos (Universidad de Georgetown), Miguel Ángel Díaz Santana (FLACSO, México), Nelson Florez (FLACSO, México), María Edith Pacheco (El Colegio de México), Landy Sánchez (El Colegio de México), Héctor Santos (Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora).

móviles (CAPI), la cual se aplicó a una muestra aleatoria de 1008 personas repartidoras de todas las aplicaciones digitales de la Zona Metropolitana de Ciudad de México; de ellas, resultaron 820 hombres (81%) y 188 mujeres (19%). Por grupos etarios, el 39.7% eran menores de 25 años, 41.6% tenían entre 26 y 40 años y 18.7% eran personas mayores de 40 años. Por el tipo de transporte que utilizan para realizar su trabajo, el 52.7% emplea motocicleta y motoneta, 31.2% usa bicicleta y 12.1% realiza entregas a pie o en transporte público y 4.2% reparte en coche.

Para identificar a las personas que se encuestaría se procedió por dos vías: la mitad del universo, a través de la selección de clústeres o puntos de concentración de los negocios de donde salen los pedidos, con probabilidad proporcional al tamaño: restaurantes, supermercados, centros comerciales, panaderías. Estos clústeres fueron ubicados con base en el Directorio Estadístico Nacional de Unidades Económicas (DENUE) del INEGI. Se pudo acceder con facilidad a las personas repartidoras en los clústeres, sin embargo, fue complicado encuestar a quienes se encuentran en el interior de las plazas comerciales, ya que por reglamento no se pueden realizar encuestas en sus instalaciones. Inicialmente establecimos algunas cuotas sobre la proporción de mujeres y de personas repartidoras en auto que debían ser encuestadas. Esta cuota se calculó con base en entrevistas a profundidad realizadas previamente con personas repartidoras. Sin embargo, el porcentaje de cuotas manejado es mayor de lo que se encontró en el campo. La ubicación, identificación y aplicación de cuestionarios a quienes reparten en auto y a mujeres repartidoras fue más difícil que al resto porque no se encontraban fácilmente en las aglomeraciones y en los puntos de reunión. La otra mitad de la encuesta se realizó a través de la técnica de bola de nieve. Las personas repartidoras encuestadas mediante el muestreo probabilístico fueron accesibles en proporcionar los datos de otras personas repartidoras para aplicarles la entrevista. Con uso de aparatos móviles, las entrevistas fueron georreferenciadas y grabadas para asegurar calidad.

El enfoque cualitativo consistió, por una parte, en la realización de tres grupos de enfoque con un promedio de siete personas repartidoras de ambos sexos en cada uno y un grupo de enfoque con representantes de las principales empresas de plataformas digitales. Sin embargo, en este artículo no utilizamos los resultados en dichos grupos de enfoque pues está reservada para otro texto. Bajo este enfoque cualitativo, se aplicaron 60 entrevistas semiestructuradas a todas las partes interesadas que participan en el sistema de reparto: las que entregan a domicilio, las que solicitan los pedidos, las que

entregan los productos o preparan los alimentos y las bebidas, las autoridades locales y federales que tienen relación con el trabajo y las que son especialistas, miembros de la sociedad civil y sindicalistas. Vale la pena destacar que en este artículo se utilizan de manera preponderante los resultados de la encuesta.

La distribución del trabajo por sexos

Una de las primeras conclusiones de este estudio, y que es evidente a simple vista, es que en México, como en diversos países de América Latina, estos empleos son acaparados por los varones (Hidalgo Cordero, 2021; Micha, Pereyra, & Poggi, 2021; Piedra Durán, 2022; Muñoz Cañas, 2023; Cortez Oviedo *et al.*, 2023). Por ejemplo, del total de estos empleos, en Argentina representan el 86% (Haidar, 2020), en Brasil el 95% (Lapa, 2021), y en la Ciudad de México más del 80%. Sin embargo, no todo tipo de trabajo en la calle ahuyenta a las mujeres. En la Ciudad de México el comercio en los espacios públicos se distribuye de manera equilibrada entre hombres y mujeres. Pensamos que uno de los factores que incentiva a las mujeres para buscar empleo como repartidoras es el estímulo de la flexibilidad para conectarse y desconectarse y, así, atender los requerimientos del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado. Un elemento que podría desincentivar su entrada es que el mercado de trabajo no ofrece condiciones de trabajo ni salarios que incentiven a las mujeres a incorporarse en alguna ocupación formal. Además, en América Latina, la familiarización de los cuidados es todavía muy importante; por eso, suponemos que las mujeres preferirían trabajar en un empleo que no les exija un horario estricto de entrada y de salida y, así, podrían encargarse de los cuidados de las personas a su cargo. Consideramos que existen varios factores que influyen. El más importante es el cálculo del riesgo. Cuando las mujeres trabajan en el comercio en las calles, por ejemplo en la venta de comida, objetos de uso personal o artesanías, escogen su lugar de venta, están en un lugar fijo, conocen al vecindario y gozan de su protección en caso necesario. Además, generalmente tienen una clientela previsible y cuentan con muchas otras personas cerca de ellas. La venta de comida en un lugar fijo de la calle puede ser realizada indistintamente por hombres o por mujeres, pero tan pronto como esa venta se realiza en forma ambulatoria en bicicleta, trátase de tacos, tamales o cualquier otro alimento, la persona vendedora previsiblemente será un varón. Con mayor razón ocurre esto en el reparto en plataformas, ya que la persona no tiene el control de los itinerarios ni de los destinos. El trabajo

de reparto aumenta mucho la tensión y el riesgo, no solo de accidentes de tráfico, sino de algún tipo de violencia y acoso. Las repartidoras no saben a dónde van ni quien las espera; no pueden beneficiarse del apoyo de su grupo social y se alejan de sus descendientes menores: por esa razón el 15% se hacen acompañar de algún familiar o amigo.

En la encuesta que aplicamos a personas repartidoras no preguntamos su estado civil; sin embargo, suponemos que entre las mujeres que trabajan en plataformas hay un grupo constituido por madres solas en hogares monoparentales que declararon que tienen a su cargo hijas e hijos, personas adultas mayores y personas con alguna discapacidad. Nos interesa en este trabajo examinar los elementos que tienen en común y las diferencias entre las mujeres con y sin dependientes a su cargo.

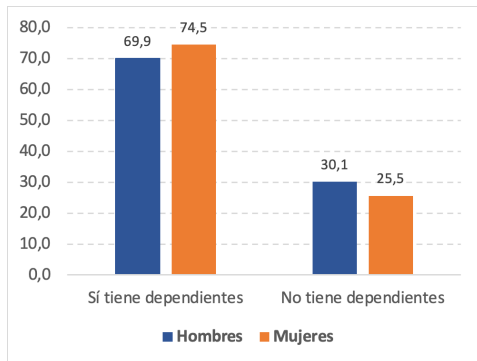
Las personas repartidoras con y sin dependientes

La proporción de mujeres con personas dependientes a su cargo que trabajan como repartidoras en plataformas (Gráfica 1) es un poco más alta (8%) que la de los hombres con dependientes y el triple que la de mujeres sin dependientes. En la diferencia con los hombres puede influir la mayor edad de entrada de las mujeres al empleo y su estatus marital. La encuesta muestra que las mujeres entran a estos empleos más tarde que los hombres, cuando ya viven o han vivido en pareja. Ingresan al reparto bajo mayor presión que los hombres, ya sea por haber experimentado situaciones críticas en su relación familiar, lo que las presiona a ingresar al mercado de trabajo, o porque necesitan esperar hasta dejar resuelta la crianza de las hijas y los hijos pequeños para poder trabajar con remuneración. Además, como lo muestra la gráfica 2, muchas de las mujeres que declaran que tienen personas dependientes es porque probablemente son madres solas en hogares monoparentales, de quienes dependen hijas e hijos menores, personas adultas mayores o con alguna discapacidad.

El hecho de que en estos trabajos haya el triple de mujeres con dependientes (75%) que de mujeres sin dependientes (26%), en el contexto generalizado de un rechazo femenino a estos empleos, puede significar que el trabajo en plataformas se presenta como una alternativa u oportunidad para mujeres que necesitan un empleo muy flexible que les permita atender a los dependientes a su cargo y, al mismo tiempo, trabajar en un empleo remunerado, o que, al perder su empleo, encontraron una forma de emplearse rápidamente y

empezar a generar un ingreso económico; es por eso que quizá algunas de ellas hacen entregas a pie o en transporte público.

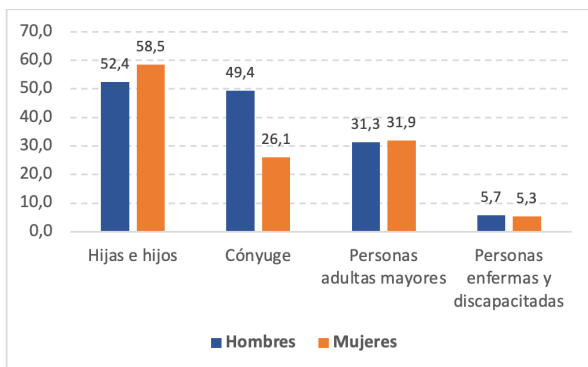
Gráfica 1 - Porcentaje de personas repartidoras con dependientes, según sexo



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

La gráfica 2 nos muestra que estas personas dependientes, en el caso de las mujeres, son principalmente las hijas y los hijos y, en segundo lugar, las personas adultas mayores, mientras que en el caso de los hombres son las hijas y los hijos y después la cónyuge. Es decir, sobre las mujeres, hay una fuerte presión de llevar un sustento económico a sus hogares para alimentar y proveer de todo lo necesario a sus hijas e hijos menores.

Gráfica 2 - Porcentaje del tipo de dependientes, según sexo de las personas repartidoras

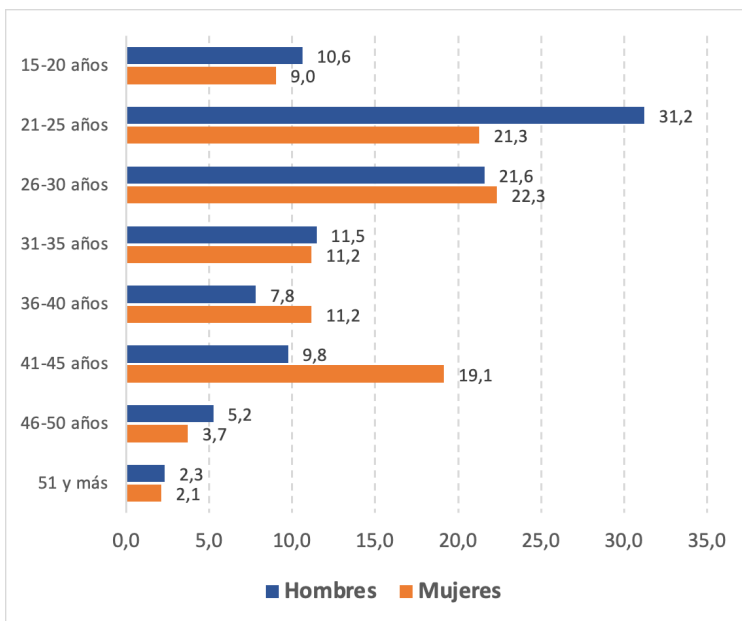


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

La edad de las personas repartidoras

Las personas repartidoras son muy jóvenes (Gráfica 3); casi la mitad tiene entre 20 y 30 años y el 10% menos de 20. Muy pocas son las que sobrepasan los 45. Una cohorte de mujeres entre los 35 y los 45 años es proporcionalmente mayor que la de los hombres, sobre todo la que tiene entre 40 y 45 años. Las mujeres ingresan a mayor edad ya que después del embarazo muchas dedican los primeros años a la crianza de sus hijos e hijas y después se incorporan nuevamente al mercado de trabajo. Sin embargo, el mercado laboral castiga a las mujeres adultas, mientras más edad tengan menos posibilidades tienen de encontrar un trabajo con buenas condiciones laborales.

Gráfica 3 - Edad de las personas en el trabajo de reparto, según sexo

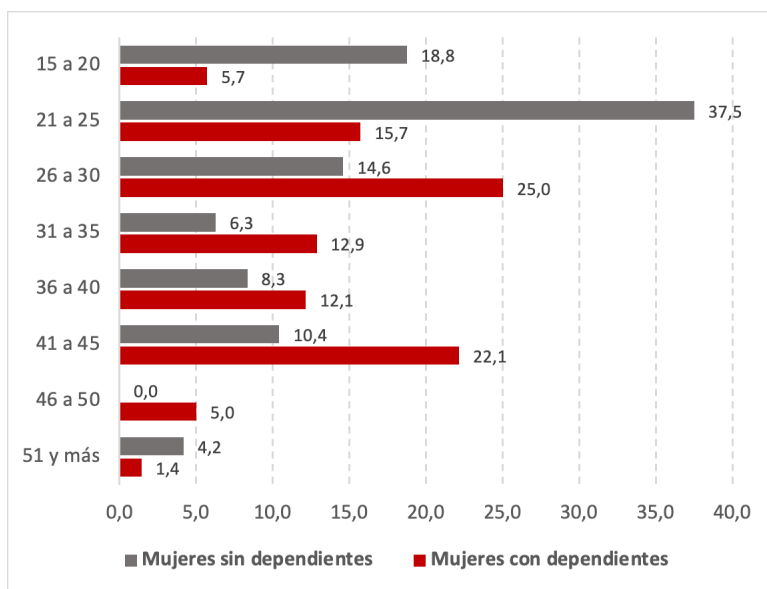


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Cuando se compara la edad solo para las mujeres con y sin dependientes (Gráfica 4), se observan claramente diferencias entre los dos grupos: un poco más de la mitad de las mujeres más jóvenes (entre 15 a 25 años) no tienen dependientes económicos (56%). A partir de los 26 años la proporción de las

que tienen dependientes es mayor de las que no tienen, casi el doble, y al llegar a las edades mayores, después de los 46 años, desaparece el grupo de las que no tienen dependientes y también disminuye notoriamente el grupo de las que tienen dependientes, ya que seguramente sus hijos e hijas ya no dependen económicamente de ellas; sin embargo, hay algún adulto mayor o persona con alguna discapacidad que depende todavía económicamente de ellas. Esto significa que el empleo en plataformas es una alternativa importante para estos grupos de mujeres, porque les permite conciliar el trabajo productivo con el reproductivo y de cuidados.

Gráfica 4 - Edad de las mujeres con y sin dependientes



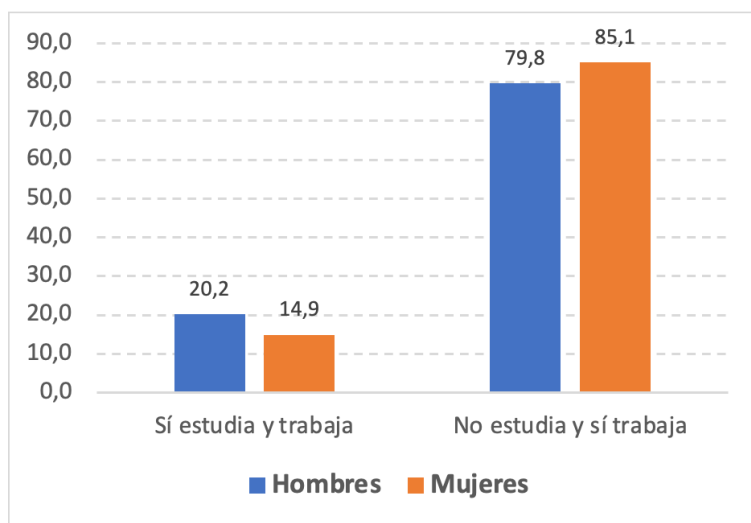
Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la Encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Las personas que estudian y trabajan

La proporción de hombres repartidores que estudian es un poco más alta que la de las mujeres (Gráfica 5). Esto puede explicarse porque una proporción importante de mujeres (85%) con y sin dependientes dejó de estudiar para hacerse cargo del doble trabajo: el remunerado y el no remunerado.

remunerado; mientras que para los hombres conciliar el trabajo con los estudios es más factible pues su participación en las actividades del hogar en muchas ocasiones es mínima. En el estudio de Flamand, Alba, Aparicio y Serna (2023) se muestra que, durante la pandemia, las mujeres dedicaron más tiempo al trabajo de cuidados de niñas y niños, y se destaca que entre las mujeres también hay diferencias importantes, ya que las mujeres que pertenecen a hogares con ingresos más altos podían quedarse en casa y dedicarse más al cuidado y acompañamiento de las clases en línea, mientras que las mujeres más pobres podían destinar menos tiempo, pues tenían que conciliar el trabajo en el mercado con el trabajo no remunerado. Por su parte, apenas el 5% de los hombres cuidó a los niños y niñas ante el cierre de las escuelas. Esta desventaja para las mujeres permite que los hombres realicen otras actividades, como seguir estudiando con la esperanza de obtener un empleo con mejor salario en el futuro.

Gráfica 5 - Personas repartidoras que trabajan y estudian, según sexo

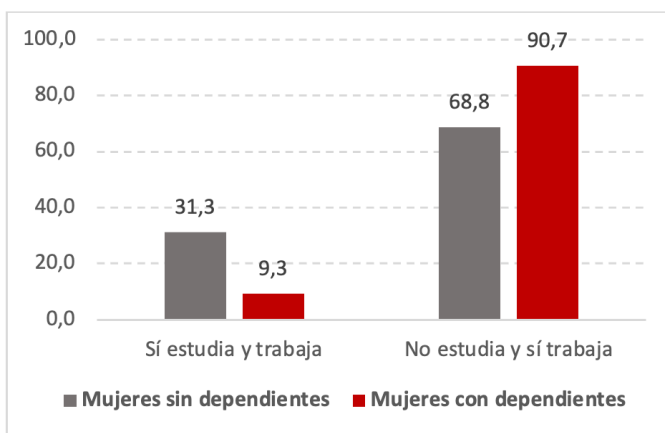


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Cuando se compara a las mujeres con y sin dependientes en relación con los estudios (Gráfica 6) se pueden observar claras las diferencias: hay el triple de mujeres sin dependientes que estudian (31%) respecto de las que

tienen dependientes a su cargo que también lo hacen (9%), es decir, el tiempo que pudieran dedicar a continuar con su formación lo dedican al trabajo de cuidados no remunerado de las personas que aún dependen económicamente de ellas. Este hecho denota una gran desigualdad presente para el futuro entre los dos grupos de mujeres, porque las aspiraciones y las oportunidades laborales que se presentarán a ambas podrá ensanchar sus desigualdades.

Gráfica 6 - Mujeres repartidoras con y sin dependientes que trabajan y estudian

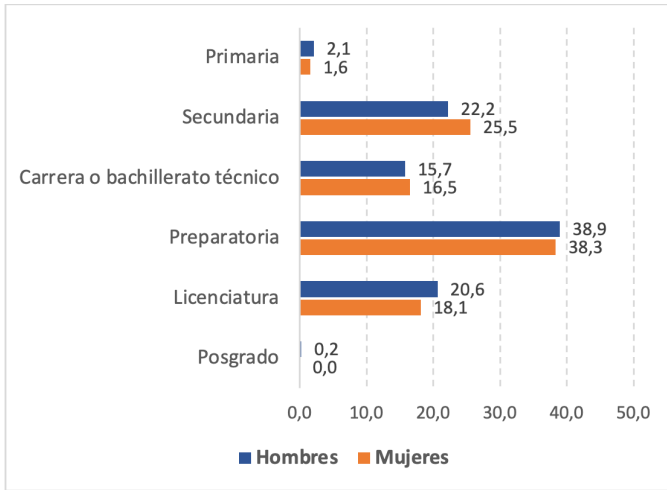


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

El nivel de escolaridad alcanzado

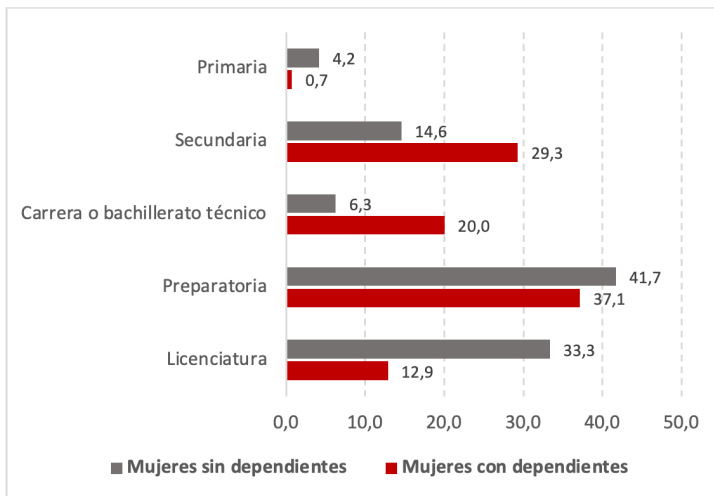
La escolaridad de las personas repartidoras es relativamente alta (Gráfica 7). Se observa que las proporciones entre los niveles alcanzados por hombres y mujeres no son muy diferentes. Sin embargo, se percibe que la proporción de mujeres que llegaron solo hasta la secundaria es un poco más alta que la de los hombres, y en preparatoria y licenciatura es un poco más baja. La cuarta parte cursaron la secundaria; el 15% alcanzaron la educación media superior (bachillerato técnico), casi el 40% la preparatoria completa o incompleta y uno de cada cinco la licenciatura (gráfica 7). Estos datos rompen con la idea de que en los espacios públicos trabajan únicamente personas que tienen muy baja escolaridad, o bien, que el mercado de trabajo formal no garantiza mejores condiciones laborales.

Gráfica 7 - Escolaridad de las personas repartidoras, según sexo



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Gráfica 8 - Escolaridad de las mujeres con y sin dependientes



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

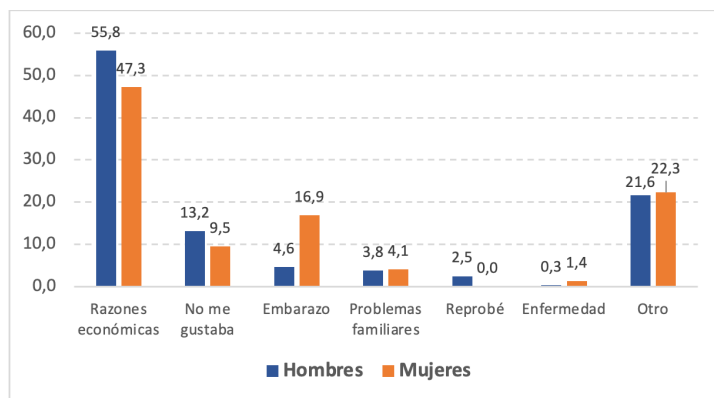
Quando se compara la escolaridad de las mujeres repartidoras con y sin dependientes (Gráfica 8), se descubre una clara ventaja en el nivel alcanzado por las que no tienen dependientes, pues las mujeres sin dependientes

muestran escolaridades más altas, frente a las mujeres con dependientes económicos que muestran menos años de escolaridad. Los datos señalan que la proporción de las que tienen dependientes y solo alcanzaron la secundaria es del doble, asimismo, las que llegaron al bachillerato técnico es el triple que las que no tienen dependientes; estas mujeres pueden ser madres solas cuyas condiciones socioeconómicas y familiares no les permitieron seguir estudiando por imperativos laborales. En cambio, las mujeres sin dependientes que llegaron a la universidad son más del doble que las que tienen dependientes. Esto parece mostrarnos que el nivel socioeconómico de las que no tienen dependientes es más alto.

Las razones por las que dejaron de estudiar

Las personas repartidoras dejaron de estudiar en todos los casos, principalmente por motivos económicos (Gráfica 9), sobre todo los hombres; pero, en el caso de las mujeres, el embarazo también se presenta como un factor que influye fuertemente para la interrupción de los estudios. En México, alrededor de 1000 mujeres entre 12 y 19 años se vuelven madres cada día, sin haberlo planeado ni deseado; este fenómeno está ligado fuertemente al nivel de ingresos de sus hogares y a su origen étnico; además, también está fuertemente ligado a la violencia de género (Arvizu *et al.*, 2022). El embarazo temprano sigue siendo uno de los principales problemas en el país que impide a las mujeres su desarrollo profesional y personal.

Gráfica 9 - Razones por las que las personas repartidoras dejaron de estudiar, según sexo

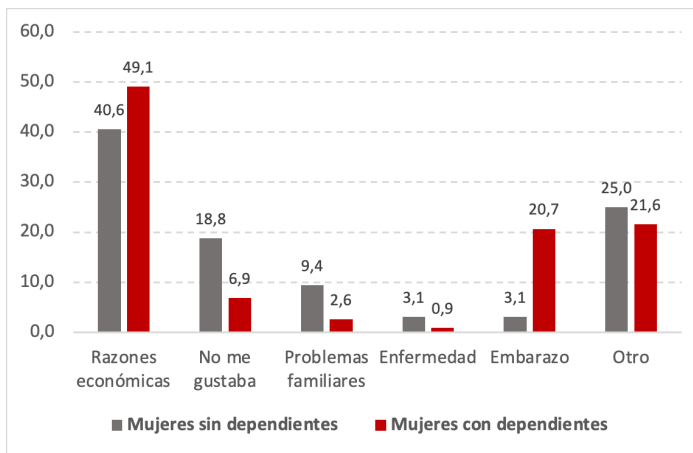


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México. El Colegio de México, 2021.

En México, la falta de acceso a la escolaridad y a la información sobre los derechos sexuales y reproductivos está ligada a motivos económicos, lo que, en muchos casos, conlleva a embarazos no deseados. Este fenómeno lo vemos representado también para las mujeres repartidoras, ya que las cuestiones económicas se presentan como una de las razones más importantes para las que tienen dependientes económicos (Gráfica 10). Para ellas el embarazo es una razón muy importante que explica la interrupción de los estudios. En cambio, el porcentaje de mujeres que abandonaron sus estudios porque no les gustaban, por problemas familiares o por enfermedad, es más alto para las mujeres sin dependientes que para las que tienen dependientes económicos.

Esto puede significar que estamos ante dos grupos de mujeres con niveles socioeconómicos distintos: las mujeres sin dependientes, más jóvenes y con mejor posición socioeconómica, y las mujeres con dependientes, mayores, con menores niveles de escolaridad y con más urgencia de este tipo de empleos para poder sustentar a sus dependientes.

Gráfica 10 - Razones por las que las mujeres con y sin dependientes dejaron de estudiar

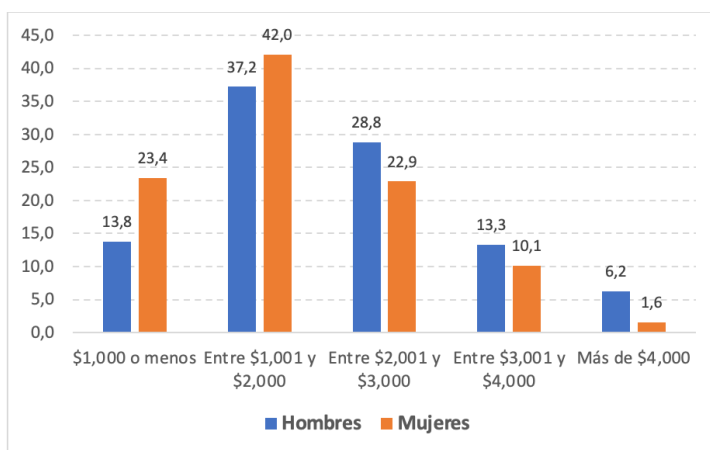


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Los ingresos que perciben a la semana

Los ingresos por semana de las personas repartidoras provienen del número de entregas que hagan y éstas dependen de varios factores: el tiempo, expresado en los días de la semana que destinen al trabajo, las horas del día que permanecen conectadas a las plataformas y el vehículo que utilicen para los repartos. La gráfica 11 muestra que hay varios grupos de personas según los ingresos. De menor a mayor, el grupo más pequeño gana más de cuatro mil pesos a la semana y la proporción de hombres es cuatro veces mayor que la de mujeres; el segundo grupo en dimensiones es el de las que perciben entre tres y cuatro mil pesos a la semana y en el que también hay mayor proporción de hombres; el tercer grupo es el de quienes obtienen mil pesos o menos y en él la proporción de mujeres es casi del doble que la de los hombres; el cuarto grupo reúne a quienes ingresan entre dos mil y tres mil pesos y en que la proporción de hombres es mayor; el quinto y último grupo es el de las personas que ganan entre mil y dos mil pesos a la semana y en él la proporción de mujeres es mayor que la de los hombres. El promedio total es de \$1,706.00 pesos semanales (71 euros, 86 dólares), de los cuales 20% provienen de las propinas. Sin embargo, las mujeres reciben 25% menos que los hombres. Ellos obtienen en promedio \$1,766.50 pesos semanales (73.60 euros, 89 dólares), mientras que ellas solo ganan \$1,324.90 pesos (55.20 euros, 66.80 dólares).

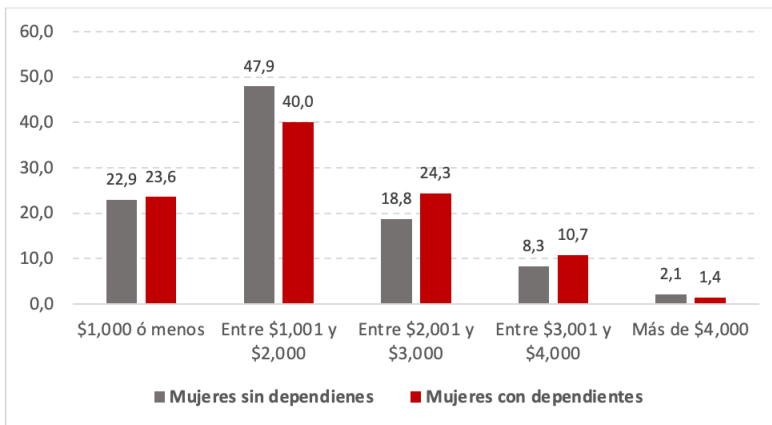
Gráfica 11 - Ingresos por semana de las personas repartidoras según el sexo



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Cuando se examina la gráfica 12, se observa que el 71% de las mujeres sin dependientes económicos gana hasta \$2,000 pesos semanales, mientras que el 64% de las que tienen dependientes gana la misma cantidad a la semana. Cuando observamos a las que ganan más, un 35% de las mujeres con dependientes gana entre \$2,001 y hasta \$4,000 pesos semanales, frente a un 27% de las mujeres sin dependientes que también percibe los mismos ingresos. Esto significa que, en general, las mujeres ganan menos que los hombres, y cuando se observa hacia las mujeres, aunque la proporción disminuye a la mitad, el grupo de las que tienen dependientes económicos es mayor que las que no tienen personas a su cargo. Esto significa que estas mujeres destinan más tiempo al trabajo y menos al estudio, porque de ellas depende el sostén de otras personas.

Gráfica 12 - Ingresos por semana de las mujeres con y sin dependientes



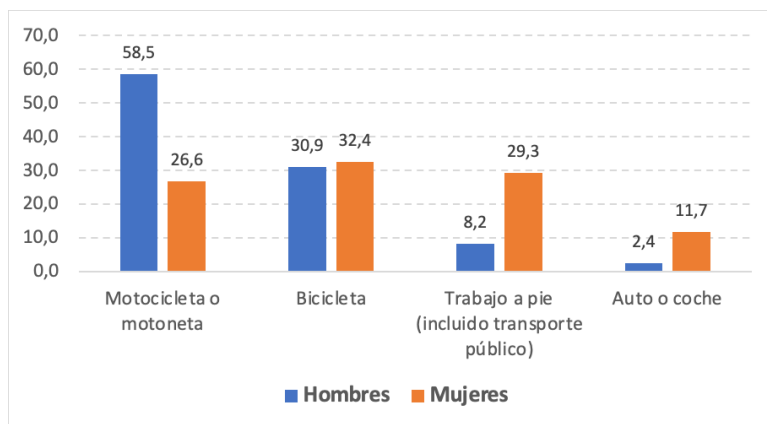
Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

La diferenciación en el uso del transporte y los accidentes

La gráfica 13 nos muestra que en la ciudad de México solo el 27% de mujeres usan la motocicleta para trabajar como repartidoras, la mitad de la proporción de hombres que la emplean. En cambio, prefieren transportarse en bicicleta, a pie o en transporte público. El medio menos utilizado es el auto, probablemente por su costo o porque no saben conducir. Solo cuando los choferes de Uber y otras empresas durante un tiempo de la pandemia no

podían transportar personas, utilizaron sus autos para entregar alimentos a domicilio. Además, son las mujeres las que más frecuentemente realizan entregas a pie, un 29 % frente a un 8 % de los hombres.

Gráfica 13 - Medio de transporte utilizado en el trabajo, según sexo

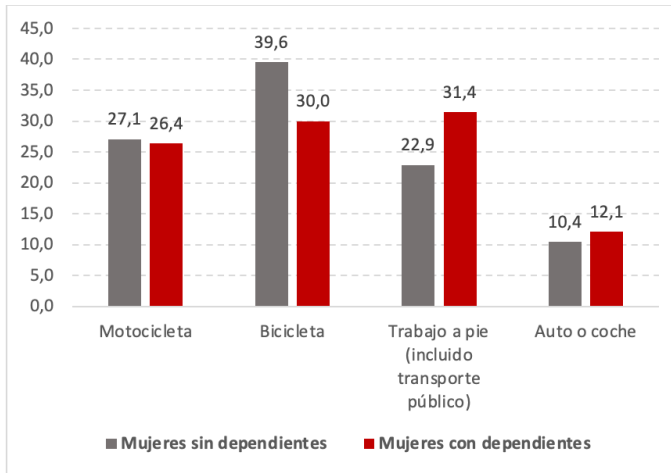


Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

¿Por qué la motocicleta continúa siendo históricamente un vehículo asignado socioculturalmente a los hombres, como todos los trasportes con motor? Para responder a este cuestionamiento tenemos que pensar en qué transportes han sido asignados para las mujeres y cuáles para los hombres y en las desigualdades de género en torno a estos estereotipos. En primer lugar, existe la creencia que las mujeres no son capaces de manejar la motocicleta por la fuerza física que se requiere, la cual es atribuida a los hombres. En segundo lugar, porque tal vez las mujeres prefieren no comprar este transporte para no endeudarse; otro factor puede ser el alto riesgo de sufrir un accidente.

Como se observa en la gráfica 14, el transporte más usado por las mujeres sin dependientes es la bicicleta, mientras que lo más común para las mujeres con dependientes es que realicen sus entregas a pie o en transporte público. Para estas mujeres el panorama no se presenta muy alentador pues son las que realizan menos entregas en un día; además, el riesgo de sufrir un robo o algún tipo de violencia de género es alto. Para las mujeres que usan la bicicleta el desgaste físico es mucho mayor que para las otras mujeres.

Gráfica 14 - Medio de transporte utilizado en el trabajo por mujeres con y sin dependientes



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México

En México, solo 2 de cada 10 motociclistas son mujeres. Bajo un supuesto manto de sobreprotección, se argumenta que las motos son poco prácticas y peligrosas; sin embargo, no parece haber razón alguna para pensar que son más peligrosas para las mujeres que para los hombres. Se ha propuesto también la diferencia fisiológica ligada al tamaño y al peso de las motos como barrera de entrada. Asimismo, se han planteado argumentos relacionados con la estética: la vestimenta y el calzado. Sin embargo, lo que parece marcar una diferencia importante es la ausencia de un entorno sociocultural favorable para que las mujeres utilicen la motocicleta. Al contrario, se les infunde temor desde el juego de roles infantiles. El motociclismo como deporte arriesgado coloca a las mujeres en el lugar del copiloto. Habrá que examinar cuales son las circunstancias sociales y familiares que han influido para que algunas mujeres sí hayan accedido a las motocicletas como vehículos para el ocio o el trabajo.

Ha habido una expansión inusitada de motocicletas para el transporte en la Ciudad de México. Sus ventajas son claras: la facilidad para estacionarse, el ahorro de combustible, la mayor facilidad para esquivar los embotellamientos. Los fabricantes y comerciantes, que habían ignorado el mercado femenino, ahora han lanzado motocicletas más ligeras específicamente para mujeres y se ha abierto un mercado que está en expansión. En los últimos cinco años

se ha triplicado el número de mujeres que han comprado motocicletas y representan el 30% de las compras².

Según una de las empresas aseguradoras más grandes que aseguran motos,³ las principales causas de accidentes en vehículos motorizados de dos ruedas son, por orden de importancia: manejar con exceso de velocidad, frenadas repentinas, superficies resbaladizas, imprudencia y prisas, fallo de precisión y pérdida de control. Como puede observarse, casi todas las causas de los accidentes se atribuyen implícitamente a las propias personas que conducen las motocicletas, donde parece eximirse a quienes conducen automóviles y camiones y los problemas de reglamentación y vialidades. Un gerente de prevención de riesgos de una empresa aseguradora lo expresa así:

El exceso de velocidad y la sobrada confianza que algunos conductores de motocicletas tienen, provoca distracciones que pueden acarrear consecuencias fatales. Si a ello sumamos el pavimento mojado en temporadas de lluvia y la falta de cultura para usar el casco de manera forzosa, es entendible que haya un crecimiento exponencial de estos accidentes, que cada vez nos reportan más los asegurados (César Girón, Gerente de Prevención de Riesgos de Quálitas).⁴

La georreferenciación de accidentes de tránsito dentro de Espacio y Datos de México que realiza el INEGI es un paso que permite identificar y analizar los cruces con mayor número de víctimas muertas y heridas en las principales ciudades de México y, por lo tanto, para buscar soluciones a esos puntos conflictivos y peligrosos.⁵

Aunque el número de choques en la Ciudad de México ha disminuido, cuando suceden son cada vez más mortales y con más lesionados.⁶ Según datos de la Secretaria de Movilidad de la CDMX (SEMOVI), las muertes en

² Rápidas y seguras; cada vez más mujeres usan motocicleta en México “En México cada vez son más las mujeres que prefieren viajar en motocicleta propia que en transporte público o automóvil, se sienten más seguras”. 31 agosto 2022, <https://www.adn40.mx/mexico/mujeres-usan-motocicleta-mexico-hcj>

³ “Durante la pandemia se han elevado los accidentes en motocicleta” 11 de marzo de 2021, Quálitas, Compañía de Seguros <https://qualitas.another.co/durante-la-pandemia-se-han-elevado-los-accidentes-en-motocicleta>

⁴ Idem.

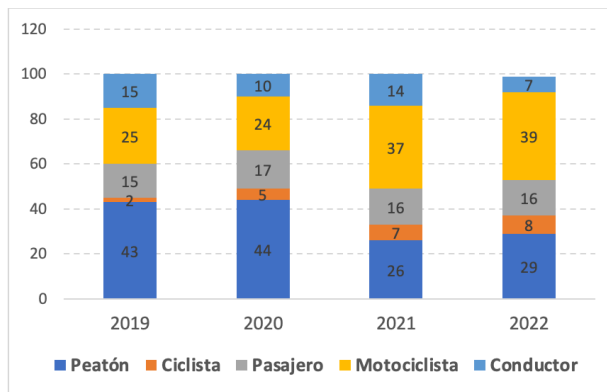
⁵ INEGI, Comunicado de Prensa Núm. 653/21 22 de noviembre de 2021 Página 1/2, https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2021/accidentes/ACCIDENTES_2021.pdf

⁶ Max Carranza, “La mortalidad ciclista en la Ciudad de México”, en 3 de junio 2021, [sopitas.com. https://www.sopitas.com/noticias/mortalidad-ciclistas-bici-muertes-cdmx-2021-accidentes-movilidad/](https://www.sopitas.com/noticias/mortalidad-ciclistas-bici-muertes-cdmx-2021-accidentes-movilidad/)

bicicleta se cuadruplicaron en el primer semestre de 2021 en relación con el mismo período en 2019. Sin duda, esto se debe también al aumento del número de bicicletas, vehículo que comparten por igual hombres y mujeres (gráfica 13) y que prefieren las mujeres sin dependientes (gráfica 14).

Si se observa la evolución de los accidentes en los últimos años (gráfica 15), puede notarse, con base en el tercer trimestre de cada año, que entre 2019 y 2022 los accidentes se vieron afectados por la crisis de la pandemia y el confinamiento.

Gráfica 15 - Proporción de personas fallecidas en accidentes viales por tipo de usuario. Ciudad de México. Primer trimestre



Fuente: elaboración propia a partir de SEMOVI (2022).

Al principio de la pandemia, las personas más vulnerables de la vía pública en cuanto a accidentes fatales fueron las peatonas. Sin embargo, a partir de la emergencia sanitaria y el confinamiento durante el segundo trimestre de 2020 y durante el avance de la crisis, la proporción de decesos de estas personas descendió a la mitad y en cambio la proporción de motociclistas fallecidas superó a la de las demás personas usuarias. Por su parte, la relación de personas ciclistas fallecidas se cuadruplicó. Este aumento de accidentes fatales puede ser atribuible al incremento notable de personas repartidoras por aplicaciones en vehículos de dos ruedas y a la mayor velocidad de vehículos automotrices facilitada por el menor tráfico y las vías más despejadas. Por ejemplo, Rappi, según su director general, aumentó de 30 mil a 50 mil personas repartidoras en 2020.⁷

⁷ Noguez, R. (4 de enero de 2021). “Se multiplican repartidores de Rappi, Didi y Uber por pandemia”. *Forbes* <https://www.forbes.com.mx/negocios-rappi-didi-uber-socios-pandemia/>

En 2020 descendió la proporción de accidentes mortales para peatones y conductores, pero ascendió para ciclistas, motociclistas y conductores. Pensamos que este aumento de accidentes puede deberse a la expansión del trabajo de reparto a domicilio en vehículos de dos ruedas y a la mayor velocidad de vehículos automotrices ante el menor tráfico por el confinamiento. Durante la pandemia se elevaron en 50% las defunciones por accidentes de tránsito.⁸

La violencia y el acoso sexual

De acuerdo con los datos de la Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares (ENDIREH-2021), el 20.8% de las mujeres de 15 años y más del país había sufrido algún tipo de violencia laboral en el último año. La Ciudad de México se presenta como el cuarto estado, después de Chihuahua, Aguascalientes y Querétaro, con la prevalencia de la violencia laboral más alta, 24.4%. Entre las principales personas agresoras se encuentran compañeros de trabajo (37%), empleadores (18%) y clientes (15.4%). Los lugares en los que ocurren más continuamente los actos de violencia son las instalaciones del trabajo (80%) y en la calle, parque o en algún lugar público cerca del trabajo (12%). Y entre los actos de discriminación más frecuentes relatados por las mujeres son: tener menos oportunidades que los hombres para ascender en algún cargo (11%), les han pagado menos que a un hombre que realiza el mismo trabajo (10%) y les han impedido realizar funciones que están reservadas para los hombres (6%) (INEGI, 2022).

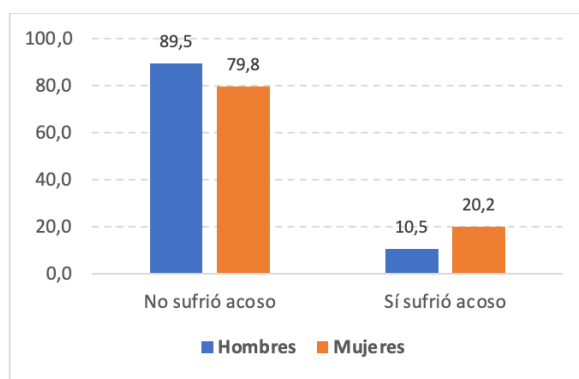
Por su parte, la Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública (ENVIPE-2022) reporta que el Área Metropolitana del Valle de México presentó la tasa más alta a nivel nacional en robos o asaltos en la calle o en el transporte público y las alcaldías que presentaron mayor incidencia en estos delitos fueron: Iztapalapa, Milpa Alta, Tláhuac y Xochimilco (INEGI, 2022).

Con los datos anteriores, se muestran los diversos tipos de violencia y peligros a los que se enfrentan cotidianamente las mujeres en el desempeño

⁸ “Durante la pandemia se han elevado los accidentes en motocicleta” Qualitas Compañía de Seguros 11 de marzo de 2021.

de su trabajo. Por su parte, las mujeres repartidoras, por realizar su trabajo en los espacios públicos y frecuentemente en las noches, también son susceptibles de sufrir acoso y violencia sexual. Por su parte, los hombres sufren particularmente de robos y asaltos. Por la encuesta sabemos que una de cada cinco mujeres declaró haber sufrido acoso sexual en el desempeño de su trabajo, mientras que en el caso de los hombres es uno de cada diez (Gráfica 16).

Gráfica 16 - Violencia y acoso sexual, según sexo



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

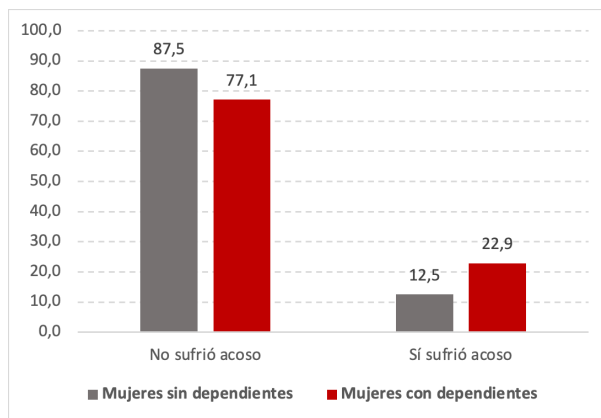
Para entender por qué este tipo de violencia se manifiesta más frecuente hacia las mujeres que hacia los hombres, podemos retomar los argumentos de Saffioti (2009) cuando comenta que la violencia de género es una consecuencia de la desigualdad al interior las relaciones sociales, en donde los contextos culturales y sociales siempre son decisivos. Si bien, lo que no se puede negar es que las mujeres también pueden ejercer la violencia, ellas no tienen un propósito de dominación en contra los hombres como parece que ha funcionado para los hombres. Por ejemplo, una de las mujeres entrevistadas que ha padecido el acoso declaró:

Expones día a día tu vida. En cada pedido no sabes si vas a llegar a entregarlo o qué te va a pasar, o si vas a llegar bien [...] En una ocasión llegué toda revolcada y no le importó al cliente. Le digo: oye, es que me caí: Y dice: ah, ¿pero mi pedido está bien? Yo le digo: pues creo que sí, pero yo todavía así, volcada. Entonces, pues sí, es complicada esa parte.

Otra parte es el acoso que vivimos nosotras como mujeres. Está latente en todo momento; puede ser en la calle, puede ser con tus compañeros repartidores, puede ser con los restauranteros y con los clientes, que es aún más preocupante. No sabes a qué te vas a enfrentar cuando vas a entregar un pedido. Tengo dos experiencias fuertes que he vivido: en una ocasión fui a entregar a un domicilio; subí, como te comentaba, al sexto piso; el cliente salió totalmente...en calzones y [yo] no sabía qué hacer: ¿dejarle el pedido o no se lo dejo? o ¿qué hago? Ay, y no quieres ni voltear a verlo. Sí, te mueve un poco. Dices: qué onda, qué miedo. Sí te sientes así como súper, no sé, asustada. No sabes qué hacer: ¿corres o no?, porque, ¿qué tal que corres y aparte te importa más la calificación que te vaya a poner el méndigo cliente que tu propia seguridad? El cliente puede reportarte y te suspenden la cuenta, ¿y dónde queda tu ingreso entonces? porque las aplicaciones no te respaldan en eso. Tú le dices a la aplicación: oiga, es que tuve un problema con tal cliente, y en lugar de que bloqueen la cuenta del cliente, te bloqueen a ti. (Testimonio de una mujer repartidora, 36 años, estudió licenciatura en ciencias de la comunicación con especialidad en mercadotecnia).

Si se compara el acoso sexual en mujeres con y sin dependientes, este ocurre en mayor proporción en las mujeres que tienen dependientes económicos (Gráfica 17) pues son las mujeres con dependientes la que tendrían más urgencia de trabajar también turnos nocturnos, enfrentándose con esto a accidentes y a algún tipo de agresión sexual.

Gráfica 17 - Violencia y acoso sexual en mujeres con y sin dependientes



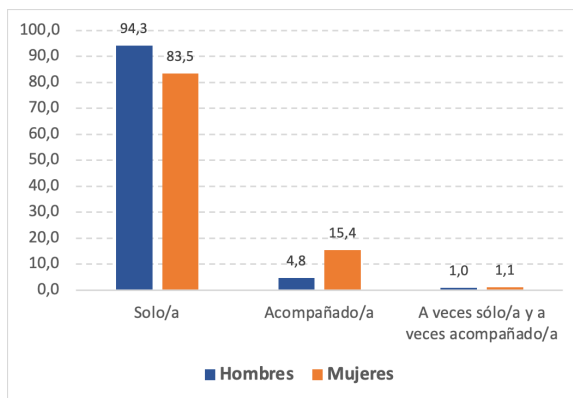
Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la Encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Con estos datos se reafirma la información que las mujeres proporcionaron en la encuesta; en su jerarquía de riesgos aparecen en primer lugar las entregas en la noche (50 %), pues están más expuestas a algún robo o violencia sexual; en segundo lugar, trabajar en zonas peligrosas y, en tercer lugar, los accidentes de tránsito. Por otro lado, está el acoso que sufren las repartidoras por parte de los clientes y de sus compañeros repartidores, un 20% de ellas había sufrido acoso sexual durante su jornada de trabajo, frente a un 11 % de los hombres que también lo había vivido. Esto indica que las mujeres repartidoras están más expuestas a vivir hostigamiento y violencias sexuales. Para los hombres, trabajar en la noche también representa un factor de riesgo, sin embargo, la posibilidad de sufrir algún tipo violencia de género es más baja que en el caso de las mujeres.

Personas que se hacen acompañar en el trabajo de reparto

La mayoría de las personas repartidoras entregan sus mercancías solas; sin embargo, son las mujeres las que más frecuentemente las realizan acompañadas (Gráfica 18). Declararon que el motivo por el que van acompañadas es por seguridad. Sin duda las mujeres perciben que enfrentan mayores riesgos y peligros que los hombres en su trabajo cotidiano de reparto en las calles; por ese motivo hay tres veces más mujeres que hombres que se hacen acompañar.

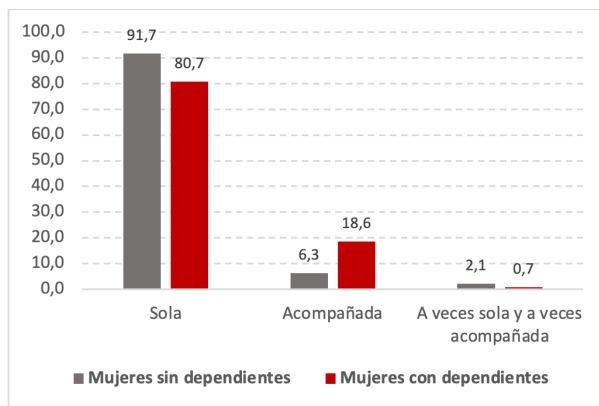
Gráfica 18 - Personas que se hacen acompañar en el trabajo de reparto, según sexo



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Los resultados de la encuesta indican que las mujeres que más buscan ser acompañadas son las que tienen dependientes. Ellas son el triple que las que no tienen dependientes y se hacen acompañar.

Gráfica 19 - Mujeres con y sin dependientes que se hacen acompañar en su trabajo de reparto



Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la encuesta a personas repartidoras de la Ciudad de México.

Conclusiones

Los resultados de la encuesta que aplicamos a personas repartidoras por plataformas digitales de la Ciudad de México nos permiten comprobar que ha habido una fuerte expansión del capitalismo de plataformas que se aceleró con la pandemia por coronavirus, el cual ofreció nuevas oportunidades laborales, sobre todo, a las y los jóvenes que ingresan al mercado de trabajo en un contexto de escaso crecimiento económico y bajos salarios. Este tipo de empleos presentan puntos ventajosos, pero también limitaciones. Por una parte, brindan acceso rápido y fácil al mercado de trabajo. Las empresas argumentan que ofrecen libertades y flexibilidad en el uso del tiempo, además de que no exigen exclusividad ni obligación de que se labore de manera continua. Sin embargo, el estudio nos ha permitido mostrar que son trabajos precarios, en los que se trabaja a presión y a destajo, en los que, para obtener un ingreso competitivo, las personas necesitan laborar largas jornadas, sobre todo los fines de semana y además, no cuentan con un contrato laboral sino mercantil. Por lo demás, están expuestas a riesgos, accidentes y peligros de

robos, asaltos y acoso sexual. Por ese motivo, hemos podido comprobar que como en Argentina y Brasil, estos empleos son desarrollados en un gran porcentaje por varones.

En este texto hemos comparado las características y el trabajo tanto de varones y mujeres, como de mujeres con y sin dependientes económicos. Con base en ello, hemos comprobado que estos trabajos se distribuyen en forma muy desequilibrada entre hombres y mujeres porque para ellas significa un mayor riesgo. También hay desequilibrios entre las propias mujeres con y sin dependientes económicos. Las que tienen dependientes entran más tarde que los hombres al trabajo de reparto y son mayores que las que no tienen dependientes porque seguramente han tenido la responsabilidad adicional del trabajo de cuidados, sobre todo de los hijos, aunque también del cuidado de adultos mayores y personas con alguna discapacidad.

La proporción de mujeres con dependientes que participan en las plataformas es más alta que las que no tienen dependientes porque tal vez su nivel socioeconómico es menor y no tienen la alternativa de poder estudiar. De hecho, las que tienen dependientes cuentan con menos escolarización; suspendieron sus estudios por imperativos económicos y en razón del embarazo.

Los ingresos económicos son datos claves para examinar las desigualdades entre sexos y entre mujeres con y sin dependientes. Hay cinco grupos de personas según los ingresos. De menor a mayor, el grupo más pequeño gana más de cuatro mil pesos a la semana (232 dólares o más)⁹ y la proporción de hombres es cuatro veces mayor que la de mujeres; el segundo grupo en dimensiones es el de las personas que ganan entre tres y cuatro mil pesos a la semana (174 dólares) y en el que también hay mayor proporción de hombres; el tercer grupo es el de quienes ganan mil pesos o menos (58 dólares o menos); en él la proporción de mujeres es casi del doble que la de los hombres; el cuarto grupo reúne a quienes ganan entre dos mil y tres mil pesos y en que la proporción de hombres es mayor; el quinto y último grupo es el de las personas que ganan entre mil y dos mil pesos a la semana y en él la proporción de mujeres es mayor que la de los hombres. El promedio total es de \$1,706.00 pesos semanales (71 euros, 86 dólares). Sin embargo, las

⁹ Calculado con el tipo de cambio 17.2716 pesos por dólares publicado en el portal del Banco de México, <https://www.banxico.org.mx/tipocamb/main.do?page=tip&iidioma=sp> Consultado el 9 de junio de 2022.

mujeres reciben 25% menos que los hombres. Ellos obtienen en promedio \$1,766.50 pesos semanales (73.60 euros, 89 dólares), mientras que ellas solo ganan 1,324.90 (55.20 euros, 66.80 dólares). Esto se debe a que hacen menos entregas, pues usan más la bicicleta y las entregas a pie y en transporte público; por lo tanto, no pueden realizar el mismo número de entregas que los hombres o, tal vez trabajen menos horas pues tienen que dedicar tiempo para el cuidado de sus dependientes económicos

Al comparar los ingresos de las mujeres con y sin dependientes, las que menos ganan se reparten por partes iguales entre las que tienen y no tiene dependientes; el grupo más numeroso es el de las que ganan entre mil y dos mil pesos en donde la proporción de mujeres sin dependientes es un poco mayor. En los dos siguientes grupos de mujeres que ganan entre dos mil y cuatro mil pesos, la proporción de mujeres con dependientes es mayor. Esto significa que estas mujeres destinan más tiempo al trabajo y menos al estudio, porque de ellas depende el sostén de otras personas.

La violencia y peligros como accidentes, robos, asaltos y acoso sexual a los que están expuestas las personas repartidoras tampoco se distribuyen de manera equilibrada entre sexos y entre las mujeres con y sin dependientes. Los accidentes son más elevados entre los hombres, sobre todo por el uso mayor de las motocicletas, mientras el acoso sexual es más padecido por las mujeres: una de cada cinco mujeres declaró haber sufrido acoso sexual en el desempeño de su trabajo, mientras que en el caso de los hombres es uno de cada diez. El acoso sexual ocurre en mayor proporción en las mujeres más jóvenes, con más escolaridad y sin dependientes. El triple de ellas se hace acompañar respecto a las que tienen dependientes.

Por las características propias de estos trabajos de la era digital, las empresas sostienen que son independientes; es decir, desconocen que existe laboralidad o subordinación del trabajo a las empresas. Esto coloca a las personas trabajadoras en una situación de indefensión, sin protección ni seguridad social. Analistas sociales y juristas laborales, así los partidos políticos y las propias personas trabajadoras sostienen de manera cada vez más clara, que existe subordinación por varios indicios: la empresa determina varios elementos clave, como el acceso al trabajo y los criterios que deben cumplirse; las formas de control y evaluación de las plataformas y los usuarios; las formas de sanción; la organización de la actividad, la administración de la cobranza y los pagos y la fijación de la tarifa del servicio. Con base en

ello, defienden la idea que es necesario reconocer a las plataformas como empleadoras, y proponen hacer cumplir sus derechos laborales bajo ciertas condiciones, a través, en el caso de México, de la creación de un capítulo especial en la Ley Federal del Trabajo. Esta ley mexicana rige las relaciones de trabajo comprendidas en el Art. 123, Apartado A de la Constitución, en donde se reconoce los derechos laborales de todas las personas subordinadas. Esta ley no aplica a las personas repartidoras porque no son consideradas como subordinadas sino como independientes. El desconocimiento de la relación laboral y la desprotección social tiene consecuencias no solo para las personas trabajadoras sino para toda la sociedad. En primer lugar, los costos de la desprotección que eluden los empresarios tendrían que ser pagados con los impuestos de la sociedad. En segundo lugar, se anula la intención de legislación que busca establecer obligaciones a todas las personas empleadoras para evitar competencia desleal. En tercer lugar, el modelo de negocios basado en la elusión de los costos laborales toma ventaja frente a otros empleadores, aun de la misma actividad. Por lo tanto, es necesario interpretar de manera flexible el concepto de relación de trabajo tomando en cuenta el modo en que se expresa la subordinación en las nuevas formas de organización del trabajo a través de aplicaciones digitales.

En conclusión, un modelo negocios fincado en el abaratamiento de los costos laborales no es una alternativa aceptable porque pretende crear empleos que son vulnerables, al tiempo que la responsabilidad de la protección social se trasfiere a la sociedad en su conjunto. La propuesta del estudio *El trabajo del futuro con derechos laborales* del que forma parte este texto, sostiene que una alternativa más pertinente es entender a la relación de trabajo subordinado de manera flexible, adaptándola a la realidad de las nuevas formas de organización del trabajo en la economía digital.

Referencias

- Arvizu, Vanessa, Flamand, Laura, González, Melissa, Olmeda, Juan, & Del Cid, Jeraldine. (2022). Embarazo temprano en México. Panorama de estrategias públicas para su atención. El Colegio de México, Red de Estudios sobre Desigualdades. <https://desigualdades.colmex.mx/embarazo/embarazo-temprano-mexico-panorama-estrategias-publicas.pdf>.
- Castells, Manuel. (1999). *La era de la información: Economía, sociedad y cultura*. Vol. I: La sociedad red. Siglo XXI Editores.
- Cortez Oviedo, Sebastián, Ibáñez Canelo María J., Brossi, Lionel, & Castillo, Ana María. (2023). Resistencias sobre ruedas.: Experiencias de mujeres y disidencias en apps de reparto. *Pensum*, 9(10), 61-78.
- Flamand, Laura, Alba Vega, Carlos, Aparicio, Rosario, & Serna, Erick. (2023). *Trabajo remunerado y de cuidados en la Ciudad de México. Los efectos de la pandemia de covid-19 sobre las desigualdades sociales y la convivialidad*. Mecila Working Paper Series, n. 57. The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America. <http://dx.doi.org/10.46877/flamand-et-al.2023.57>
- Haidar, Julieta. 2020. *La configuración del proceso de trabajo en las plataformas de reparto en la ciudad de Buenos Aires. Un abordaje multidimensional y multi-método (julio/agosto)*. Serie Informes de Coyuntura, n. 11. Instituto de Investigaciones Gino Germani.
- Hidalgo Cordero, Kruskaya. (2021). Maternidades dentro de las economías de plataforma. Tejiendo resistencias con mujeres migrantes repartidoras de Rappi y Glovo en Ecuador. En: Alejandra Santillana Ortiz *et al.* (comp.). *Economía para cambiarlo todo* (142-155). Pontificia Universidad Católica de Ecuador.
- INEGI. (31 ago. 2023). *Indicadores de ocupación y empleo. Julio 2023*. (Comunicado de prensa). https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2023/enoen/enoen2023_08.pdf
- INEGI. (septiembre 2022). *Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública (ENVIPE). Principales resultados*. https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/envipe/2022/doc/envipe2022_presentacion_nacional.pdf
- Lapa, Raphael Santos. (junio 2021). *Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19: análise de dados da PNAD-Covid19/IBGE*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Ano 27. IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10658>

- Micha, Ariela, Pereyra, Francisca, & Poggi, Cecilia. (2021). *Desigualdades de género en la economía de plataformas. Los casos del trabajo de reparto y el transporte privado de pasajeros en el Área Metropolitana de Buenos Aires*. Asociación Argentina de Economía Política: Working Papers 4491.
- Muñoz Cañas, Milena. (mayo 2023). Verdaderas relaciones que enmascaran las APP. En: Sandra Muñoz Cañas & Ricardo Jaramillo Rincón (Coords.) *Lo digital no quita los derechos laborales. Un diagnóstico de las condiciones de trabajo y de los derechos en las plataformas digitales* (pp. 77-114). Unión de Trabajadores de Plataformas Digitales (UNIDAPP), Central Unitaria de Trabajadores (CUT). <https://www.lainformacion.com/economia-negocios-y-finanzas/oit-incluye-trabajo-plataformas-digitales-hoja-ruta-2025/2883545/>
- Piedra Durán, Marcela. (2022). Abriendo puertas para el empoderamiento económico de las mujeres: economía colaborativa y plataformas digitales. En: Luís Adrián Salazar Solís *et al. Estudio de plataformas digitales en Costa Rica*. (pp. 40-65). Cámara de Comercio de Costa Rica.
- Saffioti, Heleieth. (2009). *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. FLACSO Brasil.
- Secretaría de Movilidad de la CDMX (SEMOVI). (2019). *Plan Estratégico de Género y Movilidad 2019*. <https://semovi.cdmx.gob.mx/storage/app/media/estrategia-de-genero-140319.pdf>
- Secretaría de Movilidad de la CDMX (SEMOVI). (2022). *Reporte trimestral de hechos de tránsito, enero - marzo 2022*. https://www.semovi.cdmx.gob.mx/storage/app/media/Reporte_Trimestral_HT_1T2022.pdf

Recibido: 12 jun. 2023
Aprobado: 2 ene. 2024.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Juventude e os sentidos do trabalho: experiências e perspectivas dos cicloentregadores plataformizados

Youth and the meanings of work: experiences and
perspectives of platform delivery workers

Juventud y el sentido del trabajo: experiencias y
perspectivas de los riders de plataformas de reparto

Aline Suelen Pires* 

João Pedro Ferreira Perin** 

RESUMO

O presente artigo visa discutir as percepções e perspectivas de jovens que realizam o trabalho de entregas por aplicativo sobre esta atividade. A partir da observação de situações de trabalho e entrevistas realizadas na cidade de São Paulo (SP), sobretudo com cicloentregadores – trabalhadores que utilizam a bicicleta para o trabalho de *delivery* – nossa proposta é verificar que sentidos atribuem ao trabalho e quais elementos levam esses jovens a aderirem a essa atividade, conferindo-lhe, de algum modo, um sentido positivo. A discussão será desenvolvida a partir de três eixos: (1) as dinâmicas de trabalho, (2) as percepções sobre o trabalho regulado e (3) as perspectivas de trabalho e as estratégias mobilizadas pelos trabalhadores. Buscaremos analisar como a proposta do trabalho plataformizado se concretiza e é interpretada por jovens – em geral, das classes populares, moradores de periferias e sem elevada qualificação – que já foram socializados em um contexto em que o trabalho formal e protegido não mais se apresenta como horizonte concreto e no qual os discursos dominantes buscam reforçar constantemente a associação entre juventude e trabalho flexível, sobretudo na chave do empreendedorismo.

Palavras-chave: trabalho plataformizado, juventude, entregadores, aplicativos, sentidos do trabalho.

* Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). aline.sociologia@gmail.com

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. joao.perin@estudante.ufscar.br

ABSTRACT

This article aims to discuss the perceptions and perspectives of young app-based delivery workers about this activity. From the observation of work situations and interviews carried out in the city of São Paulo, SP, especially with bikers/bikeboys – workers who use bicycle for delivery work – our proposal is to verify what meanings they attribute to work and what elements lead these young people to engage in this activity, ascribing a positive meaning to it. The discussion will be developed based on three axes: (1) work dynamics, (2) perceptions about regulated work and (3) work perspectives and strategies mobilized by workers. We will seek to analyze how the proposal of platform work is implemented and interpreted by young people who, generally, come from lower social classes, are residents of the impoverished city outskirts, lack further qualifications and have already been socialized in a context in which formal employment is not a plausible possibility and in which the dominant discourses seek to constantly reinforce the association between youth and flexible work, especially related to entrepreneurship.

Keywords: platform work, youth, delivery workers, apps, senses of work.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las percepciones y perspectivas de los jóvenes que realizan trabajo bajo plataformas de reparto sobre esta actividad. A partir de la observación de situaciones de trabajo y de entrevistas realizadas en la ciudad de São Paulo, SP, especialmente con *riders* – trabajadores que utilizan bicicletas para el trabajo de reparto –, nuestra propuesta es verificar qué significados atribuyen al trabajo y qué elementos llevan a esos jóvenes a ingresar en esta actividad, dándole, de alguna manera, un significado positivo. La discusión se desarrollará a partir de tres ejes: (1) dinámicas de trabajo, (2) percepciones sobre el trabajo regulado y (3) perspectivas y estrategias laborales movilizadas por los trabajadores. Buscaremos analizar cómo la propuesta de trabajo plataforma es materializada e interpretada por jóvenes – en general, de clases populares, residentes en zonas periféricas y sin alta calificación – que ya han sido socializados en un contexto en el que el trabajo formal y protegido ya no se presenta como un horizonte concreto y en el que los discursos dominantes buscan reforzar constantemente la asociación entre juventud y trabajo flexible, especialmente en el contexto de emprendimiento.

Palabras clave: trabajo en plataformas, juventud, repartidores, aplicaciones, significados del trabajo.

Introdução: juventude e trabalho plataformizado

Rua Augusta, quase esquina com a Avenida Paulista. Aos pés do suntuoso prédio do Conjunto Nacional, observamos, atentos, as primeiras movimentações da manhã em uma das bases do iFood Pedal, uma das estações implementadas pelo iFood como ponto de apoio e locação de bicicletas para entregadores vinculados à plataforma, que fica do outro lado da rua. Por volta das 10h, entregadores entram a pé, com suas bags coloridas, no espaço improvisado em um estacionamento e saem montados nas bikes elétricas para iniciar mais um dia de entregas. Uma cena, em particular, chama a atenção: um menino, certamente menor de idade, aguarda do lado de fora da base, sentado em um degrau do imóvel vizinho, come um lanche quando chega um homem adulto com uma bag, o cumprimenta e entra na estação. O adolescente se levanta e aguarda, já colocando seu capacete. Poucos minutos depois, o homem sai com a bicicleta, ambos caminham alguns metros em direção à Paulista e o homem passa a bag e a bicicleta para o menino, que segue seu caminho (diário de campo).

Menores de idade não podem se cadastrar como entregadores nas plataformas. O empréstimo ou aluguel de contas alheias é uma das estratégias informais mobilizadas para que esses jovens trabalhem nas entregas. Tal artifício também é utilizado em outras situações, como bloqueios das contas dos entregadores pelas plataformas, esquema que nos foi muitas vezes narrado em campo. Porém, o que salta aos olhos nesta cena é a pouca idade do entregador em questão, embora a juventude não seja uma característica estranha a este universo das entregas por aplicativos, sobretudo quando nos referimos aos entregadores que utilizam a bicicleta como meio de transporte para a realização do trabalho – os *cicloentregadores*.¹

Há poucos dados disponíveis sobre o perfil dos entregadores por aplicativo, os quais são ainda mais escassos quando nos referimos ao grupo específico dos cicloentregadores. Segundo pesquisa da Aliança Bike, realizada na cidade de São Paulo, o perfil dos entregadores ciclistas é jovem, negro e morador de periferia. Entre os entrevistados no estudo, a idade média era de 24 anos, com 75% da amostra com até 27 anos de idade (Aliança Bike, 2019).²

¹ A designação mais aceita no campo é *cicloentregadores*, embora haja outros termos como *bikers* ou *bikeboys/bikegirls*.

² Foram publicados recentemente alguns levantamentos sobre os entregadores por aplicativos encomendados por empresas de plataforma, cuja metodologia tem sido questionada por pesquisadores da área.

Assim, é importante salientar que o jovem em foco nesta pesquisa é parte de uma juventude muito específica – em seus recortes de classe, gênero, raça, local de moradia etc. Partimos de uma perspectiva que refuta a noção de juventude a partir do critério meramente etário/biológico, considerando a existência de múltiplas culturas juvenis e a diversidade de clivagens em um mesmo universo geracional (Pais *et al.*, 2005; Guimarães, 2005). Nessa ótica, a juventude representa os segmentos sociais que se definem por suas práticas e experimentações múltiplas e móveis (Diógenes, 2009; Reguillo, 2003). No entanto, isso não significa desconsiderar que, no momento atual, existe um modelo hegemônico de juventude que é atravessado por uma lógica de flexibilidade e empreendedorismo, com valores pautados no individualismo, na meritocracia e na autonomia. Esse modelo, embora não acessível a todos, é colocado como referência (Pires; Motta, 2021), permeando as experiências e perspectivas das juventudes e estabelecendo padrões de comportamento mesmo para aqueles que, por sua faixa etária, não seriam mais classificados como jovens (Peralva, 1997).

No contexto da flexibilidade, o jovem representa o “modelo ideal” de trabalhador, pois, segundo a representação social hegemônica da juventude, seria mais afeito aos riscos e desafios, aberto às mudanças e inovações tecnológicas, hábil para novos aprendizados, disponível para trabalhar em diferentes condições espaciais e temporais e, principalmente, em atividades que propiciem liberdade e autonomia (Canclini, 2012; Sennett, 2009; Pires, 2018). Nesse sentido, algumas plataformas de trabalho têm atraído, de modo especial, jovens trabalhadores em busca de inserção no mercado de trabalho e de condições de trabalho supostamente menos hierárquicas e mais flexíveis.

A novas dinâmicas propiciadas pela plataformização do trabalho, que vêm sendo discutidas em diversas pesquisas (Machado; Zanoni, 2022; Abílio *et al.*, 2021; Grohmann, 2020; Van Doorn, 2017; Casilli; Posada, 2019; Graham; Woodcock, 2018), conferem novos arranjos às relações de controle e subordinação do trabalho, como no caso dos entregadores por aplicativos. A estrutura tecnológica do controle, agora efetivado pelos algoritmos difusos e incógnitos, e os sistemas de avaliações, recompensas e bloqueios permitem uma gestão extremamente flexível e arbitrária da força de trabalho (Abdelnour; Méda, 2019). A perda da estabilidade e clareza das regras que regem o cotidiano de trabalho, a ausência de prescrições formais e acordadas sobre questões como jornada e precificação do trabalho se

tornaram fundamentais para o exercício desse controle dinâmico (Abílio *et al.*, 2021).

Consideradas como plataformas *location-based*,³ a emergência e difusão dos aplicativos iFood, Rappi e UberEats mudaram a oferta de trabalho e o perfil dos entregadores. Estabelecimentos que não trabalhavam com *delivery* – mercados, restaurantes, sorveterias – passaram a fazê-lo a partir das empresas de aplicativo. Sem nenhum tipo de regulação sobre o trabalho, essas empresas reconfiguram as formas de contratação, a identidade profissional e as formas de interação entre os próprios trabalhadores. Esse fenômeno tem radicalizado processos históricos presentes na sociedade brasileira, dada a consolidação e rotinização do trabalho inseguro, sedimentado por uma larga informalidade historicamente existente no país, que se fortalece como sinônimo de empreendedorismo (Abílio *et al.*, 2021).

Ao realizar uma revisão de 32 artigos baseados em pesquisas sobre entrega de comida mediada por plataformas (*platform-mediated food delivery work*), Kusk e Nouwens (2022), defendem que essa atividade, ainda que esteja entre os “trabalhos de plataforma”, tem especificidades e merece ser estudada à parte. Identificam como principais características da prática de trabalho de entrega o gerenciamento algorítmico, o agendamento flexível, o pagamento por entrega e a “solidão em rede” – o trabalho é concebido para ser desenvolvido isoladamente, mas alguns estudos também evidenciam a organização através de redes formais e informais de entregadores. Além disso, os estudos apontam para a dimensão da juventude, com predominância de entregadores de 18 a 30 anos, embora, de forma geral, não discutam essa questão para além da caracterização geral desse grupo. Um estudo que se destaca nesse sentido é de Chesta, Zamponi e Caciagli (2019) que aponta como a figura do entregador como jovem adulto é mobilizada favoravelmente pelas plataformas, enaltecendo os atributos juvenis e uma imagem associada à saúde e beleza.

O presente artigo tem como proposta analisar as percepções de jovens entregadores por aplicativo sobre sua atividade e suas perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Para além de constatar a precariedade e os riscos inerentes à atividade e o alcance da gestão algorítmica da vida e do

³ Plataformas que atuam em um espaço geográfico determinado, utilizando um aplicativo pelo celular, onde o trabalhador realiza suas tarefas por meio de ações mecânicas (entrega de produtos e deslocamento no território) (Manzano; Krein, 2021).

trabalho, questões já evidenciadas em estudos anteriores (Abílio *et al*, 2021; Machado, 2019; Filgueiras & Antunes, 2020), buscaremos colocar em primeiro plano as percepções dos sujeitos e as estratégias que estes colocam em marcha em sua busca cotidiana pela sobrevivência. Essa discussão também se soma a esforços anteriores de pesquisa (Pires, 2017; Pires; Motta, 2021) voltados a compreender os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho no momento contemporâneo, considerando uma geração que já foi socializada em um contexto marcado pela flexibilidade e pelo ideal do empreendedorismo.

Desde nossas incursões exploratórias a campo, notamos que os jovens entregadores apresentavam uma avaliação positiva sobre sua atividade, sobretudo devido à remuneração alcançada e à flexibilidade em relação aos horários de trabalho, dimensões que ganhavam relevância principalmente quando comparadas às suas experiências laborais anteriores. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar alguns elementos essenciais da experiência no trabalho de entregas por aplicativo com vistas a melhor compreender as razões que levam esses jovens a aderirem a uma atividade plataformizada e, em alguma medida, conferirem sentidos positivos a ela. Para isso, orientamos-nos através de três eixos, que guiarão as três seções que compõem o corpo do artigo: (1) as dinâmicas de trabalho, (2) as percepções sobre o trabalho regulado e (3) as perspectivas em relação à continuidade na atividade e as estratégias cotidianas mobilizadas pelos trabalhadores. Vale destacar que a produção que intersecciona juventude e trabalho plataformizado ainda é exígua, e este artigo configura um esforço inicial de trazer alguma luz a esse tema, abordando temáticas que consideramos fundamentais para um avanço nessa discussão.

Na próxima seção, iremos caracterizar o grupo dos cicloentregadores, apresentando o perfil desse trabalhador encontrado em campo, seu cotidiano de trabalho (incluindo a questão da remuneração) e as dinâmicas a que estão submetidos por parte das plataformas, constantemente em transformação. Na terceira parte do texto, aproximaremos o olhar, discutindo as percepções dos entregadores em relação ao trabalho que realizam, com destaque para o tema da regulamentação de seu trabalho e as experiências e interpretações que permeiam uma avaliação positiva da atividade. Na seção seguinte, o foco será nas perspectivas desses jovens trabalhadores em relação ao futuro, bem como algumas formas de agência e resistência, individuais e coletivas, que mobilizam cotidianamente como estratégia de sobrevivência.

As análises são baseadas em uma pesquisa conduzida junto a jovens entregadores de plataformas na cidade de São Paulo, em especial os cicloentregadores.⁴ A partir de diversas incursões a campo entre os anos de 2022 e 2023, realizamos observações de situações de trabalho e entrevistas com esses trabalhadores. A pesquisa foi realizada em diversos pontos da cidade de São Paulo, nas centralidades⁵ privilegiadas para as entregas (Fioravanti *et al.*, 2023) e que concentram esses trabalhadores – Pinheiros, Jardim Paulista, Moema e o centro próximo à Praça da República. Com o grupo que se concentra no centro, foi ainda possível realizar uma pesquisa mais extensa, de cunho etnográfico.⁶ Este artigo se baseia em dados obtidos por meio de cerca de 50 entrevistas semiestruturadas, além da análise dos registros em diário de campo.

Os jovens entregadores e as dinâmicas de trabalho

O Largo da Batata, na região de Pinheiros, é outro ponto de concentração de entregadores em São Paulo. Quando fizemos a primeira incursão a campo, em junho de 2022, havia ali um ponto de apoio do iFood, mas, poucos meses depois, ele já não existia mais. Como tudo o que se refere ao universo das entregas por aplicativos, tudo muda o tempo todo. Em um determinado ponto da praça, há uma concentração de cicloentregadores, que conversam, brincam e jogam enquanto aguardam por mais um chamado. Conversamos com um grupo de quatro entregadores quando mais um se aproxima e chama a atenção, destoa do restante do grupo. Ele é mais velho que seus colegas, cabelos grisalhos, pouco menos de 50 anos, talvez. Está vestido como os demais (calça larga e confortável, tênis, camiseta de time e capacete) e já chega compartilhando as desventuras da última entrega realizada (diário de campo).

⁴ Esse estudo resulta do projeto “Jovens trabalhadores no contexto da flexibilidade: percepções, trajetórias e perspectivas” (CNPq) e integra o convênio internacional “Zonas cinzentas e território: a transformação do trabalho e a figura emergente do trabalhador de plataforma. Uma comparação França-Brasil” (ANR/FAPESP).

⁵ Essas centralidades são determinadas pela concentração de pessoas com maior renda (que consomem *delivery*) e a aglomeração de restaurantes.

⁶ Com este grupo, em particular, foi possível realizar entrevistas em profundidade e análise de trajetórias.

Como mencionamos, os jovens são majoritários no trabalho de *delivery*, sobretudo quando nos referimos aos cicloentregadores. Entre as características das atividades plataformizadas, está a ausência de exigência de experiência prévia de trabalho, de formação específica e de processos seletivos, bastando a realização de um cadastro no aplicativo para começar a trabalhar (Abílio, 2020), o que facilita a entrada de jovens, sobretudo das camadas populares, no mercado de trabalho. Além disso, as entregas de bicicleta demandam, relativamente, pouco investimento inicial. Por fim, a rotina diária de pedalar 50, 60 ou 80 quilômetros requer energia e disposição, atributos sempre associados à juventude. Para aqueles que não são mais considerados jovens do ponto de vista dos marcadores etários,⁷ é preciso *apresentar-se jovem*, isto é, assumir os atributos físicos e simbólicos associados à juventude. Nosso personagem do início desta seção, apesar de não ser considerado jovem, carrega todos os signos da juventude – no vestuário, na forma de falar e interagir e na disposição para o trabalho. Nesse contexto, juventude pouco tem a ver com idade, mas se relaciona com modos de ser que melhor condizem às exigências de flexibilidade, disposição ao risco e a necessidade de “se virar”, em um contexto de ausência de garantias.

Entre os nossos interlocutores, a faixa etária predominante se concentra entre os 18 e os 28 anos de idade, o que corrobora os poucos dados existentes sobre os cicloentregadores em São Paulo. Além disso, são, na quase totalidade, do sexo masculino,⁸ moradores de periferias da região metropolitana ou do centro mais empobrecido de São Paulo, muitos com filhos. Em termos de escolarização, possuem, em sua maioria, ensino médio completo.

Em quase todos os casos, os *bikers* estabelecem sua jornada de trabalho a partir de uma meta de remuneração diária, em torno de 100 a 120 reais, isto é, só param de trabalhar quando esse valor é alcançado na soma das entregas realizadas no dia. O valor mínimo atual de cada entrega é de seis reais, que pode ser acrescido de bonificações.⁹ Os aplicativos de entregas de refeições operam e os próprios entregadores se organizam a partir de uma lógica de

⁷ No Brasil, são consideradas jovens pessoas entre 15 e 29 anos de idade, segundo o Estatuto da Juventude.

⁸ A masculinidade é um aspecto que marca o grupo em tela. As mulheres representam uma fatia muito minoritária dos entregadores, e é muito difícil encontrá-las em campo, uma vez que estão mais dispersas, enfrentando dificuldades maiores e específicas para permanecerem em uma atividade “da rua”.

⁹ Valores de maio de 2023. As bonificações podem variar de 3 a 4 reais, podendo atingir valores mais elevados em datas comemorativas, feriados ou situações climáticas adversas.

turnos (informais)¹⁰ baseados nos picos de demanda, isto é, café da manhã, almoço e jantar. Desse modo, os horários de trabalho variam ligeiramente: alguns entregadores iniciam a *jornada* logo cedo, aproveitando-se dos pedidos de café da manhã e finalizando as entregas após os primeiros pedidos da noite, outros optam por iniciar as atividades um pouco mais tarde, trabalhando até cerca de 23h. Em geral, trabalham de 10 a 12 horas por dia, e a maioria tira um dia de folga por semana. Entre as entregas, costumam ficar “na rua”, isto é, nos espaços da cidade, sempre nas regiões de maior demanda. Em alguns pontos, é possível observar a concentração de *bikers* que desenvolvem algum nível de sociabilidade e camaradagem.

Embora o discurso propagado pelas plataformas digitais seja o de que promovem um trabalho “sem patrão”, para “trabalhar onde e quando quiser”, valorizando a “liberdade total” de seus “parceiros”, na prática, a lógica do *crowdwork*¹¹ precisa ser constantemente gerenciada. Um dos mecanismos de controle desenvolvidos pelo iFood¹² é a criação de OLs (operadores logísticos), empresas intermediadoras (terceiras) que recrutam, principalmente através de redes sociais, entregadores que são cadastrados – sem qualquer vínculo formal – à OL e prestam serviço à plataforma. Esses entregadores são vinculados a uma “praça”¹³ e a um “turno” específico de atuação, dinâmica que visa assegurar a existência de uma oferta mínima de entregadores para a cobertura de áreas específicas (de grande demanda) nos horários de pico. Segundo os entregadores, a principal “vantagem” é que, para o OL – os entregadores assim se identificam quando vinculados aos operadores logísticos – “o aplicativo toca mais”, ou seja, são acionados em mais entregas, em comparação ao *nuvem*, entregador que está cadastrado apenas na base do aplicativo. Outro benefício para os OL seria a possibilidade de pagamento diário (mediante taxa), enquanto pagamento dos *nuvem* é sempre semanal.

¹⁰ Não existem turnos oficiais, tal como em uma fábrica ou empresa convencional, mas as plataformas, bem como os entregadores, organizam suas atividades em torno dos horários em que há maior concentração de pedidos.

¹¹ “Trabalho de multidão”, imensa e indefinida rede de trabalhadores, configurando uma lógica de terceirização em massa, central para a dinâmica de funcionamento das plataformas digitais (De Stefano, 2016; Kalil, 2022).

¹² O iFood é a principal plataforma de *delivery* do Brasil. De forma geral, nossos interlocutores são vinculados à plataforma de maneira principal e a outras de forma complementar.

¹³ A “praça” é uma territorialidade estabelecida pelo iFood com base no mapeamento da demanda por entregas e concentração de restaurantes, dentro das estratégias de logística espacial da empresa.

Todos os custos do trabalho recaem sobre o trabalhador, característica das atividades plataformizadas. No caso dos *bikers*, para se iniciarem na atividade, são necessárias, fundamentalmente, uma bicicleta e uma *bag*.¹⁴ Equipamentos de segurança não são fornecidos pelas empresas, e sua utilização varia entre os entregadores. A bicicleta pode ser própria ou alugada. Para aqueles que são cadastrados no iFood, há a possibilidade de aderir a um plano semanal de aluguel de bicicletas mecânicas – de cor laranja, em parceria com o Itaú, espalhadas em estações na cidade de São Paulo – e elétricas – de cor vermelha, em parceria com a empresa Tembici, retiradas nas estações do iFood Pedal. Muitos afirmam que a vinculação ao plano garante um maior número de chamadas para entregas, além de livrar o entregador de custos de manutenção e de possíveis prejuízos por roubo/furto da bicicleta.

A dinâmica das plataformas, que buscam “definir as regras do jogo sem fixá-las” (Abílio *et al.*, 2021, p. 39), evidencia outras camadas na experiência de nossos interlocutores. Para além de um controle algorítmico, que invisibiliza e modifica, a todo instante, as formas de distribuição das entregas, o cálculo da remuneração, o sistema de bonificações e a lógica do cadastramento/desligamento dos trabalhadores, há muitas outras formas de modificar constantemente “as regras do jogo”, submetendo os trabalhadores às experimentações das empresas. Para exemplificar, podemos citar a rápida criação e dissolução das bases de apoio,¹⁵ reconfigurações constantes nas dinâmicas de aluguel de bicicletas e a lógica de funcionamento das OLs.¹⁶

A despeito de todos os riscos, precariedades e inseguranças que as pesquisas têm apontado no trabalho por aplicativos, os relatos dos entregadores revelam um sentimento positivo em relação ao seu trabalho, tendo como referência a trajetória ocupacional pregressa e as oportunidades de trabalho que se apresentam para jovens de sua idade e nível de qualificação. Identificamos, na grande maioria das entrevistas, uma forte rejeição à proposta de regulamentação de seu trabalho e a justificativa passa, sobretudo, por uma percepção de que atividade possibilita autonomia e liberdade, como iremos discutir adiante. Questionados sobre os pontos

¹⁴ Há ainda outros custos envolvidos: aparelho celular, plano de internet, aluguel de bicicleta, equipamentos de segurança, capa de chuva etc.

¹⁵ Essas bases, em geral, possuem estrutura precária, como tendas montadas em espaços de estacionamentos, facilitando sua fácil remoção ou deslocamento.

¹⁶ Começavam a circular, entre os entregadores vinculados às OLs, informações difusas sobre a possibilidade da exigência de MEI (cadastro como microempreendedor individual).

negativos da atividade, apontam, principalmente, o valor de partida das entregas, os bloqueios e desligamentos não justificados pela plataforma e a ausência de algum amparo (seguro) por parte da empresa, principalmente em caso de acidente.¹⁷

É preciso destacar que os riscos a que estão submetidos cotidianamente ao transitarem pelas ruas movimentadas da cidade não passa despercebido por eles. No entanto, são admitidos como parte de uma atividade que se desenvolve na “liberdade da rua”. Do ponto de vista do funcionamento do capitalismo flexível, essas ameaças e inseguranças também são revestidas de um sentido positivo na medida em que há uma “cultura do risco”, dentro da lógica individualizante de que arriscar-se e estar aberto aos desafios e imprevisibilidades é o fundamento da receita que levará ao sucesso. Embora a questão do “risco”, em termos materiais e práticos, seja muito distinta para os jovens que estão na outra ponta dessa cadeia, isto é, como programadores nas *startups* e empresas de tecnologia que desenvolvem essas plataformas, alimentados por uma cultura do risco oriunda do Vale do Silício, é possível dizer que essa lógica atravessa a experiência contemporânea dos trabalhadores, especialmente os mais jovens, representados como destemidos e inovadores (Pires, 2021).

Nas próximas seções, buscaremos avançar em análises sobre os sentidos que os sujeitos atribuem a seu trabalho e experiências de vida. Para além da dimensão da precarização, da condição social indigna e da exploração, direcionemos o olhar para um universo de estratégias de vida e sobrevivência mobilizadas por esses sujeitos.

Percepções sobre o trabalho e a adesão à atividade de entregas por aplicativo

Faltavam apenas dois dias para o segundo turno da eleição presidencial de 2022. Naquela sexta-feira, as ruas do centro de São Paulo exalavam os confrontos e rivalidades daquele momento crucial para o país. Essa atmosfera política afetava também a “zona de pouso”¹⁸ formada

¹⁷ O iFood possui um seguro para os entregadores em caso de acidente, mas, segundo os informantes, existem muitas dificuldades e burocracias que tornam o acesso impraticável.

¹⁸ Pontos de concentração de entregadores, em geral próximos a restaurantes. São pontos de descanso, alimentação, manutenção de bicicletas, além de proporcionarem interação social entre os entregadores (Fioravanti, 2023).

por bikers que se aglomeravam em torno de uma árvore em frente ao Mc Donald's próximo à Praça da República. Bem em frente, estava sendo erguida uma tenda para um comício em prol de Lula, realizado pelo Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência no Estado São Paulo (SINSPREV/SP).

Por volta de 13h, os sindicalistas começaram a pronunciar palavras de ordem através do microfone. Em certo momento, um discurso envolveu a temática da Reforma Trabalhista e as condições de trabalho e direitos dos entregadores. Os entregadores, que, em sua maioria, pareciam incomodados desde cedo com aquele comício, se agitavam, até que Flávio, um deles, disse: “bem na nossa cara ficar gritando nesse megafone, é uma afronta”. Mais agitados, passaram a bater boca com os participantes do evento. Houve certa tensão, com bastantes ataques verbais proferidos pelos entregadores ao PT, a Lula e ao sindicato. Alisson, que está sempre no ponto com sua bicicleta motorizada, entregando os pedidos e ziguezagueando por entre os pedestres e veículos, confidenciou que votaria em Bolsonaro. Sobre o comício, completou: “isso é uma patifaria, bem na nossa cara, é pra empurrar goela abaixo”. Alisson estava incomodado com o fato de os sindicalistas e políticos quererem empurrar-lhe goela abaixo uma carteira assinada que ele não havia sequer pedido (diário de campo).

A Reforma Trabalhista de 2017 tem como marca principal a flexibilização das relações de trabalho. O trabalho por conta própria, autônomo e as formas uberizadas de relação econômica ganharam força, uma vez que o assalariamento é profundamente flexibilizado (Krein, 2018). Essas mudanças têm um grande impacto sobre os mais jovens, pois são eles que irão traçar suas trajetórias laborais em um mercado de trabalho com reduzida proteção social e relações contratuais instáveis.

Durante a campanha eleitoral de 2022, em meio às disputas de narrativas sobre o tema do trabalho e emprego, o candidato Lula, posteriormente eleito, tinha como promessas de campanha buscar a regulamentação do trabalho de motoristas e entregadores de aplicativo, o combate ao desemprego e ao trabalho informal. Em comício na Zona Sul, disse aos apoiadores: “O povo quer e precisa de trabalho decente. Não quer fazer bico ou biscate, entregar comida sem ter direito a descanso semanal remunerado, férias e recesso no Natal e Ano Novo”.¹⁹ Esse argumento era reiterado pelos

¹⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-acena-com-legalizacao-da-profissao-de-entregadores-na-zona-sul-de-sp/>

sindicalistas do comício que, diante da reação dos entregadores, subiam o tom sobre a falta de direitos, as más condições de trabalho e os riscos da atividade. Naquele dia, Miguel (29 anos), cicloentregador mais experiente e mecânico do grupo, esbravejava sobre como direitos trabalhistas “seguravam o ser humano” e “impediam-no de crescer”.

Ao final do evento, a discussão prosseguiu no grupo dos entregadores. Em meio à discussão, a frase “eles querem privatizar o iFood” foi repetida. A princípio, pareceu uma expressão sem sentido algum: como uma empresa já privada poderia ser privatizada? Denis (21 anos) esclareceu que “privatizar o iFood” carrega o sentido de que a regulação do trabalho e a imposição da carteira assinada os privaria de realizarem outros tipos de trabalhos paralelos às entregas, como “puxadinhos”, “bicos”, e que fixaria valor da remuneração mensal. Para completar, acrescentou que o salário mínimo “acomoda as pessoas” em sua situação de vida atual, acarretando “a perda de inúmeras possibilidades de se ter uma rentabilidade maior”.

Ouvindo a conversa, Alisson (35 anos) acrescentou que, para a maioria dos trabalhadores, a liberdade oferecida pelas plataformas é um dos principais atrativos: pode-se trabalhar nas horas e dias que desejarem e com a possibilidade de realizarem outras tarefas durante o trabalho, de acordo com suas necessidades pessoais e financeiras, situação dificilmente aceita em um emprego de carteira assinada:

Que emprego me daria essa oportunidade hoje de chegar 12h30 no trabalho? Se eu quiser ir embora 16h, eu vou embora, eu desligo meu aplicativo e vou embora. Que outra empresa me daria essa oportunidade? Não. Eu tenho que bater horário, tem que fazer, tem que bater metas, entendeu? É isso.

Wesley, 28 anos, “criado no fundão da zona leste”, como costuma dizer, segue a mesma linha de raciocínio. Cuidado pela avó após a separação dos pais, desde os seus 12 anos de idade “tem trabalhado duro para ganhar a vida”. Já trabalhou em diversas áreas, como pedreiro, pintor, ajudante geral, auxiliar de manutenção, entre outros, antes de conhecer o iFood. Também interessado pela conversa, comenta que, dois anos antes, decidiu deixar o Mc Donald’s, onde trabalhava, por considerar que “o salário é muito horrível, trabalha demais e meio que não dá uma valorização, sabe? Para você crescer, a oportunidade é muito pouca”. Prossegue:

Aí eu fui atrás da minha melhora, que é no *delivery*, que é mais liberdade também. Você trabalha para si mesmo, me joguei nessa empreitada aí. Eu venho o dia que eu quero, trabalho quanto eu quero, faço as horas que eu quero, tudo depende de mim. Se eu quiser fazer dinheiro, eu vou esticar. Eu faço o meu dinheiro, eu faço meu tempo, minha hora. Quem manda é nós no trampo, né?

Na maioria dos casos, a realização de entregas por aplicativo não é a primeira experiência de trabalho desses jovens. Muitos já apresentam uma extensa lista de empregos/trabalhos, com a marca da alternância entre atividades formais e informais, configurando um conjunto de agenciamentos e ocupações que compõem a chamada “viração” (Telles, 2011; Rizek, 2006; Abílio, 2021; Guimarães *et al.*, 2009). Aqui, fica evidente que se trata de uma juventude específica, composta por jovens das classes populares, moradores de periferias, com baixo nível de escolaridade, que tiveram que conciliar trabalho e estudo. Suas trajetórias se desenrolam a partir de um *pinga-pinga* entre “trabalhos ruins”. Entre as atividades já realizadas por eles, destacam-se: trabalho em supermercados, construção civil, carga/descarga de mercadorias, telemarketing, office-boy, entre outras. Em geral, são atividades manuais e/ou rotinizadas, que não requerem elevados níveis de qualificação, caracterizadas por baixas remunerações e nenhum tipo de realização pessoal ou satisfação através do trabalho. Pelo contrário, os jovens costumam descrever essas experiências como marcadas pela sobrecarga de trabalho, falta de liberdade, desempenho de uma diversidade de tarefas não acordadas, permeadas por humilhações e autoritarismos por parte dos empregadores. A fala de Lucas (26 anos) é ilustrativa:

Estava trabalhando de office boy. Ah, era muito ruim. O salário era baixo e subir de cargo lá era muito difícil. Fiquei 8 meses, mas não me registraram, tá ligado? Era pra ser registrado com 3 meses de experiência, aí com 8 meses eu falei: *ow, eu quero sair fora, mano, cansei dessa merda*. Patrão era folgado demais, toda vez eu xingava. [...] Eu falava: *se tu quiser me demitir, pode me demitir dessa merda aí, eu não preciso dessa merda aí não*.

Além disso, “bicos”, “corres” e diversas estratégias de sobrevivência mobilizadas em paralelo marcam o cotidiano dos jovens encontrados em campo. Há uma constante construção de múltiplas estratégias para viver

do trabalho, aliadas a um engajamento para alterar sua realidade presente e futura. Desse modo, é válido o argumento de que a uberização por meio das plataformas digitais se apropria dos modos de vida periféricos (Abílio, 2021). No caso dos cicloentregadores, essas novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho se combinam de maneira perversa com a representação da juventude como inerentemente flexível e sempre adaptável às constantes transformações do trabalho, sobretudo quando nos referimos a atividades baseadas em ou mediadas por tecnologias digitais.

Como podemos notar, há dissonância entre, por um lado, os discursos de Lula e dos sindicalistas durante a campanha e, por outro, as percepções e anseios dos entregadores frente ao debate sobre a regulação de sua atividade. Através das entrevistas realizadas, além da observação de diversas situações como a acima relatada, é possível afirmar que esses jovens trabalhadores têm rejeitado ou questionado, em grande parte, relações de trabalho cujo cenário normativo é o assalariamento formal e vinculado a direitos. Buscam estratégias que propiciem maior empregabilidade, maior rendimento financeiro e a realização de uma fuga do regime salarial que, em seus termos, os “impede de crescer”. Busca-se atingir uma mobilidade social em paralelo aos trabalhos formais que estão disponíveis para eles e que pouco lhes oferecem em termos de perspectiva de ascensão social. O salário é visto como um valor rígido, algo que “acomoda as pessoas”, principalmente considerando que os empregos formais que acessam não ultrapassam, em geral, a remuneração de um salário mínimo. Isso ilustra a predominância de um universo simbólico que reforça uma ideologia voltada ao mérito e ao desempenho individual, na qual os indivíduos depositam toda a sua capacidade de ação e através da qual modelam suas vidas.

Em consonância com diversos estudos acerca das estratégias de vida nas periferias urbanas (Machado da Silva, 2018; Telles, 2006; Rizek, 2012; Feltran, 2014), percebemos que as formas clássicas de emprego formal que mobilizaram gerações de trabalhadores em busca de acesso à cidadania, dignidade através do trabalho, previdência e mobilidade, não fazem mais parte do imaginário de grande parcela desses jovens periféricos. Essas novas gerações se constituem como sujeitos em um mundo do trabalho cujo horizonte normativo do assalariamento já se desfez, de modo que as condições atuais não significam perda de uma situação anterior mais promissora (Telles, 2006).

Vai se conformando um cenário no qual novas práticas e justificativas se revestem de uma expectativa em torno da *liberdade* e da *autonomia* no trabalho. O fato de a atividade de entregas por aplicativo não possuir características rígidas, próprias dos empregos mais tradicionais – formais ou informais – presentes na trajetória laboral desses jovens, lhes possibilita estabelecer horários de trabalho, ou mesmo de determinar sua jornada diária, o que se revelou como um ganho positivo para nossos interlocutores. Assim, compreendem que a atividade possibilita “autonomia” no sentido de que lhes permite realizarem outras atividades em paralelo ou resolverem questões cotidianas de outra ordem, como problemas pessoais, realizar exames médicos ou mesmo voltar para casa e ficar um pouco mais na companhia da família. Dessa maneira, o trabalho por aplicativo é atrativo, mesmo em situações extremamente precárias, que eles não deixam de reconhecer – constantes punições dos aplicativos, trabalho desprotegido, remuneração variável, controle algorítmico, bloqueios arbitrários e jornadas extenuantes, que envolvem uma série de riscos.

Há uma margem de liberdade que, a partir de um olhar pragmático, possibilita a oportunidade de escapar de empregos com horários rígidos, sem perspectiva de mobilidade – muitas vezes qualificados pelos entregadores como “trabalho escravo” – e nos quais há rígidas e, por vezes, violentas formas de controle. Assim, a liberdade de “trabalhar na rua” e de realizar atividades que provocariam reprimendas – ou “encheção de saco”, em suas palavras – por parte de seus patrões ou superiores é muito estimada. A “traíragem” – entendida como relações conflituosas e desleais entre colegas de trabalho – também foi um tipo de situação apontada por alguns interlocutores como ausente no trabalho por aplicativos.

Acreditamos que as experiências e percepções dos trabalhadores são essenciais para uma maior compreensão sobre esse universo e, principalmente, as razões pelas quais enxergam a atividade como positiva e a consideram preferível a outros tipos de trabalho disponíveis. Passaremos agora a tratar das projeções de futuro e das estratégias e formas cotidianas de resistência mobilizadas pelos entregadores.

Notas sobre perspectivas, estratégias e resistências cotidianas

Naquela manhã de sexta-feira, Denis foi o segundo a chegar ao ponto do Centro. Pedalava uma bicicleta branca e arrastava outra bicicleta menor, de cor laranja, com adesivos do Itaú. Cada mão segurava um guidão diferente. Curiosos, nos aproximamos e perguntamos qual bicicleta ele usaria para trabalhar e por que estava com as duas. Ele respondeu que usaria a bicicleta branca “de aro 29” (própria), apontando para ela enquanto a colocava no chão. Quanto à bicicleta do Itaú, antes de dizer qualquer coisa, Douglas começou a prendê-la em um suporte de cano. Em seguida, comentou: “Nuvem não vive sem a laranjinha, né? Com ela, faço menos quilômetros” (diário de campo).

Em um contexto saturado da ideia de que cada um é individualmente responsável por seu sucesso ou fracasso e no qual aspectos subjetivos e habilidades adquiridas fora da escolarização formal passam a ser mais valorizados (Boltanski; Chiapello, 2009; Sennett, 2009) – ser adaptável, capaz de identificar oportunidades, comunicar-se bem, aprender continuamente, ser criativo – as fórmulas anteriormente entendidas como capazes de levar a um futuro profissional bem-sucedido, pautadas, sobretudo, na qualificação formal, também são fortemente questionadas. Os relatos de nossos interlocutores revelam pouca ou nenhuma valorização do diploma, de modo que uma fatia muito minoritária planeja retomar os estudos e acessar o ensino superior. Há uma descrença generalizada de que investir em uma maior qualificação irá se reverter, necessariamente, em níveis que consideram satisfatórios de remuneração ou em uma vida mais confortável. Como ouvimos em campo, “a mão de obra está desvalorizada, quem tem faculdade ganha uma miséria”, “quem tem diploma também tá ganhando mal”.

Provocados em relação às perspectivas de trabalho, muitos interlocutores demonstram que pretendem seguir na atividade. Em geral, desejam acumular recursos para um negócio próprio – em especial no ramo da alimentação ou do vestuário (lojas *online*) – ou “investir na bolsa”, instigados por *influencers digitais* de canais especializados em finanças. Os entregadores valorizam o “trabalhar para si mesmo” e a liberdade de trabalhar “sem patrão” como veículo de conquista de uma independência em relação ao assalariamento marcado pela subordinação e pela reduzida perspectiva de ascensão

social. Apesar de não se considerarem empreendedores enquanto realizam a atividade de entregas, enxergam essa atividade como um momento intermediário entre um “emprego ruim” (referindo-se às experiências anteriores de trabalho) e um futuro negócio próprio. O trabalho nas entregas, segundo eles, diferentemente de um trabalho formal, permite a realização de outras atividades simultâneas ou paralelas para obter renda, incluindo, em alguns casos, trânsitos entre o legal e o ilegal.

Wesley, cicloentregador já mencionado, deseja

fazer uma grana sempre, ajuntando e diversificando meu dinheiro. Até chegar na liberdade financeira, investimento, imobiliária...pode ter vários caminhos, ou o fato só de juntar que a gente também tem, entendeu? Aí futuramente empreitar, porque já montei uma hamburgueria, mas não deu certo. Quem sabe tento outro, entendeu? Mas nós tá no corre. O iFood não vou largar, enquanto eu tiver precisando de renda, certo? Essa é a minha renda principal, mas vou focar em outras rendas futuramente.

Tendo no iFood sua principal fonte de renda, ele planeja se “levantar nas entregas” e alcançar seus objetivos financeiros. Ele se diz feliz com a remuneração que consegue obter através das entregas, que é de 700 a 800 reais por semana: “tiro um dinheirinho bom por semana e não preciso reclamar, né? O negócio dá um dinheirinho bom”. Com dedicação e perseverança no seu “corre” diário, espera abrir seu próprio negócio. Compara sua situação atual com sua experiência anterior como funcionário no *Mc Donald's*, afirmando que bastam duas semanas realizando entregas para se obter o valor superior a um mês de salário na rede de *fast food*. Vislumbrou no *delivery* um “escape” que lhe possibilitará atingir objetivos financeiros. Para Wesley, o trabalho no aplicativo, aliado ao seu *espírito empreendedor* (Boltanski; Chiapello, 2009; Lima, 2010), que mobiliza uma multiplicidade de caminhos que lhe possam garantir outras formas de remuneração, passa a figurar como uma das principais saídas para a superação de sua condição de pobreza.

É importante destacar, contudo, que a adesão à atividade de entregas não significa submissão e consentimento plenos às regras e dinâmicas impostas pelas plataformas. Percebemos que os entregadores desenvolvem uma série de pequenas resistências e estratégias cotidianas para potencializar seus ganhos, evitar entregas pouco rentáveis ou punições por parte dos

aplicativos. O estudo sobre a resistência dos trabalhadores plataformizados traz para o debate sobre o controle do trabalho a discussão sobre formas de agência frente ao fenômeno da plataformização (Englert *et al.*, 2020). Embora não seja possível avançar, no escopo deste artigo, sobre a pluralidade e a versatilidade dessas estratégias, é fundamental pontuar algumas delas observadas em campo.

As formas de enfrentamento podem assumir maneiras explícitas e públicas de contestação, com desdobramentos em formas organizativas (Grohmann, 2022), o que podemos ilustrar com as paralisações nacionais²⁰ organizadas pelos entregadores, especialmente motociclistas, denominadas de “Breque dos Apps”, mobilizados por movimentos e coletivos de resistência às plataformas reivindicando melhores condições de trabalho. Outro exemplo seriam as cooperativas ou grupos auto-organizados que buscam desenvolver aplicativos ou esquemas próprios para oferecer o serviço de entregas, criando outros modos de trabalho “por fora” das plataformas digitais, concorrendo com elas ou se apropriando de nichos ou territórios ainda pouco explorados por essas empresas.

Ainda no plano coletivo, observamos que os agrupamentos de cicloentregadores que se formam em determinados pontos de cidade à espera dos pedidos, embora não sejam organizados ou articulados em função de pautas específicas, propiciam trocas de informações importantes entre eles, sobretudo no que se refere às pequenas estratégias cotidianas de como realizar o trabalho com menos contratemplos, e, em alguns casos, possibilitam dinâmicas de sociabilidade, como jogos, conversas, música e uso recreativo de cannabis. Essas dimensões “coletivas” do trabalho produzem algum tipo de vínculo entre os entregadores e trazem um outro sentido ao conjunto de esforços físicos e subjetivos que ocorrem antes, durante e depois das entregas.

Em termos mais individuais, também foi possível mapear algumas estratégias. Conforme mencionamos, há uma parceria entre iFood e Itaú nos planos de aluguel de bicicletas disponíveis para os entregadores. Segundo o conhecimento tácito dos entregadores, as chamadas iFood que chegam para aqueles que estão fazendo uso da bicicleta do Itaú (mecânicas, de cor laranja) são para entregas com menores distâncias. Assim, muitos entregadores têm feito a retirada dessas bicicletas em algum dos diversos pontos existentes na

²⁰ Iniciadas durante a pandemia, reivindicavam melhores condições de trabalho: <https://diplomatie.org.br/breque-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital/>.

cidade de São Paulo – o sistema de retirada é reconhecido pelo aplicativo – mas preferem deixá-las acorrentadas a postes, corrimãos e árvores, fazendo uso de bicicleta própria, como aparece na cena que inicia esta seção. O controle algorítmico é “enganado” ao identificar que o entregador está fazendo uso da bicicleta laranja, enviando-lhe corridas mais curtas. Como afirma um interlocutor: “Não vivo sem a laranjinha, com ela é corrida de 3 km para baixo, sem ela é 3 km pra cima, só bica²¹”.

Outra estratégia é comumente conhecida como “dar o golpe”. A prática se dá quando o funcionário do restaurante que prepara o pedido não pergunta o nome do entregador que realizará a entrega, então acaba não registrando no sistema do aplicativo que o pedido já foi coletado pelo entregador responsável. O entregador, então, pega o pedido para si e “desloca-o”. O ato de deslocar significa redirecionar o pedido para outro entregador e receber uma pequena “taxa de deslocamento” até o local, sem precisar realizar a entrega, fazendo com que a mesma seja direcionada a outro entregador, constando que o pedido ainda não foi retirado. O estabelecimento em questão precisa preparar um novo pedido, e o entregador que “deu o golpe” consome o pedido ou o vende “no fluxo da rua” com valor reduzido.

Outras práticas também foram identificadas no cotidiano das entregas: colocar o celular em modo avião para evitar rastreamentos georreferenciais, utilizar contas de terceiros (como mencionamos no início do texto) e outras estratégias para “evitar bloqueios por rejeite”. Nesse caso, para não ser penalizado por recusar entregas – e aqui fica explícito que a liberdade para “trabalhar quando quiser” é reprimida – o entregador rejeita (até) três corridas seguidas e aceita a quarta, provocando um *reboot* na taxa de recusas e evitando punições, que consistem em bloqueio de 30 minutos a 48 horas.

Ainda que incapazes de fazer frente às tendências arrasadoras da plataformização do trabalho, essas artimanhas cotidianamente reinventadas revelam limites que tensionam o suposto “despotismo algorítmico” (Griesbach *et al.*, 2019). Essas estratégias englobam todo um conjunto de micro resistências cotidianas, sem qualquer organização formal, que buscam minar os efeitos da dominação no trabalho. Essas pequenas estratégias e resistências construídas, muitas vezes individualmente, são importantes tanto para a compreensão das experiências de trabalho dos entregadores quanto para identificar os limites do próprio controle algorítmico.

²¹ Termo utilizado entre os entregadores para se referirem a corridas longas ou com percursos considerados difíceis.

Considerações finais

Buscamos discutir alguns aspectos do cotidiano de trabalhadores que realizam a atividade de entregas por aplicativos, especialmente os cicloentregadores, que perfazem um segmento particularmente jovem no crescente e cada vez mais abrangente universo do trabalho plataformizado. Nossa intenção foi colocar em primeiro plano as percepções dos próprios sujeitos, de modo a contribuir para a compreensão sobre os motivos que levam à adesão e, em alguma medida, a atribuição de sentidos positivos a esse tipo de atividade, lançando alguma luz sobre práticas e cálculos mobilizados na condução da vida. Além disso, entendemos que é de fundamental importância olharmos para práticas e figuras emergentes no mundo do trabalho, especialmente em uma atividade que atrai tantos jovens, para que possamos melhor compreender o que é possível esperar do futuro do trabalho e construirmos estratégias e ações que sejam mais verossímeis e aceitáveis para os sujeitos, principalmente para aqueles que estão adentrando o mercado de trabalho e que serão mais impactados a longo prazo.

Como destacamos no início, tais questões foram abordadas através dos três eixos que orientam as seções do artigo. Em relação às dinâmicas de trabalho, reforçamos que os jovens cicloentregadores têm na atividade, em geral, sua principal fonte de renda – realizando ainda outros trabalhos paralelos – adaptando-se constantemente às mudanças promovidas pelas plataformas. Trabalham cerca de seis dias por semana e até 12 horas por dia, atuando com base em metas diárias de remuneração que estabelecem para si, em torno de 100 a 120 reais por dia. Apesar desse cotidiano árduo, seus relatos reiteram constantemente que a possibilidade de escolha de horários de trabalho, bem como de poderem “desligar o aplicativo” para resolverem questões pessoais, é vista como uma vantagem significativa, além de compreenderem que estão trabalhando de acordo com suas necessidades e podendo auferir valores maiores do que aqueles que costumam acessar nos empregos disponíveis. Por isso, em sua grande maioria, veem com desconfiança os discursos sobre a regulação da atividade, bem como a possibilidade de retorno a um trabalho formal. A adesão às entregas por plataforma também não é realizada sem resistências, de modo que mobilizam diversas estratégias cotidianas para obterem maiores ganhos ou vantagens, “driblando” a gestão algorítmica,

além de valorizarem as atividades de sociabilidade e descontração que desenvolvem junto a outros colegas entregadores.

Percebemos que os entregadores são plenamente conscientes de que a atividade não assegura direitos fundamentais e que há muitas dificuldades e riscos em seu cotidiano de trabalho. Eles não foram “seduzidos” e alienados pelo *canto da sereia* do empreendedorismo, isto é, não idealizam ou romantizam o trabalho nas entregas, ou mesmo demonstram enxergá-la como alternativa na chave do empreendedorismo. No entanto é uma atividade que, acreditam, pode possibilitar, juntamente com outros “corres” paralelos, um acúmulo de recursos mínimos para iniciarem o próprio negócio, entendido como alternativa mais plausível e rentável que a perspectiva em um emprego formal e bem remunerado. Enquanto isso, preferem seguir nas entregas, no que consideram haver maior autodeterminação, diante de outras possibilidades de trabalho que se apresentam.

É importante ter em conta que, apesar de não haver uma adesão completa e acrítica à lógica empreendedora, esses jovens são, cada vez mais, formados dentro desse quadro de referências. Um exemplo disso são as mudanças recentes no currículo escolar que, através do eixo “projeto de vida” fortalece uma formação voltada para o empreendedorismo, enfatizando a responsabilidade individual e o desenvolvimento de competências relevantes ao mercado e à dinâmica neoliberal (Estormovski, 2021). Assim, não consideramos fortuito um recente programa lançado pelo iFood intitulado “Meu Diploma de Ensino Médio”, voltado a distribuir, entre os entregadores, bolsas de estudos para o curso preparatório do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Da mesma forma, a profusão dos *coaches* e influenciadores digitais, muitas vezes jovens como eles, que prometem enriquecimento rápido sem a necessidade de qualificação formal, também são referências muito marcantes para esses sujeitos que ficam “plugados” nas redes durante todo o dia e acreditam que podem seguir fórmulas prontas e atingir sucesso imediato com um negócio *online* ou se tornar o novo “Primo Rico”.²²

Como buscamos destacar, eles identificam na atividade vantagens que estão relacionadas ao valor da remuneração, à flexibilidade de horários, à liberdade “da rua”, à inexistência da autoridade de um patrão e a ausência de sujeição a trabalhos considerados mais degradantes, que descumprem

²² Primo Rico é um dos maiores canais do YouTube sobre finanças no mundo, criado em 2016 por Thiago Nigro, então com 26 anos. Por ensinar como investir na bolsa de valores, foi constantemente citado como referência pelos interlocutores.

os acordos firmados e sem possibilidade de satisfação ou ascensão. Nesse sentido, não se trata de afirmar que rejeitam de forma cabal a formalização do trabalho ou os direitos sociais, mas sim um tipo de trabalho formal e/ou subordinado que marcou suas trajetórias ocupacionais e que possui tais características. Portanto, a adesão dos jovens trabalhadores ao trabalho por aplicativos diz mais sobre o atual mundo do trabalho, as condições e oportunidades que estão acessíveis para eles no mercado de trabalho do que sobre as atividades exercidas por meio de plataformas.

Agradecimentos

Este estudo foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Processos FAPESP: 2021/04086-3 e 2021/13376-5 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Processo CNPq: 310593/2021-2. A autora e o autor agradecem os apoios recebidos.

Referências

- Abdelnour, Sarah, & Méda, Dominique. (2019). *Les Nouveaux travailleurs des applis*. PUF.
- Abílio, Ludmila. (2021) Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea*, 11 (3), 30-45. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021023>
- Abílio, Ludmila. (2020). Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, 39, 579-597. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
- Abílio, Ludmila, Amorim, Henrique, & Grohmann, Rafael. (2021). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23 (57), 26-56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Aliança Bike. (17 jul. 2019) *Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo*. <https://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo/>
- Boltanski, Luc, & Chiapello, Ève (2009). *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes.
- Canclini, Néstor García. (2012) Introducción: de la cultura postindustrial a las estrategias de los jóvenes. *Em: Néstor García Canclini et al. (org.). Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales* (pp. 3-24). Editorial Ariel.
- Casilli, Antonio, & Posada, Julian. (2019). The platformization of labor and society. *Em: Mark Graham & William Dutton. (org.). Society and the Internet* (p. 293-306). OUP.
- Chesta, Riccardo E., Zamponi, Lorenzo, & Caciagli, Carlotta. (2019) Labour activism and social movement unionism in the gig economy: food delivery workers' struggles in Italy. *Partecipazione e Conflitto*, 12 (3), 819-844. <https://doi.org/10.1285/i20356609v12i3p819>
- De Stefano, Valerio (2016). *The rise of the "just-in time workforce": on demand work, crowdwork, and labor protection in the "gig economy"*. ILO.
- Diógenes, Glória. (2009). Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. *Em: Manoel Mendonça Filho & Maria Teresa Nobre (org.). Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. EdUFBA.
- Englert, Sai, Woodcock, Jamie, & Cant, Callum. (2020). Digital Workerism: Technology, platforms, and the circulation of workers' struggles. *TripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 18 (1), 132-145. <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i1.1133>

- Estormovski, Renata C. (2021). O currículo escolar como formador do sujeito empreendedor para o capital. *Linhas Críticas*, 27, e36828. <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36828>
- Feltran, Gabriel. (2014). Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, 27, 495-512. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300004>
- Fioravanti, Lívia M. (2023). Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos entregadores de bicicleta da metrópole de São Paulo. *GEOUSP*, 27 (2), e-201427. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.201427>
- Fioravanti, Lívia, Rangel, Felipe, & Rizek, Cibele. (2023). Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário. *Cadernos da Metrópole*, 26 (59), 69-96. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5904>
- Filgueiras, Vitor, & Antunes, Ricardo. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, 39 (1), 27-43. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Graham, Mark, & Woodcock, Jamie. (2018). Towards a Fairer Platform Economy: Introducing the Fairwork Foundation. *Alternate Routes*, 29, 242-253.
- Griesbach, Kathleen, Reich, Adam, Elliott-Negri, Luke, & Milkman, Ruth. (2019). Algorithmic Control in Platform Food *Delivery Work*. *Socius*, 5. <https://doi.org/10.1177/2378023119870041>
- Grohmann, Rafael. (2022). Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. *Matrizes*, 16, 209-233. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i2p209-233>
- Grohmann, Rafael. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Eptic On-Line*, 22, 106-122. <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>
- Guimarães, Nadya A. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. Em: Helena Abramo & Pedro Branco (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 149-174). Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo.
- Guimarães, Nadya A., Hirata, Helena, & Sugita, Kurumi. (2009). Trabalho flexível, empregos precários? Reflexões à guisa de introdução. Em: *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão* (pp. 9-24). Edusp.
- Kalil, Renan B. (2022). Plataformas de trabalho crowdwork. *Ciências do Trabalho*, 21.

- Krein, José Dari. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, 30, 77-104. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>
- Kusk, Kalle, & Nouwens, Midas. (2022). Platform-mediated food *delivery* work: a review for CSCW. Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction, 6 (CSCW2), Article no. 532. <https://doi.org/10.1145/3555645>
- Lima, Jacob Carlos. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, 12 (25), 158-198. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>
- Lima, Jacob C. & Pires, Aline S. (2017). Youth and the new culture of work: Considerations drawn from digital work. *Sociologia e Antropologia*, 7, 773-797. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v735>
- Machado, Leandro. (22 maio 2019). Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>
- Machado da Silva, Luiz A. (2018). *O mundo popular: trabalho e condições de vida*. Papéis Selvagens.
- Machado, Sidnei, & Zanoni, Alexandre P. (2022). Introdução. Em: Sidnei Machado & Alexandre P. Zanoni. *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos* (pp. 23-29). Editora UFPR.
- Manzano, Marcelo, & Krein, André. (2022). Dimensões do trabalho por plataformas digitais no Brasil. Em: Sidnei Machado & Alexandre P. Zanoni. *O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos* (pp. 31-126). Editora UFPR.
- Pais, José M., Cairns, David, & Pappámikail, Lia. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social*, 17 (2), 109-140. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200006>
- Peralva, Angelina. (1997). O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, 5 (6), 15-24.
- Pires, Aline S. (2021). As novas configurações espaciais do empreendedorismo tecnológico e as experiências de trabalho no polo de tecnologia de São Carlos-SP. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36 (106), e3610605. <https://doi.org/10.1590/3610605/2021>
- Pires, Aline S. (2018). Juventude(s) e o trabalho na área de TI: uma discussão sobre o discurso da flexibilidade geracional. Em: Maria A. Bridi & Jacob C. Lima (org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação* (pp. 32-45). Editora UFPR.

- Pires, Aline S., & Motta, Luana D. (2021). Sobre millennials e jovens vulneráveis: racionalidade neoliberal e experiência juvenil contemporânea. *Em: 20º Congresso Brasileiro de Sociologia*, Belém-PA.
- Reguillo, Rosana. (2003). Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 103-118. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200008>
- Rizek, Cibele. (2006). Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, 11 (21), 49-58. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/89>
- Rizek, Cibele. (2012). Trabalho, moradia em cidade. Zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (78), 41-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000100003>
- Sennett, Richard. (2009). *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record.
- Telles, Vera S. (2006). Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, 18 (1), 173-195.
- Telles, Vera. S. (2011). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argvmentvm.
- Van Doorn, Niels. (2017). Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. *Information, Communication & Society*, 20 (6), 898-914. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1294194>

Recebido: 10 jun. 2023

Aceito: 23 dez. 2023.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

A ideologia do trabalho e o autogerenciamento subordinado nas empresas-plataforma de entrega de mercadoria

The ideology of work and subordinate self-management in goods delivery platform companies

La ideología del trabajo y la autogestión subordinada en las empresas de plataformas de reparto

Fellipe Coelho-Lima* 

Isabel Lopes dos Santos Keppler** 

Larissa Alessandra de Sena Leocádio*** 

Isabela Pinto Lucena Bezerra* 

Sofia Sant'Anna Costa Barbosa** 

Larissa Marcela Peixoto de França** 

Maria Luísa Paes*** 

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. fellipecoelho@unifrn.br

** Universidade Ibirapuera, São Paulo, SP, Brasil. Doutora em Psicologia (UFRN), Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Psicossomática da Universidade Ibirapuera (Unib). bel.keppler@yahoo.com.br

*** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Psicóloga Social de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). larissaalessandrasena@gmail.com

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Graduada em psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RESUMO

O processo de uberização do trabalho tem avançado na última década, tendo como um dos seus protagonistas as empresas-plataforma. Estas se valem de diversas estratégias para cooptar e convencer os trabalhadores dos processos de trabalho que implementam. Uma delas é por meio dos discursos que direcionam aos seus trabalhadores. A partir de uma perspectiva marxista, assumimos que esses discursos cumprem a função de ideologia do trabalho ao buscarem orientar os trabalhadores diante do conflito social que emerge do uso da sua força de trabalho no processo produtivo. Nosso objetivo foi analisar a ideologia do trabalho presente no discurso das principais empresas-plataforma de entrega de mercadorias do Brasil. Realizamos a análise da unidade “problema-soluções” nas publicações destinadas aos entregadores no *site* das três principais empresas-plataforma desse ramo no país. Identificamos que as matérias tratam de quatro questões: financeira, saúde do trabalhador, equipamentos e logística. Os discursos abordam problemas que são pautas de reivindicações dos entregadores, mas não explicitam suas causas. Ocultam o conflito capital-trabalho, respondendo à necessidade de elaborar estratégias para a incorporação da força de trabalho ao processo produtivo. A ideologia do trabalho identificada é a do autogerenciamento, na qual os entregadores são os responsáveis pela resolução desses problemas e as empresas são parceiras fornecedoras de informações. A particularidade brasileira revela indícios de uma diferenciação no que diz respeito às ideologias elaboradas nos países centrais, deixando de lado aspectos relativos à conscientização social e favorecendo a busca pela autonomia e renda no caso periférico.

Palavras-chave: uberização, ideologia do trabalho, marxismo, entregadores, plataforma digital.

ABSTRACT

The advance of uberization in the last decade has platform companies playing a leading role. These companies use strategies to co-opt and persuade workers to the work processes they implement. Among such strategies are their discourses aimed at their workers. From a Marxist perspective, we assume that these discourses perform the function of ideology of work, as they seek to orient workers in the face of the social conflict of the use of their labor power in the productive process. Our objective was to analyze the ideology of work present in the discourse of delivery platform companies in Brazil. We carried out an analysis of the “problem-solutions” unit in the publications aimed at delivery workers on the website of the three main platform companies in the country. We identified four issues: financial, worker health, equipment, and logistics. The discourses address problems that are part of delivery workers’ claims, but do not explain their causes. They conceal the capital-labor conflict, responding to the need to elaborate strategies for incorporating the labor force into the productive process. The ideology of work identified is that of self-management, which transfers the burden to solve these problems to workers, the companies remaining as information supplying partners. The Brazilian case shows particularities as compared to the ideologies elaborated in the central global economies, as the discourses leave aside aspects related to social awareness, favoring the search for autonomy and income.

Keywords: uberization, ideology, Marxism, deliverers, digital platform.

RESUMEN

El proceso de uberización del trabajo ha avanzado en la última década, con las empresas de plataformas como una de sus protagonistas. Utilizan diferentes estrategias para cooptar y convencer a los trabajadores de los procesos de trabajo que implementan. Uno de ellos es a través de los discursos que dirigen a sus trabajadores. Desde una perspectiva marxista, asumimos que estos discursos cumplen la función de ideología del trabajo al buscar orientar a los trabajadores frente al conflicto social que emerge del uso de su fuerza laboral en el proceso de producción. Nuestro objetivo fue analizar la ideología del trabajo presente en el discurso de las principales empresas de plataformas de reparto en Brasil. Analizamos la unidad “problemas-soluciones” en publicaciones dirigidas a repartidores en los sitios web de las tres principales empresas-plataforma en este campo en el país. Identificamos que los artículos abordan cuatro temas: financiero, salud de los trabajadores, equipamiento y logística. Los discursos abordan problemas que se encuentran entre las demandas de los repartidores, pero no explican sus causas. Ocultan el conflicto capital-trabajo, respondiendo a la necesidad de desarrollar estrategias para incorporar la fuerza laboral al proceso productivo. La ideología de trabajo identificada es la de autogestión, en la que los repartidores son responsables de resolver estos problemas y las empresas son partners que brindan información. La particularidad brasileña revela signos de diferenciación respecto de ideologías desarrolladas en los países centrales, dejando de lado aspectos relacionados con la conciencia social y favoreciendo la búsqueda de autonomía e ingresos en el caso periférico.

Palabras clave: uberización, ideología del trabajo, marxismo, repartidores, plataforma digital.

Introdução¹

Em abril de 2022, a Agência Pública revelou um esquema operado pelo iFood que consistia na contratação de empresas de publicidade para criação de perfis nas redes sociais a fim de desmobilizar os atos que ocorreram em 2020² (Levy, 2022). Esse é um dos exemplos de como a disputa sobre a consciência dos trabalhadores plataformizados é decisiva para essas empresas. Essa é a questão central deste texto: que estratégias as empresas por aplicativo utilizam para convencer os seus trabalhadores desse modelo de trabalho?

Portanto, nosso objetivo nesta pesquisa foi analisar a ideologia do trabalho presente no discurso produzido pelas principais empresas-plataforma de entrega de mercadorias do Brasil. Mais especificamente, identificar quais problemas as empresas destacam e quais soluções são oferecidas para a resolução destes. Aqui, consideramos a ideologia do trabalho como o conjunto de ideias que medeiam o conflito social do uso da força de trabalho no processo produtivo capitalista (Coelho-Lima, 2021).

O contexto em que realizamos esta pesquisa, portanto, é o de uberização do trabalho. Esse tem sido um mercado que tem a previsão de movimentar, até o final desta década, 335 bilhões de dólares (Felländer *et al.*, 2015), sendo protagonizado pelas empresas-plataforma.³ Elas são a unidade orgânica entre um empreendimento típico capitalista, *softwares* e infraestrutura digital (Srnicek, 2017). Além disso, protagonizam o presente processo de uberização, que se inicia no setor de serviços, mas tem potencial de se generalizar para os demais setores (Abílio *et al.*, 2021).

Sua face aparente é a de empreendimentos colaborativos que, por meio da tecnologia (*sites* e aplicativos), conectam pessoas que demandam e oferecem serviços e produtos (Slee, 2017). Contudo, em essência, as empresas-plataforma (e a conseqüente plataformização) intensificam a precarização

¹ Pesquisa financiado com recurso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Projeto nº 4092812021-2).

² Em 2020, em meio à pandemia de COVID-19, os entregadores por aplicativos organizaram mobilizações, paralizações e greves ao redor do Brasil que ficaram conhecidas como #BrequeDosApp. As principais reivindicações foram melhores remunerações por entrega, acesso a EPI para evitar o contágio do COVID-19 e fim dos bloqueios indevidos (Dias, 2020).

³ A rigor, os referidos autores utilizam o termo *sharing economy* para se referir a esse setor do mercado, contudo ele é parte do que tratamos aqui como uberização, conforme Slee (2017) e Srnicek (2017).

do trabalho (Abílio, 2019, 2020, 2021; Abílio *et al.*, 2020; Antunes, 2020; Woodcock, 2020).

Por meio desses mecanismos virtuais, as empresas-plataforma podem determinar o ritmo, jornada e preço do trabalho prestado, estabelecendo bonificações ou punições (Franco & Ferraz, 2019; Griesbach *et al.*, 2019; Woodcock, 2020). Os trabalhadores pouco ou nada conhecem das regras e normas que regulam sua atividade, instaurando-se um despotismo algorítmico como modo de controle e subordinação desse trabalho (Filgueiras & Antunes, 2020; Wood *et al.*, 2019; Griesbach *et al.*, 2019). Elas também têm sido uma forma de burlar a legislação em diversos países, negando direitos como o salário-mínimo, períodos de descanso remunerado, horas máximas da jornada de trabalho, férias, licenças remuneradas, cuidados com a saúde do trabalhador dentre outros (Antunes, 2020; Lima & Bridi, 2019; Slee, 2017; Wood *et al.*, 2019).

Com isso, a uberização se expande como resposta à manifestação da crise estrutural do capital de 2008, assim como ocorreu em outros momentos de crise do capital (Harvey, 2017; Marx, 2015). O seu crescimento também foi determinado pelo desemprego e piora na qualidade dos empregos ofertados ao redor do mundo ao final da década de 2000. Antes restrito às periferias capitalistas (Costa, 2010), o trabalho esporádico e informal ganhou destaque nesse período nos países centrais do capitalismo. Rapidamente, termos como *gig economy* se popularizaram na academia e na mídia para tratar dessa situação em tais regiões (Malik *et al.*, 2021). Logo, a uberização valeu-se do avanço dessa informalização do trabalho no Norte global e a potencializou, regulando e se apropriando desse processo (Abílio *et al.*, 2021). Ainda que esse contexto seja necessário para a consolidação do trabalho plataformizado, outros elementos também são necessários. A produção de um discurso de legitimação dessa forma de trabalho foi fundamental para o seu espraiamento no interior da classe trabalhadora (Coelho-Lima, 2021).

No caso do trabalho em plataformas digitais, como apresentado por Slee (2017), as empresas pioneiras ativamente buscaram a construção de discursos na mídia que as posicionassem não apenas como uma forma de obter renda, mas como um movimento social. Essas empresas-plataforma sediadas nos países do norte do mundo encontraram na *economia por compartilhamento* (ou *economia do comum* ou *colaborativa*) a justificativa social para o modelo de negócio que operaram (Karatzogianni & Matthews, 2020). Em suma, esse

era um movimento que tinha como princípios o combate ao consumismo, o incentivo ao compartilhamento de meios de produção e habilidades, a troca entre pessoas da mesma comunidade e o combate ao desperdício como uma das estratégias para lidar com a atual crise ambiental (p. ex. Felländer *et al.*, 2015; Sundararajan, 2016).

Houve ainda um segundo tipo de discurso que se consolidou no interior da uberização. Metabolizando o movimento de empreendedorismo que ganhou grande destaque a partir da década de 1990 (Malaguti, 2001), as empresas-plataforma reforçaram esse modelo de trabalho ao afirmar a independência do trabalhador frente à empresa, a liberdade de escolha, quando e como trabalhar, além do estabelecimento de uma relação entre iguais (trabalhador e empresa). Um dos resultados não só da defesa dessas ideias mas também de sua operacionalização no dia a dia de trabalho tem sido a constatação, em estudos junto aos trabalhadores uberizados, do fomento ao autogerenciamento de si promovido por essas plataformas (Abílio, 2019; Sabino; Abílio, 2019). Isto é, a terceirização para os trabalhadores dos processos de gestão do seu trabalho, não de maneira autônoma, mas de forma subordinada às demandas da empresa-plataforma, ainda que velada.

Esses discursos, que têm sido utilizados de forma genérica pelas empresas para convencer consumidores e seus trabalhadores sobre esse modelo de trabalho, fazem parte do rol de estratégias comuns no capitalismo de tentativa de cooptação dos trabalhadores. Braverman (1987) evidencia isso quando descreve a necessidade da classe burguesa de elaborar estratégias para além de força física que convençam os trabalhadores a se submeterem ao modelo explorador do trabalho. Na mesma direção, Gramsci (2023) discute como no modelo fordista de gerenciamento da produção foi necessária a criação de um novo tipo de trabalhador, um cujos valores e práticas sociais corroborassem os princípios de trabalho e consumo desse modelo. Heloani (2003) e Alves (2022) afirmam que esse processo de convencimento, manipulação e apropriação da subjetividade dos trabalhadores é uma das marcas centrais do capitalismo em todas as suas fases, mas principalmente após a Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje.

A categoria ideologia pode colaborar com explicação de como essa tentativa de cooptação subjetiva é operada (Alves, 2022; Lukács, 2013). Por outro lado, essa pode ser uma das categorias mais polissêmicas dentro das Ciências Sociais (Löwy, 1982). É possível tanto considerá-la como

um conjunto de ideias de uma sociedade, como aquelas ideias oriundas das classes dominantes ou que apenas reproduzem o *status quo*, aquelas que distorcem a compreensão da realidade ou tantos outros significados (Eagleton, 2019). Neste artigo, assumiremos a perspectiva marxista-lukacsiana (Lukács, 2013) na qual a ideologia é uma das categorias que nos constituem enquanto seres sociais. Nessa dimensão, a ideologia surge nos momentos do desenvolvimento desse ser, no qual se diferenciam as necessidades individuais das comunitárias, entre grupos ou, com mais intensidade, entre classes. Em suma, a ideologia pode ser concebida como o conjunto de ideias que tem por função mediar os conflitos sociais entre grupos e classes em uma dada sociedade (Lukács, 2013; Ranieri & Silva, 2011; Silva, 2015).

Portanto, nenhuma ideia nasceria *a priori* como ideologia. Apenas quando participam da determinação dos rumos dos conflitos em uma sociedade singular é que essas ideias se converteriam em ideologia (Coelho-Lima, 2018). Para cumprir essa função, as ideias precisam alcançar os “níveis mais íntimos” dos indivíduos que participam desses conflitos (Lukács, 2013), sendo eles, em última instância, os sujeitos que atuam sobre os embates e lutas (Marx, 2010). Logo, a ideologia necessariamente precisaria ser uma consciência prática para esses sujeitos diante dos conflitos que vivenciam no cotidiano, sejam relativos a problemas globais ou a problemas parciais deles desdobrados (Mészáros, 2008, 2012), em âmbito geral de toda sociedade e/ou da vida dos indivíduos (Lukács, 2013). Logo, como argumentado por Coelho-Lima (2018, 2021), Coelho-Lima e Bendassolli (2018) e Coelho-Lima, Varela e Bendassolli (2021), a ideologia se apresenta no cotidiano como uma forma de dar sentido aos problemas que os indivíduos vivenciam e guia a ação deles para a superação desses obstáculos.

Nessa direção, para o caso dos discursos elaborados em torno da uberização, é preciso localizar os conflitos neles envolvidos. Ao mesmo tempo que reflete o conflito central do modo de produção capitalista (entre capital e trabalho), ele também materializa a especificidade em torno do embate de como incorporar a força de trabalho no processo produtivo. Logo, para esse conflito específico também se erige uma ideologia específica: a ideologia do trabalho. Ela mantém raízes nas ideologias que gravitam em torno do conflito global do capitalismo, mas também desdobra conteúdos e dinâmicas específicas para esse conflito particular (Coelho-Lima, 2021).

Outros autores, inclusive fora do campo marxista, já desenvolveram reflexões e pesquisas em torno desse tema, como Weber (2004), Boltanski e Chiapello (2009) e Anthony (2014). Mais recentemente, outros materiais nacionais têm se debruçado, a partir do referencial althusseriano (e.g. Biondi, 2017), weberiano (e.g., Mañas, 2002) e lukacsiano (Ferraz *et al.*, 2017), sobre a questão da ideologia do trabalho. A partir desse referencial, consideramos que esta ideologia se materializa nas respostas que circulam socialmente aos problemas relacionados ao ato de trabalhar por parte dos trabalhadores. Logo, considerando que o atual mundo do trabalho é heterogêneo, também existiriam ideologias do trabalho diversas, relacionadas a cada forma de trabalhar no capitalismo, sendo produzidas por grupos e classes distintos (Coelho-Lima & Bendassolli, 2018).

Até este ponto, a literatura já tem consolidado compreensões importantes acerca das estratégias utilizadas pelas empresas-plataforma para fixação dos trabalhadores na modalidade uberizada de trabalho. Contudo, ainda está em aberto a compreensão de como esse processo ocorre considerando a realidade brasileira (Abílio, 2019, 2021; Abílio *et al.*, 2021; Godoi *et al.*, 2021).

Essa é uma ponderação importante, considerando ao menos três razões. A primeira reside na forma de constituição histórica das relações de trabalho no Brasil – e na América Latina como um todo – marcada por informalidade (Costa, 2010) e superexploração (geração de mais valor destinada à burguesia nacional e internacional) (Marini, 2020).

A segunda razão diz respeito ao quanto essas modalidades de trabalho têm ganhado importância nessa região do mundo. Somente no Brasil, entre 2016 e 2021, cresceu em 31% o número de motoristas e em 979,8% o de entregadores por aplicativo (Góes *et al.*, 2021). Ao mesmo tempo, esse crescimento significou uma piora nas condições de trabalho entre esses trabalhadores, principalmente no caso dos entregadores por aplicativo: durante a pandemia, houve uma queda da renda e falta de acesso a medidas de contenção de contágio pela Covid-19 (Abílio *et al.*, 2020). Essa situação ensejou amplo movimento de luta dessa categoria no Brasil e na América Latina, reivindicando melhorias na remuneração e acesso à proteção à saúde (Mendonça Coelho *et al.*, 2021).

A terceira, e última, razão que elencamos aqui é haver indícios de adaptação dos discursos gerados pelas empresas nos países centrais do capitalismo para a realidade local. É o que indica o estudo realizado por Grohmann *et al.*, (2021).

Ao analisarem os anúncios publicitários das principais empresas de entrega de mercadorias e de transporte de passageiros, encontraram que elas buscam reforçar os princípios de cidadania e responsabilidade social, ao mesmo tempo que invisibilizam os trabalhadores ou os assumem como sonhadores, mas não enquanto trabalhadores.

Logo, se por um lado a uberização tem crescido em território nacional e latino-americano, por outro, a explicação desse crescimento passa tanto pela compreensão das condições materiais da classe trabalhadora nesse período, como também pelas ideologias do trabalho que permitiram a legitimação dessa forma de trabalho. Dessa forma, reformulamos nossa questão inicial e nos perguntamos como ponto de partida para essa investigação: quais os discursos ideológicos utilizados pelas empresas-plataforma para convencer e cooptar os trabalhadores a aderirem a essa forma de trabalho?

Método

Considerando o objetivo da pesquisa, focamos nas empresas-plataforma relacionadas à entrega por aplicativo, tendo em conta o seu rápido crescimento no país (Góes *et al.*, 2021) e o fato de ter sido nesse setor que ocorreram também as principais greves no país das categorias uberizadas (Mendonça Coelho *et al.*, 2021). Foram selecionadas as três empresas mais utilizadas pela população brasileira em 2020 nesse segmento (Riveira, 2020), sendo elas: iFood, Rappi e Uber Eats.

Diferentemente da pesquisa de Grohmann *et al.*, (2021), que analisou os anúncios publicitários de empresas-plataforma, nesta investigação, optamos por utilizar o conteúdo veiculado em forma de texto nos *sites* oficiais das próprias empresas e direcionados especificamente aos entregadores, quais sejam: o *site* Portal do Entregador iFood, o blog Sou Rappi e as seções do *site* da Uber Eats referente aos trabalhadores. Esses materiais foram escolhidos por conterem orientações das empresas aos entregadores quanto às questões cotidianas do contexto laboral. Os textos foram recuperados dos *sites* entre os meses de abril e junho de 2021, sendo compilados 56 textos da iFood, 26 textos da Rappi e 14 textos da Uber Eats, publicados a partir de 2018 (ano inicial em que os materiais estavam disponíveis nos *sites*) até abril de 2021 (mês de início da coleta).

Utilizamos o programa QDA Miner 5.0, da Provalis Research, para suporte a organização e sistematização dos textos. A análise ocorreu a partir de uma leitura exaustiva dos materiais, sendo primeiramente elaboradas categorias que sintetizassem os conteúdos textuais. Na sequência, elas foram aglutinadas por semelhanças e diferenças. Por fim, foram organizadas quanto às duas categorias prévias centrais para esse estudo: os “problemas”, que são identificados nos próprios textos dos *sites*, e as respectivas “soluções” apresentadas pelas empresas.

Essas duas categorias são consideradas neste estudo como uma unidade de análise central para a incidência da ideologia no cotidiano. Partimos dos pressupostos já apresentados de que a ideologia precisa atuar sobre a consciência dos indivíduos no seu dia a dia (Lukács, 2013), comportando-se como guia às ações destes (Coelho-Lima *et al.*, 2021), já que é uma consciência prática diante dos conflitos sociais (Mészáros, 2008, 2012). Nessa direção, elaboramos como hipótese metodológica a de que uma das formas de a ideologia operar no cotidiano é por meio dos discursos envolvendo problemas – quais são evidenciados, quais são ocultados – assim como as orientações oferecidas sobre como agir diante deles.

O pareamento dos problemas e soluções, nesse processo de análise, foi pensado considerando o todo dos textos das empresas, no sentido de obter o discurso elaborado por elas. Assim, os problemas e as respectivas soluções podem estar dispersos em mais de um texto entre as três empresas, bem como serem apresentados de forma implícita. Dessa forma, também consideramos a análise subtexto, conforme defendido por Vygotsky (2009).

Resultados

A partir da análise realizada, descrita na seção anterior, foi possível identificar quatro grandes tipos de questões tratadas nas unidades “problemas-soluções”, sobre os quais gravitavam os conteúdos dos textos. O Quadro 01 sintetiza esses achados e, na sequência, eles são detalhados.

Quadro 1 - Categorias de “problemas” e “soluções” identificados nos textos

Tipos	Problema específico	Soluções
Questões financeiras	Gastos pessoais e familiares	Aprimoramento das táticas de economia doméstica
	Incremento de remuneração	Otimização da rotina de entregas
		Gorjetas
		Economia no veículo utilizado
		Promoções, campanhas e bônus
		Investimento no mercado financeiro
Formalização do trabalho	Oferecimento de informações sobre MEI	
Saúde e Segurança no Trabalho	Adoecimentos e acidentes	Orientação à prevenção de riscos
		Uso de equipamento adequado
		Respeito às normas de trânsito
	Pandemia COVID-19	Conscientização de sintomas e procedimentos
		Distribuição de álcool gel
		Uso de identificação da empresa
		Mudança no procedimento de entrega
	Conciliação vida pessoal e trabalho	Gestão do tempo
Acesso à saúde	Desconto em serviços de saúde privado	
Logística	Entrega da mercadoria	Protocolo de conduta do entregador
		Sistema de código de entrega
		Contato com o suporte virtual da empresa
	Acesso ao aplicativo	Correções no aparelho que acessa o aplicativo
		Contato com o suporte virtual da empresa
	Desrespeito às normas	Protocolo de conduta do entregador
Equipamentos	Manutenção	Revisão preventiva com especialista
		Procedimentos feitos pelos próprios entregadores
	Aquisição	Orientações sobre modelos e cuidados
		Distribuição gratuita

Questões Financeiras

Foram englobados neste eixo todos os pares de problemas e soluções que se relacionavam explicitamente com a renda dos entregadores e como eles poderiam superar essa situação, de acordo com as empresas-plataforma.

Um dos problemas identificados foi com relação aos gastos pessoais e familiares relativos à sua reprodução diária. Aqui estão incluídos conteúdos relacionados a despesas com cartões de crédito, contas de água, luz, aluguel, dentre outras. Nesse ponto, apenas a empresa iFood tematizou essa questão em cinco publicações diferentes. Para esse problema, foi sugerido como solução que o trabalhador aprimorasse suas táticas de economia doméstica. Isso implicaria diminuir gastos com contas mensais, além de formas de otimizar o uso do crédito e empréstimo para essas despesas.

O segundo problema mencionado nos textos referia-se ao incremento da renda. É verdade que nenhuma das empresas explicita que haja um problema quanto à remuneração ofertada por elas, mas tanto o iFood como a Rappi publicaram textos relativos a esse tema. Em comum, ambas orientam os entregadores a: 1) usarem as promoções, campanhas específicas e bônus ofertados pelas plataformas em determinados dias e horários ou quando determinada meta é cumprida, situações em que o preço das entregas é elevado; 2) otimizarem o processo de entregas, como em uma mesma rota entregar diversos pedidos ou permanecer sempre ativo para receber novos pedidos; e 3) economizarem com o veículo, comprando peças mais baratas, possivelmente utilizando bicicletas ao invés de motos, ser cuidadoso ao usá-lo no dia a dia, entre outros.

Mesmo que de maneira dissimulada e indireta, por ser abordado uma única vez e de maneira implícita pela iFood, aparece uma terceira unidade, a do problema quanto à formalização do trabalho. Esse problema pode ser inferido a partir da publicação em que a iFood apresenta informações sobre o programa de Microempreendedor Individual. Essa é a única vez, dentre os textos analisados das três plataformas, que se fala sobre questões relativas aos direitos trabalhistas.

Saúde e Segurança no Trabalho

Nessa unidade, estão reunidos os conteúdos das postagens dos *sites* que tratavam de questões relativas à saúde dos entregadores, seja em aspectos restritos ao contexto do trabalho, seja de maneira genérica.

O primeiro dos problemas que é destacado pelas três plataformas refere-se às possibilidades de riscos de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. Logo, todas elas veicularam mensagens relacionadas à prevenção e como proceder em casos de acidentes de trânsito, reconhecendo como um problema típico dessa modalidade de trabalho, com casos recorrentes de acidentes. Em específico, elas elencam questões relacionadas a: limite de velocidade, segurança no trânsito, postura na moto, cuidados na temporada de pipas e riscos da exposição à poluição da cidade, como exemplificado em: “Quando você ultrapassa o limite de trânsito, você coloca em risco a sua vida e a dos outros.” (Rappi, Motociclistas - Atenção no Trânsito!).⁴

Elas também evidenciam, ainda dentro desse problema, acidentes devido à falta de uso de equipamentos para o ciclismo, tendo como solução a compra de óculos, capacetes e luvas a fim de evitar “que você fique no prejuízo por ter que interromper o seu trampo ou até se machuque” (iFood, Óculos para ciclistas na cidade: quais marcas, valores e os melhores). Com relação ao limite de velocidade, as plataformas apostam na orientação aos motoristas para que se mantenham dentro do limite de velocidade, prestando bastante atenção ao redor, respeitando as regras e a pista. Também identificamos que as plataformas se propõem a discutir adoecimentos que não estão diretamente ligados ao trabalho com entregas. Nesse ponto, há materiais relativos ao câncer de próstata e doenças transmitidas por vias aéreas (como gripes e viroses). As recomendações versam sobre o autocuidado, visita periódica a médico e boa alimentação.

O segundo problema elencado pelas empresas-plataforma são os relativos à pandemia da Covid-19. Elas especificam: a possibilidade de contágio com o vírus, a falta de distribuição de kits (com máscara e álcool em gel) em algumas cidades, o *lockdown* e a não utilização de máscaras. Como soluções para tais problemas, aparecem a conscientização, a atenção aos sintomas básicos e cuidados para que eles não apareçam, além do uso contínuo de

⁴ Os trechos dos textos citados são identificados pelo nome da empresa e o título da matéria correspondente.

máscara; distribuição de álcool em gel por parte das empresas; bem como o uso do aplicativo e de materiais que identifiquem a vinculação com a empresa-plataforma, para garantir o trabalho como serviço essencial durante o *lockdown*. Uma solução implantada por mais de uma das plataformas foi a possibilidade de mudança no procedimento de entrega. Em suma, as três empresas implantaram o sistema de entrega sem contato, no qual entregador e cliente não se aproximariam para o recebimento da mercadoria. Esse serviço era escolha do cliente.

Com relação à conciliação entre trabalho e vida pessoal e o excesso de horas trabalhadas, temos como problemática a divisão de momentos entre trabalho e lazer, as consequências psicológicas que o excesso de horas trabalhadas pode causar, além de mostrar o quão prejudicial pode ser levar estresse para casa. Esse foi um problema abordado apenas pelo iFood e pode ser exemplificado em: “Não leve o estresse para casa. [...] A menos que a ideia seja conversar para desabafar, evite levar os problemas da rua para dentro de casa ou descontar frustrações em seus familiares” (iFood, Dicas de saúde e bem-estar para toda a sua família).

Dentre as diversas soluções apresentadas, todas passaram pelo trabalhador realizar uma melhor gestão do seu tempo de vida, sugerindo o “uso da sabedoria”, passar mais tempo com a família, evitar o excesso de tarefas, não levar o trabalho para os momentos de lazer e “usar os períodos de movimento fraco pra descansar, aproveitar a companhia da família ou fazer outras tarefas” (iFood, Trabalho e lazer: saiba como conciliar sua vida profissional com a pessoal).

Por fim, há menção ao problema de como acessar os serviços de saúde no caso de acidentes, adoecimentos ou acompanhamentos corriqueiros, abordado pelo iFood e Rappi. Como solução, essas plataformas apresentam programas de parceria com instituições privadas, possibilitando que o entregador tenha descontos em seguros, planos de saúde ou consultas médicas.

Logística

Um terceiro grupo de questões levantadas nos *sites* das três empresas analisadas foi quanto à logística de entrega. No caso de problemas relativos ao processo de entrega, iFood, Uber Eats e Rappi publicaram matérias tratando de situações como dificuldade de contato com o cliente que solicitou a mercadoria, extravio de mercadoria e cobranças indevidas e a

geração de dívidas (a serem pagas pelos entregadores) pela não entrega de pedidos. As soluções indicadas para esse conjunto de problemas se referiam a recomendações de protocolos que deveriam ser adotados pelo entregador, a implantação de sistema de codificação de mercadoria para oferecer maior segurança na entrega e, em último caso, o contato com o aplicativo por meio do atendimento virtual.

O segundo problema que compõe esse eixo é relacionado ao acesso ao aplicativo da empresa, tendo sido tematizado pelo iFood e Rappi. Segundo as informações presentes nos *sites* dos aplicativos, alguns fatos que podem contribuir para que a conta seja desativada são: redefinição de senha pendente, localização desativada, baixa conexão de internet, uso de outros aplicativos perigosos que violem a segurança de dados, grande número de entregas rejeitadas, relógio desajustado, acidentes pessoais, áreas de risco, ou pedido finalizado antes de a entrega estar com o cliente. Para esses casos, ofereceram-se dois tipos de resoluções: correções no aparelho utilizado para acessar a conta (atualizar a senha, reiniciar os dados móveis, desinstalar aplicativos que coloquem a segurança do usuário em risco) ou contato direto com o suporte virtual oferecido pela empresa-aplicativo. Esse último, nas três empresas analisadas, possui níveis quanto ao suporte: o primeiro deles seriam centrais que reúnem dúvidas frequentemente sinalizadas pelos entregadores e oferecem um compilado de respostas sobre o que pode ser feito; o segundo seriam publicações, nas quais os entregadores compartilham soluções criativas para problemas do dia a dia; a terceira, sendo a última opção quando todas essas são esgotadas, é o atendimento individual. Em todos esses casos as modalidades de prestação de auxílio são remotas.

Por fim, o terceiro problema destacado pelas plataformas (em específico iFood e Uber Eats) é quanto ao desrespeito às normas, fato que implicaria diretamente no desligamento do entregador da empresa. Para isso, elas recomendam a atenção ao Código de Conduta da empresa, bem como o Termo de Condições de Uso para evitar fraudes e mau uso da plataforma.

Equipamentos

No último conjunto de questões levantadas pelas empresas, são englobados problemas quanto à manutenção e aquisição de equipamentos. Nesse caso, iFood e Rappi fizeram postagens acerca desse assunto.

Quanto ao primeiro tipo de problemas (manutenção dos equipamentos) os *sites* elencam questões corriqueiras do cotidiano de motoentregadores relacionadas ao desgaste ou defeito de peças veiculares; aponta os possíveis custos para fazer a reposição, bem como fatores que podem reduzir a vida útil desses componentes. Além disso, são dadas orientações, no segundo tipo de problema, para a aquisição de bicicletas (caso específico de *bike* entregadores) e outros itens essenciais para iniciar o trabalho, como mochilas e cartão para compras em supermercado (especificidade da Rappi). Também reconhecem, em tom de suposta empatia, o elevado gasto com o qual os trabalhadores terão de arcar, ao mesmo tempo que fazem algumas advertências, atribuindo ao descuido deles o aumento dos custos diários.

Exemplos disso são os trechos em que se afirma: “sabemos que manter a moto brilhando tem um custo” (Rappi, Entregador de Moto: Entenda como faturar mais no Rappi!) e “sabemos que o custo de manter um carro é alto” (Rappi, Entregador de carro: Entenda como faturar mais no Rappi!). Importante salientar que a responsabilização pela ocorrência desses problemas é atribuída aos próprios entregadores, conforme podemos observar a seguir: “além do alternador e das baterias de baixa qualidade, que rapidamente perdem a capacidade de fornecer energia para a moto, grande parte dos problemas elétricos acontecem pelo uso errado da moto” (iFood, Manutenção de bateria e cabos da moto: veja como funciona).

Como soluções, apontam para o problema de manutenção dos equipamentos: revisão e manutenção preventiva da moto, caso em que são dadas recomendações quanto ao que fazer no caso de quebra de equipamentos; e dicas para evitar quebra: ida a um mecânico especializado quando ocorrerem maiores problemas ou mesmo para fazer checagem; ter um kit de ferramentas e de reparos rápidos; fazer pequenos reparos por conta própria e manter verificações diárias (calibragem de pneus, lubrificação regular, ajustar folga de cabos, troca de óleo etc.). O *site* fornece orientações detalhadas sobre como realizar alguns desses procedimentos. No caso da Rappi, eles anunciam possuir parcerias com lojas específicas para obtenção de descontos na troca de óleo.

Quanto ao segundo problema, aquisição de equipamentos básicos para o trabalho com entregas, as soluções giram em torno de orientar o entregador para a compra da moto, bicicleta ou *bag*. Assim, são feitas alertas contra golpes que envolvem a aquisição de veículos, indica-se qual modelo se adequa melhor a esse tipo de atividade e quais critérios devem estar presentes na escolha. No caso de bicicletas, oferta-se a possibilidade de planos exclusivos de aluguel. Para as *bags*, promete-se a realização de eventos nos quais estas possam ser compradas ou dão instruções sobre como adquiri-las por outros meios.

Mesmo quando há distribuição gratuita, esta não ocorre para todos os trabalhadores. Apenas alguns são selecionados para tanto e há requisitos que devem ser cumpridos. O trecho seguinte explicita essa questão: “O iFood realiza a distribuição de jaquetas, *bags* e outros produtos customizados em eventos especiais. Esses eventos acontecem mais de uma vez por ano, e envolvem alguns entregadores convidados da plataforma” (iFood, Como conseguir o Kit iFood?).

Discussões

A partir dos dados apresentados na seção passada, pudemos chegar a três conclusões gerais sobre o modo como a ideologia do trabalho se articula no discurso das empresas-plataforma de entrega de mercadoria no Brasil. Elas são apresentadas na sequência.

Ideologia do autogerenciamento subordinado

Ao analisar o discurso das empresas-plataforma, é notório que, de uma forma geral, abordam temas pertinentes e concretos da categoria. Notadamente os problemas ligados aos dois primeiros eixos (questões financeiras e de saúde e segurança no trabalho) foram pautas das reivindicações dos entregadores, principalmente em 2020 (Mendonça Coelho *et al.*, 2021). Além disso, os outros dois problemas tratados – logística e equipamento – também abordam questões diretamente relacionadas ao dia a dia de trabalho dos entregadores. Logo, as empresas-plataforma buscam apresentar um discurso em torno de problemas concretos vividos por esses trabalhadores.

Com isso, elas abordam os problemas parciais desdobrados do conflito central de uso da força de trabalho no processo de uberização. Esse é o ponto de partida pelo qual um discurso pode assumir o caráter ideológico, já que, potencialmente, esses sujeitos estão envolvidos diretamente com tais problemas e buscando formas de como superá-los (Coelho-Lima *et al.*, 2021; Lukács, 2013; Mészáros, 2008, 2012).

Para tais problemas, as empresas-plataforma apresentam um conjunto de recomendações sobre *o que fazer*. Essa unanimidade é centrada na responsabilização/culpabilização dos entregadores e desresponsabilização das plataformas. Isso foi constatado em todas as unidades de análise das três empresas-plataforma analisadas. As exceções são os pares “incremento financeiro – PROMOÇÕES, campanhas e bônus”, “aquisição - distribuição gratuita”, “pandemia Covid-19 - distribuição de álcool em gel”, nos quais as empresas-plataforma informam sobre mecanismo ou distribuição de materiais sob responsabilidade delas.

Em todas as categorias – financeiro, saúde, logística e equipamentos – percebe-se um enaltecimento a uma suposta autonomia dos entregadores. Ao mesmo tempo, ora de forma implícita ora explícita, transmite a mensagem de que eles, trabalhadores, são incapazes de usufruir dessa liberdade, seja por falta de instrução, de controle de seus impulsos, por preguiça ou negligência. Nessa lógica, o papel das empresas-plataforma seria o de parceira fornecedora de informações para que os trabalhadores solucionem seus problemas cotidianos.

Chama atenção que esse discurso, no caso dos problemas financeiros, ignora que as empresas-plataforma são as responsáveis diretas pela remuneração dos entregadores, sugerindo que uma melhoria na gestão da renda que recebem ou a adoção de estratégias de complementação seriam suficientes. Exemplos disso são as recomendações que aparecem em quase todas as soluções apresentadas ao problema de “incremento de remuneração” (otimização da rotina de entregas, gorjetas, economia no veículo utilizado e investimento no mercado financeiro).

Igualmente, no caso das questões relacionadas à saúde, esse discurso resgata a noção de “ato inseguro” (Silva, 2019), responsabilizando os trabalhadores por seus próprios adoecimentos e acidentes, não as condições em que a sua atividade laboral ocorre. Todas as soluções para o problema de adoecimentos e acidentes são relacionadas ao papel do trabalhador no

agravamento do que sofre, já que as saídas são focadas nas “orientações à prevenção de riscos”, recomendação de “uso de equipamento adequado” e no “respeito às normas de trânsito”.

Essas análises corroboram a tese defendida por Abílio (2019, 2020, 2021) de que o processo operante no interior da uberização é autogerenciamento subordinado dos trabalhadores. Logo, a partir desta pesquisa, podemos acrescentar que, para a consolidação desse processo, as empresas-plataforma têm construído um discurso com intenções ideológicas que sustentam essas práticas. Como apresentado, tal discurso é baseado na responsabilização do trabalhador pela resolução dos problemas cotidianos, na localização das empresas como uma parceira fornecedora de informações, dicas e recomendações para aprimorar esse autogerenciamento e que tal autogerenciamento extrapola os limites do dia a dia de trabalho e passa por prescrições para diversas outras áreas de vida.

Vale acrescentar que tais orientações não são despretensiosas: elas resguardam o propósito de garantir que as ações adotadas pelos trabalhadores reproduzam os objetivos das empresas-plataforma e que se estabeleça um controle de narrativa acerca da origem dos problemas e a direção das responsabilizações nesse processo. Logo, podemos localizar essa ideologia do trabalho aqui identificada como a ideologia do autogerenciamento.

Diferença entre ideologias destinadas aos trabalhadores no mundo

Como apresentado no tópico anterior, os discursos das empresas-plataforma aqui analisados tendem, unidirecionalmente, a construir uma ideologia do trabalho específica: a do autogerenciamento subordinado. Esse quadro difere do que a literatura tem apontado até então.

Nas origens desses empreendimentos, havia a concatenação de dois discursos: o do empreendedorismo (ou, mais precisamente, o da autonomia do trabalho) e da economia compartilhada (Slee, 2017). Em específico, nos países do Norte, outras pesquisas já constataram a presença de ambos os discursos tanto orientados para os consumidores, como para os trabalhadores das empresas-plataforma (Karatzogianni; Matthews, 2020). Na América Latina, em específico no Brasil, Grohmann *et al.*, (2021) também identificaram a presença de ambos os discursos nas propagandas das empresas-plataformas.

Contudo, o que encontramos analisando o conteúdo destinado diretamente aos entregadores das três plataformas, é a exclusividade do discurso do autogerenciamento. Dentro deste, por sua vez, um grande destaque para os textos referentes a questões financeiras.

Com isso, podemos chegar à conclusão, a partir da análise do caso brasileiro, de que há indícios de diferenças na estratégia ideológica utilizada pelas empresas-plataforma para cooptação de trabalhadores nos países centrais e periféricos. Enquanto nos primeiros ainda figuram componentes relacionados a uma conscientização social, nos segundos, a busca pela autonomia e renda são elementos centrais.

Essa diferença pode ser explicada por dois determinantes intimamente ligados. O primeiro é quanto às condições de vida da classe trabalhadora nas duas regiões. Ainda que ambas estejam submetidas à lógica de exploração do trabalho, nos países de capitalismo periférico esse processo é intensificado na forma de superexploração. Uma de suas consequências é a pobreza crônica que a classe trabalhadora brasileira vive histórica e estruturalmente (Marini, 2000). Assim, enquanto para os trabalhadores no norte do mundo ainda é necessário acrescentar mais um componente ideológico, voltado à suposta transformação social, para operar o convencimento dessas camadas, nos países periféricos, a promessa de complementação de renda aparece como decisiva para esse processo.

Um segundo determinante é quanto à parcela da classe trabalhadora nos países periféricos que fornece a força de trabalho para essas empresas-plataformas. Como constatado por Abílio (2019), são os jovens negros e pobres que são cooptados por essa forma de trabalho. Esses são parte da massa marginal (González, 2020), produto do modo como o capitalismo foi organizado no Brasil, sendo uma parcela de trabalhadores que nem está em empregos formais, nem pode pleiteá-los enquanto exército de reserva. Esses, historicamente, estão nas piores condições socioeconômicas e são os que ocupam os trabalhos informais ou por conta própria. Assim, a ideologia do autogerenciamento com foco nos ganhos financeiros, ao mesmo tempo reforça a forma de trabalho à qual essa parcela está integrada anteriormente (no trabalho informal) e se vale da condição de vulnerabilidade econômica para atrair esses trabalhadores nos países periféricos.

Binômio “problema-solução”

Uma das hipóteses adotadas neste estudo foi de caráter teórico-metodológico. Assumimos que a unidade de análise “problema-solução” poderia ser um dos caminhos de apreensão da forma como a ideologia se operacionaliza nos discursos cotidianos.

Como apresentado no tópico Resultados, a partir dessa chave analítica foi possível identificar diversos elementos que apontam na direção de qual ideologia do trabalho autogerenciado está presente no discurso das empresas-aplicativo. Contudo, algumas caracterizações são necessárias.

A primeira delas é que esse tipo de análise pressupõe uma análise do subtexto (Vygotsky, 2009). Isto é, apreender elementos que condicionam o discurso, mas que não estão explicitamente postos para quem o acessa. Logo, nesta pesquisa, explicitamente as empresas elencaram “soluções” na forma de recomendações gravitando em torno das quatro questões identificadas. Contudo, em alguns casos, estava implícito a qual “problema” tais recomendações se dirigiam. Mais especificamente, não eram diretamente tematizados os problemas relativos a incremento de remuneração, formalização do trabalho, adoecimentos e acidentes, e acesso à saúde. Mesmo nos casos em que os problemas eram apresentados diretamente, não havia uma determinação da origem dessas questões. Dessa forma, o foco do discurso das empresas-plataforma eram as recomendações e não os problemas vivenciados pelos trabalhadores.

Se, à primeira vista, esse recurso à análise de elementos implícitos poderia colocar em xeque a validade do método utilizado, por outro, o que conseguimos concluir é que há uma justificativa para esses problemas não serem tematizados explicitamente. Como apontado no primeiro tópico desta seção, não abordar diretamente determinados problemas (como as questões financeiras e de saúde e segurança no trabalho) permite que seja pouco desenvolvida a causa desses problemas. Trabalhando ainda nessa dimensão implícita, mantém-se velada a causalidade bem como a responsabilidade sobre o problema. O que garante, como já demonstrado, a desoneração das obrigações das empresas e a responsabilização do trabalhador.

Ainda do ponto de vista metodológico, o uso dessa unidade de análise permitiu a síntese de boa parte do material coletado nos *sites*, indicando que, em alguma medida, as próprias empresas já possuíam a compreensão de como

direcionar o discurso para os seus trabalhadores. Em específico, ao adotarem um discurso propositivo e acrítico, as empresas-plataforma tentam produzir uma consciência prática (Mészáros, 2008, 2012) que caracteriza uma ideologia.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar a ideologia do trabalho autogerenciado presente no discurso produzido pelas principais empresas-plataforma de entrega de mercadorias do Brasil. A partir da investigação realizada, chegamos à conclusão de que essa ideologia é a do autogerenciamento subordinado; de que a sua exclusividade como tática de cooptação dos trabalhadores tende a ser específica dos países periféricos, como o Brasil; e de que a unidade de análise “problema-solução” pode ser um caminho de investigação sobre a ideologia nos discursos cotidianos.

Uma das lições a partir desses achados é quanto às possibilidades de construção dessa ideologia elaborada pelos trabalhadores que responda aos anseios da sua própria classe. Ou seja, a elaboração de uma ideologia *para si*. Como contraponto à ideologia do trabalho das empresas-plataforma, são necessários ao menos dois movimentos. Um, o de incorporar na ideologia dos trabalhadores o caráter crítico sobre os problemas que enfrentam. O estabelecimento das causalidades e responsabilidades pelas questões que enfrentam no dia a dia é o ponto de partida para o reposicionamento sobre o *que fazer*. O segundo, semelhante ao postulado na ideologia das empresas-plataforma, é estabelecer orientações e propostas de como superar essas situações, tendo em vista as reais determinações desses problemas.

A universidade pode cumprir um papel, na medida em que, compromissada com a construção de uma sociedade justa e humana, colabora com essa categoria de trabalhadores para tais elaborações teóricas e práticas. Contudo, tais embates ideológicos e respostas a esses discursos de responsabilização e culpabilização proferidos pelas empresas-plataforma não se responderão apenas no âmbito acadêmico. Elas ocorrerão de forma fecunda, sobretudo, a partir das experiências concretas de organização coletiva desses trabalhadores tal como observamos no Breque dos Apps, Apagão dos Apps, entre outras em que se estabeleceu o protagonismo dos próprios trabalhadores.

Referências

- Abílio, Ludmila C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18 (3), 41-51.
- Abílio, Ludmila C. (2020). Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. Em: Ricardo Antunes. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 111-124). Boitempo.
- Abílio, Ludmila C. (2021). Uberização: informalização e o trabalhador *just-in-time*. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00314146. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00314>
- Abílio, Ludmila C., Almeida, Paula F. de, Amorim, Henrique, Cardoso, Ana Cláudia M., Fonseca, Vanessa P. da, Kalil, Renan B., & Machado, Sidnei. (2020). *Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19*. (Relatório Parcial de Pesquisa). REMIR. https://drive.google.com/file/d/1KCFsMU7Z7_sfB3w_5sJSWlG2aztjl7J8/view
- Abílio, Ludmila C., Amorim, Henrique, & Grohmann, Rafael. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23 (57), 26-56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Alves, Giovanni. (2022). *O triunfo da manipulação. Lukács e o século XXI*. (1ª ed.). Editorial Praxis.
- Anthony, P.D. (2014). *The ideology of work*. Routledge.
- Antunes, Ricardo. (2020). Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. Em: Ricardo Antunes. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp.11-22). Boitempo.
- Biondi, Pablo. (2017). “Não fale em crise, trabalhe”: sobre a ideologia do trabalho. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 3 (4), 90-110, 2017.
- Braverman, Harry. (1987). *Trabalho e capital monopolista*. Guanabara.
- Boltanski, Luc, & Chiapello, Ève. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes.
- Coelho-Lima, Fellipe. (2021). La ideología del trabajo en el capitalismo de plataformas. Em: Carlos P. Caverro & Luis T. Arce. (org.). *Mundo del trabajo y las organizaciones en transformación: desafíos sociales, políticos y éticos* (pp. 415-436). Aletheya.
- Coelho-Lima, Fellipe. (2018). Ideologia em Lukács. Em: Isabel F. Oliveira *et al.* (Org.). *Marx Hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 153-181). Expressão Popular.

- Coelho-Lima, Fellipe, Bendassolli, Pedro F. (2018). A ideologia e o significado do trabalho para trabalhadores por conta própria. *Estudos de Psicologia*, 23 (3), 259-270, 2018.
- Coelho-Lima, Fellipe, Varela, Vitor, & Bendassolli, Pedro F. (2021). Ideology, sense, and meaning: A theoretical-methodological approach. *Culture & Psychology*, 27 (1), 152-171.
- Costa, Márcia da S. (2010). Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, 23 (58), 171-190.
- Dias, Vanessa T. (2020). Breque dos apps pelo direito de resistir. *Revista Debate Econômico*, 8 (2), 34-39.
- Eagleton, Thomas. (2019). *Ideologia*. Boitempo.
- Felländer, Anna, Ingram, Claire, & Teigland, Robin. (2015). *The sharing economy: embracing change with caution*. Entreprenörskapsforum.
- Ferraz, Deise Luiza S., Moura-Paula, Marcos, Biondini, Bárbara K. F., & Moraes, Aliene F. G. de. (2017). Ideologia, subjetividade e afetividade nas relações de trabalho: análise do filme “Que horas ela volta?”. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 4 (1), 252-278.
- Filgueiras, Vitor, & Antunes, Ricardo. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Em: Ricardo Antunes (Org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 59-78). Boitempo.
- Franco, David S., & Ferraz, Deise Luiza S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape.BR*, 17, 844-856.
- Godoi, Eduarda B., Biajoli, Maria Izabela, & Lima, Thiagp. (2021). A uberização do trabalho: uma análise marxista do impacto das transnacionais de aplicativos no Brasil. *Fronteira*, 20 (39), 125-145.
- Góes, Geraldo, Firmino, Antony, & Martins, Felipe. (7 out. 2021). *A Gig Economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte*. Carta de Conjuntura 53. Nota de Conjuntura 5. IPEA.
- González. Lélia. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- Gramsci, Antonio. (2023). *Americanismo e fordismo*. Hedra.
- Griesbach, Kathleen, Reich, Adam, Elliott-Negri, Luke, Milkan, Ruth. (2019) Algorithmic control in platform food delivery work. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 5. <https://doi.org/10.1177/2378023119870041>.
- Grohmann, Rafael, Nonato, Claudia, Marques, Ana Flavia, & Camargo, Camila A. (2021). As estratégias de comunicação das plataformas de trabalho: circulação de sentidos nas mídias sociais das empresas no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, 39, 17-37.

- Harvey, David. (2017). *17 contradições e o fim do capitalismo*. Trad. Rogério Bettoni. Boitempo.
- Heloani, José Roberto M. (2003). *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. Editora Atlas S.A.
- Karatzogianni, Athina, & Matthews, Jacob. (2020). Platform ideologies: ideological production in Digital Intermediation Platforms and structural effectivity in the “sharing economy”. *Telev New Media*, 21 (1), 95-114.
- Levy, Clarissa. (4 abr. 2022) A máquina oculta de propaganda do iFood. *Agência Pública*. <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>
- Lima, Jacob Carlos, & Bridi, Maria Aparecida. (2019). Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno CRH*, 32 (86), 325-341.
- Löwy, Michael. (1992). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. Editora Cortez.
- Lukács, György. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo.
- Malaguti, Manoel Luís. (2001). *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. Boitempo.
- Mañas, Christian Marcello. (2002). As influências ideológicas do trabalho e as perspectivas para o século XXI. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, 37, 95-101.
- Marx, Karl. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo.
- Marx, Karl. (2015). *O Capital: crítica da economia política*. (Livro 1: O processo de produção do capital). Boitempo.
- Marini, Ruy Mauro. (2000). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Vozes.
- Mendonça Coelho, Bruna da P., Jesus, Ana Beatriz B., & Silva, Maria Eugênia P. S. (2021). A luta coletiva dos entregadores latino-americanos contra a pandemia do capitalismo-movimentos grevistas em tempos de Covid-19. *Marlas-Middle Atlantic Review of Latin American Studies*, 4 (3), 31-48. <https://doi.org/10.23870/marlas.331>
- Mészáros, Istvan. (2008). *Filosofia, ideologia e ciência social*. Trad. Estér Vaisman. Boitempo.
- Mészáros, Istvan. (2012). *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Castanheira. Boitempo.

- Malik, Rasdoslaw, Visvizi, Anna, & Skrzek-Lubasinska, Malgorzata. (2021). The gig economy: Current issues, the debate, and the new avenues of research. *Sustainability*, 13 (9), 1-20. <https://doi.org/10.3390/su13095023>
- Ranieri, Jesus, & Silva, Nara Roberta M. (2011). A ideologia e sua fundamentação no trabalho. *Perspectivas*, 39, 179-195.
- Riveira, Carolina. (21 jun. 2020). iFood, Rappi, Ubereats: qual é o delivery mais bem-visto pelos clientes? *Exame*. <https://exame.com/pme/ifood-rappi-ubereats-preferido-consumidor/>
- Sabino, André M., & Abílio, Ludmila C. (2019). Uberização: o Empreendedorismo como novo nome para a exploração. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 2 (2), 109-135.
- Slee, Tom. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. Elefante.
- Silva, Ana Beatriz R. B. (2019). Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Paco Editorial.
- Silva, Nara Roberta. (2015). Sobre a dinâmica da ideologia à luz da interpretação lukácsiana. *Mediações*, 20 (1), 338-358.
- Sundararajan, Arun. (2016). *The sharing economy: the end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. MIT Press.
- Srnicek, Nick. (2017) *Platform capitalism*. Polity Press.
- Vygotsky, Lev S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. Martins Fontes.
- Weber, Max. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Companhia das Letras.
- Wood, Alex J., Graham, Mark, Lehdonvirta, Vili, & Hjorth, Isis. (2019). Good gig, bad gig: Autonomy and algorithmic control in the global gig economy. *Work Employment & Society*, 33 (1), 56-75.
- Woodcock, Jamie. (2020). O panóptico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. *Em: Ricardo Antunes (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 23-46). Boitempo.

Recebido: 9 jun. 2023.

Aceito: 15 jan. 2024.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

O que resta da subjetividade: sono, depressão e outras “resistências passivas” à subjetivação capitalista

What’s left of subjectivity: sleep, depression and other
“passive resistances” to capitalist subjectivation

Lo que queda de la subjetividad: sueño, depresión y
otras “resistencias pasivas” a la subjetivación capitalista

Gabriel Peters* 

RESUMO

Diversas perspectivas teóricas sustentam que a lógica sistêmica do capitalismo contemporâneo depende, no seu funcionamento cotidiano, de formas particulares de subjetividade. Da indústria midiática de conteúdo “motivacional” até o recurso a psicofármacos como instrumentos de otimização da própria conduta, são múltiplos os “dispositivos” mediante os quais os indivíduos buscam corresponder aos modelos de individualidade requeridos pelo capitalismo atual. A linguagem foucaultiana da “produção de subjetividades”, cujos méritos analíticos despontam em variados estudos sobre a “governamentalidade” neoliberal, tem razão em sublinhar o grau em que os modos de agir, pensar e sentir das subjetividades individuais são moldados por aqueles dispositivos na contemporaneidade. Por outro lado, fenômenos como o sono, o *doping* e a inação depressiva mostram que aqueles dispositivos subjetivantes encontram “protestos” orgânico-psíquicos e “resistências passivas” na própria subjetividade que procuram moldar. Mapeando tais dinâmicas conflitivas entre dispositivos e resistências, o artigo percorre quatro eixos argumentativos, cada um dos quais privilegiando uma contribuição autoral particular: as reflexões de Alain Ehrenberg sobre o recurso a drogas de alteração do estado de consciência como instrumentos de otimização do desempenho na “sociedade do *doping*”; as cogitações de Jonathan Crary sobre o sono como obstáculo à colonização completa da subjetividade pelo imaginário capitalista da atividade ininterrupta; a interpretação

* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). gabrielpeters@hotmail.com

sistêmica e política da depressão como efeito estrutural do “realismo capitalista” formulada pelo crítico cultural Mark Fisher; e, finalmente, a análise da psicopatologia como “protesto” levada a efeito pela filósofa feminista Susan Bordo, central para a apreensão da ambiguidade inerente às “resistências passivas” discutidas no trabalho.

Palavras-chave: capitalismo, subjetividade, sono, *doping*, depressão.

ABSTRACT

As authors of different theoretical persuasions have argued, the systemic logic of contemporary capitalism is dependent upon particular forms of “subjectivity” or “individuality”. From the media industry of “motivational” content to the use of drugs as instruments for enhancing one’s competences, there is a variety of social “dispositifs of subjectivation” (Foucault) through which individuals attempt to correspond to the models of individuality which are required and valued by capitalism nowadays. On the one hand, a Foucauldian language of “subjectivation” and the “production” of subjectivities is right in underscoring the degree to which the ways of acting, thinking and feeling of individual subjectivities are shaped by those dispositifs. On the other hand, an analysis of phenomena such as sleep (as interpreted by Jonathan Crary), the resort to doping (as interpreted by Alain Ehrenberg) and depression (as interpreted by Mark Fisher) show that those dispositifs of subjectivation encounter organic-psychic “protests” and “passive resistances” in the very subjectivity they attempt to shape. Mapping such conflictual dynamics between dispositifs and resistances, the article covers four argumentative axes, each one privileging a particular authorial contribution: Alain Ehrenberg’s reflections on the resort to consciousness altering drugs as instruments for enhancement of one’s performance in the “doping society”; Jonathan Crary’s cogitations on sleep as an obstacle to the complete colonization of subjectivity by the capitalist imaginary of endless activity; the systemic and political interpretation of depression as a structural effect of “capitalist realism” formulated by the cultural critic Mark Fisher; and, finally, the analysis of psychopathology as “protest” undertaken by the feminist philosopher Susan Bordo, which is central for apprehending the ambiguity that is inherent to the “passive resistances” discussed in the paper.

Keywords: capitalism, subjectivity, sleep, doping, depression.

RESUMEN

Varias perspectivas teóricas sostienen que la lógica sistémica del capitalismo contemporáneo depende, en su funcionamiento cotidiano, de formas particulares de subjetividad. Desde la industria mediática de contenidos “motivacionales” hasta el uso de psicofármacos como instrumentos para optimizar la propia conducta, existen múltiples “dispositivos” a través de los cuales los individuos buscan corresponder a los modelos de individualidad que exige el capitalismo actual. El lenguaje de Foucault sobre la “producción de subjetividades”, cuyos méritos analíticos emergen en varios estudios sobre la “gubernamentalidad” neoliberal, tiene razón al resaltar el grado

en que las formas de actuar, pensar y sentir de las subjetividades individuales están moldeadas por esos dispositivos en la contemporaneidad. Por otro lado, fenómenos como el sueño, el dopaje y la inacción depresiva muestran que esos dispositivos subjetivadores encuentran “protestas” orgánico-psíquicas y “resistencias pasivas” en la propia subjetividad que buscan moldear. Al mapear estas dinámicas conflictivas entre dispositivos y resistencia, el artículo cubre cuatro ejes argumentativos, cada uno de los cuales privilegia una contribución de una determinada autoría: las reflexiones de Alain Ehrenberg sobre el uso de drogas para alterar el estado de conciencia como instrumentos para optimizar el desempeño en la “sociedad del dopaje”; los pensamientos de Jonathan Crary sobre el sueño como obstáculo a la colonización completa de la subjetividad por el imaginario capitalista de actividad ininterrumpida; la interpretación sistémica y política de la depresión como un efecto estructural del “realismo capitalista” formulada por el crítico cultural Mark Fisher; y, finalmente, el análisis de la psicopatología como “protesta” realizado por la filósofa feminista Susan Bordo, central para comprender la ambigüedad inherente a la “resistencia pasiva” discutida en la obra.

Palabras clave: capitalismo, subjetividad, sueño, dopaje, depresión.

Introdução¹

Diversas perspectivas convergem na tese de que a lógica sistêmica do capitalismo contemporâneo depende, no seu funcionamento cotidiano, de formas particulares de “subjetividade” ou “individualidade”. Da indústria de mensagens motivacionais até o recurso a psicofármacos como instrumentos de otimização da própria conduta, são muitos e múltiplos os “dispositivos” (Foucault, 1988, p. 73) mediante os quais os indivíduos buscam corresponder aos modelos de individualidade requeridos e valorizados pelo capitalismo atual. Por um lado, a linguagem foucaultiana da “subjetivação” e da “produção” de subjetividades (1977, p. 218), cujos méritos analíticos despontam em variados estudos sobre a “governamentalidade” neoliberal (Foucault, 2008; Rose, 1999), tem razão em sublinhar o grau em que os modos de agir, pensar e sentir das subjetividades individuais são moldados por aqueles dispositivos na contemporaneidade. Por outro lado, uma análise de fenômenos como o sono, o recurso ao *doping* e a inação depressiva mostram, *a contrario*, que aqueles dispositivos subjetivantes encontram “resistências passivas” na própria subjetividade que procuram moldar.

Como um mapeamento exploratório das dinâmicas conflitivas entre a subjetivação capitalista e suas resistências passivas na subjetividade individual, o artigo possui quatro partes. Primeiramente, analiso as reflexões de Alain Ehrenberg sobre o recurso a drogas voltadas à otimização das próprias competências em realidades competitivas. Em segundo lugar, visito a discussão de Jonathan Crary sobre o obstáculo que a “inutilidade” do tempo de sono individual, exigência orgânica (ainda) incontornável, representa para um capitalismo alimentado pelo imaginário da atividade ininterrupta. Em seguida, passo à leitura sistêmica e política da depressão proposta pelo crítico cultural Mark Fisher, discutindo as ambivalências inerentes à sugestão de que a depressão teria (ou deveria ter) um *status* ético-político. Nas partes conclusivas do artigo, tal discussão é entrecruzada às reflexões da filósofa Susan Bordo acerca de sofrimentos psicopatológicos como formas de “protesto”.

¹ Agradeço a Bruna Della Torre, Diogo Silva Corrêa, Kadma Marques e Maria Luiza Rebêlo pelas instigantes conversas acerca de diversos temas discutidos neste artigo.

As recalitrâncias ineficazes do corpo natural: Alain Ehrenberg e a sociedade do *doping*

As tendências individualizantes da modernidade tardia (Bauman, 2001) não abrigam somente uma faceta “destrutiva”, como o desmonte do estado de bem-estar e a flexibilização do trabalho, mas também uma faceta “afirmativa”: as diversas ideologias e dispositivos que as sociedades moderno-tardias oferecem, ainda que de maneiras marcadamente desiguais, aos indivíduos investidos na construção de si em resposta às suas condições históricas de existência. Combinar os vocabulários da “ideologia” e do “dispositivo” é um modo de salientar a diversidade de roupagens fenomênicas de que se revestem os suportes sociais da autorrealização individual, os quais misturam o *ideacional* ou *representacional* (p.ex., um imaginário empreendedorista reproduzido nas literaturas gerencial e de autoajuda) ao *material* ou *técnico* (p.ex., aplicativos digitais de administração do tempo ou substâncias que alteram estados de consciência).

A referência aos suportes materiais pelos quais os indivíduos procuram se transformar em “empreendedores de si” no capitalismo tardio (i.e., ativos, adaptáveis, aventureiros, conectados em rede etc.) serve de preâmbulo ao trabalho de Alain Ehrenberg sobre o *doping* nas ideologias e práticas do individualismo empreendedorista. A ideia de uma “sociedade do *doping*” consiste na principal via pela qual Ehrenberg aborda o que outros autores (e.g., Kramer, 1994, p. 246-249) denominaram “farmacologia cosmética”: o recurso a psicotrópicos com vistas não ao tratamento de síndromes, mas à otimização das próprias competências perante os desafios do mundo, competências como o manejo da ansiedade na sociabilidade com chefes e colegas de trabalho ou a manutenção da atenção vigilante em tarefas que se prolongam madrugada adentro. Na medida em que a regulação do *doping* vigente no esporte profissional inexistente em outros domínios de desempenho competitivo (p.ex., não há exames para regular o uso de ritalina entre executivos ou de rebite entre caminhoneiros), faz sentido que Ehrenberg (2010, p. 134) desenvolva uma sociologia histórica das drogas menos voltada à “oposição jurídica...entre produtos lícitos e ilícitos” do que ao caráter mutável da “significação das práticas”– i.e., das práticas de uso de psicotrópicos orientados à alteração dos próprios estados de consciência. Com efeito, a partir da década de 1990, a ideologia do empreendedorismo

individualista e competitivo se atrelou a uma patente transmutação nos propósitos e significados que ditam a utilização de drogas.

Nas décadas anteriores, afirma Ehrenberg (2010, p. 134-135), as drogas tendiam a ser retratadas e experienciadas como meios de *evasão* da realidade social e histórica, ainda que tal evasão pudesse ser representada de diferentes maneiras. No discurso estigmatizante sobre populações tidas como marginais, o uso de drogas serviria à alienação ou fuga de uma realidade vivida como insuportável, fuga que atrapalharia o indivíduo no enfrentamento de seus problemas reais (p.ex., no desempenho de responsabilidades familiares ou de trabalho), tendendo a mergulhá-lo ainda mais no vício. Os movimentos contraculturais que proliferaram a partir dos anos de 1960, por seu turno, concebiam a evasão ao real como um gesto ético-político frente a um mundo rejeitado em bases morais, evasão auxiliada por substâncias que alteram estados de consciência no sentido desejado de transcendência, como o LSD. Fosse no estigma lançado contra populações tomadas por marginais (p.ex. usuários morando na rua), fosse no ideal de transcendência sã em relação a um mundo rejeitado como insano (p.ex., em comunidades do movimento *Hippie*), a representação e a experiência das drogas associavam-nas a escapes à realidade. Ambos discrepam, nesse sentido, de um modo de utilização de psicotrópicos tornado influente pelo individualismo empreendedorista a partir dos anos de 1990, os quais alteram os estados de consciência não com vistas à fuga ao real, mas, ao contrário, a uma *adequação mais intensa e eficaz à realidade e a suas demandas práticas*. O ansiolítico não soporífero que uma acadêmica consome antes de fazer uma conferência; a ritalina tomada por uma executiva que precisa concluir um relatório durante a madrugada; o rebite do caminhoneiro; a fluoxetina que recupera o indivíduo de sua inação depressiva – em todos esses exemplos, as drogas não servem como modo de escape a uma dura realidade (p.ex., a competição feroz por postos escassos contra concorrentes intensamente motivados), mas para *intensificar* o vínculo pragmático do sujeito com ela, afastando obstáculos “naturais” que promovam um afastamento entre um e outro (p.ex., a sonolência que atrapalha a concentração no trabalho, os entraves psicossomáticos que a ansiedade coloca no caminho de uma *performance* verbal). Em suma, a droga funciona como *doping*.

Ehrenberg exprime o contraste entre os dois regimes de funcionamento da droga com a fórmula “Do ópio do povo à sociedade dopada”. A primeira

expressão, sabidamente oriunda da crítica de Marx ao papel alienante da religião, refere-se às drogas como frequentes substitutos seculares da aspiração à transcendência ante as dores e sofrimentos “deste” mundo, transcendência propiciada pelo transporte experiencial, ainda que efêmero, a uma “realidade” alternativa. Quanto à segunda expressão, designativa do regime de uso de drogas próprio ao capitalismo empreendedorista, talvez fosse preferível traduzi-la por “sociedade do *doping*”. Salvo engano, o termo “dopado” pode aludir ainda a ideias de um sujeito grogue ou anestesiado pela substância consumida, ao passo que a remissão ao *doping*, advinda do universo esportivo, captura o núcleo do problema: a droga como instrumento de otimização das próprias competências em contextos competitivos (Ehrenberg, 2010, p.139).

Do ponto de vista analítico, o leque de motivações que levam ao uso de psicotrópicos como dispositivos perfectibilistas em um mundo competitivo poderia se desdobrar em diferentes sentidos. O primeiro deles consiste, nas palavras de Ehrenberg, em recorrer a “um meio artificial quando...o ‘natural’ fracassa” (p. 134). Tendo decidido engajar-se na competição desassistido por esses meios artificiais, o indivíduo conclui, diante da experiência e/ou da ameaça de “fracassos” provocados pelo funcionamento corporal em sua “naturalidade” (p.ex., a atenção se desconcentra; a motivação é corroída; o corpo não acorda a contento quando necessário, nem imerge no sono em momento devotado ao descanso), que só poderá competir realisticamente caso auxiliado por instrumentos farmacológicos (p.ex., para imbuir-se de doses extras de concentração e ânimo motivacional ou para experimentar versões mais rápidas, eficazes e intensas do acordar e do dormir)².

Poder-se-ia imaginar um segundo caso em que os fracassos do corpo desassistido pelo *doping* (*lato sensu*) não são diretamente vividos, mas antecipados e “prevenidos” de antemão. Faz parte da própria natureza das pressões sociais por um desempenho melhorado por psicotrópicos que o primeiro caso citado tenda frequentemente a se dissolver, do ponto de vista empírico, no segundo. Quantas noites não ou mal dormidas são necessárias

² Embora eu não possa desenvolver este ponto aqui, a referência ao “acordar e dormir”, cuja tradução farmacológica se encontra nos indivíduos que alternam entre os estimulantes para a vigília e os ansiolíticos para o sono, já indica que os dois regimes de uso de drogas esquadrihados por Ehrenberg conformam, talvez, menos uma sequência histórica do que um espaço de coexistência e, por vezes, até de complementaridade: o “*doping* de realidade” não impede o recurso também frequente a fármacos voltados à evasão da realidade e ao “desaparecer de si” (Le Breton, 2018).

para levar o sujeito à conclusão de que se trata de um problema médico que reclama uma solução farmacológica (p.ex., Rivotril, Frontal, Patz)? *Mutatis mutandis*, a pergunta poderia ser feita a outras ocasiões em que “o ‘natural’ fracassa”, como em dificuldades de atingir a ereção no sexo ou de concentrar-se em uma tarefa cognitivamente desafiadora. Em suma:

O caráter massivo do consumo de medicamentos psicotrópicos... [sugere] que uma lógica de modificação de estados de consciência, ao mesmo tempo muito disseminada e nova, esteja em ação na sociedade. Muito disseminada, pois alcança populações estatisticamente sem comparação com aquelas envolvidas com usos de estupeficientes e alucinógenos; nova, na medida em que rompe com o imaginário do desvio e da insegurança que organiza a percepção social das outras drogas. Se as drogas tradicionais nos permitem fugir para a irrealidade, os medicamentos psicotrópicos estão aí para nos fazer enfrentar a realidade. O romantismo da droga não é o da fuga da realidade, mas...o dos meios para se colocar em pé de igualdade com o outro na concorrência. Os estimulantes da sociedade concorrencial são drogas de integração social e relacional (Ehrenberg, 2010, p. 142-143).

O *doping* também serve para conectar a *performance* efetiva do alto desempenho com a *persona* teatralizada do *performer* de alto desempenho: “a dopagem depende também, no mesmo título que a estética corporal, de uma antropologia da aparência” (p. 168). Fulcral a essa forma de “administração de impressão” (Goffman) é o que já foi chamado de *sprezzatura*: a capacidade de fazer o difícil *parecer* fácil ou, para recorrer a uma frase de Catulo, a arte de dissimular a arte. Como já acontecia em outras épocas, o desempenho bem-sucedido é tão mais celebrado quando parece florescer de uma espontaneidade tranquila, não do esforço sofrido e custoso que sustenta aquele desempenho aparentemente “natural” nos bastidores. A julgar pelos modelos de sucesso disponíveis na indústria cultural – dos personagens de filmes e seriados às celebridades que os representam –, o atributo de “bem-sucedido” depende de uma aparência particular de “bem-sucedido”: realizações impressionantes tendem a se tornar símbolos de sucesso somente quando seus custos não estão estampados na figura de seus realizadores (p.ex., na forma de um corpo maltratado pelo excesso de exigência), mas, ao contrário, coexistem com uma aura de “beleza”, “leveza”, “jovialidade” e afins. Juntamente com outros suportes técnicos, tais como a maquiagem que

disfarça as olheiras, os psicotrópicos também contribuem para esse trabalho de manutenção das aparências, i.e., para que o sucesso não seja maculado, aos olhos de outros, pela exposição de seus custos à vida do indivíduo bem-sucedido. Assim como o perfil do Instagram pode esconder aspectos menos interessantes da existência real do indivíduo, os modos de apresentação de si em arenas competitivas do novo capitalismo também carregam consigo, em maior ou menor grau, o trabalho individual de ocultação dos preços do “sucesso” e até do “fracasso”, por vezes de maneiras que borram a fronteira entre realidade e aparência – por exemplo, ao ser tomado antes e durante o trabalho, o remédio para dores oriundas da gastrite, mesmo que eficaz do ponto de vista fisiológico *stricto sensu*, termina por funcionar como mecanismo de ocultação dos problemas orgânicos derivados do frenético engajamento do indivíduo com seu trabalho.

Sono como protesto? Jonathan Crary e o capitalismo das máquinas eternamente acordadas

O sistema capitalista logrou instrumentalizar os mais diversos momentos da existência, extraindo continuamente valor do indivíduo seja como trabalhador (p.ex., respondo e-mails de trabalho antes de dormir), seja como consumidor (p.ex., descanso assistindo a um seriado na Netflix). Nesse contexto, entretanto, o sono permanece uma “exceção colossal”, diz Jonathan Crary (2013, p. 24), à funcionalização capitalista da vida. Como interlúdio no qual o indivíduo é inútil (i.e., inexplorável) como trabalhador ou consumidor, essa condição em que somos mais passivos e vulneráveis emerge, de modo paradoxal, como última das fortalezas de resistência a um capitalismo que pretende colonizar todos os espaços.

Jonathan Crary (2014, p. 15) fala de um “imaginário contemporâneo” da “iluminação permanente” como correlato ideológico do “capitalismo 24/7”: “Um mundo 24/7 iluminado e sem sombras é a miragem capitalista final da pós-história” (p. 19). A luminosidade contínua é um estado próprio a um presente eterno e frenético, sustentado por um sistema que não apenas possui a capacidade da atividade ininterrupta, mas a transforma em *imperativo* para todos aqueles imersos em seu funcionamento. Ancorado no “desempenho maquínico” (p. 19) de tecnologias avançadas que nunca precisam ser

desligadas, o modelo da operação ininterrupta interpela indivíduos os quais, por dispostos que estejam para atender ao imperativo, descobrem nos seus próprios corpos fontes orgânicas de resistência a essa interpelação.

Crary também situa sua discussão dos ataques do capitalismo ao sono no contexto histórico do dismantelo das proteções sociais do estado de bem-estar pelo capitalismo neoliberal. A melhoria nas condições de trabalho promovidas pelo arranjo fordista-keynesiano, estágio histórico seguinte “aos piores abusos no tratamento dos trabalhadores” que marcaram a fase industrial-liberal do capitalismo (Boltanski & Chiapello, 2007), foi inseparável da institucionalização jurídica de um respeito ao descanso e, portanto, ao sono. O descanso até chegou a ser defendido em termos mercadológicos e instrumentais, como período de regeneração sem o qual o trabalhador tornar-se-ia ineficaz de qualquer modo. Mesmo essa justificativa se dilui, segundo Crary, quando os freios próprios a “formas mitigadas ou controladas de capitalismo” passam a entrar em colapso. “O tempo para o descanso e a regeneração dos seres humanos é simplesmente caro demais para ser estruturalmente possível no capitalismo contemporâneo” (2014, p. 24).

Ainda que não se apresente como um continuador do marxismo ocidental, Crary (2013, p. 109) reconhece, em *24/7*, que seu exercício de crítica cultural é inseparável do diagnóstico histórico-sociológico do que marxistas como Adorno chamaram de “reificação”, entendida como a expansão colonizadora do capitalismo para “um número cada vez maior de esferas da vida individual e social”. A linguagem da reificação também se justifica, até certo ponto, ao capturar uma versão do clássico tema da alienação tecnológica em que os seres humanos se veem dominados ou enfeitados pelas máquinas que eles próprios engendraram. Construído à imagem e semelhança de um ambiente maquínico de atividade ininterrupta, o capitalismo 24/7 lança aos seres humanos um ideal de funcionamento do qual eles só podem se aproximar se se transformarem, tanto quanto possível, em máquinas. Na medida em que é possível aproximar-se de tal ideal, mas não o alcançar plenamente na prática, as características humanas que obstam a identificação completa com o funcionamento maquínico são crescentemente vividas como indesejadas e vergonhosas. As respostas práticas a esses traços que resistem à (auto) transformação humana em máquina, traços que incluem do nervosismo e da ruminação inútil até o sono e as funções excretoras, atestam tentativas variadas de reduzi-los (p.ex., cortando horas de sono), instrumentalizá-los (p.ex.,

leitura no banheiro) ou escondê-los tanto quanto possível (p.ex., mediante a fachada de um profissional que, tal qual um robô, seria emocionalmente imune a pressões estressoras). Em suma, se a harmonização completa de “seres vivos reais com as demandas do capitalismo 24/7” é uma demanda impossível, restam, ainda assim, “inúmeros incentivos para suspender ou disfarçar ilusoriamente algumas das limitações humilhantes da experiência vivida, seja emocional ou biológica” (Crary, 2013, p. 109-110).

Crary não trata da neurofarmacologia como *doping*, mas as reflexões de Ehrenberg podem ser mobilizadas aqui: tornar-se mais e mais (como) uma máquina significa, por exemplo, mobilizar tecnologias disponíveis como meios instrumentais de maximização da *performance*, mesmo que isto signifique contaminar a “pureza” das distinções entre o orgânico e o maquínico. O psicofármaco é tecnologia nesse sentido, mas o horizonte da revolução técnica já acena com uma série de outras associações “sociotécnicas” mediante as quais o orgânico, mesmo quando não desaparece, pode ser crescentemente misturado ao maquínico (p.ex., chips no cérebro, clones digitais da consciência e assim por diante).

No mais, embora seu próprio autor também não o diga, as considerações de Crary sobre o sono oferecem algo como uma implícita crítica materialista aos limites de certas abordagens foucaultianas à “subjetivação” capitalista por dispositivos neoliberais. Por um lado, Foucault e diversos dos autores que ele inspira têm razão em sustentar que o capitalismo não existe somente fora dos indivíduos, mas também dentro e através das subjetividades que ele molda por meio de dispositivos diversos. Por outro lado, a paradoxal “resistência” do sono à colonização plena da subjetividade por um capitalismo 24/7, recalcitrância passiva diante de pressões e estímulos pela atividade, é somente um dos indícios de que as subjetividades individuais não são *inteiramente* moldáveis por aqueles dispositivos socio-históricos.³

A necessidade inescapável de dormir discutida por Crary não é o único limite imposto pelo “que resta” da subjetividade frente aos dispositivos capitalistas de subjetivação. *Mutatis mutandis*, o mesmo poderia ser dito da fadiga, da distração e do desânimo, dentre outras tendências demasiado

³ Alguns poderiam replicar que a crítica se aplica mais a uma certa sensibilidade (neo) foucaultiana, tendente a tomar o sujeito como epifenômeno de formações discursivas e regimes de poder, do que necessariamente ao próprio Foucault. Lemke (2011, p. 41), por exemplo, sustenta que o próprio Foucault, na sua fase genealógica, tomou o corpo como *locus* de resistência a regimes de saber-poder.

humanas que teimam em brotar na subjetividade individual a despeito de serem alvejadas por dispositivos sistêmicos que vão do treinamento com *coaches* até o recurso a neurofármacos. Na medida em que a depressão se tornou uma pandemia global e a principal causa de incapacitação para o trabalho segundo a Organização Mundial de Saúde, é útil interrogá-la a partir de uma preocupação analítica similar.

Depressão como protesto? Mark Fisher, realismo depressivo e (ir)realismo capitalista

Em artigo anterior (Peters, 2021), propus, com base em considerações similares às anteriores sobre a relação entre capitalismo e subjetividade, uma interpretação particular da “pandemia de depressão” que, segundo a OMS, assola o mundo contemporâneo. Tratava-se de qualificar criticamente uma das respostas sociológicas céticas a tal tese, resposta segundo a qual não haveria uma verdadeira pandemia global de depressão em sentido clinicamente justificável, mas sim uma *inflação de diagnósticos psiquiátricos*, oriunda da tendência da psiquiatria atual a enquadrar como patológicas certas condições psíquicas e comportamentais outrora tidas por normais (Horwitz & Wakefield, 2007). Se a existência de uma inflação de diagnósticos advinda de transformações na psiquiatria é inegável, por um lado, a simples *redução* da interpretação sociológica da questão a tal fenômeno me parece, por outro lado, bastante redutora. Isto porque aquela redução retira da sociologia o exame das *intensas modalidades de sofrimento psíquico engendradas pelas condições sociais de vida no capitalismo contemporâneo*. A meu ver, a realidade de tal sofrimento é patente e ubíqua, a despeito da existência compreensível de controvérsias acerca dos modos mais apropriados de rotular tal sofrimento nos âmbitos científico, terapêutico, ético-político e assim por diante.

Nesse sentido, uma análise sociológica da depressão pode colocar entre parênteses a questão da validade clínica última desse diagnóstico, concentrando-se sobre as experiências de sofrimento que, com ou sem razão, são comumente tomadas como sintomas depressivos pela psiquiatria contemporânea (e, na esteira da psiquiatria, pelos meios de comunicação de massa, assim como pelo próprio senso comum de pessoas leigas).

Vistos por esse prisma, os traços centrais da condição depressiva, como a inação e a letargia, são como que a *moeda reversa* daquela subjetividade ativa e empreendedora que somos exortados a ser no atual capitalismo: o indivíduo em depressão é uma espécie de *empreendedor colapsado*. E não surpreende, assim, que o alarme soado pela OMS tenha citado o alto índice de incapacitação para o trabalho como uma evidência decisiva de que a depressão se tornou uma pandemia global.

Para além do contraste entre o sujeito empreendedor e o sujeito deprimido segundo o eixo *atividade/inatividade*, outros traços da experiência depressiva podem ser sociologicamente lidos como a moeda reversa de modelos de subjetividade promovidos pelo capitalismo tardio. Enquanto o empreendedor de si é exortado a um “conexionismo” (Boltanski & Chiapello, 2007) voltado à maximização de suas redes de colaborações, projetos e contatos, indivíduos em depressão reportam uma experiência de solidão tão radical que frequentemente só pode ser expressa por aproximações metafóricas, como a afirmação de que se está dentro de uma bolha, uma prisão ou uma “redoma de vidro” (para evocar o livro genial de Sylvia Plath [2019]). No presente artigo, gostaria de me concentrar sobre as raízes sistêmicas de outra das vivências frequentemente ressaltadas em fenomenologias da depressão (e.g., Ratcliffe, 2015): a profunda *dissolução da esperança* de que o sofrido estado vivido pelo sujeito no presente possa ser superado no futuro.⁴

No debate sobre a depressão, a visão individualista é tão hegemônica que o combate a tal visão está por vezes justificado a “torcer o bastão para o lado oposto” e se fiar, do ponto de vista estratégico, na simples inversão coletivista: pessoas estão deprimidas porque o mundo é deprimente. Do ponto de vista analítico, uma via fecunda de trabalho poderia mapear os

⁴ Uma caracterização histórico-sociológica dos modelos de “autorrealização” individual (Honneth, 2004) vigentes no capitalismo tardio teria de incluir, ao lado dos atributos centrais do “empreendedor de si”, a *exortação hedonista à riqueza e à variedade de experiências*. Da historicização do argumento freudiano sobre “o mal-estar na civilização” por Bauman (1998) até a tese ehrenberguiana de que vivemos em tempos “pós-neuróticos” (Ehrenberg, 2000, p. 133), passando pelo conceito reformulado de “superego” em Zizek (1999), muitos intérpretes das atuais sociedades capitalistas notaram que elas invertem o cenário sociopsíquico teorizado por Freud. Em vez de sofrerem devido a uma severa culpa sentida frente aos impulsos a realizarem seus desejos, os indivíduos sofrem principalmente por sua incapacidade em realizá-los todos, incapacidade vergonhosa diante de uma sociedade que os exorta continuamente à satisfação de impulsos intensos e variados. Não sendo possível tratar do tema em detalhe, menciono apenas que este traço das formas de subjetividade encorajadas pelo capitalismo tardio também encontra seu reverso experiencial na experiência depressiva que a psiquiatria denomina de “anedonia”: a erosão da capacidade ou suscetibilidade a experimentar prazeres e alegrias (Karp, 1997, p. 32).

vínculos entre sintomas individuais e traços estruturais “depressogênicos” – ou, mais simplesmente, deprimentes – da(s) sociedade(s) contemporânea(s). A perda de qualquer esperança de melhora que marca tantos quadros depressivos conecta-se a uma crise de futuro em escala civilizacional, mesclada ao desespero não somente frente a iniciativas que respondam a ameaças ecológicas como a mudança climática, mas também a um senso doloroso de que aquele futuro apocalíptico, antes anunciado como ameaça, já chegou. Em um capitalismo marcado pela “vida a crédito” (Bauman, 2010), a areia movediça do endividamento também obsta esperanças por um futuro melhor. Na medida em que constrangimentos financeiros levam muitos indivíduos a despender a maior parte da sua vida em “trabalhos merda” (Graeber, 2018, não surpreende que sintam dentro de si uma recalitrância a retomar o ciclo da infinda atividade.

Se o emprego é ruim, reza a tendência geral, o desemprego é ainda pior. Como é sabido, a formação de um exército de desempregados dispostos a (ou desesperados para) aceitar postos de trabalho precarizados, degradantes etc. enfraqueceu, por conta própria, a crítica marxista ao caráter alienante dos empregos disponíveis (Vandenberghe, 2002). As privações materiais e humilhações simbólicas associadas ao desemprego levam muitos a procurar, com afinco, um emprego no qual possam ser devidamente explorados. Um mecanismo similar se estende, decerto, à depressão: *ceteris paribus*, pessoas desempregadas são mais vulneráveis a ficarem deprimidas do que aquelas empregadas, mesmo nos casos em que estas últimas não gostam nem um pouco dos seus empregos. Uma parte desse estado de coisas, pode-se supor, se deve também ao fato de que a condição do desemprego, ao neutralizar a exigência de bom-humor e afabilidade inerente a tantos empregos (pelo menos como uma *performance* de fachada), leva os afetados a aceitarem a própria tristeza de um modo mais aberto do que aqueles empregados.

Já que tanto a dívida hiperbólica⁵ que assombra o futuro quanto a insatisfação com o trabalho que domina o presente são inseparáveis do sistema capitalista que atravessa o globo, a perda depressiva da esperança em uma vida alternativa constitui uma resposta perfeitamente inteligível ao que Mark Fisher (2009) chamou de “realismo capitalista”: a condição

⁵Na esteira das crises econômicas que chacoalham o mundo desde 2008, uma série de estudos estatísticos vem explorando os efeitos psicológicos negativos do endividamento, os quais confirmam a sugestão anedótica de que dívidas tornam as pessoas mais suscetíveis à depressão e ao suicídio (e.g., Meltzer *et al.*, 2011).

histórica na qual, em palavras atribuídas a Fredric Jameson e Slavoj Žižek, “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Em compasso com a preocupação clássica das teorias críticas do capitalismo com a utopia, a referência do *slogan* à imaginação é indispensável para capturar a radicalidade do fenômeno. Não se trata apenas da ideia amplamente difundida de que o capitalismo é o único sistema econômico e político viável, mas também de que, nos tempos que correm, “é impossível até mesmo *imaginar* uma alternativa coerente a ele” (Fisher, 2009, p. 78). A contraparte dessa inimaginabilidade de alternativas ao capitalismo consiste na sua identificação ao “realismo”, inerente a uma justificação ideológica que, nos termos de Badiou recuperados por Fisher, procura menos apresentá-lo como “ideal” ou “maravilhoso” do que rejeitar “todo o resto” como “horível”. Sob esse aspecto, o realismo capitalista é pensado por Fisher como análogo ao “realismo depressivo”: menos um apreço pelas coisas como são do que uma suspeita frente a qualquer esperança de que estados de coisas melhores sejam possíveis. Não surpreende, assim, que Mark Fisher tenha sido um dos defensores mais contundentes dessa leitura política da depressão, calcada na identificação de suas causas sistêmicas na fase tardia do capitalismo.

Em mais uma das angustiosas ambivalências que atravessam esse assunto, pode-se até sublinhar a presença de certa sagacidade “sociológica” em uma atitude que reconhece, no fechamento dos próprios horizontes de futuro ou da relativa futilidade das próprias ações no plano individual, realidades sistêmicas de becos sem saída civilizacionais e da descartabilidade de qualquer membro individual da força de trabalho. Entretanto, para defensores de uma política da saúde mental a partir da esquerda, como Fisher, o “realismo depressivo” não denota uma positiva sagacidade, mas consiste em um sintoma patológico do “realismo capitalista”. A crise de imaginação que proscreve – ou rejeita como quimeras – quaisquer caminhos alternativos é o problema que ele visa combater mediante uma politização do debate sobre depressão e outras formas de sofrimento psíquico.

Apontar as fontes sistêmicas do sofrimento depressivo leva, no plano do enfrentamento prático dessa condição psíquica, à *politização* de um assunto quase sempre enfrentado como um problema individual a demandar soluções individuais, como psicoterapia ou tratamento farmacológico. Se as raízes estruturais do que a OMS designa como uma pandemia de depressão são encontradas no imperativo da atividade individualizada próprio do atual

capitalismo, segue o raciocínio, é nada menos do que o sistema capitalista o alvo de uma política de combate à depressão. À luz desse raciocínio, a inatividade de indivíduos em depressão pode ser lida em uma chave ético-política de recusa às exigências sistêmicas que o capitalismo contemporâneo faz à individualidade em diversos níveis, a começar pelo mundo do trabalho. Nas palavras de Darian Leader (2009, p. 13), a depressão seria “um modo de dizer não ao que somos exortados a ser”.

Duas ressalvas cabem aqui. É possível reconhecer tal dimensão ético-política da depressão sem que precisemos, creio eu, romantizar ou idealizar uma condição existencial de extraordinário sofrimento, a qual reclama atenção e cuidado pelas vias disponíveis (inclusive, se necessário, a via neurofarmacológica). Ademais, mesmo quando lida politicamente como uma espécie de “ativismo da inatividade”, a depressão contribui mais para a politização nos seus traços de “sintoma social” ou “alarme civilizacional” do que como uma ameaça às suas causas estruturais. Os altos índices de incapacitação para o trabalho que ela gera, por exemplo, não impactam uma situação socioeconômica em que o capitalismo pode contar com um vasto exército de reserva e um amplo contingente de indivíduos constrangidos ao subemprego, ao trabalho precário, à autoexploração e assim por diante. A luta social e política por transformações estruturais nesse âmbito depende, portanto, de um extraordinário montante de atividade para a qual parecem necessárias quantidades também vastas de energias motivacionais. A ironia trágica, é claro, consiste no fato de que a depressão mina precisamente tais motivações para agir sem as quais não se pode combater as fontes sistêmicas da inatividade crônica ou “patológica” (Hedva, 2020).

Portanto, mesmo que haja um componente de protesto na depressão, ele parece, em última instância, contraproducente como resistência às forças sistêmicas que lhe deram origem. Para lançar mais luz sobre o tema, proponho um excursão pelo trabalho da filósofa feminista Susan Bordo (1997), o qual oferece uma das reflexões mais sofisticadas sobre as ambivalências envolvidas na interpretação de sofrimentos psicopatológicos como “protestos” ou “resistências” imbuídos de significado político.

Susan Bordo: ambivalências do sofrimento como protesto e “resistência passiva”

Bordo se debruça sobre três condições psíquicas que, em cenários socio-históricos particulares, afetaram um número desproporcional de mulheres (ainda que na intersecção particular “brancas de classe média alta”): a “histeria” nos contextos vitorianos da Europa Ocidental no final do século XIX; a agorafobia nas sociedades do Atlântico Norte nos anos seguintes à Segunda Guerra; a anorexia em boa parte do mundo nas décadas finais do século XX. Interpretando a “sintomatologia dessas desordens” como “textualidade” cultural e política, Bordo (1997, p. 23) nota que elas são dotadas de um significado ambíguo à luz das representações hegemônicas da feminilidade “normal” em seus respectivos contextos socioculturais: cada uma possui características que sua época tinha por típicas das mulheres, porém intensificando-as até um grau socialmente percebido como patológico.

Os diversos traços do que era chamado de histeria, por exemplo, exacerbavam aspectos que o sexismo da era vitoriana identificava, em intensidades menores, como próprios à feminilidade normal, como a fragilidade, a instabilidade emocional (em uma assimilação condescendente da mulher à criança), uma sexualidade definida pela disponibilidade passiva aos desejos do marido, a falta de autonomia nas esferas financeira, jurídica, política etc. (Bordo, 1997, p. 157-158). Quando levados ao paroxismo nos sintomas histéricos, no entanto, tais atributos se transmutavam em *perturbações* para o mesmo entorno social que os tinha por normais em intensidades menores. A instabilidade emocional explodia os limites do que a condescendência sexista atribuiria à infantilidade, ameaçando a “paz” e a “estabilidade” da convivência familiar e conjugal. A passividade que reduzia o desejo feminino a um meio para a satisfação sexual do marido se tornava um entrave a tal satisfação quando radicalizada até o ponto da assexualidade ou do que, na época, foi rotulado como “frigidez”. A falta de uma voz deixava de ser uma metáfora para os limites sociais impostos à participação das mulheres nos debates públicos, como acontecia nos âmbitos científico ou político, e se literalizava somaticamente como afonia.

Argumentos semelhantes se aplicariam à *agorafobia* em sociedades do Atlântico Norte nas décadas de 1950 e 1960, bem como à anorexia nervosa na modernidade tardia. Em um contexto no qual as representações da

feminilidade, pelo menos entre mulheres brancas de classe média, eram estreitamente ligadas à vida doméstica (i.e., a todo o conjunto de trabalhos envolvidos no cuidado da casa, dos filhos e do marido), a agorafobia radicalizava o vínculo à domesticidade até o ponto da perturbação (p.ex., na medida em que comprometia deveres tomados como extensões das responsabilidades domésticas, como fazer compras no mercado ou acompanhar o marido em encontros sociais). Em um cenário socio-histórico transformado pelo impacto sociocultural dos movimentos feministas e pela entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, a anorexia, por seu turno, incorpora a si tanto a pressão cultural pela esbeltez, exercida com especial virulência sobre as mulheres, quanto uma ideologia de severa “responsabilização” do indivíduo pela manutenção de corpo esbelto, possibilitada pelo exercício de um traço outrora tido por “masculino”: o domínio do corpo pela mente. O último aspecto ajuda a dar sentido a um dos atributos mais desconcertantes da anorexia: o fato de que a frequente impermeabilidade da pessoa anoréxica aos protestos de pessoas no seu entorno, como médicos e familiares, se ancora em uma experiência *eufórica* de *conquista pessoal*, resultante do “triunfo” sobre as próprias necessidades corpóreas (1997, p. 141).

A ideia de que a histeria, a agorafobia e a anorexia podem ser interpretadas como formas de protesto, dirigidas contra as opressões que pesam sobre as mulheres em seus respectivos contextos socio-históricos, é discutida por Bordo em diálogo crítico com feministas de inspiração lacaniana. Como acontece com “resistências passivas” tais quais aquela da depressão, não se trata de afirmar que as condições referidas são formas autoconscientes de protesto político. Tomá-las como *protestos inconscientes* gera, assim, duas possibilidades analíticas. Aquelas psicopatologias poderiam ser interpretadas como “protestos objetivos”, na medida em que, ao radicalizarem traços da feminilidade tida por “normal” em um cenário cultural até o ponto do patológico, elas trazem a lume o que há de *danoso* e *opressivo* naqueles traços, mesmo em suas intensidades normais – por exemplo, as limitações à agência autônoma das mulheres nos domínios da “voz” e da sexualidade, seu confinamento à esfera doméstica, as exigências excessivas e desiguais inerentes a ideais culturais de beleza etc.

Para além do protesto “objetivo”, os trabalhos de feministas lacanianas como Catherine Clément atribuem o “protesto” infuso nos sintomas histericos a uma *intencionalidade inconsciente*, com as dificuldades que a paciente gera

para os homens no seu cenário, tais quais o marido e o psicanalista, sendo tomadas como maneiras de ridicularizar o mundo masculino (*apud* Bordo, 1997, p. 27-28). Bordo não nega nem a possibilidade de uma intenção crítica por trás dos sintomas de histeria nem a aplicabilidade dessa interpretação, *mutatis mutandis*, à agorafobia e à anorexia. Fundamental para a autora, entretanto, é acentuar as *consequências práticas contraproducentes* de tais modalidades de protesto, acento similar ao que realizamos anteriormente na discussão da depressão como “resistência passiva” do sujeito às exigências que o capitalismo faz à sua mente e ao seu corpo. Se o extremo da afonia histórica pode lançar luz sobre a ausência generalizada de voz das mulheres “normais” (p.ex., nos debates públicos, na ciência, na política etc.), por exemplo, ele não representa, decerto, uma reação efetiva a tal ausência. Por mais que a radicalização agorafóbica do confinamento à esfera doméstica possa perturbar expectativas sociais sexistas, a agorafobia continua a ser o inverso de uma ampliação das possibilidades de movimento (em sentido amplo) das mulheres para além da casa. Finalmente, o protesto anoréxico...

...está escrito nos corpos de mulheres com anorexia, não abraçado como uma política consciente nem...refletindo qualquer compreensão social e política. (...) A *idée fixe* – permanecer magra – torna-se, no seu mais extremo, poderosa a ponto de tornar sem sentido quaisquer outras ideias ou projetos de vida. Paradoxalmente – e frequentemente de modo trágico –, estas patologias de protesto feminino...funcionam... como que em conluio com as condições culturais que as produziram (Bordo, 1997, p. 159).

Da resistência passiva à resistência ativa (ou da política à terapia...e de volta)

Politizar a interpretação de um problema como a anorexia, reconhece Bordo, não significa superestimar o caráter contraproducente do que nela há de “protesto”, tampouco supor que o combate necessário às causas sistêmicas do problema possa dispensar, por si só, o cuidado terapêutico no domínio individual. Gostaria de encerrar o artigo com considerações similares acerca da depressão como “resistência passiva” aos dispositivos de subjetivação do capitalismo tardio.

Nas palavras de um comentarista simpático ao trabalho de Mark Fisher, mostrar a força avassaladora do realismo capitalista como formação ideológica subjacente à depressão, sem reforçar o senso de inescapabilidade absoluta que marca as formas capitalista e depressiva de “realismo”, é uma das condições difíceis para “desenvolver um discurso sobre a depressão que não seja, em si, completamente deprimente” (Frantzen, 2019, s/p). Na avaliação da Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão se tornou a principal causa mundial não apenas de incapacitação para o trabalho, mas também de suicídios. Nessa costura de articulações entre depressão e realismo capitalista, há uma trágica contundência no fato de que Fisher, um dos primeiros autores a notar que é hoje mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, tenha terminado por tirar sua própria vida. Eis um terreno que deve ser trilhado com o máximo possível de cautela e delicadeza. Por um lado, é óbvia e terrivelmente relevante que um dos analistas mais argutos da depressão como produto histórico do realismo capitalista tenha cometido suicídio. Por outro lado, é preciso resistir à tentação simplista de tomar o suicídio de Fisher como fator-chave para a significação de toda a sua trajetória biográfica e legado intelectual, uma espécie de “reducionismo retrospectivo” comumente aplicado à análise de biografias individuais que terminam com o suicídio.

Frente ao destino de Fisher, criticar a substituição da política pela terapia não significa, por outro lado, negar o reverso da moeda, a saber, o fato de que há *precondições psíquicas para o engajamento político*. Se o enfrentamento da depressão tem de se politizar, a própria luta política pelo combate a condições sociais de existência depressogênicas – ou, dito de modo mais positivo, pela instauração de modos coletivos de vida conducentes ao bem-estar psíquico – revela-se dependente, por seu turno, de certos pré-requisitos psíquicos. Nas palavras de Mikkel Frantzen, “lidar com a depressão – e outras formas de psicopatologia – não é apenas parte, mas uma *condição de possibilidade* para um projeto emancipatório hoje” (2019, s/p). Continua o autor:

compreender a depressão através de lentes políticas não significa que o problema da depressão possa ser imediatamente resolvido por meios políticos. Há um horror na depressão que não pode e não deve ser traduzido muito rapidamente para a esfera da política, independentemente de nossas aspirações críticas e revolucionárias. A dor física é insuportável, seu corpo está inerte e se sente pesado demais,

sua mente não está funcionando, e você não pode escapar ao sentimento de estar preso, estagnado, que a corrida já terminou e que o presente – que é inferno – é tudo o que há e tudo que se pode imaginar que haverá. Seria uma ofensa dizer “bem, é só política” (Frantzen, 2019, s/p).

Conclusão

O gatilho intelectual primordial do presente artigo é uma literatura sociocientífica que, a partir de ângulos teóricos distintos, se ocupa da conexão entre as feições estruturais do capitalismo contemporâneo, de um lado, e as formas de subjetividade ou modelos de individualidade dos quais ele depende, de outro. Como exemplo da dialética entre agência e estrutura, a dependência sistêmica que o capitalismo tardio ou neoliberal tem de uma subjetividade ativa (Boltanski & Chiapello, 2007) e empreendedora (Han, 2015) se associa aos múltiplos “dispositivos” por meio dos quais o próprio sistema molda, com maior ou menor “sucesso”, os modos de agir, pensar e sentir das subjetividades das quais ele depende.

O artigo lida com essa realidade a partir de uma constatação ambivalente. Por um lado, não há dúvida de que os *efeitos de subjetivação* do capitalismo sobre os indivíduos nele imersos são profundos, duráveis e altamente eficazes: o capitalismo não existe somente fora das subjetividades individuais nele imersas, mas também dentro e através delas. Por outro lado, fenômenos como o sono, a depressão e o recurso a psicofármacos (tanto no combate a síndromes quanto na otimização de competências) evidenciam que aqueles processos de subjetivação capitalista encontram “resistências passivas” em características constitutivas das próprias subjetividades que eles procuram moldar.

Longe de se manter constante, a disputa entre dispositivos de subjetivação capitalista, como aqueles voltados ao cumprimento do imperativo da atividade, e as resistências passivas que o organismo e a psique humanos oferecem àqueles dispositivos, como a necessidade incontornável de dormir ou as “recusas” orgânico-psíquicas que tomam a forma da depressão e do *burnout*, é altamente dinâmica. De vídeos motivacionais a psicofármacos, diversos dos dispositivos subjetivantes do capitalismo são, por assim dizer, de “segunda ordem”, i.e., projetados como auxílios artificiais para os momentos em que “o ‘natural’ fracassa” (Ehrenberg, 2010, p. 134). No

mais, a dinâmica conflitual entre dispositivos subjetivantes e resistências passivas da subjetividade pode se estender para uma terceira, uma quarta e n outras ordens – por exemplo, uma primeira dosagem de remédio se revela “insuficiente” para tal ou qual propósito performativo; aumenta-se, então, a dosagem; o aumento, entretanto, se revela insuficiente; procura-se, então, combinar a nova dosagem com outra medicação; acrescenta-se também um dia a mais de consulta semanal na psicoterapia; e assim por diante.

Voltado ao mapeamento das dinâmicas conflitivas entre dispositivos e resistências, o artigo percorreu quatro eixos argumentativos, cada um dos quais privilegiando uma contribuição autoral particular: as reflexões de Alain Ehrenberg sobre o recurso a drogas de alteração do estado de consciência como instrumentos de otimização do desempenho na “sociedade do *doping*”; as cogitações de Jonathan Crary sobre o sono como obstáculo à colonização completa da subjetividade pelo imaginário capitalista da atividade ininterrupta; a interpretação sistêmica e política da depressão como efeito estrutural do “realismo capitalista”, proposta pelo crítico cultural Mark Fisher; e, finalmente, a análise da psicopatologia como “protesto” levada a efeito pela filósofa feminista Susan Bordo, central para a apreensão da ambiguidade inerente às “resistências passivas” discutidas no trabalho. Se é verdade que o sono e a depressão, tal como a anorexia nervosa na interpretação de Bordo, podem ser lidos como modalidades de “protesto” imbuídas de significado ético-político, como “resistências passivas” à colonização da subjetividade pelo imperativo da atividade no capitalismo tardio, tais protestos são, por si sós, ineficazes. O potencial ético-político inerente a tais resistências só pode ser atualizado por um ativismo que, sem abandonar a via política de combate a fontes sistêmicas de sofrimento psíquico na contemporaneidade, se articule a formas de cuidado individual sem as quais o próprio engajamento político seria impossível. Frente a um contexto em que a ética da autorrealização tende a esvaziar o espaço da política da emancipação, aquilo de que precisamos não é, parece, substituir a primeira pela segunda, mas conectá-las como os domínios relativamente autônomos e interinfluentes que são.

Referências

- Bauman, Zygmunt. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Zygmunt. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Zygmunt. (2010). *Vida a crédito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Boltanski, Luc, & Chiapello, Ève. (2007). *The new spirit of capitalism*. London: Verso.
- Bordo, Susan. (1997). O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In Susan Bordo & Alison M. Jaggard (orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Crary, Jonathan. (2014). *24/7: capitalismo e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify.
- Ehrenberg, Alain. (2000). *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Ehrenberg, Alain. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução de Pedro Fernando Bendassolli. São Paulo: Ideias & Letras.
- Fisher, Mark. (2009). *Capitalist realism*. Winchester: Zero Books.
- Foucault, Michel. (1977). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Frantzen, Mikkel Krause. (2019). A future with no future: depression, the left, and the politics of mental health. *Los Angeles Review of Books*, December 16. Recuperado de: <https://lareviewofbooks.org/article/future-no-future-depression-left-politics-mental-health/>
- Graeber, David. (2018). *Bullshit jobs: a theory*. New York: Simon & Schuster.
- Han, Byung-Chul. (2015). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Hedva, Johanna. (2020) Sick woman theory. Recuperado de: https://johannahedva.com/SickWomanTheory_Hedva_2020.pdf
- Honneth, Axel. (2004). Organised Self-Realization: Some Paradoxes of Individualization. *European Journal of Social Theory*, 7 (4), 463-78.

- Horwitz, Allan, & Wakefield, Jerome. (2007). *The loss of sadness*. Oxford: Oxford University Press.
- Karp, David A. (1997). *Speaking of sadness: Depression, disconnection, and the meanings of illness*. Oxford: Oxford University Press.
- Kramer, Peter. (1994). *Listening to Prozac*. New York: Viking.
- Le Breton, David. (2018). *Desaparecer de si: uma tentação contemporânea*. Petrópolis: Vozes.
- Leader, Darian. (2009). *The new black: mourning, melancholia and depression*. London: Penguin Books.
- Lemke, Thomas. (2011). Critique and experience in Foucault. *Theory, Culture & Society*, 28 (4), 26-48.
- Meltzer, Howard, Bebbington, Paul, Brugha, Traolach, Jenkins Rachel, McManus, Sally, & Dennis Michael. (2011). Personal debt and suicidal ideation. *Psychological Medicine*, 41(4), 771-8.
- Peters, Gabriel. (2021). O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia. *Civitas*, 21 (1), 71-83.
- Plath, Sylvia. (2019). *A redoma de vidro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul.
- Ratcliffe, Matthew. (2015). *Experiences of depression*. Oxford University Press.
- Rose, Nikolas. (1999). *The powers of freedom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vandenberghe, Frédéric. (2002). Working out Marx: Marxism and the end of the work society. *Thesis Eleven*, 69, 21-46.
- Zizek, Slavoj. (1999). 'You may!'. *London Review of Books*, 21 (6), 3-6.

Recebido: 31 out. 2023

Aceito: 6 dez. 2023.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

doi <https://doi.org/10.20336/rbs.897>



Estudos sobre o sindicalismo brasileiro hoje: percursos e análises

Studies on Brazilian trade unionism today: trajectories
and analyzes

Estudios sobre el sindicalismo brasileño hoy:
trayectorias y análisis

Marco Aurélio Santana* 

Iram Jácome Rodrigues** 

Carla Regina Mota Alonso Diéguez*** 

RESUMO

A literatura dos estudos do trabalho sobre a trajetória das classes trabalhadoras no Brasil já é bastante ampla, cobrindo variados períodos, dimensões e aspectos. Boa parte desses estudos é dedicada, até os nossos dias, à análise sobre o movimento sindical. Diante de um universo do trabalho tão transformado no Brasil e no mundo, em que mais uma vez são colocados em questão o lugar do trabalho na vida social e dos sindicatos como representantes de trabalhadores, bem como de canalizadores de conflitividade social, este artigo analisa a trajetória do sindicalismo e dos caminhos seguidos pelos sindicatos no período de 2003 a 2022, acompanhando o fio de questões apresentadas pela literatura desenvolvida sobre esta temática, a partir de duas indagações centrais: quais os caminhos percorridos pelo sindicalismo brasileiro e quais os percursos seguidos pelos estudos sobre a ação sindical nas últimas duas décadas?

Palavras-chave: sindicalismo brasileiro, ação sindical, classes trabalhadoras, estudos do trabalho, Brasil.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). msantana@ifcs.ufrj.br

** Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Professor livre-docente sênior do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). iramjrodrigues@gmail.com

*** Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Doutora em Ciências Sociais (Unicamp) e pesquisadora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. carladiéguez@gmail.com

ABSTRACT

The labor studies have already a long track in Brazil, covering different dimensions and aspects on work and working classes. An important part of these studies is dedicated, until today, to the analysis of the trade union movement. Faced with a work and union universe so transformed both in Brazil and worldwide, where once again the place of work in social life, as well as the role of trade unions as representatives of workers and channels of social conflict is questioned, this article deals with the trade union movement trajectory during the period 2003-2022, taking into account two central questions: what are the paths taken by Brazilian trade unionism and what are the paths followed by studies about union action in the last two decades?

Keywords: Brazilian unionism, union action, working classes, labor studies, Brazil.

RESUMEN

La literatura de estudios laborales sobre la trayectoria de las clases trabajadoras en Brasil ya es bastante amplia y abarca diversos períodos, dimensiones y aspectos. Gran parte de estos estudios están dedicados, hasta el día de hoy, al análisis del movimiento sindical. Frente a un universo del trabajo tan transformado en Brasil y en el mundo, en el que una vez más se cuestiona el lugar del trabajo en la vida social y de los sindicatos como representantes de los trabajadores, así como de conductores de conflictividad social, este artículo analiza la trayectoria del sindicalismo y los caminos seguidos por los sindicatos en el período de 2003 a 2022, siguiendo el hilo de cuestiones presentadas por la literatura desarrollada sobre este tema, a partir de dos preguntas centrales: ¿cuáles son los caminos tomados por el sindicalismo brasileño? y ¿Cuáles son los caminos seguidos por los estudios sobre la acción sindical en las últimas dos décadas?

Palabras clave: sindicalismo brasileño, acción sindical, clases trabajadoras, estudios laborales, Brasil.

Introdução

Os sindicatos nascem com o operariado moderno e estão associados, desde o início de sua trajetória, às demandas das classes trabalhadoras que vêm construindo um grande acervo vivo de experiências e formas organizativas, das quais os sindicatos podem ser considerados entre as mais importantes. Ao longo desse percurso, os sindicatos se desenvolveram de maneira bastante diversificada em termos de setores, categorias, países, regiões etc. Essas entidades marcaram sua história tanto na defesa dos interesses imediatos de trabalhadores, quanto na participação em processos políticos e sociais mais amplos, tornando-se inescapáveis quando se analisa a ação coletiva das forças sociais do trabalho ao redor do globo.

No caso do Brasil, ainda que especificada, esta trajetória não se deu de forma diferente. A classe trabalhadora brasileira tem tido em seus sindicatos, entre outras formas de organização, um importante instrumento na conquista e manutenção de seus direitos. Embora marcado por muitas distinções e tensões internas, e portador de grande heterogeneidade, o sindicalismo brasileiro, em seu conjunto, já figura no rol das instituições de relevo na história republicana nacional. Ele estará presente, com maior ou menor intensidade, nos episódios marcantes de todo o período, sempre trazendo aos mesmos as tonalidades do mundo do trabalho.

Hoje, no entanto, estamos vivendo tempos bastante adversos para essas formas de organização. Os sindicatos foram perdendo muito da sua capilaridade na sociedade, no âmbito internacional, já nos anos 1970. No Brasil, essa dinâmica ocorre tardiamente a partir dos anos 1990. Foram muitas as transformações desde então, tais como, mudanças no trabalho, no perfil das classes trabalhadoras, processos de flexibilização da produção, novas tecnologias, crescimento acelerado das desigualdades sociais e da precarização do trabalho. Esse processo vem atingindo fortemente o mundo do trabalho e seus organismos de representação.

A literatura dos estudos do trabalho sobre a trajetória das classes trabalhadoras no Brasil já é de grande monta, cobrindo variados períodos, dimensões e aspectos.¹ Boa parte dessa literatura se dedica, até os nossos

¹Um bom balanço dessa trajetória pode ser acessado através de resenhas bibliográficas. Versando sobre a produção no campo das ciências sociais acerca da questão do trabalho, em termos mais gerais, elas têm tido um espaço merecido e importante na literatura das ciências sociais. Ver: Castro e Leite (1994), Abramo e Montero (1995), Leite e Silva (1996), Leite, Abramo e Abreu (1997), Leite (2012), Lima e Araújo (2016), Bridi, Braga e Santana (2018), Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019). Para questões relativas às classes trabalhadoras propriamente ditas, ver: Paoli, Sader e Telles (1984), Sader e Paoli (1986), Paoli (1987).

dias, ao estudo sobre o movimento sindical. Esse tem sido veio rico tratando dos investimentos de pesquisa e reflexão dedicados especificamente ao movimento organizativo, mobilizatório e político da classe através de suas organizações e sindicatos (Rodrigues & Munhoz, 1974; Vianna, 1977, 1983; Santana, 1999; Ladosky & Vêras de Oliveira, 2014). Nesse sentido, as duas resenhas bibliográficas elaboradas por Vianna (1977, 1983) acerca da literatura e dos debates sobre o movimento sindical do pré-1964 e sobre o advento do chamado “novo sindicalismo” foram importantes ao avançarem certo estilo para esses escritos.²

O presente artigo se associa a esta tradição da literatura. Tendo em tela tanto a trajetória do sindicalismo e das ações coletivas da classe trabalhadora em nosso país entre 2003-2022 quanto os estudos sobre esse sindicalismo no mesmo período, buscaremos aqui, dentro dos limites que nos estão postos, e, assim, para além de uma resenha bibliográfica, fazer um balanço mais amplo dessas trajetórias.³ Diante de um universo do trabalho tão transformado no Brasil e no mundo, em que mais uma vez são colocados em questão o lugar do trabalho na vida social e dos sindicatos como representantes de trabalhadores e trabalhadoras, bem como de canalizadores de conflitividade social, seria interessante analisarmos a trajetória do sindicalismo e dos caminhos seguidos pelos sindicatos no período, acompanhando o fio de questões apresentadas pela literatura desenvolvida sobre eles.⁴ Assim, como indagações centrais teríamos: quais os caminhos percorridos pelo sindicalismo brasileiro e quais os percursos seguidos pelos estudos sobre a ação sindical nas últimas duas décadas?

Como contexto, consideraremos três momentos, marcados por três governos. O primeiro aberto com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, e que vai até 2016, com a participação dos sindicatos no contexto desses governos. O segundo aberto pela destituição

² A de Rodrigues e Munhoz (1974) é anterior no tempo, mas trata-se mais de uma bibliografia do que uma resenha propriamente. O artigo traz um conjunto de produções cobrindo áreas como história do movimento operário, dos estudos sociológicos do trabalho e das ações coletivas.

³ Por óbvio, dado o grande volume de bibliografia sobre os temas aqui tratados, não caberia nos limites deste artigo; tivemos de fazer escolhas acerca do material que seria referido para cada um dos temas. Além disso, nos restringiremos a livros, capítulos de livros e artigos.

⁴ Uma das limitações expressas aqui é que, apesar de, em alguns momentos, referir-se ao sindicalismo no campo, o artigo está voltado para o sindicalismo urbano. Tentando minimizar essa questão, remetemos o/a leitor/a aos trabalhos, entre outros, de Medeiros (1989, 2014, 2021), Favareto (2006) e Corrêa (2021).

da presidente Dilma Rousseff, marcado pelo ataque à ordem democrática, pela intensificação das políticas regressivas e pelas reformas contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora e por seus impactos sobre o movimento sindical. O terceiro e último aberto com a eleição de 2018 e que se estende até os nossos dias, caracterizado por ataques à democracia, à classe trabalhadora e às suas organizações. Nesse último, analisa-se o advento da emergência sanitária em nosso país e as complexidades que esta trouxe, no sentido da organização e ação de trabalhadores e trabalhadoras.

São três momentos que estão claramente articulados, mas que guardam muitas distinções. Nestas já duas décadas do século XXI, no Brasil, trabalhadores e seus sindicatos foram confrontados por cenários variados de atuação. Este período nos parece interessante para nossa análise sobre as formas de organização, orientação e atuação do movimento sindical no país, na medida em que é marcado pelo retorno dos debates e políticas visando ao desenvolvimento econômico e social, pela diminuição do desemprego e retomada do emprego formal, por novas formas de relação entre Estado e sindicatos, de reorganização sindical e de reconfiguração das classes sociais, bem como de ascenso dos movimentos sociais, que teve como marco as manifestações de junho de 2013.

Este mesmo período testemunha, mais recentemente, o que seria o esgotamento de políticas empreendidas no início da década de 2000, indicando a abertura de outro cenário no qual pautas mais regressivas quanto ao mundo do trabalho vão sendo recolocadas à mesa. São revisadas políticas de proteção ao trabalho, cresce a informalidade, a precarização se generaliza mesmo para espaços formais, o desemprego vai assumindo patamares explosivos, entre outros aspectos. Junta-se a isso um forte componente de crise política e econômica. Dessa forma, estes são anos em que os sindicatos e o movimento sindical vão experimentar conjunturas diferentes e cada vez mais desafiadoras à sua sobrevivência como ator coletivo, em um cenário de incertezas para o mundo do trabalho tanto nacional quanto internacionalmente.

Em fins da década de 1990, também diante de um cenário de profundas transformações pelas quais passava o universo do trabalho no Brasil e no mundo, Rodrigues (1999) se questionava, assentado em forte lastro empírico internacional, acerca do destino do sindicalismo. Diante de paisagem tão alterada mirada por ele, conseguiriam os sindicatos continuar mantendo um certo sentido histórico e tendo lugar no mundo, ou seriam eles substituídos

por outras formas de organização? O destino, aí, praticamente se confundiria com uma crise aguda da instituição sindical. Menos um desaparecimento por completo, mais uma diminuição drástica de importância e um deslocamento do posto já ocupado historicamente. Essa questão ainda pode nos servir de eixo norteador do investimento analítico neste artigo.

A ideia é prescrutar como um dos atores que servem, há mais de século, como canal de organização e condução de conflitividade na sociedade brasileira está lidando com um país bastante mudado, que dista muito de períodos anteriores que foram fundamentais para determinados processos de formação de classe, bem como de correlatos tipos de sindicatos e formas de ação sindical.

Os sindicatos e os governos do PT

A vitória de Luiz Inácio da Silva, o Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais de 2002, apesar da ampla aliança que o apoiou, abriu um sem-número de expectativas acerca das mudanças estruturais por ele prometidas há muito e esperadas pela população após a ruína neoliberal da década de 1990. Era toda uma geração de militantes sindicais e um projeto que chegavam ao poder. Apesar de algumas especificações, e ainda que muitas das políticas implementadas tenham sido lançadas nos governos de Lula, pode-se tomar o período cobrindo também os governos de Dilma Rousseff, assim se estendendo de 2003 a 2016.

Estava claro que, neste período, o mundo do trabalho e a classe trabalhadora estariam, de diferentes maneiras, no centro das atenções. Entrariam em tela, entre outros pontos, questões relativas à valorização do salário mínimo, mudanças na estrutura sindical, implementação de novas formas de relação com o sindicalismo etc. A atuação do governo manteve certa centralidade em termos de ações dos programas sociais que pudessem ter impactos efetivos na redução da pobreza. E isto foi sentido ao longo do período. Programas como o Fome Zero e o Bolsa Família foram marcas importantes, principalmente no segundo caso, e abriram intenso debate à direita e à esquerda.

De todo modo, notava-se uma clara mudança das bases e horizontes das políticas do PT que vigorariam nos governos Lula e Dilma. Diante dos diagnósticos então efetivados, cada vez mais se migrava da classe trabalhadora organizada para aqueles setores mais pobres. Estes passariam rapidamente a

se integrar não só nos eixos de preocupação do governo, mas, sobretudo, em sua sustentação eleitoral. Em 2010, ano de eleição presidencial, cerca de 49 milhões de pessoas eram cobertas pelo Bolsa Família.

No que diz respeito à seguridade social de trabalhadores, o governo Lula se empenhou na elaboração e aprovação de uma reforma do sistema previdenciário via Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em 2003 (Jard da Silva, 2021). O projeto foi enviado ao congresso e, diferentemente de outras de suas iniciativas, teve trâmite de urgência. Ele foi aprovado no mês de agosto na Câmara dos Deputados e em dezembro no Senado Federal. Neste quesito, o governo lançou mão de um conjunto de instrumentos e discursos que, tendo em vista suas origens e ideais anteriores, causava certa espécie. À sua maneira, o governo Lula acabou dando sua contribuição particular ao já histórico processo de críticas e ataques à seguridade social no país.⁵

Como esperado, os sindicatos e o debate sobre suas formas de organização e atuação tiveram momento de destaque ao longo dos governos do PT, atraindo atenção da literatura sobre o tema (Araújo & Vêras de Oliveira, 2011; Antunes & Santana, 2014; Vêras de Oliveira, Bridi & Ferraz, 2014; Galvão & Marcelino, 2018; Carvalho & Costa, 2018; Ladosky & Rodrigues, 2018). Nesse sentido, pode-se perceber que, entre outros, tiveram relevância temas relacionados à atuação propriamente dita do movimento sindical no período, o processo da chamada reforma sindical, a participação de sindicalistas nas composições de governo e nos fundos de pensão e a mobilização das classes trabalhadoras a partir das greves.⁶

No que diz respeito às formas de atuação das entidades sindicais em termos gerais, um ponto sempre presente nos debates no seio do movimento de trabalhadores e das análises acadêmicas versava sobre a extensão da aproximação das entidades sindicais com suas cúpulas, com o governo e de que maneira essa ligação mais estreita acabava se descolando das possibilidades de organizações fincadas no cotidiano de vida e trabalho das classes trabalhadoras. Esse debate chegou até ao questionamento de se as entidades sindicais teriam ou não, ou em que extensão, sido cooptadas pelo governo.

⁵ Em 2015, o governo Dilma, sob muitas críticas do movimento sindical, fez novas alterações na aposentadoria e anunciou seu projeto de nova reforma da previdência para 2016.

⁶ Um outro tema que atraiu muita atenção e investimento de pesquisa, mas que não poderemos tratar diretamente aqui, teve a ver com os chamados “novos territórios produtivos” – por exemplo, em estados como RJ, RS, PR, MG, BA – e seus impactos sobre a classe trabalhadora e seus sindicatos em diferentes regiões. Remetemos o/a leitor/a aos trabalhos, entre outros, de Carvalho Neto (2002), Araújo (2006), Garcia e Guimarães (2006), Rodrigues *et al.* (2006) e Franco (2009).

Análises sobre suas orientações argumentam que uma parcela significativa do sindicalismo e, em particular, a maior central sindical nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), definiu-se por uma atuação de corte mais institucional (Carvalho, 2014; Ladosky & Rodrigues, 2018). Isso teria se dado em detrimento de uma atuação que contemplasse maior mobilização de trabalhadores na defesa de suas demandas. Mais ainda, abriu-se mão da organização de trabalhadores nos locais de trabalho. Essa orientação e movimentação “por cima” não se faria sem repercussões de condução política e de espaços de mobilização. A aproximação entre a cúpula do sindicalismo e o governo serviu como inibidor de postura mais confrontacionista, com decorrente moderação na luta política (Galvão & Marcelino, 2018). Esse deslocamento da ação sindical da CUT, de um lado, cobrou um preço no que tange à perda do protagonismo nas ruas, por exemplo, em 2013 e, de outro, naquilo que se demonstrou a insuficiente resistência do sindicalismo ao desmonte dos direitos que foi levado adiante pelo governo Temer (Ladosky & Rodrigues, 2018; Marcelino & Galvão, 2020).

Pensando nos resultados dessa virada “institucional” do sindicalismo brasileiro, em termos de sua parcela hegemônica, temos que essa estratégia visava à ampliação de direitos nas políticas públicas (Ladosky & Rodrigues, 2018). Se era essa a marca deste sindicalismo, isso atravessou as demais centrais, as quais, cada uma à sua maneira e em graus diversos de intensidade, seguiram também essa dinâmica (Ladosky & Rodrigues, 2018). Muito do retorno de participação em fóruns tripartites não teria se dado a partir de ações de mobilização da classe trabalhadora. Neste caso, deve-se levar em conta a proximidade entre a liderança sindical e o gestor do governo, na maioria dos casos um egresso das fileiras sindicais (Ladosky & Rodrigues, 2018). Um dos resultados desse processo foi a política de valorização do salário-mínimo, em que a negociação teve em paralelo um conjunto de mobilizações no período, que associava a agenda sindical (e até para além dela) à agenda governamental; em contraposição, outras pautas foram travadas. A atuação institucional deixava claros os seus limites, que só poderiam ser ultrapassados através de outras formas de mobilização e pressão, o que acabou, como indicado, claudicando em termos práticos.

Um dos grandes marcos do governo Lula, em termos sindicais, relacionou-se à chamada reforma sindical. Ao longo de suas muitas décadas de existência, a chamada estrutura sindical corporativa, montada no primeiro governo

Vargas, manteve-se quase intacta a ditaduras e democracias (Rodrigues, 1990). Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ela se associava, ordenando a organização de trabalhadores e empregadores, à regulação dos direitos do trabalho.

A vitória eleitoral de Lula trouxe ao poder uma geração de militantes sindicais forjados, como ele, no chamado “novo sindicalismo” e na crítica à herança corporativista. Inclusive isto gerou muitas críticas quanto ao que seria o excesso de sindicalistas nos vários escalões do governo. Promessa de campanha, a reforma da legislação sindical entrava na pauta do dia. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da organização do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), integrado por representantes de trabalhadores, patronato e governo, procurou elaborar um novo projeto sindical para o país (Bargas & Oliveira, 2005; Druck, 2006).

Assim, no governo Lula, a reforma da legislação sindical entrava na pauta do dia. Na visão de seus propositores, a reforma seria um passo na direção de uma mudança mais ampla, não se reduziria a uma alteração legislativa. O conjunto de reformas visadas pelo governo nesta área, segundo expresso em seus documentos (MTE, 2003; MTE, 2004 MTE, 2005), vinha no sentido de tornar as leis e instituições do trabalho mais compatíveis com o que seria a nova conjuntura social, política e econômica vividas pelo país. Como pano de fundo, indicado nos documentos, temos as consequências de sucessivas políticas econômicas danosas e a reestruturação produtiva, que trouxeram fortes impactos ao mundo do trabalho.

No geral, pela proposta, haveria aumento da representatividade e do poder de negociação das entidades sindicais, sua implantação efetiva nos locais de trabalho, a prevenção de práticas antissindicais, o fim do imposto sindical – com a criação da contribuição negocial oriunda de índices aferidos da negociação coletiva – e a “legalização” das centrais sindicais. Além disso, seria redesenhada a ação da Justiça do trabalho e se buscaria retirar a ideia de “abusividade”, quase invariavelmente presente nos julgamentos das greves e mobilizações de trabalhadores, sem deixar, com isso, de estabelecer regulações ao seu desenvolvimento. Pode-se dizer que o resultado era um híbrido, já que, na composição de posições, ficou-se entre a “unicidade” e a “pluralidade” sindical. Isso porque, ao mesmo tempo que se abre a possibilidade de existir mais de um sindicato de categoria por base territorial, garantiu-se a permanência dos já existentes com “exclusividade”, caso também preenchessem os requisitos de representatividade dispostos no projeto.

A reforma, se efetivada na lei e na prática, traria um novo campo de ação e disputas para os setores atuantes no sindicalismo brasileiro. Ela traria, contudo, algumas dificuldades em termos de sua consecução. Por exemplo, a aferição dos “índices de representatividade” das entidades sindicais, que lhes garantiria ou não a personalidade sindical e o direito de representar os trabalhadores de sua base, poderia se tornar um imenso e disputado emaranhado de números e estatísticas. A ideia de “exclusividade”, pensada como mecanismo de transição, garantiria a todas as entidades já existentes um prazo de carência para terem seus índices de representatividade aferidos. Dadas as condições no cotidiano da máquina sindical brasileira, isso poderia ser um instrumento de manutenção das velhas lideranças sob nova roupagem.

Desde os seus encaminhamentos iniciais, mas, principalmente, em termos de seus resultados, a proposta de reforma suscitou críticas tanto da parte de analistas quanto de sindicalistas (Borges, 2004; Galvão, 2005; Druck, 2006), mas também defesas (Bargas & Oliveira, 2005). Entre as muitas críticas geradas no processo de discussão e construção do projeto de reforma, pode-se enfiar questões que vão desde as entidades de cúpula, passam pela organização no local de trabalho, a ingerência do Estado e o direito de greve.

No geral, para alguns críticos, restaria a certeza de que, a partir da proposta em tela, se efetivaria a ideia de que o “negociado” prevaleceria sobre o “legislado”. Isso poderia servir a um relativamente diminuto grupo de sindicatos, mais organizados, estruturados e fortes, mas traria elementos trágicos para uma maioria esmagadora deles, nem tão estruturados e fortes assim.

A entrada do projeto de reforma no parlamento foi feita em um momento bastante difícil para o governo Lula e, dadas as resistências dos mais variados setores, não foi adiante. Saído da crise, o governo buscou formas de alterar a legislação sindical, se não pela via de um conjunto amarrado de dispositivos legais, ao menos pela via mais pontual, ocorrendo o que se chamou de fatiamento e encaminhamento de apenas alguns pontos, enterrando ali a efetivação da reforma enquanto tal.

O próprio FNT, por exemplo, peça importante e local de debate de todo o processo, dedicou-se a questões importantes, mas muito mais focalizadas e pontuais. Tais questões não necessariamente se enquadravam entre o que seriam pontos afeitos a uma reforma sindical, alguns já tocando o que seriam temas de uma Reforma Trabalhista, a qual acabou por nunca ser feita naquela conjuntura.

Um dos tópicos mais próximos daquele escopo foi o acordo sobre o reconhecimento das Centrais Sindicais e o processo de reorganização que acabou produzindo (Galvão, Marcelino & Trópia, 2015). Ao reconhecimento das centrais sindicais, associou-se uma série de dispositivos que normatizam a existência destas entidades no país, definindo suas atribuições e prerrogativas com medidas do tipo aferição de representatividade, estabelecimento de patamar mínimo de filiação e dotação financeira. A passagem do reconhecimento político-institucional, que as centrais já dispunham, para o reconhecimento jurídico obviamente implicou direitos e deveres. Para alguns, isso viria a limitar a organização e as ações das centrais; para outros, foi um passo fundamental para a mudança da estrutura sindical. De todo modo, devemos lembrar que os trabalhadores sempre articularam movimentos por dentro e por fora das limitações legais, quando se viram impedidos e prejudicados por elas (Ladosky & Vêras de Oliveira, 2014; Ladosky & Rodrigues, 2018).

A incorporação massiva de sindicalistas nos vários escalões do governo foi, sem dúvida, uma característica importante desses anos. Além disso, foi bastante sensível a dedicação de energias junto aos fundos de pensão das empresas públicas (Jardim, 2009; Oliveira, 2010; Magnani *et al.*, 2020), tendo estes fundos um papel cada vez mais destacado nas apostas de investimento do governo, como no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. Mobilizando algo em torno de 19% do PIB nacional, os fundos de pensão e os sindicalistas que os dirigiam passaram a ter papel também de relevo no processo capitalista financeirizado em nosso país.

Outro ponto de destaque no cenário daqueles anos foram as mobilizações grevistas que movimentaram um conjunto diversificado e expressivo de setores da classe trabalhadora brasileira. Mobilizações estas que convocaram análises para seu entendimento (Boito Jr & Marcelino, 2010; Vêras de Oliveira, 2014; Marcelino, 2017; Oliveira, 2019), as quais lançaram luz sobre pontos e questões, específicos ou não, envolvendo as greves e a própria ideia de ciclos. Uma das indagações colocadas à mesa foi: como pensar a questão de um possível declínio dos sindicatos quando se está em meio a um ciclo grevista?

Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre os efeitos de características do sindicalismo e de conjunturas econômica, política e ideológica que podem servir de base para retomadas e ciclos mobilizatórios (Boito Jr & Marcelino, 2010; Marcelino, 2017). A percepção de um quadro positivo

trazido no período para as condições de organização e mobilização também pesariam nesse processo. A posição importante, ainda que subalterna, que o sindicalismo passa a ocupar nos arranjos de sustentação política do governo lhe forneceu *status* de aliado e de reconhecimento, garantindo-lhe tratamento diferenciado (Boito Jr & Marcelino, 2010; Marcelino, 2017), bastante distinto do que recebera, por exemplo, nos anos 1990.

E, mesmo diante da presença e do papel dos sindicatos, aquele contexto trouxe outras questões sobre as mobilizações de base para além de suas lideranças. Análises se dedicaram às greves, que surpreenderam os sindicatos, demonstravam a revolta contra condições de trabalho para lá de precárias e passavam longe do discurso desenvolvimentista do governo e dos megaeventos. Também abordaram como essas paralisações produziram deslocamentos e reposicionamentos nos atores em presença, entre eles, notadamente, o ator sindical tanto ao nível local quanto ao nível nacional (Véras de Oliveira, 2014; Rombaldi, 2014).⁷

Das manifestações de junho à Reforma Trabalhista: o sindicalismo em questão

Em junho de 2013, o Brasil viveu um conjunto de manifestações⁸ com a participação de atores sociais diversos. Iniciado pelos movimentos sociais que reuniam a juventude em torno do debate sobre a tarifa do transporte público, tendo à frente o *Movimento Passe Livre*, as manifestações tiveram rumo diferente após situações de violência policial. Com a pauta de “não é só pelos 20 centavos”, milhões de pessoas tomaram as ruas do país pedindo melhorias nos serviços de saúde, educação, segurança e com palavras de ordem contra a corrupção. Foi um movimento multifacetado, com orientação disputada, no qual, em seu desenvolvimento, couberam grupos de esquerda e de direita e que, até hoje, tem servido aos mais variados tipos de interpretação.

⁷ Na análise das greves, Rombaldi (2014) persegue a perspectiva dos limites e possibilidades das articulações e estratégias globais dos movimentos. Esta perspectiva tem sido explorada por uma linha de investigação nos estudos sindicais. Sobre as redes sindicais transnacionais, por exemplo, ver, entre outros, Mello e Silva *et al.* (2015), Rombaldi (2016), Framil (2016) e Framil *et al.* (2021).

⁸ As quais, dependendo do espectro analítico, são denominadas de jornadas, movimentos, rebeliões etc.

Não se contestava apenas o preço da passagem de ônibus, mas colocava-se em discussão o papel das instituições políticas tradicionais, como os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), os partidos políticos, os movimentos sociais tradicionais e os sindicatos. A ausência de alguns desses agentes nas manifestações de junho de 2013, seja como protagonista ou coadjuvante, foi fortemente notada, pois não estava relacionada a uma proposta de resistência a um movimento apartidário, mas ao próprio posicionamento desses atores sobre as manifestações que questionavam o *establishment*, o que incluía os seus representantes.

É nesse contexto que também se discute o papel da democracia liberal representativa. O avanço do uso das redes sociais digitais como espaços de discussão e participação política construía o imaginário de uma maior presença das pessoas no debate político público, que não mais dependiam de representantes para expor suas ideias e reivindicar seus direitos. Movimentos diversos surgiram nesse contexto, como o *Vem para a Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, ambos de viés conservador. Aos poucos, as sementes da contestação à ordem constituída começaram a frutificar em propostas que deslegitimavam as instituições políticas e avançavam para uma mudança no estado de coisas (Maricato *et al.*, 2013; Abranches *et al.*, 2019).

Apesar de pouco mencionadas nas análises mais gerais sobre aqueles eventos, as forças sociais do trabalho estiveram presentes às manifestações (Singer, 2013; Antunes & Braga, 2013; Boito Jr., 2013; Braga, 2013, 2015), talvez não da forma tradicional ou da maneira como se esperava. Em meio às manifestações, uma chamada de “greve geral” foi feita pelas redes, sem qualquer participação dos sindicatos e/ou centrais sindicais, que reagiram chamando ao “dia nacional de luta”. Nesse cenário, os sindicatos acabaram se vendo em uma encruzilhada, assim como as demais instituições democráticas.

A crise dos sindicatos é algo posto no debate das ciências sociais há décadas (Rodrigues, 1999; Cardoso, 2003; Boito Jr. & Marcelino, 2010). No entanto, os governos do PT trouxeram novas perspectivas ao movimento sindical, que se viu em contexto mais favorável e alcançou ganhos como o estabelecimento de negociações coletivas com aumentos salariais superiores à inflação e o reconhecimento legal das centrais sindicais e sua inclusão na partilha da contribuição sindical compulsória (Cardoso, 2014). As manifestações de 2013 tornaram-se, então, um novo marco para os sindicatos, pois eles não foram agentes considerados no espectro de instituições a serem incluídas

naquele processo, senão criticamente. O declínio anunciado por Rodrigues (1999) parecia se tornar realidade.

A isso, associa-se o esgotamento de políticas que impulsionaram o desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o avanço de pautas regressivas e as chamadas políticas de austeridade fiscal que atingiram fortemente o trabalho e que exigiram respostas do movimento sindical (Santana, 2015). A crise era vista de ângulos diferentes. Por um lado, havia o entendimento de que a crise experimentada pelo sindicalismo brasileiro naquele momento era resultado da virada “negocial” de setores do sindicalismo, anteriormente marcados por práticas mais “combativas”. A entrada desses agentes na estrutura do governo teria acarretado distanciamento da ação sindical de pautas reivindicatórias e de contestação e da real luta da classe trabalhadora (Antunes & Silva, 2015). Por outro, considerava-se que a ideia de crise estava relacionada às críticas enfrentadas pelo projeto hegemônico da CUT e do PT (Cardoso, 2015) e não à perda efetiva de vigor do movimento sindical brasileiro, pois percebia-se um avanço da sindicalização no setor rural e entre as mulheres (Silva & Campos, 2014; Rodrigues, 2015), principalmente no setor da agricultura familiar (Rodrigues & Ladosky, 2015), ao mesmo tempo que as negociações coletivas se tornavam mais efetivas (Cardoso, 2015).

A despeito do crescimento expressivo da sindicalização das mulheres, elas ainda vão encontrar, ao longo de todo o período, sérias limitações no sentido de participação e representação mais plenas e igualitárias na vida sindical, bem como enfrentar as desigualdades na sociedade e no mercado de trabalho (Ferreira, 2004; Lima, 2005, 2006; Teixeira & Pelatieri, 2008; Daniel, 2011).⁹ Na intersecção das dimensões de classe, raça e gênero, o debate sobre o trabalho doméstico e as formas de organização das trabalhadoras domésticas (Acciari, 2016; Fraga & Monticelli, 2021; Araújo & Barros de Oliveira, 2021) colocou questões importantes e marcou o contexto da construção e apresentação da chamada “PEC das domésticas”, bem como seus desdobramentos e repercussões. A aprovação desta PEC tornou-se possível devido a uma intensa mobilização dos sindicatos de trabalhadoras domésticas ao longo do tempo, à sua articulação com movimentos e pautas

⁹ Para mais trabalhos sobre mulheres e sindicatos nos períodos analisados, ver, entre outros: Bertolin & Kamada (2012); Caputo *et al.* (2013); Pimenta (2013); Ostronoff (2016); Godinho Delgado (2017); Santiago *et al.* (2017); Peres (2018); Munhoz & Silotto (2019).

raciais e de gênero e ao governo, que colocou o tema do trabalho doméstico na agenda política, direcionando essas demandas aos seus órgãos, secretarias e ministérios (Fraga & Monticelli, 2021).

Outros fatores colocavam-se como desafios à ação sindical, o que motivava ainda mais a busca pelo entendimento dos caminhos percorridos pelo sindicalismo brasileiro. O fortalecimento de formas ditas atípicas de trabalho – com o estímulo ao empreendedorismo e o crescimento da digitalização do trabalho, que apresentaram à classe trabalhadora o que seria uma perspectiva de liberação de espaços de trabalho opressores, de flexibilidade para jornadas e, principalmente, de tornar-se seu próprio patrão (Abílio, 2019; Castro, 2015, 2016) –, assim como os impactos da terceirização e da incorporação da juventude trabalhadora precária no mundo do trabalho, tensionavam o sindicalismo em termos de sua organização e ação (Véras de Oliveira, 2015; Braga & Santana, 2015).

A juventude trabalhadora precária fortaleceu-se como protagonista política no movimento sindical neste período, incorporando em sua discussão pautas no âmbito do trabalho e para além dele, como, por exemplo, as políticas LGBTQIA+, o que evidenciava a importância de os sindicatos entenderem a classe trabalhadora como composta por múltiplos sujeitos e identidades, que precisam também estar representadas na estrutura sindical e nas suas articulações (Braga & Santana, 2015). A crise do sindicalismo, assim, poderia ser vista para além da crise de um dado projeto, mais pela limitação e dificuldade do movimento sindical em incorporar as mudanças sociais ocorridas nos últimos 20 anos, inclusive no próprio perfil da classe trabalhadora. Nesse sentido, parcela considerável do sindicalismo ainda se mantém presa a um dado modelo de sindicato e a uma forma de fazer sindicalismo.

A esse cenário, que já evidenciava a heterogeneidade de relações de trabalho e interesses sociais com que o sindicalismo precisou lidar, agregou-se um aprofundamento da crise da democracia e das pautas progressistas, levando o movimento sindical a recuar em termos da ação sindical, concentrando seus esforços na luta por sua própria sobrevivência. A crise econômica e política, que se aguça a partir de 2015, pavimentou o caminho para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o qual foi acompanhado pelo retorno da agenda que visava reduzir os direitos dos trabalhadores e o poder de mobilização dos sindicatos.

Se antes já havia um questionamento sobre o papel dos sindicatos, a partir de 2016, a importância deste agente para a política e para a representação

da classe trabalhadora se tornou alvo de agressiva política de governo. A ascensão de Michel Temer à Presidência da República fortaleceu o discurso sobre a necessidade de uma reforma na legislação trabalhista, em termos de incluir outras possibilidades de contratação, como o contrato de trabalho intermitente e a terceirização da atividade-fim, assim como de reduzir o papel dos sindicatos nos processos de negociação. Como marco central, tinha-se a proposta de colocar o negociado com prevalência sobre o legislado.

A reforma trabalhista foi concretizada na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, acarretando impactos significativos para a ação sindical. A reforma trazia, em uma de suas claras intenções, o ataque direto aos sindicatos (Véras de Oliveira *et al.*, 2019). Estava patente em sua concepção que os sindicatos precisavam ser abatidos, deixando caminho livre para a implantação da completa destituição de direitos que se visava. E, de fato, o impacto foi duríssimo.

Olhando-se os setores profissionais de forma geral, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda que já mostre declínio desde 2013 e mesmo podendo estar relacionado a diversos outros fatores (Campos, 2021), o número de trabalhadores afiliados aos sindicatos cai com maior intensidade, após a reforma, em 2018 e 2019. Mesmo no setor público, dado o temor das perdas com a reforma da previdência, foi grande o número de aposentadorias, desligando uma geração com mais proximidade com os sindicatos. Por outro lado, com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, que passou a ser opcional com a reforma trabalhista, de forma vertiginosa, sem nenhum processo de transição, as entidades tiveram perdas enormes no que tange à sustentação financeira.

Esta perda variou por setores e categorias, entre os servidores públicos, por exemplo, manteve-se certa estabilidade comparativamente; mas, na média, em outros setores, chegou-se até cerca de 80% de perda de arrecadação, atingindo em cheio estruturas e dinâmicas da vida sindical no país. Com um só golpe, foi alterado todo o ambiente de regulação do trabalho, precarizando ao limite e retirando de suas forças sociais um dispositivo central com o qual pudessem resistir ao contexto adverso que se estabelecia.

Novos desafios então se colocam para os sindicatos e para os pesquisadores da área, tendo a reforma assumido o lócus central da análise (Krein, Gimenez & Santos, 2018; Krein, Véras de Oliveira & Filgueiras, 2019; Antunes & Praun, 2019). Logo após sua promulgação, claras tendências de

flexibilização das negociações coletivas (Colombi *et al.*, 2021) e de perda de força da ação sindical em períodos posteriores a 2017 foram identificadas, principalmente entre sindicatos com baixa tradição sindical e de profissões com um nível maior de precarização (Galvão & Teixeira, 2018). Esta tendência se intensifica após a reforma, com o avanço das pautas patronais nas negociações coletivas, como o parcelamento de férias, contrato intermitente, a prevalência do negociado sobre o legislado e a verificação da queda nas taxas de sindicalização e na arrecadação de recursos, demandando a construção de estratégias de sobrevivência pelos sindicatos (Scherer, 2019; Campos *et al.*, 2021a).

Como veremos a seguir nos desdobramentos dessa conjuntura, apesar do cenário, como em muitos outros momentos, os sindicatos foram, aos poucos, apesar de combalidos, reagindo no período. Várias experiências foram postas em prática. Uma ação importante foi a busca por ampliar as filiações, com campanhas continuadas, dotando as entidades de novos(as) filiados(as), de maior base de representação e de novo influxo de recursos que pudessem sustentar as atividades sindicais. Em outro flanco, muitos setores conseguiram recursos pela via da contribuição negocial, vinculada à negociação coletiva e aprovada em assembleias das categorias. Assim, ainda que em um processo em construção, os sindicatos foram se adaptando e sobrevivendo.

A isso, associou-se o desenvolvimento de novas formas de engajamento e de luta diante da precarização cada vez maior das relações de trabalho e da crescente erosão dos valores democráticos, o que pode indicar o declínio de um certo tipo de sindicalismo e o surgimento de outros padrões de organização da classe trabalhadora.

A pandemia, a precarização e a revolta: as múltiplas dinâmicas da resistência

Se não bastasse todo o quadro descrito acima, em 2020, o país foi colocado, como o resto do mundo, de ponta cabeça com a chegada da pandemia da Covid-19. Ela revelaria e agravaria o verdadeiro resultado desse conjunto de reformas sobre a classe trabalhadora e os seus setores mais precários. Isso ficou material, simbólica e tragicamente claro no fato de que, entre as primeiras vítimas no Brasil, tivemos uma mulher negra, trabalhadora doméstica, contaminada no espaço de trabalho pela patroa que voltara de um *tour* pela Europa.

Os locais de trabalho e o deslocamento até eles nas aglomerações, nos péssimos sistemas de transportes coletivos, tornaram-se pontos de contágio importantes. A visão ilusória de que na pandemia estávamos “todos(as) no mesmo barco” e de que ela era “democrática” em seus impactos caiu por terra rapidamente quando todos os números passaram a mostrar que a sua tragédia, por óbvio, tinha classe, raça, gênero e etnia, sendo os já vulnerabilizados socialmente os mais atingidos (Santana, 2021).

Nesse sentido, os impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora, seus sindicatos e suas ações passaram a estar no centro de um conjunto de investimentos analíticos, atraindo importante atenção da literatura.¹⁰ O necessário isolamento social demandado pela emergência sanitária – que direta ou indiretamente obrigou a uma retirada das ruas, da circulação e do encontro – e a migração para as interações por telas tiveram claros efeitos nas sociabilidades em geral, sobretudo naquelas que têm no encontro coletivo e nas ruas um de seus centros de existência. As consequências para o movimento sindical, nos mais variados setores e categorias, foram de grande monta, propondo-lhe desafios e reorientações em múltiplas dimensões (Pessanha & Rodrigues, 2020; Campos, 2020a, 2020b; Framil Filho & Mello e Silva, 2020; Santana, 2021; Trópia, 2021; Rodrigues *et al.*, 2022).

Os sindicatos nem tinham se recuperado da fragilidade produzida pelas políticas regressivas implementadas na conjuntura anterior e já tiveram de lidar com um cenário que dificultava ainda mais suas possíveis ações. Pode-se dizer que as entidades sindicais se desdobraram entre as ações já usuais na sua trajetória pré-pandemia e aquelas que precisaram empreender no novo cenário pandêmico estabelecido. Há uma clara articulação da permanência de repertórios de ação coletiva já consolidados com a introdução de inovações táticas importantes (McAdam *et al.*, 2009).

Como habitualmente, os sindicatos tiveram trabalho importante, onde foi possível. Por exemplo, nas negociações trabalhistas, no sentido de impedir perdas de direitos (Pessanha & Rodrigues, 2020; Campos, 2020a, 2020b; Framil Filho & Mello e Silva, 2020; Trópia, 2021; Rodrigues *et al.*, 2022).

Nesse quadro, os sindicatos não apenas continuaram negociando e defendendo os interesses de suas bases, nas negociações coletivas regulares,

¹⁰Uma outra gama de estudos se dedicou aos impactos sobre o mundo do trabalho de forma mais geral. Representativa desses estudos, a coletânea organizada por Oliveira e Pochmann (2020) associa um conjunto de trabalhos que buscam dar conta do que chamam de “a devastação do trabalho” em nosso país.

mas também precisaram lidar com outras novas questões que se apresentaram. O governo tomou medidas com o objetivo de dificultar a participação coletiva nesses processos, visando sempre a sua troca por mecanismos de escolhas e definições individualizadas. Isso ficou explícito na participação dos sindicatos nos processos de negociação acerca da proposta do governo de suspensão parcial ou integral dos contratos de trabalho, garantindo, sempre que a correlação de forças permitiu, que o rolo compressor e a devastação não fossem totais. Naqueles setores com baixa ou nenhuma representação sindical, esses embates foram ainda mais difíceis.

Com a pandemia, novas complexidades organizativas e mobilizatórias se apresentaram, aumentando os desafios postos aos sindicatos e suas lideranças, já que, como indica Campos (2020a, 2020b), as recomendações sanitárias impuseram limitações ao funcionamento das entidades sindicais e ao trabalho de base de suas lideranças, relacionadas tanto às restrições à circulação de pessoas quanto ao fechamento de locais de trabalho, desafiando sua capacidade de diálogo e representação. Em alguns setores, em que os locais de trabalho continuaram operando, foi possível aos sindicatos manter algumas de suas rotinas, ainda que de forma limitada, de visita a esses espaços e de contato direto com sua base de representação.

Todo esse contexto fez com que as ações sindicais incorporassem um conjunto de novas dinâmicas relacionadas ao uso das tecnologias digitais (Pessanha & Rodrigues, 2020; Campos, 2020b, 2020c; Framil Filho & Mello e Silva, 2020; Trópia, 2021; Cardoso, 2022; Rodrigues *et al.*, 2022). Assim, defendendo o isolamento social, mas buscando encurtar o distanciamento, tornou-se corrente, via meio digital, a realização de reuniões e assembleias, lives sobre os mais variados temas, formação de grupos de *WhatsApp* etc. Por certo, apesar de manter contatos e diminuir distâncias, essa incorporação não se deu sem desafios, entre outras coisas, pelo fato de que, em muitos casos, ela se estabeleceu e foi utilizada de forma pouco interativa como via de mão dupla. De toda forma, são muitas as experiências em que foi observada até maior aproximação e participação das bases em termos de contatos com suas entidades.

Outra dimensão importante da ação sindical durante a emergência sanitária foi o incremento de sua busca por articulação com outros setores sociais no sentido de buscar sinergias (Campos, 2020c; Framil Filho & Mello e Silva, 2020). Assim, pode-se perceber não apenas o trabalho conjunto

no âmbito das centrais sindicais, mas também as articulações, seja com as frentes de mobilização, seja com outras formas de coalizão. Contudo, deve-se assinalar ainda suas limitações no sentido de buscar relações com setores mais precários, fora de sua alçada tradicional de representação e articulação, bem como de uma maior construção de vínculos e ações diretamente inseridas nos territórios, que possibilitassem uma maior intersecção de demandas e de lutas (Campos, 2020c; Rodrigues *et al.*, 2022).

A classe trabalhadora brasileira – que se viu sob um governo que desprezava a doença e as proteções sanitárias e sociais –, salvo o setor público, que conseguiu garantir direitos apesar das pressões, dividiu-se em grupos, entre outros, que estavam no desemprego em massa, com contratos suspensos ou de redução de jornada e salário, e na informalidade. Em termos de estratégias, onde foi possível, as empresas, além da suspensão de contratos e redução de jornadas e salários, aceleraram a implantação do chamado *home office*, que cobriu cerca de 15% de nossa força de trabalho.

Ao mesmo tempo que protegeu setores da classe trabalhadora da exposição, essa forma de trabalho trouxe também impactos à saúde física e mental dos trabalhadores, separou os coletivos de trabalho, isolou individualmente trabalhadores, dificultou a agência coletiva e sindical, obrigou os trabalhadores a cargas horárias extensas e pesadas, transformando o espaço da casa em local de trabalho. Essa forma de trabalho sobrecarregou sobretudo as mulheres, dadas as múltiplas jornadas já impostas no espaço dos lares. Muitas dessas mudanças, mesmo com a flexibilização das medidas sanitárias restritivas, indicam que as empresas usaram as práticas emergenciais no contexto de pandemia também como experiência para tempos futuros.

De todo modo, apesar das grandes limitações da emergência sanitária, o mundo do trabalho brasileiro se movimentou em termos de mobilizações e greves, com variação de tipo, demanda, setor, duração e resultado, tendo nos sindicatos atores importantes e canalizadores da conflitividade social. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o ano de 2020 se encerrou registrando 649 greves, 64% delas organizadas por trabalhadores da esfera privada e 30% por trabalhadores da esfera pública (funcionalismo público e empresas estatais). Esse total anual representa uma diminuição de 42% em relação às 1.118 greves ocorridas em 2019 (Dieese, 2021b).

Estas greves trouxeram um conjunto variado de demandas que tiveram, cada uma à sua maneira e medida, a marca dos impactos da pandemia nos diversos setores da classe trabalhadora, com pautas que vão desde questões salariais até a proteção contra os riscos de contágio (Santana, 2021). Ao observar-se o quadro do reivindicado pelas mobilizações, temos que as relacionadas ao pagamento de vencimentos em atraso (salário, férias e 13º) foram as mais frequentes (40%). Em seguida, presente em 22% das greves, está a exigência de reajuste nos salários e nos pisos salariais – e, também, com a mesma participação percentual, as questões relacionadas à alimentação. Itens relacionados às condições de segurança e ao fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) ocuparam 16% da pauta grevista, em 2020. Destaques para reivindicações relacionadas à pandemia de Covid-19 (Dieese, 2021a).

Pode-se dizer, contudo, que nada foi tão marcante nesse contexto de emergência sanitária, ganhando a cena e o debate público, quanto a organização, mobilização e ação coletiva dos setores precários das classes trabalhadoras. Nesse sentido, o mês de julho de 2020, através dos chamados *#brequedosapps* organizado por entregadores por aplicativos, passou a figurar entre os momentos de destaque na longa história da luta dos trabalhadores no país. A categoria já vinha atraindo atenção de análises acadêmicas, mas não há como negar que, com sua mobilização, atraiu ainda mais investimento analítico. Interessante também perceber, neste particular, que muitas análises foram feitas no calor dos acontecimentos e tiveram nas redes sociais um importante espaço de acolhimento e divulgação.

Um amplo e diverso conjunto de análises foi produzido sobre as múltiplas dimensões daquele movimento, bem como acerca da categoria que o empreendia. Sobre a mobilização em si, por exemplo, algumas análises fornecem elementos importantes para pensar limites e possibilidades das formas de organização e orientação, para dentro e para fora, daqueles movimentos, bem como para a avaliação de seus impactos efetivos (Santana & Braga, 2020; Abílio, 2020; Galvão, 2020a, 2020b; Praun, 2020; Dutra & Festi, 2020). Outras trazem a lume informações importantes para o entendimento do perfil socioeconômico e das condições de trabalho da categoria na pandemia (Abílio *et al.*, 2020; Manzano & Krein, 2020). Já no que diz respeito à questão da regulação trabalhista, alguns estudos deixam claras a tentativa das empresas de burlá-la e suas estratégias de contratação

e gestão do trabalho, explicitando os vínculos que elas insistem, por óbvios interesses, em negar (Filgueiras & Antunes, 2020).

O movimento de entregadores, ou o *#brequedosapps*, ocorrido em dois atos nos dias 1º e 25 de julho de 2020, agitou a cena pública com sua mobilização, que tomou conta de várias capitais do país. Eles(as) se situaram na ponta mais aguda da luta contra a precarização do trabalho e da vida no país, em um quadro de desproteção social instituído nos anos recentes no Brasil, desvelando os processos laborais, sociais e políticos que nos haviam trazido até ali, e apontavam tanto para o possível espalhamento daquele quadro para amplos setores da classe trabalhadora, como para os possíveis caminhos de resistência (Santana & Braga, 2020; Galvão, 2020a, 2020b; Santana, 2021).

Assim, a luta de entregadores contra a precarização do trabalho e da vida forneceu grande contribuição para abrir e orientar caminhos para muitos outros setores e movimentos nessa direção. A manifestação, sobretudo, colocou explicitamente a centralidade do trabalho e das lutas oriundas desse universo. Não se poderá falar da pandemia e de seus impactos laborais no Brasil sem falar da resistência da classe trabalhadora, principalmente dos trabalhadores precários.

Considerações finais

Acompanhando os percursos seguidos pelo sindicalismo e pelas análises acadêmicas sobre o campo sindical no período, fica clara a indicação do forte conjunto de mudanças no mundo do trabalho, de alterações nas configurações do trabalho e no perfil da classe trabalhadora, bem como da lida dos sindicatos para dar conta das transformações sociais, políticas e econômicas de cada momento analisado.

Os sindicatos não foram organizados sempre da mesma forma ao longo da história, sendo fruto de um conjunto variado de experimentações políticas e organizativas. Durante o longo período fordista, nos países do capitalismo central e até em sua periferia, consagraram um certo modelo que acompanhava as bases daquele sistema de produção. Tal fato não nos deve fazer esquecer vários outros momentos e experiências de organização, de formação e perfis muito diferentes do movimento de trabalhadores. Esses processos e/ou mutações sempre levaram a períodos de descompassos e

ajustes e, nesses momentos, ressurge o debate de posições sobre a crise, o declínio e a “morte” dos sindicatos.

Não se trata de desconsiderar tendências, que, inclusive, podem ser lidas de diversas formas; a questão aqui é relativizar algumas visões, que reaparecem recorrentemente em determinados cenários, indicando o fim quase iminente dos sindicatos ou que estas instituições seriam organismos sem muita importância nas sociedades contemporâneas. Desde os anos 1990, na primeira onda de neoliberalismo no país, quando floresceram essas ideias, já se vão longos trinta anos. Desse modo, poderíamos falar das muitas mortes do sindicalismo?

Muitas dessas tendências acabaram sendo ralentadas ou estancadas e, em alguns casos, até alteradas por outros fatores, como as mudanças de cunho político mais amplo. Se foram reforçadas por certos governos, não necessariamente o foram, da mesma maneira e/ou na mesma intensidade, por outros. Os governos e suas políticas, dos anos 1990 e os de 2016 até aqui, guardam diferenças de impactos sobre o sindicalismo com aqueles de 2003 até 2015. A economia é importante, mas a política também tem seu lugar no cenário. Dessa forma, não há por que, olhando-se a experiência histórica e o que vem acontecendo atualmente, negar a possibilidade de os sindicatos, diante do presente quadro, alterarem estruturas, formas e dinâmicas de organização e ação. Isso não se dará no vácuo, terá de se haver com tradições, estruturas e práticas que os caracterizaram até aqui, em um processo que não se faz sem alguma tensão e articulando-as com as demandas dos novos tempos.

Os estudos aqui apresentados dão conta disso. Nos três momentos, em suas diferenças sociais, políticas e econômicas, questões foram postas aos sindicatos e eles tiveram de, seja em cenários favoráveis ou não, de uma forma ou de outra, respondê-las. Muitas das críticas endereçadas ao sindicalismo, bem como seus dilemas e impasses, neste período, já estiveram presentes em outros cenários no sentido do questionamento de suas formas de estrutura e organização, de suas pautas e orientações, de suas formas de luta e mobilização. Mas, se já desde a virada dos séculos XX e XXI muitas dessas questões estavam colocadas, foram ainda mais radicalizadas nas duas últimas décadas.

O sindicalismo tem uma longa e importante trajetória de conquista e garantia de direitos para a classe trabalhadora. Não há por que, e nem como, prescindir deles. Seria interessante escapar às visões polarizadas e limitantes, que veem oposição excludente entre sindicatos e outros

formatos de organização que vêm surgindo a partir do mundo do trabalho, a partir de novos perfis de formação de classe e de suas demandas, e de diferentes maneiras de canalizações da conflitividade social. Mais rico e produtivo seria pensar nas possíveis sinergias e potências das relações entre diferentes agências, sem exclusivismos. Em termos de mobilização, teremos de ver como, e se, eles buscarão incorporar mais trabalhadores em suas movimentações, bem como de que modo outros setores e categorias podem se associar a essa luta contra a precarização do trabalho e da vida imposta pelo capitalismo em sua nova fase. Uma vez mais, os sindicatos jogarão aí o seu destino. Por sua importância concreta para a classe trabalhadora e suas representações, essas e outras questões apontam para novas agendas de pesquisa e investigação que devem chamar atenção dos estudos do trabalho nesta nova conjuntura.

Referências

- Abílio, Ludmila C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18 (3), 41-51. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Abílio, Ludmila C. (30 jul. 2020). Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>
- Abílio, Ludmila C., Almeida, Paula F., Amorim, Henrique, Cardoso, Ana Cláudia M., Fonseca, Vanessa P. da, Kalil, Renan B., & Machado, Sidnei. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Abramo, Laís W., & Montero, Cecília. (1995). A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 40, 65-83.
- Abranches, Sérgio *et al.* (2019). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Companhia das Letras.
- Acciari, L. (2016). “Foi difícil, mas sempre falo que somos guerreiras”: O movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento. *Mosaico*, 7 (11), 125-147.
- Antunes, Ricardo. (2006). Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. *Em: Ricardo Antunes (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (pp. 499-508). Boitempo.
- Antunes, Ricardo (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo.
- Antunes, Ricardo, & Braga, Ruy. (9 set. 2013). Los días que conmovieron a Brasil. Las rebeliones de junio-julio de 2013. *Herramienta*, 53. <https://www.herramienta.com.ar/?id=1968>
- Antunes, Ricardo, & Praun, Luci. (2019). A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária – a dupla face de um mesmo projeto. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 2 (1). <https://doi.org/10.33239/rtdh.v2i1.43>
- Antunes, Ricardo, & Santana, Marco Aurélio. (2014). Para onde foi o novo sindicalismo? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. *Em: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, & Rodrigo Sá Motta (Org.). A ditadura que mudou o Brasil* (pp. 128-141). Zahar Editor.

- Antunes, Ricardo, & Silva, Jair B. (2015). Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, 28 (75), 511-527. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005>
- Araújo, Ângela M. C., & Vêras de Oliveira, Roberto. (2011). El sindicalismo em la era de Lula. *Trabajo*, 5 (8), 83-112.
- Araújo, Silvia Maria. (2006). Indústria automobilística e sindicato: atuação renovada no Paraná dos anos 2000. *Caderno CRH*, 19 (46), 47-60.
- Araújo, Verônica S., & Barros de Oliveira, Rachel (2021). Cuida de quem te cuida: a luta das trabalhadoras domésticas durante a Pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*, 19 (38), 126-151.
- Bargas, Osvaldo M., & Oliveira, Marco Antonio. (2 mar. 2005). É hora da reforma sindical. *Teoria e Debate*, 61. <https://teoriaedebate.org.br/2005/03/02/e-hora-da-reforma-sindical/>
- Bertolin, Patrícia T. M., & Kamada, Fabiana L. (2012). Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. *Caderno Espaço Feminino*, 25 (1), 28-52.
- Boito Jr., Armando. (1º ago. 2013). O impacto das manifestações de junho na política nacional. *América Latina em movimento*. <https://www.alainet.org/pt/active/66136?language=es>
- Boito Jr., Armando, & Marcelino, Paula. (2010). O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, 23 (59), 323-338. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200008>
- Borges, Altamiro. (Org.) (2004). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. Anita Garibaldi.
- Braga, Ruy. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo.
- Braga, Ruy. (2013). As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. *Observatorio Social de América Latina*, 14 (34), 51-61.
- Braga, Ruy. (2015). *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. Alameda.
- Braga, Ruy, & Santana, Marco Aurelio. (2015). Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH*, 28 (75), 529-544.
- Bridi, Maria Aparecida, Braga, Ruy, & Santana, Marco Aurelio. (2018). Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6 (12), 42-64. <https://doi.org/10.20336/rbs.244>

- Campos, Anderson de S. (2020a). Sindicalismo no contexto de pandemia no Brasil: primeiras impressões. *CESIT – IE/Unicamp*. <https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/>
- Campos, Anderson de S. (23 mar. 2020b). Trabalho de base em tempos de confinamento físico. *Fundação Perseu Abramo*. <https://fpabramo.org.br/2020/03/23/trabalho-de-base-em-tempos-de--confinamento-fisico/>
- Campos, Anderson de S. (2020c). Sindicalismo na pandemia: em busca de legitimidade e protagonismo. *Em: Dalila A. Oliveira & Márcio Pochmann (Org.). A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia* (pp. 55-82). Gráfica e Editora Positiva.
- Campos, Anderson de S., Galvão, Andréia, Lemos, Patrícia, & Tropia, Patrícia V. (2021a). O impacto da reforma trabalhista no sindicalismo brasileiro: reações e resistências. *Em: José Dari Krein et al. (Org.). O Trabalho pós-reforma trabalhista: o trabalho: as negociações trabalhistas*, Vol. 1 (pp. 321-358). Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
- Campos, Anderson de S.; Galvão, Andréia, Lemos, Patrícia, & Tropia, Patrícia V. (2021b). Ação sindical de trabalhadores em serviços essenciais na pandemia de Covid-19 no Brasil. *Em: José Dari Krein et al. (Org.) O Trabalho pós-reforma trabalhista de 2017: as negociações trabalhistas*, Vol. 1 (pp. 359-393). Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
- Campos, André G. (2021). Sindicalização de trabalhadores no Brasil: a situação antes e após a reforma de 2017. *Em: Maria Silvia Portela de Castro et al. (Org.). Sindicato no Brasil: o que precisa mudar?* Vol. 1 (pp.19-23). Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil.
- Caputo, Ubirajara de N., Benevides, Laura T., Morgado, Luciana P., & Silva, Thamires C. da. (2013). Greves e questões de gênero: um panorama das paralisações motivadas por interesses das mulheres ocorridas entre 1983 e 2011. *Revista Ciências do Trabalho*, 1 (1), 141-161.
- Cardoso, Adalberto M. (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. Boitempo.
- Cardoso, Adalberto M. (2014). Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro. *Em: Antônio David Cattani (Org.). Trabalho: Horizonte 2021*. Escritos Editora.
- Cardoso, Adalberto M. (2015). Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Caderno CRH*, 28 (75), 493-510. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300004>

- Cardoso, Adalberto M. (2022). A negociação coletiva em meio a uma pandemia. *Em: Antonio Fernando Megale Lopes et al. (Org.). Sindicato: entre a permanência e a mudança* (pp. 141-146). Fundação Friedrich Ebert/Instituto Lavoro.
- Carvalho, Fernanda F., & Costa, Hermes A. (2018). A relação do sindicalismo CUT com o governo: dilemas e perspectivas (2003-2016). *Revista Política e Trabalho*, 49, 170-187. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.34995>
- Carvalho, Guilherme. (2014). *A representação da cut nos governos Lula (2003-2010)*. Editora da Unesp.
- Carvalho Neto, Antonio. (2002). Três olhares sobre as relações de trabalho na Mercedes-Benz: a empresa, o sindicato e os trabalhadores. *Em: Magda Regina Nabuco et al. (Orgs.) Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo* (pp. 335-364). DP&A.
- Castro, Bárbara. (2015). O paradigma da CLT: negação e afirmação do modelo de regulação do trabalho entre profissionais de Tecnologia de Informação. *Em: José Ricardo Ramalho & Iram Jácome Rodrigues. Trabalho e ação sindical no Brasil contemporâneo* (pp.125-147). Annablume.
- Castro, Bárbara. (2016) *As armadilhas da flexibilidade: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação*. Annablume.
- Castro, Nadia A., & Leite, Marcia de P. (1994). A Sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 37, p. 39-60.
- Colombi, Ana Paula, Teixeira, Marilane O., & Pelatieri, Patricia. (2021). Impactos da reforma trabalhista sobre a negociação coletiva: uma comparação entre os instrumentos coletivos de 2016 e 2019. *Em: José Dari Krein et al. (Org.). O Trabalho pós-reforma trabalhista: as negociações coletivas*, Vol. 2 (pp.525-564). Cesis - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
- Corrêa, Ellen G. (2021). O sindicalismo de trabalhadores rurais como objeto de disputa e como agente de construção de centrais sindicais no Brasil (2003-2017). *Caderno CRH*, 34, e021004. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42338>
- Daniel, Camila. (2011). O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho sindical. *O Social em Questão*, 24 (25/26), 323-344.
- DIEESE. (2021a). *Boletim Emprego em Pauta*, n. 18. <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmPauta18.html>

- DIEESE. (10 maio 2021b). Balanço das Greves de 2020. *Estudos & Pesquisas*, n. 99. <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2021/estPesq99greves2021.pdf>
- Druck, Graça. (2006). Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. *Observatório Social de América Latina*, 7 (19), 329-340.
- Dutra, Renata, & Festi, Ricardo. (11 jul. 2020). *A greve dos entregadores*. GGM. <https://jornalggn.com.br/artigos/a-greve-dos-entregadores-por-renata-dutra-e-ricardo-festi/>
- Favareto, Arilson. (2006). Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (62), 27-44. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300002>
- Ferreira, Márcia O. V. (2004). Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 34 (122), 391-410.
- Filgueiras, Vítor, & Antunes, Ricardo, (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, 39 (1), 27-43. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Fraga, Alexandre B., & Monticelli, Thaís. A. (2021). PEC das Domésticas: holofotes e bastidores. *Revista Estudos Feministas*, 29 (3), e71312. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n371312>
- Framil Filho, Ricardo. (2016). Globalização contra-hegemônica e o novo internacionalismo operário. *Revista Ciências do Trabalho*, 6. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/77/pdf>
- Framil Filho, Ricardo, & Mello e Silva, Leonardo. (2020). Trabalho, sindicatos e proteção social na pandemia de 2020: notas sobre o caso brasileiro. *Ciências Sociais Unisinos*, 56 (2), 177-188. <https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.2.06>
- Framil Filho, Ricardo, Galhera, Katiúscia M., & Mello e Silva, Leonardo. (2021). Redes sindicais transfronteiriças em corporações transnacionais: uma comparação entre setores. *Tempo Social*, 33 (2), 163-183. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.184497>
- Franco, Ângela. (2009). Em tempos globais, um “novo” local: a Ford na Bahia. *Caderno CRH*, 22 (56), 359–380. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000200011>
- Galvão, Andréia. (2005). Reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso. *Revista Pucviva*, 23, 17-27.
- Galvão, Andréia (2007). *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Ed. Revan.

- Galvão, Andréia (3 jul. 2020a). A greve, o breque, o trampo: a luta dos entregadores é a luta dos trabalhadores. *Esquerda Diário*. <http://www.esquerdadiario.com.br/A-greve-o-breque-o-trampo-a-luta-do-entregadores-e-a-luta-dos-trabalhadores>.
- Galvão, Andréia (14 jul. 2020b). O movimento dos entregadores. *A Terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/o-movimento-dos-entregadores/>
- Galvão, Andréia, & Marcelino, Paula. (2018). O sindicalismo brasileiro diante do golpe. Em: Silva, Sayonara G. C. L. da et al. (Org.). *Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho* (pp. 85-96). LTR.
- Galvão, Andréia, Marcelino, Paula, & Trópia, Patrícia. (2015). *As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras*. Appris.
- Galvão, Andréia, & Teixeira, Marilane O. (2018). Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. Em: Krein, José Dari et al. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil* (pp.155-182). Curt Nimuendajú.
- Galvão, Andréia, Castro, Bárbara, Krein, Jose Dari, & Teixeira, Marilane O. (2019). Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, 32 (86), 253-278. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>
- Garcia, Sandro R., & Guimarães, Sonia. (2006). Trabalho em cenário de globalização: o polo automotivo de Gravataí e implicações sociais em empresas locais. *Caderno CRH*, 19 (46), 19-34. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i46.18543>
- Godinho Delgado, Didice. (2017). Construcción de poder sindical con paridad de género; el caso de la Central Única de Trabajadores em Brasil. *Nueva Sociedad*, out. 2017, 87-111.
- Jard da Silva, Sidney. (2021). Sindicalismo, processo decisório e reforma da previdência no Governo Lula. *Dados*, 64 (2), 201-215. e201800215. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.2.232>
- Jardim, Maria Aparecida C.. (2009). *Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. Annablume.
- Krein, Jose D., Gimenez, Denis M., & Santos, Anselmo L. (Org.) (2018). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Curt Nimuendajú.
- Krein, Jose D., Vêras de Oliveira, Roberto, & Filgueiras, Vitor. (Org.) (2019). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Curt Nimuendajú.

- Ladosky, Mario Henrique G., Ramalho, Jose R.; Rodrigues, Iram J. (2014). A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. *Em: Véras de Oliveira, Roberto et al. (Org.). O sindicalismo brasileiro na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares* (pp. 61-85). Fino Traço.
- Ladosky, Mario Henrique G. (2015). A nova estrutura sindical no Brasil. *Revista da ABET, 14* (1), 114-140.
- Ladosky, Mario Henrique G., & Véras de Oliveira, Roberto. (2014). O 'novo sindicalismo' pela ótica dos estudos do trabalho. *Mundos do Trabalho, 6* (11), 147-170.
- Ladosky, Mario Henrique G., Rodrigues, Iram J. (2018). A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. *Tempo Social, 30* (1), 53-76.
- Marcelino, Paula. (2017). Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social, 29* (3), 201-227.
- Marcelino, Paula, & Galvão, Andréia. (2020). O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora. *Tempo Social, 32* (1), 157-182.
- Leite, Márcia de P. (2012). A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. *Sociologia & Antropologia, 2* (4), 103-127.
- Leite, Márcia de P., Abramo, Laís, & Abreu, Alice R. P. (1997). O II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho: um balanço. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, 3* (5), 203-211.
- Leite, Márcia de P., & Silva, Roque A. da. (1996). A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 42*, 41-57.
- Lima, Jacob Carlos, & Araújo, Angela Maria C. (2016). La sociología de trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. *Em: Enrique de la Garza Toledo (Ed.). Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollo y perspectivas* (76-103). Anthropos Editorial.
- Lima, Maria Ednalva B. de. (2005). Mulheres na CUT: uma história de organização e conquista. *Em: Carmen Silva et al. (Org.). Mulher e Trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo* (pp. 59-66). SOS Corpo.
- Lima, Maria Ednalva B. de., Dau, Denise M., Silva, Rosane, Almeida, Gilda, & Krigner, Ana Maria. (Org.) (2006). *Mulheres na CUT: Uma história de muitas faces*. CUT Brasil.

- Magnani, Maira, Jardim, Maria Aparecida C., & Jard da Silva, S. (2020). Os fundos de pensão como agentes do capital: estado da arte da literatura recente. *BIB*, 93, 1-22. <http://doi.org/10.17666/bib9302/2020>
- Manzano, Marcelo, & Krein, André. (13 jul. 2020). A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativo no Brasil. Cesis. <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil>
- Maricato, Erminia *et al.* (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo.
- Mcadam, Doug, Tarrow, Sidney, & Tilly, Charles. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, 76, 11-48. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>
- Medeiros, Leonilde S. de. (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. 1. ed. FASE.
- Medeiros, Leonilde S. de. (2014). O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. *Em: Roberto Vêras de Oliveira et al. (Org.). O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares* (pp. 247-282). Fino Traço.
- Medeiros, Leonilde S. de. (2021). Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, 34, e021003. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.43440>
- Mello e Silva, Leonardo, Framil Filho, Ricardo, & Freston, Raphael. (2015). *Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores*. Análise nº 5. Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (2003). *Reforma Sindical e Trabalhista e Afirmação do Diálogo Social*. (mimeo). Fórum Nacional do Trabalho.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2004). *Fórum Nacional do Trabalho. Reforma Sindical – Relatório Final*. MTE, Imprensa Nacional.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2005). *Reforma Sindical - Proposta de Emenda à Constituição - PEC 369/05, Anteprojeto de Lei*. MTE, Imprensa Nacional.
- Munhoz, Isis T., & Silotto, Grazielle. (2019). A ausência de mulheres nos cargos de direção nos Sindicatos de São Paulo: as possíveis causas para a baixa representatividade nos três maiores sindicatos da CUT. *Revista Parlamento e Sociedade*, 7 (13), 99-123.

- Oliveira, Carlindo R. de (2019). Greves no Brasil, de 1978 a 2018: grandes ciclos, configurações diversas. *Revista Ciências do Trabalho*, DIEESE – ABET, 15. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/233>
- Oliveira, Dalila A., & Pochmann, Márcio. (Org.) (2020). *A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Gráfica e Editora Positiva.
- Oliveira, Francisco. (2010). Hegemonia às avessas. Decifra-me ou te devo. *Em: Francisco de Oliveira et al. (Org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (pp.21-27). Boitempo.
- Ostronoff, Leonardo José. (2016). Poder, gênero e identidades: um novo momento no sindicalismo. *Ideias*, 7 (1), 41-60.
- Paoli, Maria Celia P.M. (1987). Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. *Em: José Sergio Leite Lopes. (Org.). Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Marco Zero.
- Paoli, Maria Celia P.M., Sader, Eder, & Telles, Vera da S. (1984). Pensando a classe operária: os trabalhadores no imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, 3 (6), 129-149.
- Peres, Ana Paula L. S.. (2018). *Gênero em movimento: mulheres na organização sindical*. Appris.
- Pessanha, Elina G. F., & Rodrigues, Maria Cristina P. (2020). No olho do furacão: A ação sindical possível em tempos de Covid-19 - o caso Sinttel Rio. *Revista Dilemas*. Reflexões na pandemia, p. 1-6.
- Pimenta, Sara D. C. (2013). Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. *Em: Eduardo M. da Silva & Leonardo B. Soares. (Eds.). Políticas públicas e formas societárias de participação* (pp. 155-183). UFMG/ FAFICH-UFMG.
- Praun, Luci. (4 jul. 2020). Breque dos Apps: a ocupação das ruas reinventa o sentido de coletividade. *Esquerda Diário*. <https://www.esquerdadiario.com.br/Breque-dos-Apps-a-ocupacao-das-ruas-reinventa-o-sentido-de-coletividade>
- Rodrigues, Iram Jácome. (2011). *Sindicalismo e política: a trajetória da cut (1983-1993)*, 2ª edição. ltr.
- Rodrigues, Iram Jácome. (2015). Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, 28 (75), 479-491. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300003>
- Rodrigues, Iram Jácome, Cunha, Cecília C., Ramalho, Jose R., & Santana, Marco A. (2006). Velhos e novos operários da indústria automobilística: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. *Caderno CRH*, 19 (46), 75-85.

- Rodrigues, Iram Jácome, & Ramalho, José R. (2014). Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea*, 4 (2), 381-403.
- Rodrigues, Iram Jácome, & Ladosky, Mario H. G. (2015). Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova*, 95, 87-142.
- Rodrigues, Iram Jácome, Ramalho, José R., & Lima, Jacob C. (Org.) (2022). *Trabalho e Sindicalismo: reflexões a partir do contexto pandêmico*. Annablume.
- Rodrigues, Leôncio M. (1990). O sindicalismo corporativo no Brasil. Em: Leôncio M. Rodrigues (Org.). *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política*. Ática.
- Rodrigues, Leôncio M. (1999). *Destino do Sindicalismo*. Edusp.
- Rodrigues, Leôncio M., & Munhoz, Fabio A. (1974). Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos CEBRAP*, 7.
- Rombaldi, Maurício. (2014). A copa de 2014 e os trabalhadores da construção: estratégias globais, mobilizações locais. *Revista da ABET*, 13 (2), 184-198.
- Rombaldi, Maurício. (2016). Diferentes ritmos da internacionalização sindical brasileira: uma análise dos setores metalúrgico e de telecomunicações. *Caderno CRH*, 29 (78), 535-551. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v29i78.19723>
- Sader, Eder, & Paoli, Maria Celi P. M. (1986). Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). Em: Ruth Cardoso. (Org.). *A Aventura Antropológica*. Paz e Terra.
- Santana, Marco Aurelio. (1999). Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41), 103-120. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300007>
- Santana, Marco Aurelio. (2015). Para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, 28 (75), 453-456. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300001>
- Santana, Marco Aurelio. (2021). Classe trabalhadora, precarização e revolta no Brasil da Pandemia. *Revista Em Pauta – Teoria social e contemporaneidade*, 19 (48.), 70-91.
- Santana, Marco Aurelio, & Braga, Ruy. (25 jul. 2020). #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>

- Santiago, Carmen Silvia F., Vieira de Jesus, Jucelia, Paulo, Maria O. de, Silva, Francisca L. da, Vasconcelos Silva, Sonia A., Melo, Luciana M. de, & Krein, José D. (2017). As relações sociais de gênero no sindicalismo dos servidores públicos municipais. *Em: Eugenia T, Leone et al.* (Org.). *Reflexões coletivas de sindicalistas – Fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos, promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica* (pp. 111-135). Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Unicamp. IE. Cesit.
- Scherer, Clovis. (2019). Diálogo e proteção social: a negociação coletiva após a Reforma Trabalhista. *Em: José Dari Krein et al. Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade* (179-198). Curt Niumendajú.
- Silva, Sandro P., & Campos, André G. (2014). Sindicalismo e gênero no Brasil: a dinâmica recente. *Revista Vernáculo*, 36, 47-83.
- Singer, André. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos – CEBRAP*, 97, 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- Teixeira, Marilane O., & Pelatieri, Patrícia. (2008). Mercado de trabalho feminino e sindicalização. *Em: Secretaria Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. Igualdade é o máximo, cota é o mínimo: as mulheres no mundo sindical* (pp. 8-18). Fundação Friedrich Ebert.
- Trópia, Patrícia. (2021). Nem deuses nem heróis: a ação sindical dos trabalhadores da saúde durante a pandemia de Covid-19. *Política & Sociedade*. 20 (48), 41-77. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.82767>
- Véras de Oliveira, Roberto. (2014). Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 111-136. <https://doi.org/10.4000/rccs.5559>
- Véras de Oliveira, Roberto. (2015). Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão. *Caderno CRH*, 28 (75), 545-567. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300007>
- Véras de Oliveira, Roberto, Bridi, Maria Aparecida, & Ferraz, Marcos. (Org.) (2014). *O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Fino Traço Editora.
- Véras de Oliveira, Roberto, Galvão, Andréia, & Campos, Anderson. (2019). Reforma Trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 248, 668-689.

- Véras de Oliveira, Roberto, Ramalho, José R., & Rosenfield, Cinara. (2019). A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 90. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/486>
- Vianna, Luiz W. (1977). Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 3, 69–93. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>
- Vianna, Luiz W. (1983). Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 17, 212–237. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/50>

Recebido: 28 set. 2022.
Aceito: 19 nov. 2023.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)